

Maria Onice Payer

**MEMÓRIA DA LÍNGUA.
IMIGRAÇÃO E NACIONALIDADE**

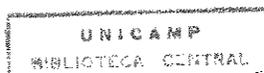
Tese apresentada ao Curso de Lingüística do
Instituto de Estudos da Linguagem da
Universidade Estadual de Campinas como
requisito parcial para obtenção do título de
Doutor em Lingüística

Orientadora: Profa. Dra. Eni Puccinelli
Orlandi

UNICAMP

Instituto de Estudos da Linguagem

1999



FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA IEL -
UNICAMP

Payer, Maria Onice

P291m Memória da língua-imigração e nacionalidade / Maria Onice Payer. -
- Campinas, SP: [s.n.], 1999.

Orientador: Eni Orlandi

Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Estudos da Linguagem.

1. Memória. 2. Língua portuguesa - estudo e ensino. 3. Língua
materna. 4. Comunicação oral. 5. Análise do discurso. I. Orlandi, Eni.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da
Linguagem. III. Título.

UNIDADE	BC		
N.º CHAMADA:	UNICAMP		
	P291m		
V.	Ex.		
TOMBO BC/	39077		
PROC.	229/99		
C	<input type="checkbox"/>	D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00		
DATA	21/05/99		
N.º CPD			

Este exemplar é a redação final da tese
defendida por Maria Onice Payer

e aprovada pela Comissão Julgadora em
20 / 05 / 99.

DR. ENI DE LOUDES PULCINELLI ORLANDI

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi – Orientadora

Profa. Dra. Ana Luísa Bustamante Smolka

Profa. Dra. Bethania Sampaio Correa Mariani

Profa. Dra. Maria Fausta Pereira de Castro

Prof. Dr. Tiago Adão Lara

Campinas, 20 de maio de 1999.

Esta tese é dedicada

**ao Romualdo.
Pela nova ternura.**

Agradeço

À Profa. Eni Orlandi, minha orientadora, sinceramente, especialmente, pelo incentivo e acompanhamento, pela amizade carinhosa, e também pela exigência e rigor com que me conduziu nos caminhos fascinantes da pesquisa.

Ao Romualdo Dias, companheiro querido, por seu apoio fundamental, suas observações e comentários, seu afeto vital, sua paciência e espera, junto comigo, pelos tempos festivos que virão.

Às Profas. Ana Luísa B. Smolka, Cláudia T. G. de Lemos, Maria Fausta P. de Castro e Silvana M. Serrani, e aos Profs. Edgar de Decca, Eduardo Guimarães e Luís Francisco Dias, pelas observações e sugestões sobre este trabalho, durante os exames de qualificação.

Ao Agostino Lazzaro, Diretor do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, pela acolhida e por sua contribuição. Ao Prof. Renato Soares, da UFES, pela colaboração generosa.

A todas as pessoas que se dispuseram a realizar entrevistas e gravações, pela disponibilidade e colaboração.

Aos coordenadores do Laboratório de Estudos Urbanos (NUDECRI – UNICAMP), pelo apoio e pelo incentivo à nossa pesquisa.

Aos colegas de trabalho no LABEURB, pelas discussões, pelo companheirismo, apoio e incentivo constantes: Claudia Pfeiffer, Clarinda R. Lucas, José Horta Nunes, Mónica Zoppi-Fontana, Rosângela Morello e Suzy Lagazzi. Também a Carolina Rodrigues, Cláudia Wanderley e Telma Domingues. Ao pessoal de apoio do Laboratório: Abadia, Alice, Carlos, Dagmar, Dirce, Esmet, Leci, Priscila, Rose e Viviane.

A Nildete, minha irmã, pela escuta atenta e cuidadosa de todo dia, no outro lado da linha. Aos meus familiares, por compreenderem minhas ausências e me apoiarem, e às crianças, meus sobrinhos, pela presença, mesmo esporádica, que mantém animada a vida em tempos sombrios.

Aos amigos Wilma, Paulo, Vidal, Bethy, Darlen, Cristiane e Marquinhos, pela companhia alegre. A Maria Helena e Luciane, por me acompanharem “de perto”.

À CAPES, pela bolsa de estudo concedida durante os três primeiros anos da pesquisa.

... É necessário mais. É necessário compreender as palavras que jamais foram ditas [...] É necessário fazer falar os silêncios da história, estas terríveis pausas em que ela não diz mais nada e que são justamente seus acentos mais trágicos.

Michelet (em J. Rancière, *Os nomes da História*).

Esquecemos há muito tempo o ritual sob o qual foi edificada a casa de nossa vida. Quando, porém, ela está para ser assaltada e as bombas inimigas já a atingem, que extenuadas, extravagantes antigüidades elas não põem a nu ali nos fundamentos! Quanta coisa não foi enterrada e sacrificada sob fórmulas mágicas, que apavorante gabinete de raridades lá embaixo, onde, para o mais cotidiano, estão reservadas as valas mais profundas.

W. Benjamin, "Souterrain", *Rua de mão Única*.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
1. INTRODUÇÃO - DA MEMÓRIA NO DISCURSO	
1.1. Preâmbulo.....	21
1.2. Da memória no discurso.....	25
2. CAPÍTULO PRIMEIRO - CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DA INTERDIÇÃO DAS LÍNGUAS DOS IMIGRANTES NO BRASIL	
2.1. Introdução.....	45
2.2. Condições de produção da interdição das línguas dos imigrantes	53
2.2.1. Nação e República.....	55
2.2.2. Imigrantes (e) operários no cenário político central da Nação.....	56
2.2.3. Nacionalismo liberal e projetos educacionais.....	60
2.2.4. O nacionalismo do Estado Novo.....	63
2.2.5. Língua e Soberania Nacional.....	65
2.3. Modos de interdição das línguas dos imigrantes: A tecnologia de nacionalização	71
2.3.1. A colonização dos imigrantes no meio rural	71
2.3.2. A Campanha de Nacionalização do Ensino Primário nos núcleos de colonização estrangeira.....	74
2.4. Considerações finais	
2.4.1. Transparência e opacidade no fato da nacionalização.....	78
2.4.2. O imigrante como sujeito jurídico brasileiro.....	79
2.4.3. O silenciamento e a integração forçada do imigrante.....	81
3. CAPÍTULO SEGUNDO - MEMÓRIA DA LÍNGUA. ENTRE A LÍNGUA NACIONAL E A LÍNGUA MATERNA	
3.1. Introdução	84
3.2. Estereótipos do imigrante italiano.....	88
3.3. Traços de memória da língua dos imigrantes	90
3.3.1. Traços sonoros	91

RESUMO

A pesquisa tem como objeto de estudo a memória discursiva oral – em que se inclui a língua – de sujeitos provenientes da imigração italiana para o Brasil no contexto republicano. O processo de nacionalização desses imigrantes contou com a intervenção pontual do Estado, na década de 1930, quando foi oficialmente interdita a prática da língua materna dos imigrantes, através de campanhas de nacionalização que implantaram a língua nacional nas áreas de colonização estrangeira, sobretudo através da escola primária. Entretanto, em regiões onde a prática de linguagem é de predominância oral, a frequência obrigatória à escola primária não alcançou apagar de todo a língua dos imigrantes, de modo que os traços de memória de sua língua (dialetos italianos) – aqui considerados como traços de sua memória discursiva – encontram-se até hoje presentes na estrutura do Português que falam. A relação do sujeito com esses traços é marcada pela imagem da língua interdita: ao mesmo tempo em que constituem o sujeito de linguagem, constam como traços a serem apagados, à medida em que o Português interpela juridicamente esse sujeito como língua apropriada ao seu estatuto de cidadão. Tal contradição, produzida no âmago da história e manifesta no sujeito do discurso, leva a um desnivelamento entre a memória discursiva dos imigrantes enquanto memória constitutiva e enquanto memória representada, na medida em que o sujeito do discurso representa como sendo do domínio do “passado” os traços de língua/discurso advindos dos imigrantes, ao mesmo tempo em que esses traços constituem a sua língua/discurso no próprio “presente”, escapando assim a essa representação. Tal desnivelamento condiz com a representação linear de história que a historiografia coloca à disposição, na sociedade como na escola, ao apagar o fato de ter havido mais de uma língua (portanto de uma memória discursiva) atuando na constituição histórica desses sujeitos. Disso resulta a importância da formulação discursiva do passado através dos “textos de memória”, uma vez que ela atua como contraparte do silenciamento. Pela formulação do passado o sujeito, assim como a sociedade, se produzem como outros em relação a si mesmos. Por outro lado, ultrapassagens e/ou resistências vêm estabelecer entretanto rupturas na representação dos traços de memória dos imigrantes como alteridade temporal, quando o fio da temporalidade assim organizada se rompe e o sujeito fica exposto, na própria língua, à multidimensionalidade temporal dos sentidos que habitam seu dizer.

Palavras-chave: 1. Memória. 2. Língua portuguesa - estudo e ensino. 3. Língua materna. 4. Comunicação oral. 5. Análise do discurso.

APRESENTAÇÃO

Saber uma coisa é não ter necessidade de pensar nela.
J. Rancière

O trabalho que aqui apresentamos se detém sobre o processo de constituição e o funcionamento da memória discursiva inscrita na produção de linguagem de sujeitos provenientes da imigração de trabalhadores italianos para o Brasil no momento inicial da instauração da República no país.

A intensa mobilização territorial transatlântica¹ ocorrida no final do século XIX e início do XX, sobretudo entre os anos de 1880 e 1930, atende a condições históricas que a acomodam em dupla face. Quando na Europa Ocidental a industrialização se expande e a densidade demográfica aumenta, deixando empobrecida a população trabalhadora, a América lhe oferece condições atraentes. A política nacional brasileira aposta na sua aquisição como trabalhadores livres, que atuarão no espaço da República recém criada proporcionando benefícios, em muitos aspectos discutidos e planejados, a partir das concepções políticas em vigor. O conhecimento de agricultura, o povoamento e a “colonização” de vastas áreas territoriais desocupadas, inclusive em fronteiras conflituosas, a projeção de caldeamento das raças, constituem algumas das razões suficientes para os setores dirigentes da Nação brasileira se preocuparem com a promoção da imigração em massa para o Brasil.

Junto às benesses proporcionadas pelos imigrantes ao espaço sócio-político da nova Nação, introduz-se com essa população estrangeira também, entretanto – apesar da atenção dos administradores para que bom número dos estrangeiros fossem falantes de Português – uma materialidade simbólica que mais tarde seria considerada indesejável, e com a qual o Estado Brasileiro teria que lidar. A língua, em seu modo específico de inscrição histórica e de existência material, consiste, pela memória discursiva que a acompanha, de um material inseparável do sujeito que ela constitui.

¹ O século XIX viu emigrarem de diversos países europeus cinquenta e sete milhões de trabalhadores na direção da América (cf. Magalhães, 1993). O número de imigrantes recebidos pelo Brasil não é preciso, tendo havido grande fluxo de imigração clandestina. Sobre os imigrantes italianos, encontramos menções, com reservas, de registros que ultrapassam a faixa de um milhão, cento e sessenta mil, entre 1880 e 1929 (cf. E. de Decca, 1994), a maior parte desses registros encontrando-se no Estado de São Paulo.

Como parte da constituição da memória discursiva do sujeito imigrante consideramos a sua língua, como um lugar e uma forma específica de inscrição da memória histórica desses imigrantes na sociedade brasileira.

Para introduzir a questão que conduz o estudo, gostaríamos de mencionar uma situação, registrada de um filme oriental, que ilustra o modo como a memória discursiva funciona na história e no sujeito, simultaneamente: nascido de um grupo que sobrevive a um conflito entre países, um sujeito envolve-se em uma discussão banal de rua, nas proximidades de um bar. Entre as discussões, vem à tona em sua voz uma antiga canção da terra natal de seus antepassados, que eles haviam entoado conjuntamente na situação do conflito. Os homens da lei que circundam o local interpretam o fato de ele cantar tal canção como de extrema ofensa ao país em que se encontram. O sujeito é levado à prisão, desconhecendo absolutamente o sentido pelo qual estava sendo detido. Nessa cena vemos estampar-se o funcionamento da memória histórica que, materializada na linguagem (como canção), encontra-se inscrita simultaneamente em uma história ampla de conflito entre países e no sujeito que provém dessa história. Tendo essa canção como uma linguagem “própria”, dada a sua filiação a um grupo que traz (faz) a história em que canção e conflito se associam, o sujeito, por sua surpresa com a prisão, manifesta não ter, entretanto, a memória dessa canção como uma memória representada, reconhecida, explicitamente ligada à situação de conflito. Desse modo, o sentido de conflito ligado à música se produz em sua linguagem a despeito do seu conhecimento. Parecendo emergir de sua própria memória, a canção carrega sentidos que ultrapassam o acesso que ele tem a ela.

Tomaremos para nossa reflexão o fato de que, assim como este sujeito se encontra em condições de re-produzir a canção, somos colocados constantemente, enquanto sujeitos de linguagem, em condições de re-produzir discursos, com suas memórias próprias: palavras de ordem, repertórios, palavras simplesmente, sintaxes, modos de dizer, etc., dando-nos conta ou não das memórias que estes carregam e/ou desencadeiam nos outros. Pois é desse mesmo modo que também nos encontramos em condições de falar (em) uma língua X ou Y: com ou sem trejeitos especiais, com interferências de memórias históricas particulares, ou não, apagadas ou reconhecidas. A despeito da consciência que se tem sobre a língua, o discurso, a linguagem que temos como nossos, para além do senso de controle que se tem sobre o dizer, carregam memórias de sentidos que fazem parte não apenas do *nosso*, mas também do *seu* modo de significar.

Memórias múltiplas, inscritas em elementos diversos da linguagem, manifestam-se facilmente em situações que se apresentem conflituosas. Este é freqüentemente o caso quando as línguas, junto às memórias que elas trazem, se colocam em contato, entrando em confronto, em diversos contextos específicos de conformidade com as formações sócio-históricas.

Tais situações apresentam nuances conforme as montagens locais dos sentidos que se confrontam. Mas tocam sempre, diretamente, à constituição do sujeito de linguagem. Mesmo uma criança pode notar, ainda que sem compreender inteiramente, em seu grupo social, os familiares, seus pais, seus pares, por exemplo, “arrumarem” a própria língua diante de estranhos, publicamente. Situação em que o sujeito se encontra exposto aos efeitos de um certo modo de relação com a língua que parece abrir aspas sobre a linguagem comum de todo dia, tornando-a estranha, ao suspender-se a familiaridade com que é normalmente praticada. Cria-se assim para a língua familiar o efeito de ser outra, diferente das evidências de si própria. Mas o que pode fazer com que certa língua comum de todo dia possa incomodar, levando os sujeitos a se apresentarem assim a si próprios como estranhos, isto é, como fora da evidência natural do seu dizer, pode perguntar-se a criança. Onde esperam eles chegar, o que fazem ao caprichar em determinados *esses e erres*, quando muitos outros elementos da língua que falam parecem também estranhos àquela correta, aprendida na escola? Incômodo maior entretanto pode vir confundir essa criança quando, escolada na arte de bem falar e escrever, presencia os seus parceiros de história simularem, agora diante dela mesma, aquele mesmo capricho lingüístico, produzindo-lhe o efeito de ser ela própria desta vez constituída como uma estranha em face dos seus.

Se, uma vez na escola, decide-se, por querer, colocar a cabeça do lado de fora da janela, prestando atenção ao modo/lugar em que se situam os seus pares, torna-se impossível não se deliciar com o que presencia. A imitação irônica que fazem eles dos sujeitos escolados, com seus plurais exagerados, simulados como sintomas de uma certa voz conjugada de escola, declinada sem alma, “outra” em relação a eles mesmos, lhe produz um certo senso prazeroso de pertença e identificação. É esse senso que leva a nossa criança, já esperta na escola, a vibrar, sem entender bem porquê, com a representação teatral feita por um de seus parceiros de estrada para a escola – tido como mau aluno – ao declamar com gestos largos a bela poesia romântica aprendida na aula, de cima de um murundu de cupins, no meio de um pasto de bois.

Uma certa identificação com essa ironia que desloca os sentidos do saber escolar, ao produzir para ele um efeito de alteridade, leva também, entretanto, essa mesma criança a assustar-

se com a imagem simbolicamente violenta de outro parceirinho de história e de escola. Certa vez, tendo tido ele a coragem de, fazendo de conta que fora à escola, esconder-se durante toda a metade de um dia no meio das fileiras densas do cafezal, fora ali descoberto, depois de muita procura por toda a gente, em seu jeito estressado de bicho acuado, flagrado, exposto, acusado pelos seus, para quem quisesse vê-lo, apontá-lo, e falar dele, como mau exemplo de aluno/criança. Nunca mais ele voltou à escola. O seu rosto amedrontado, escancaradamente resistente, silencioso e triste, estampa-se como memória para a criança que observa, para retornar depois, sempre que pensava sobre o modo pelo qual, em nossa forma histórica, somos conduzidos, sobretudo na escola, a nos dizer como extremamente outros em relação ao nosso lugar e modo de configuração social, sempre que não se leva em conta esse lugar. Medo ou coragem, resistência ou entrega, por onde analisar o “gesto” do menino bicho-do-mato que não quis mais ir para a escola, na rua, aprender a sua língua, essa “língua trazida pelos ventos do Estado...”?

Perturbada, a criança pensa que é melhor recolher sua cabeça para dentro da janela da escola, e prestar atenção ao que aí se passa. Durante certo tempo, parece-lhe conveniente confiar nos que ali ensinam. Julgar com eles o menino como mau e acreditar estar fora do horizonte dos “bons” questionar a necessidade do abandono da “sintaxe ligada à lei de um lugar”, de certas sonoridades restritas ao domínio da casa, que não podem e não devem entrar pela porta da escola. Esquecer, como convinha, na escola, a memória sem valor vinculada à língua desse lugar. Aprender a língua da escola, até o “fim”, tornar-se letrado. Se eloqüente, porque não: ensinar Português! Pondo-se a falar como fala a gente da escola (que nem sempre conhece o terror contido em um menino acuado), talvez fosse possível esquecer para sempre o seu olhar, junto com tudo aquilo que com ele ficara fora da escola, naquele outro lado. Com esforço se iam contendo as inquietações ligadas àquele sítio (sítio de significação, diria Orlandi (1990)), em torno de uma preocupação reincidente, seja inicialmente como aluna, seja depois como professora de Português, com aquilo do que estamos abrindo mão quando nos dispomos a abrir mão de nossa própria língua (oral?), abandonando a “sintaxe ligada às leis de nosso lugar”. Essa questão se assenta sobre a “desconfiança”, melhor dizer, sobre a hipótese, de que aquilo de que se abre mão junto com a língua vai fazer falta, porque faz falta no sujeito. E isto em múltiplas dimensões: no processo de aprendizagem da língua, no desempenho da escrita de textos, na prática discursiva através da qual vai esse sujeito “falho” inscrever-se nas práticas sociais e históricas.

De fato, continuando a freqüentar, por “outros” motivos, aquele lado “esquecido”, por exemplo, na falta de levar em conta aquela língua (sua memória) ligada às leis da história dos imigrantes, haviam-se estabelecido em nosso olhar proteções de naturezas diversas, políticas, sociológicas, religiosas... letradas enfim. E, como tais, externas ao universo do menino acuado. Assim se lidavam com sujeitos um tanto categorizados, vistos como apenas-camponeses, apenas-pobres, apenas-trabalhadores, levando pouco em conta o que se conhecia da voz/silêncio do menino, o outro lado.

Levando em conta na (como) verdade quase nada do que pudesse atingir as razões silenciosas do menino, falamos com(o) aqueles que falam de fora, a partir daquelas circunstâncias institucionais em que somos colocados em condições de re-produzir discursos, sem fazê-los passar minimamente por nós, por aquilo que se conhece a partir de nosso lugar sócio-histórico, sem plugar os dizeres “novos” ao que já se sabia. Nossas vozes, estrangeiras em relação ao lugar e à memória que partia dele, foram tomadas como ameaça, tratadas como tal, e banidas, como é praxe acontecer em instâncias diversas da administração pública dos sentidos.

Uma vez longe de tudo e de todos, sem freqüentar concretamente de forma alguma a voz de qualquer parceiro da história “esquecida”, é chegada uma hora em que as vozes “deles” não mais podem se conter como/por ausentes, e vêm freqüentar nosso dizer fora dos espaços que lhes haviam sido destinados. Quando as fendas da memória se abrem, as imagens catalogadas como pertencendo ao domínio do passado/esquecido se impõem, inconvenientes e impiedosas, por sua própria conta e valor. Vão além do quadriculado das fronteiras que protegem sentidos de outras espécies, esses estabilizados como sentidos de “um mundo semanticamente normal”. O olhar do menino acuado se erige das “ruínas da memória”, clamando para ser considerado, interpretado, para escapar ao campo escuro do esquecimento.

Pelo trabalho de sempre ter ido em busca de quem, entre aqueles que ensinam, pudesse junto a mim olhar o menino, dar-lhe crédito, escutar suas razões, novos parceiros são agora encontrados. Não mais como aqueles que se colocavam *ou* do lado da escola *ou* do lado do menino, fora dela. São parceiros tanto de história quanto de escola, e a partir dessa junção a abertura da memória, em sua relação com o menino, pode ser analisada com novos filtros. Uma alternância do olhar para fora e para dentro da escola, uma vez estando nela, torna-se possível.

Nossa janela tem agora como lente de proteção uma forma de conhecimento tecida pelo estudo da linguagem. Através dela, compreendendo que “sujeito e sentido se constituem ao

mesmo tempo”, vamos poder pensar sobre o que se passa tanto com a língua quanto com o sujeito e os sentidos, a cada vez que *esses* e *erres* são simulados e/ou apagados, toda vez que somos levados a embarcar em certas vozes, como aquela da escola, e a esquecer outras, e também toda vez que há resistência ou medo de embarcar em certas vozes e esquecer outras. Dessa janela veremos como se montam socialmente formas de lembrar, de esquecer, de apagar sentidos, de representá-los, de se relacionarem os sujeitos com os objetos discursivos, as línguas e as memórias que se ressaltam e aquelas que ficam sem espaço na construção do dizer possível em uma sociedade.

Lidamos com objetos de conhecimento como o sujeito da/na linguagem (a escola, o menino), a língua (seus *esses* e seus *erres* nacionais e estrangeiros), o discurso (aquele presente na escola e o da memória local). Relacionam-se assim nesse estudo o Estado, a Lei e a Nação à língua e ao sujeito.

Lançamos mão de um conjunto de instrumentos para lidar com esses objetos, para compreender os fios que os ligam. O conjunto forma um dispositivo (cf. Orlandi, 1996) que dá parâmetros para olhar não só o que fazem os sujeitos quando se põem em relação com a língua, com os discursos, ou quando se querem por fora deles, mas também para o fato de que também nós mesmos, pelo trabalho de observação da linguagem, vamos nos deslocando em relação ao fazer com a linguagem de acordo com o modo de compreendê-la. Acreditamos que, conduzido desse modo, nosso estudo possa interferir nos discursos estabilizados que dão à escola, e aos que nela ensinam, o quê dizer em relação à língua, à linguagem, ao sujeito de linguagem, aos objetos discursivos produzidos como evidências a partir de diferentes memórias em conflito na formação de uma sociedade. Os aspectos mais específicos que compõem essa forma de conhecimento, necessários à compreensão das análises que empreendemos, serão apresentados e comentados mais detalhadamente na parte introdutória do trabalho.

O objeto que vamos pesquisar se constitui, dissemos, da memória da imigração, tomada como memória discursiva, onde se encontra incluída a língua praticada pelos sujeitos provenientes da imigração italiana para o Brasil no período republicano. Pesquisar essa memória implica, mais especificamente, em considerar elementos de língua e de discurso que se encontram inscritos no imaginário social sob o registro – difuso, podemos adiantar – da chamada memória oral. Estudando-a enquanto memória discursiva, isto é, como formação discursiva, o que encontramos inscrito nesse registro não se encontra separado da escritura, pela capacidade endógena que esta tem de produzir estruturalmente o que se estabelece na história como pertencendo ao domínio da “oralidade”.

Da produção histórica da oralidade participa a administração da(s) língua(s) em nossa sociedade, seja na instância jurídica, como a das leis, enquanto tecnologia ligada à política linguística, seja na instância da escola, enquanto lugar privilegiado em que se põem em exercício cotidiano a forma e os conteúdos da nacionalidade.

Nessas duas instâncias ganha lugar de destaque a língua nacional, contraposta à língua materna dos imigrantes. Diferente do contexto do início da República, quando a língua nacional se colocava como questão envolvendo as diferenças entre o Português de Portugal e o do Brasil, atuando na produção de efeitos sobre a autonomia linguística, a língua nacional aparece no contexto que estudamos em uma contraposição explícita às línguas trazidas pelos imigrantes ao território nacional.

As questões da ordem da escritura em sua relação com a oralidade são consideradas no trabalho para além do domínio da aprendizagem formal da língua na escola, embora a compreensão que se atinge sobre sua relação (oral/escrita) possa interferir na prática de ensino da língua nacional. Fundamentalmente, o domínio do ensino e da aprendizagem, atingido pelas considerações sobre a língua nacional, consta no trabalho como pressuposto de uma forma social que já põe a escrita como base de sua organização. O tema do ensino da língua (nacional) é considerado portanto de uma maneira ampla, como plano de fundo sobre o qual se edifica uma sociedade enquanto sociedade nacional.

Entretanto, a questão fundamental que objetivamos compreender e apontar no processo dessa edificação social, no conjunto da pesquisa, diz respeito menos ao fato (lingüístico) de ter havido – ou de haver – várias línguas, inclusive as européias, presentes de modo consistente no Brasil, e mais ao fato (político: discursivo, simbólico) de ter havido – e de haver – um silenciamento, na ordem do discurso, sobre a forma consistente de presença das línguas dos imigrantes (além das outras) no desenrolar dos fatos que edificam a sociedade brasileira enquanto Nação considerada homogênea lingüisticamente.

A partir dessa questão, fundamental, visamos tornar compreensível o processo de produção histórica dos discursos sobre a Nação e a nacionalidade brasileiras, na contrapartida dos enunciados sobre os imigrantes, em relação à língua, à memória, ao modo de se dar o sujeito de linguagem, de constituir-se o sujeito dos discursos que participam desse processo. Objetivamos dar visibilidade ao modo de configuração das evidências que participam de um certo ordenamento discursivo, presente na memória da sociedade brasileira, entre os diferentes lugares de fala, a partir da nacionalidade e dos imigrantes. Queremos compreender discursivamente as

evidências a que nos encontramos submersos (submetidos), sobretudo com relação à língua, deslocando-as de sua aparência empírica (como “língua regional”, de um “extrato social”, como o “rural” ou o da “baixa escolaridade”, etc.), para desvendar seu funcionamento enquanto discurso: dar visibilidade, assim, ao processo de produção histórica dessas evidências, e aos seus produtos como produtos históricos, e não meramente naturais.

O registro, talvez excessivo, de detalhes na descrição que fazemos do processo de nacionalização dos imigrantes, como no estudo da Campanha de Nacionalização do Ensino Primário durante as décadas de trinta e quarenta (no primeiro capítulo), não se deve tanto, como poderia parecer à primeira vista, a um procedimento de exposição, para fins de conservação, de uma memória silenciada, mas mais a uma surpresa real, de nossa parte, com a proximidade temporal do momento em que a população estudada não falava Português. Surpresa, portanto, por encontrar tão fina a camada de discursos que, a partir da historiografia – ela registra o passado mas o enterra; ela “honra os mortos mas encerra-os num túmulo”, dirá De Certeau – se produzem sobre a interdição das línguas dos imigrantes, com um efeito espesso de que ela teria se produzido em tempos longínquos, imemoriais.

Temos clara consciência do quanto é delicado o recorte que fazemos, por diversas razões. Primeiro porque, entre as diversas memórias discursivas que constituem a formação social brasileira, tomamos para estudo uma que não consta, para olhares de superfície, entre os temas “politicamente corretos” em vigência. Não se têm disponíveis em nosso imaginário discursos que vinculem imediatamente a população de imigrantes como um setor que enfrentou dificuldades sérias de sobrevivência, tanto quanto os trabalhadores escravos e os indígenas, no processo de formação econômica do país. Imediatamente contrapostos ao trabalho escravo em nossa memória social, os imigrantes aparecem não raramente como tendo logo bem provido suas condições de vida. Na verdade, basta que nos iniciemos minimamente nas leituras que descrevem as condições de instalação dessa população no solo brasileiro para que esse imaginário se dissipe. Depois nos damos conta que, de fato, não são sempre formações discursivas prezáveis que priorizam o tema da “imigração européia” para o Brasil. Sob esse tema se introduzem objetos os mais diversos, já visíveis desde o modo como são nomeados: como “descendentes de europeus”, “italo-brasileiros”, “pioneiros”, etc., dos quais procuramos nos desvencilhar para alcançar aspectos condizentes com a condição dos sujeitos observados e com nossa própria posição discursiva. Ainda um terceiro fator contribuiu para opacificar a construção do objeto, ao nos darmos conta da

força histórica com que vigora em escala ampla a explicação da interdição das línguas dos imigrantes como plenamente explicada pela referência à Segunda Guerra Mundial. O trabalho para contornar evidências estabelecidas nesses diversos domínios consistiu de um esforço efetivo ao longo da construção do objeto teórico que colocamos em análise.

Um outro fator que mereceu um trabalho de ajuste na pesquisa diz respeito ao modo de relação entre o particular e o universal. A imigração italiana no Brasil consiste de um tema que por si já apresenta dimensões gerais e particulares, porque, atingindo a ordem da nacionalidade, envolve procedimentos concernentes à administração da Nação como um todo, mas, tendo-se dado em áreas empíricas específicas da Nação, (Estados, regiões), apresenta ao mesmo tempo aspectos particulares. O estudo encontra-se desse modo cauteloso em generalizações que envolvam elementos de caráter mais empírico, mencionando apenas diferenças que se mostram independentemente de uma pesquisa que levasse em conta todas as regiões de imigração densa no Brasil. Contudo, não deixamos de falar de um modo mais geral sobre certos aspectos considerados relevantes para a compreensão da memória da imigração, em sua relação com a nacionalidade, em nossa configuração social. Por outro lado, trabalhamos também aspectos teóricos que apontam a produção de certos efeitos de evidência do que seja o universal/geral (enquanto nacional) e o particular (local), quando se tratam de aspectos ligados à “cultura” dos imigrantes e à nacionalização.

Empiricamente, tomamos como *corpus* de análise materiais de linguagem, orais e escritos, produzidos por uma população originária de imigrantes italianos, em comunidades com atividades econômicas baseadas sobretudo na agricultura de pequena propriedade (nos municípios de Rio Bananal e Linhares), no Estado do Espírito Santo. Foram realizadas gravações em fitas k7 e em vídeo, em diversos momentos durante a pesquisa, entre 1993 e 1997, e recolhidos textos escritos de circulação local (estadual). Também acompanhamos e participamos de três festas comunitárias envolvendo até quatro gerações de famílias, de bisavós a bisnetos.

As gravações em K7 consistem de dez entrevistas com indivíduos de idades diversas (de 20 a 80 anos), e de cinco conversas em grupo, em situações de visitas, sempre com pessoas comuns da comunidade, isto é, que não estão representadas no imaginário local a partir de categorias como “pioneiros”, “típicos” italianos, etc.. São donas de casa, mecânicos, professoras, agricultores, um alfaiate. As gravações foram transcritas, e se encontram identificadas neste nosso texto com números atribuídos a cada entrevista e a cada situação de conversa (como E1p5

e S3p7, significando “Entrevista No. 1, página 7” e “Situação No. 3, página 7”). Dentre os materiais escritos, consultamos diversos textos e documentos no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (leis: decretos, portarias; memorial da Secretaria Estadual de Educação, relatórios de professores e inspetores de ensino das décadas de 20 e 30, um relato de inspeção especial do cônsul real da Itália (1895), entre outros). E textos de ordem mais geral sobre a imigração italiana para o Brasil, tanto no A.P.E.E.S. quanto no Arquivo Edgar Leuenholt (IFCH, Unicamp).

No processo de construção do objeto teórico que vamos analisar – a memória oral dos imigrantes como memória discursiva – o sujeito imigrante deixa entretanto de figurar como o locutor empírico do discurso, e passa a ser compreendido como um lugar discursivo produzido a partir de relações entre as imagens que os interlocutores fazem a respeito de si, do outro, dos seus lugares (do lugar dos imigrantes e do lugar da nacionalidade), dos objetos do discurso, e também dos “códigos” (língua), a partir e através dos quais falam os sujeitos.

Como lugar também é considerada a voz da nacionalidade, enquanto discurso. Contudo, mais do que uma simples questão de método, queremos ressaltar aqui que essa consideração, pontuando formas específicas pelas quais as vozes “trazidas pelos ventos do Estado” galgam o sujeito adquirindo estatuto de real por meio da eficácia material do imaginário, não pode deixar de suspender de algum modo a sua evidência, a naturalidade de seu dispositivo de administração dos sujeitos. Se esta suspensão não alcançar efetuar-se ao longo do texto, a pesquisa terá escapado em algo aos seus interesses.

No que segue, apresentaremos, inicialmente, os pressupostos teóricos e aspectos metodológicos que dão base para as análises sobre a memória discursiva, na Introdução. Em seguida estudamos, no Primeiro Capítulo, as condições de produção da interdição oficial das línguas dos imigrantes no Brasil. Dessa interdição escapa de um certo modo a prática oral da língua e da memória discursiva, conforme as análises do material de linguagem realizadas no Segundo Capítulo. No Terceiro Capítulo, estudamos o modo de ordenamento da memória discursiva da imigração no conjunto das memórias discursivas (interdiscurso) presentes na sociedade, onde ganha destaque o funcionamento da representação temporal das memórias discursivas, que organiza sentidos que se encontram de modo constitutivo na prática de linguagem da população originária da imigração.

INTRODUÇÃO

DA MEMÓRIA NO DISCURSO

...aquilo que é constantemente atribuído por Claude Simon como a própria experiência do ato de escrever – ‘ser forçado a apresentar *uns após outros os elementos que na realidade se sobrepõem*’; quando eu escrevo sou forçado a dominar esse magna de sensações, de lembranças, de pensamentos... que habita em mim *simultaneamente* [...] *É mesmo necessário que eu os alinhe segundo uma determinada ordem, uma vez que a escritura é linear.*

J. Authier.

1. Preâmbulo

Para tornar compreensível o funcionamento da memória no campo do discurso político, J. -J. Courtine apresenta uma anedota¹ que faz repercutirem efeitos relacionados a vários de seus aspectos. Em fevereiro de 1948, o dirigente comunista K. Gottwald discursava na sacada de um palácio, em Praga, para uma multidão espremida na praça. Rodeado de companheiros, bem perto dele encontrava-se Clémentis. Como fazia muito frio e Gottwald estava com a cabeça desprotegida, este, solícitamente, tirou sua boina e a colocou na cabeça de Gottwald. Foram depois distribuídos milhares de exemplares da foto da sacada em que o dirigente, com a boina, rodeado de companheiros, falava ao povo. Afixada em manuais e museus, todos conheceram essa foto. Quatro anos mais tarde, acusado de traição, Clémentis caiu. O Setor de Propaganda tratou de apagá-lo imediatamente da história e, claro, da foto. A partir de então, Gottwald aparecia só na sacada. Onde estava Clémentis, só se via o muro vazio do palácio. De Clémentis restou apenas a boina na cabeça de Gottwald.

O episódio aciona aspectos reincidentes nas reflexões sobre a memória e o discurso: lembrança e esquecimento, o tempo e a duração dos sentidos, o ritual e o cotidiano, o apagamento e a substituição, suas técnicas e estratégias políticas explícitas, o retorno do que foi apagado, a constituição histórica da memória e a sua administração na instituição. Esse processo de apagamento de Clémentis, “perda da referência, esvaziamento na memória histórica que deixa, como uma frágil lacuna, o traço de seu desaparecimento”, como observa Courtine, remete ainda “às ‘línguas de estado’, que esquadrinham a lembrança dos acontecimentos históricos,

¹ Do *Livre du rire et de l'oubli*, de Milan Kundera. Cf. Courtine, “La Toque de Clémentis”, 1986, p. 12.

preenchendo a memória coletiva com alguns enunciados, cuja recorrência organizam, enquanto se dedicam à anulação e empobrecimento de outros”².

Mas essa memória, se tem “um papel”, é também “memória com buracos” (M. Pêcheux). “Memória com eclipses” (M. Fennetaux). “Memória saturada”, “memória de ‘línguas de madeira’ cujos ecos surdos nos chegam, trazidos pelos ventos do Estado...” (Courtine). “Memória do dizer”, como “memória constitutiva” e como “memória institucionalizada”, “arquivo” (Orlandi). “Memória lacunar” (Pêcheux, Courtine, Mariani). “Memória subterrânea”, “contra-memória” (Robin). “Memória coletiva” (Foucault). “Memória social e institucionalizada” (Mariani), “memória representada” (Zoppi-Fontana). Memória histórica... Quantos outros aspectos do objeto teórico assim nomeado a reflexão sobre a linguagem, em sua relação com o discursivo, pode nos fazer testemunhar?

Fundamental nesta nossa pesquisa, o pensamento de Michel Pêcheux, assim como o compreendeu e nos apresenta no Brasil a professora Eni Orlandi – assim consideramos também a obra de sua autoria – congrega, desde o início, de uma maneira ampla, todo um projeto teórico que, trabalhando a idéia de que “o sujeito não é a fonte do sentido; [de que] o sentido se forma na história através do trabalho da memória, da incessante retomada do já-dito”, vai representar “a possibilidade de ler no ‘discursivo textual’ os traços da memória histórica tomados no jogo da língua”³.

As frases-síntese que tomamos emprestadas de D. Maldidier, assim como seria com toda formulação que abrangesse amplamente a forma de conhecimento própria à Análise de Discurso, estão aí para lembrar que o tema da memória aciona os princípios gerais que fundamentaram e sustentam toda a reflexão que se processa a partir desse campo. Noções como as de *formação discursiva*, *interdiscurso/intradiscurso*, *constituição/enunciação do discurso*, *efeito de pré-construído*, *repetição*, *paráfrase/polissemia*, *silenciamento*, dentre outras, encontram-se intrinsecamente concernidas ao tema. Por isso, torna-se uma operação delicada recortar, nesse campo, tópicos precisos capazes de levar à compreensão da relação entre memória e discurso, dada a iminente possibilidade de permanecerem intocados certos princípios, noções e formulações pertinentes, mesmo se “originariamente” não tenham se formulado explicitamente

² Cf. Courtine, *idem*.

³ Cf. D. Maldidier, 1990, pp. 83 e 89, respectivamente. A tradução é nossa, como em todas as citações cuja tradução não constar na bibliografia (exceto quando indicarmos outras).

como efeitos de linguagem relacionados à ordem da memória. Pelo cuidado sobrevivendo dessa dificuldade, gostaríamos de ressaltar que os esclarecimentos que seguem se constituem como algumas localizações meramente *intradiscursivas* (localizações textuais, possíveis de serem apontadas no já-dito) de *formulações* sobre certos lugares e modos de exposição dessa íntima relação entre as noções de discurso e de memória.

Necessárias nessas observações preliminares para introduzir o objeto da pesquisa em seu modo de delimitação/construção teórica, essas formulações não esgotam, certamente, o modo como a noção de memória tem trabalhado e tem sido trabalhada no campo da Análise de Discurso, desde os seus primórdios. Sem nos esquivar da responsabilidade por esse nosso dizer, mas considerando o muito e o múltiplo do que poderia ser dito a esse respeito, gostaríamos de poder contar com a capacidade (ilusória) de contornar a incompletude que é própria da linguagem, de todo texto, de todo dizer (cf. Orlandi, 1988), de modo a alcançar que esta breve retomada e essas poucas formulações pudessem não deixar “desenhado num campo escuro tudo aquilo que poderia ser dito (e que não foi)”, e de assim poder conseguir, contando com generosidade de “ressonâncias interdiscursivas” (cf. Serrani, 1997), que essas precisões remetessem para os aspectos *constitutivos*, na teoria, da relação entre memória e discurso.

Se esse desejo contraria em algo o próprio da enunciação, da *formulação* do dizer, esperamos poder ter presente então a consideração de que as *formulações* assim *explicitadas*, *localizadas nos textos*, vão produzindo e conduzindo a reflexão também de um outro modo próprio à linguagem, que é o modo *interdiscursivo*, *constitutivo*, ou seja, em uma maneira de compreender que, por constitutiva, não se oferece à possibilidade do dizer, não é da ordem da *formulação*, representável. Como aprendemos ao longo da reflexão, a partir dos trabalhos de P. Achard e de M. Pêcheux (1984), a *memória discursiva* não se esgota na ordem do “efetivamente ouvido”, do “realmente formulado”; ela se apresenta no domínio das identificações/filiações discursivas como uma *base que regulariza* a possibilidade de qualquer dizer. Desse modo, no decorrer dessa reflexão, no intervalo entre uma instância e outra, entre as observações já *formuladas* sobre a memória discursiva em relação a um objeto específico inserido em uma prática específica e a *compreensão* desse “mesmo” real inscrito em outra prática, os sentidos sobrevivem, dessas duas instâncias (da formulação e da constituição), para trabalhar, por sua vez, em seu turno, o próprio desse “mesmo” real tal como inserido em *outra* prática. O trabalho que assim vai se delineando adquire contornos escorregadios quanto à possibilidade de retomadas

fixas das formulações teóricas, inclusive com relação a estas aqui inicialmente explicitadas, quando as pensamos relativamente à situação de linguagem particular a que a análise concerne, no decorrer do texto.

A impossibilidade dessa retomada integral se reapresenta em uma incômoda tensão/batimento, neste nosso texto, entre duas instâncias de discursos, digamos, uma de natureza mais teórico/“abstrata”, configurada pelas formulações disponibilizadas na “disciplina”, e uma outra, de aparência mais “empírica” e prática, que emerge quando as noções se formulam relativamente ao objeto analisado. Essa tensão não deve estar desvinculada daquilo que observa M. Pêcheux (1988) sobre o funcionamento discursivo (n)dos dizeres que se apresentam sob a forma/aparência da universalidade, ao refletir sobre o modo como esses dizeres sempre se religam a lugares de observação (lugares discursivos) particulares. Segundo o autor, há na tensão das formações discursivas entre si uma particularização do universal, que é confrontada com uma universalização do particular⁴. No campo movedição dessa tensão, entrevisto por quem trabalha com a linguagem, sendo as definições constituídas da mesma matéria que se analisa, uma tal “*décalage*” (intervalo, desprendimento, distância) resulta ainda dos limites/aberturas que jogam no próprio funcionamento da memória, que tem no *esquecimento* uma contraparte constitutiva, intrínseca, indomável.

Desse funcionamento resulta a impossibilidade de controlar/esgotar a textualidade de tudo aquilo através do que foi se formando a compreensão, tal como trabalhada ao longo do texto, de certos aspectos discursivos da memória, em sua relação com a língua e com a oralidade, pensadas em uma situação histórica decorrente da inserção de imigrantes estrangeiros no Brasil, enquanto uma sociedade nacional específica. Essa formação/compreensão dos sentidos se constitui para nós, desse modo, de maneiras distintas e intercaladas; seja claramente através de formulações, definições, enunciados “efetivamente ouvidos” – que procuramos manter o mais “literalmente” possível, como convém na prática discursiva institucional em que este texto se insere – seja, de um outro modo, por meio de efeitos de sentido menos “transparentes”, não ainda ou não de todo formulados, por entre as lacunas e a obscuridade do dizer, por um retorno não evitável “dos

⁴ Os discursos contêm este jogo nas próprias formas lingüísticas, mais universalizantes ou mais particularizadas, marcadas sobretudo pela presença/ausência dos elementos “determinativos” na sintaxe. Estudando a presença da “determinação” no discurso, em nosso trabalho de 1995, observamos essa tensão em seu funcionamento no interior de uma prática discursiva específica, compreendendo como os efeitos do teórico/abstrato e do concreto/empírico

sentidos sobre os sentidos”, a que nos encontramos submetidos, todos, e que, incessante e móvel, embaralha o “efetivamente ouvido”, produzindo a partir dele o que compreendemos, com Pêcheux (1990b), como um “relançar indefinido das interpretações”, comum a toda tomada da palavra e a todo sujeito enquanto inscrito na ordem do simbólico⁵. A formação dessa compreensão se dá um tanto, assim, pois, pelo direito, como também um tanto pelo avesso, no interior dessa obscuridade com que os sentidos vão se formando, com que vão se constituindo em seu estatuto de memória discursiva e vão trabalhando em nós, sem nosso conhecimento, tanto mais do que por nosso consentimento. Mas quem dentre nós não pensa também “por estrangulamento”, por entre sentidos que se agitam espremendo-se para encontrar um lugar de alojamento provisório em meio a tantos outros com que se defrontam, na busca por certos parâmetros de referência, depois da consciência de que o real tem também o estatuto de sentido?

Esgotar as referências que assim atuam nesta reflexão, querer contornar os riscos que o esquecimento e a incompletude acarretam na memória discursiva – qual, como seria uma tomada da palavra que não carregasse, por si mesma, essa responsabilidade? – corresponderia à vontade-fantasia presente, sim, em meio a um inesgotável e cansativo desejo de completude, de percorrer novamente todo o campo das reflexões abertas pelo(s) trabalho(s) com o discursivo na linguagem, para rastrear as (possíveis) origens desse nosso dizer, além daquela de re-trabalhar pontualmente tudo aquilo que, vindo de áreas diferentes, procuramos ler a partir da preocupação com o que é o propriamente discursivo em relação ao que se chama em geral de “memória”.

Por tudo isso, na falta intrínseca que constitui tal impossibilidade de exatidão nessa retomada, mesmo assim localmente, intradiscursivamente, queremos reconhecer, para tudo o que já se dissolveu para nós em seu caráter de alteridade, cujas origens esquecemos e cujas formas assumimos como “nossas”; para tudo aquilo que, ao longo das leituras, dos cursos, da orientação, dos seminários, dos projetos de pesquisa coletivos⁶, dos debates e conversas, enfim, para tudo o

resultam de possibilidades dêiticas da linguagem, ligadas a lugares de fala específicos configurados nas práticas discursivas.

⁵ Barthes, em *O prazer do texto*, também se refere a isto que sempre se vive como um defeito congênito da leitura. Na segunda linha, ele diz, o texto que ele lê já não é mais aquele do autor. A experimentação desse “desvio” não é simplesmente *prazerosa*, como sabe o autor. Ela se produz por um embaralhamento, sinônimo de obscurecimento, este equívoco da língua que se vincula à tristeza de um não-acesso fundante por ela introduzido: ao outro, ao real, ao próprio do sujeito. Isto que lança à procura sem fim de um esclarecimento sem fundo, e que o separa dos consensos que, apartada da consciência sobre o equívoco, a literalidade da língua viria ilusoriamente garantir.

⁶ Queremos mencionar de modo especial as oportunidades de reflexão, debates e desenvolvimentos desta pesquisa proporcionadas pelos projetos de pesquisa “História das Idéias Lingüísticas: a Construção do Saber Metalingüístico e

que constituiu a possibilidade do dizer que se formula nesta reflexão; o seu “*papel de memória*” *constitutiva*: “*a base para a regularização da materialidade discursiva complexa*”⁷ com que nos defrontamos, na construção deste texto, ele também um espaço de memória, ou seja, um “*espaço potencial de coerência em relação aos sentidos*”, embora não sem limites, falhas, deslocamentos, etc.. Todos esses dizeres têm em relação ao nosso trabalho um estatuto de “*condição do legível em relação ao próprio legível*”⁸, com relação ao objeto específico lido/observado na pesquisa.

Dessa maneira, por meio desses diversos modos, todo um campo de saber sobre a memória no discurso leva nossa atenção a voltar-se para a relação entre a memória discursiva, a língua e a oralidade, no campo relativo à “*imigração italiana*”⁹, enquanto um aspecto do real que, do interior do conjunto tenso das memórias discursivas presentes em nossa conjuntura histórica, veio colocar-se diante de nós como uma questão-estímulo para, novamente – e apesar de tudo – tomar a palavra, e ensaiar dizer.

2. Da memória no discurso

Uma forma de introduzirmos, desse modo, algumas das especificações conceituais que fundamentam o trabalho seria, então, a retomada de algumas das formulações através das quais a noção de memória, presente, como dissemos, de modo intrínseco na *formação* da teoria do discurso passa a ser *formulada* mais explicitamente como tal. Seria retomar, em termos tão-somente de *intradiscurso*, o modo como o termo *memória* se apresenta nessas formulações, para daí obter algumas considerações sobre a sua compreensão no campo específico a que o trabalho concerne.

Um ponto dessa localização encontra-se, segundo D. Maldidier (1990), no trabalho de J. - J. Courtine (1981). Ele introduz o termo através de uma modificação na noção de “campo associado” do enunciado, tal como aparecera em Foucault, para recolocá-lo em um domínio propriamente discursivo, considerando, conforme a perspectiva metodológica proposta por

a Constituição da Língua Nacional” e “Discurso, Significação, Brasilidade”, ambos coordenados pela Profa. Eni P. Orlandi, no Instituto de Estudos da Linguagem, na Unicamp, de que participamos e de que faz parte, assim, esta nossa reflexão.

⁷ Cf. M. Pêcheux (1984) e P. Achard (1984).

⁸ *Idem*.

⁹ O modo de referir ao objeto discursivo em questão (“*imigração italiana*”, “*descendentes de imigrantes*”, “*italo-brasileiros*”, “*colonizadores estrangeiros*”, “*colonos imigrantes*”, etc.), já permite questionamentos que remetem a

Pêcheux, o modo material sob o qual têm existência, na língua, as *formações discursivas*, compreendidas como padrões de referências semânticas “que determinam o que pode e deve ser dito (...) a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares” (cf. Pêcheux, 1990d:166).

Observando que a noção de memória “parece subjacente” à análise das formações discursivas em *A Arqueologia do Saber*, Courtine a retoma observando:

toda formulação possui em seu ‘domínio associado’ outras formulações, que ela repete, refuta, transforma, denega (...), quer dizer, mediante as quais ela produz efeitos de memória específicos: mas toda formulação entretém igualmente com as formulações com as quais ela coexiste (seu “campo de concomitância”, diria Foucault) ou que lhe sucedem (seu “campo de antecipação”) relações cuja análise inscreve necessariamente a questão da duração e a da pluralidade dos tempos históricos no centro dos problemas que a utilização do conceito de FD [formação discursiva] coloca (Courtine, op. cit., p. 52).

Para trabalhar localmente a noção de “campo associado” nas formulações que constituem um *corpus*, o autor delimita a noção de memória, ao relacionar as seqüências discursivas quanto às suas formas de ligação entre si, observando que o enunciado possui com efeito um *domínio associado*, “sem a existência do qual a ‘função enunciativa’ não pode se exercer”, e que “consiste em uma rede de formulações nas quais o enunciado se insere e forma elemento” (idem, p. 43).

Assim, no papel do que se poderia entender como memória do enunciado, “um campo associado” compreende, segundo o autor, duas ordens diferentes de formulações. Uma se constitui das “formulações no interior das quais o enunciado se inscreve e forma um elemento em uma seqüência discursiva. O enunciado ali se encontra definido por sua inscrição em uma *representação na seqüência horizontal, ou intradiscursiva*”. Compreendemos essa ordem como aquela da filiação de uma formulação a outra, no sentido de que ambas fazem parte de uma mesma formação discursiva, de que um enunciado se coaduna a outro “já ouvido”. A outra ordem de formulações associadas ao enunciado diz respeito àquelas “às quais o enunciado se refere (implicitamente ou não), seja para repeti-las, seja para modificá-las ou adaptá-las, seja para opor-se a elas, seja para falar delas por sua vez; não há enunciados que, de uma maneira ou de outra, não reatualiza outros” (idem, p. 43). Como tal entendemos, por exemplo, o reaparecimento

diversas memórias discursivas, a diversos campos de saber. Maiores especificações sobre o objeto de estudo ganharão concretude no decorrer do texto.

subreptício de objetos discursivos e de “pré-construídos”¹⁰ caros a uma formação discursiva no interior de seqüências que se inscrevem em outra formação discursiva. Neste sentido, o próprio enunciado de base trabalhado por Courtine constitui um lugar material em que tal reaparecimento se mostra claramente: “*não é X que P*” (do tipo “*a violência, não é dos comunistas que ela vem*”). O autor torna claro como esse enunciado recoloca em cena, enquanto “campo associado”, um outro enunciado que se inscreve em outra formação discursiva, do tipo: “*a violência, é dos comunistas que ela vem*”.

Neste sentido, então, no funcionamento da memória discursiva, a ligação de uma formulação com uma cadeia de outras formulações pode não ser deliberada, de modo que as formulações se ligam a outras mesmo quando (ou mesmo porque) se quer apagá-las (a boina de Clémentis... ela permanece lá). O rastro dessas outras formulações em geral se faz marcar por índices pontuais, mecanismos do “discursivo textual”, que a análise discursiva pode reencontrar. Desse modo, veremos no decorrer do trabalho os efeitos de memória em um determinado discurso nacionalista, com Getúlio Vargas, na década de trinta, que enuncia a unidade lingüística junto à unidade política da Nação: *falamos a mesma língua, formamos um só povo*. Esta ordem de formulações tem como “campo associado” todo um conjunto de outros enunciados/formulações que recobrem uma “realidade” outra, de diversidade lingüística e de confrontos políticos, e que é reintroduzida involuntariamente pelo próprio do discurso, da memória discursiva, vindo recolocar nesse discurso a presença daquilo que ele apaga.

A dupla ordem mencionada de formulações que o “campo associado” congrega leva a pensar no modo como os dizeres entretêm então em suas relações certos “efeitos de memória”¹¹ que remetem para um determinado espaço “virtual” de sentidos, “exterior” à formação discursiva, que tem sido chamado de *interdiscurso*. Esta noção se refere justamente à relação da formação discursiva com o seu “exterior”. M. Pêcheux propõe assim denominar “*o todo complexo com dominante*” das formações discursivas (1988:162), e também “o exterior específico” de uma FD

¹⁰ Pré-construído, segundo P. Henry (1975) é o efeito de sentido produzido por um elemento que se configura sintaticamente como sendo da ordem pré-existente ao dizer. Trata-se de uma formulação pela qual o autor dá lugar, no interior do domínio da linguagem, aquilo que, à maneira dos mecanismos das orações explicativas e determinativas, se apresenta como sendo do domínio não da linguagem, mas das coisas ou do pensamento, ou seja, aquilo que aparece sintaticamente como estando assegurado anterior e exteriormente ao domínio da linguagem. Pêcheux (1988) se refere à noção como “o impensado do pensamento”.

¹¹ Cf. Courtine, *op. cit.* onde se entende efeitos de memória como resultados de montagens seqüenciais de linguagem específicas por onde se nota a ligação discursiva de um enunciado com outro.

[formação discursiva] “enquanto este irrompe nesta FD para constitui-la em lugar de evidência discursiva” (1990c:314). Esta noção reenvia pois, na mesma perspectiva do que se dizia acima, ao fato de que nenhuma *formação discursiva* tem existência própria isolada, mas sempre se constitui na relação com outras. Orlandi (1990:42) observa que a noção de interdiscurso se refere ao

lugar de constituição dos sentidos, a verticalidade (domínio de memória) do dizer, que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito”, e que “a relação entre as formações discursivas é ‘soldada’ pela existência do interdiscurso. E a exterioridade (...) constitutiva só se define em função do interdiscurso, ou melhor, essa exterioridade tem o seu modo de existência definido pelo interdiscurso.

Assim, a noção de memória, trabalhada inicial e localmente como memória do enunciado, se expande, no encontro com a de interdiscurso. Nesse sentido, Malidier (op. cit.:87) observa que aquilo que se entende como um “corpo sócio-histórico de traços discursivos que constituem o espaço de memória” passa a ser explicitamente assimilado ao interdiscurso. O espaço “virtual” dos sentidos de um dizer enquanto interdiscurso, que é acionado pela enunciação/formulação, leva Courtine a considerar que “a noção de memória discursiva concerne à *existência histórica do enunciado* no seio das práticas discursivas”¹².

Significando como interdiscurso, a noção de memória atinge portanto a própria natureza da significação, enquanto produção de sentidos a partir das relações que se estabelecem entre enunciados, concernidos por condições de produção nas práticas discursivas. Nesse sentido, a noção de memória tange de perto a língua e a interpretação, tal como se encontram em Orlandi (1996):

Para que a língua faça sentido é preciso que a história intervenha. (...) A interpretação (...) não é mero gesto de decodificação, de apreensão do sentido. Também não é livre de determinações. Ela não pode ser qualquer uma e não é igualmente distribuída na formação social. O que a garante é a memória sob dois aspectos: a) a memória institucionalizada, ou seja, o arquivo, o trabalho social da interpretação em que se distingue quem tem e quem não tem direito a ela; e b) a memória constitutiva, ou seja, o interdiscurso, o trabalho histórico da constituição da interpretação (o dizível, o repetível, o saber discursivo). A interpretação se faz, assim, entre a memória institucional (arquivo) e os efeitos da memória (interdiscurso). Se no âmbito da primeira a repetição congela, no da segunda a repetição é a possibilidade mesma do sentido vir a ser outro (...). O dizer só faz sentido se a formulação se inscrever na ordem do repetível, no domínio do interdiscurso (Orlandi, 1996:67-68).

¹² Cf. Courtine, *op. cit.*, p. 53.

Assim, o discurso sobre a unidade da língua nacional na década de 30, proferido, entre outros, em face da presença de imigrantes no Brasil, que passa a vigorar como a interpretação oficial que constituirá a memória social brasileira a partir de então, se produz na contra-face das outras interpretações possíveis a partir de outros lugares discursivos que foram apagados. Nesta situação específica, entretanto, além do apagamento que é próprio à natureza de toda formulação, ocorre um apagamento deliberado das outras memórias discursivas, através da interdição da língua dos imigrantes, o que já é da ordem do que Orlandi (1992) considera como uma “política do silêncio”.

Em diversos momentos de sua obra (1990, 1992, 1996b, 1996c), refletindo sobre o modo pelo qual o *silenciamento* atua nos processos histórico-discursivos, Orlandi nos leva a “compreender a historicidade da construção discursiva do poder-dizer”, que se encontra relacionado à “política do silêncio”¹³. Em um nível mais geral desta política, observa a autora, “funciona a ‘forclusão’ do sentido, o silêncio constitutivo, ou seja, o mecanismo que põe em funcionamento o conjunto do que é preciso não dizer para poder dizer”. Esta política

se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada. (...) Se diz “x” para não (deixar) dizer ‘y’, este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não-dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma “outra” formação discursiva”, uma “outra” região de sentidos. O silêncio trabalha assim os limites das formações discursivas, determinando conseqüentemente os limites do dizer (Orlandi, 1992:75-76).

Ao lado do silenciamento constitutivo de todo dizer, que faz com que “dizer e silenciamento sejam inseparáveis”, a autora observa como parte dessa política, o silêncio local, “que é a manifestação mais visível desta política: a da interdição do dizer”. Da política do silêncio, enquanto interdição do dizer, faz parte a censura, diz a autora, como “uma estratégia política circunstanciada em relação à política dos sentidos: é a produção do interdito, do proibido” (Orlandi, 1992:77).

Nessa perspectiva, a interdição das línguas dos imigrantes, enquanto parte da política de silêncio produzida em uma situação histórica especial, regulamenta a permanência de um sujeito estrangeiro no interior de uma Nação, enquanto sujeito a se inscrever em uma posição discursiva que se coadune à memória discursiva da nacionalidade brasileira. Dessa memória participa o português enquanto concernente a essa nacionalidade. Em face dela, as outras línguas de

imigrantes estrangeiros introduzem a memória de outras nacionalidades, sob o signo de outras línguas nacionais.

Deste modo, considerando a noção de memória de um modo mais abrangente, próxima à de interdiscurso, lidamos com uma situação em que o específico da discursividade a ser considerado tem como característica fundamental não propriamente a de constituir-se em um “enunciado” enquanto um “conteúdo sócio-histórico”, mas a de se dar como a *enunciação de/em uma língua*, enquanto uma língua específica X, e não Y, como o português ou o italiano, ou ainda no sentido de uma materialidade lingüística terceira, resultante da mistura dessas línguas (cf. Orlandi (1996) e Puccinelli-Orlandi (1996)), que atesta assim, ainda, a presença da memória discursiva da outra língua, que devia ser apagada.

O estudo dessa situação leva a considerar que, enquanto modo de remissão de um enunciado a outro, de um discurso a outro, de um sentido a outro, a memória pode ser compreendida, para além dos espaços e dos efeitos textualmente observáveis, efetivamente ditos, como um princípio presente na própria significação, de maneira ampla, em seu próprio modo de se dar na relação do homem com a linguagem.

Desde as inquietações mais básicas sobre a língua e a significação, sobre a relação entre a linguagem, a significação (imagem) e o mundo, a noção de memória encontra lugar, se pensamos na sua estreita ligação com a *repetição*. Questões como a de saber qual é o modo pelo qual uma emissão física de sons se transforma em uma imagem sonora significativa; ou ainda como uma dada forma visual de um objeto físico no mundo se torna algo da ordem da imagem significada, podendo ser acionada por meio da *repetição* da emissão sonora, enquanto *palavra*, são questões que não estão desvinculadas do funcionamento da memória e da repetição no processo de significar próprio à língua.

O mecanismo da repetição, na língua, vincula-se à mais elementar possibilidade de reconhecimento do *mesmo*, isto é, de que a forma de um objeto físico do mundo ou de uma emissão sonora, repetidos, se transformem/inscrevam enquanto matéria re-conhecida, imagem significada, na língua. Criando pistas, lastros, sinais, a repetição domestica a memória, ao se dar como língua. O reconhecimento do mesmo (o repetido) cria memória na e para a língua, e daí para as imagens significadas, os sentidos, os percursos de sentidos, os discursos, enfim.

¹³ Cf. Orlandi, 1992:75-76.

Com isso estamos ressaltando o quanto, ao se falar sobre a própria língua, enquanto produção humana, sócio-histórica, também se está falando de memória, porquanto nela funciona a repetição. A memória trabalha e é trabalhada, pois, na própria língua, e isto constitui o fundamento do que entendemos como discurso. Daí podermos dizer que há memória na língua. Há memória discursiva já na língua, não em uma dimensão suposta como ulterior a ela. Para significar, a língua supõe memória, ao se dar como repetição.

Ao falar sobre este aspecto específico da repetição, gostaríamos de ressaltar entretanto que não estamos falando da “*língua na memória*”, no sentido de uma língua “localizada” na memória no sentido de memória de um indivíduo. Falamos, por outro viés, não sobre a “*língua na memória*” mas sobre a memória “na” língua, isto é, sobre o modo como os sentidos produzidos e sustentados socialmente, pela repetição, se encontram nisto que chamamos de *língua*, enquanto discurso. Nesta perspectiva, podemos compreender que o modo como uma sociedade, um povo, produz sentidos historicamente encontra-se marcado em sua linguagem, no modo como ele fala a “sua” língua, ou melhor, a língua que lhe é dado falar por sua história.

Esse modo de considerar a memória na língua apresenta entretanto desdobramentos e contornos que se devem discernir conforme os ângulos com que se observa a relação entre língua e memória discursiva. Ao centrar-se o foco de atenção sobre a memória “na” língua, está-se considerando a relação entre ambas a partir do ângulo da memória histórica, sob a forma da memória discursiva, presente na língua. Neste sentido podemos considerar o estatuto da língua falada pelos descendentes dos imigrantes enquanto parte do “arquivo” concernente à sua história, no sentido de que compreender a sua língua leva à compreensão da sua história. Assim, a língua é tomada como parte da história, e a história significa *com a, através da* língua.

Por outro lado, se tomamos o ângulo inverso, a partir da língua, focalizando-a de conformidade com o que esta significa por sua relação com a história, então está-se considerando a memória “da” língua, isto é, a memória histórica (discursiva) é parte constitutiva da língua em que essa história se dá. Nesse sentido é a língua que significa por sua relação com a história, no sentido de que o fato de um dado sujeito/cidadão falar uma língua X – seja o italiano – no Brasil, em 1880, em 1939 ou em 1990 implica em diferentes modos de fazer essa língua “significar” na história.

Nesse sentido, mais do que jogos de palavras, vemos nesses deslocamentos de olhares sobre a relação entre memória discursiva e língua a formulação das faces múltiplas dessa relação,

tal como se pode observar com relação à prática discursiva que tomamos em consideração. No decorrer do trabalho, esses aspectos funcionam, sob múltiplos ângulos, na constituição tanto da história, em sua memória discursiva, na qual a língua participa de um certo modo, quanto da(s) língua(s), em que a história participa por seu lado, fazendo-a(s) significar, como língua nacional, como língua estrangeira, língua materna, língua familiar, etc.. Todas essas dimensões da língua funcionam de fato na constituição do sujeito de linguagem, que já é sujeito de direito desde a responsabilidade elementar por seu dizer, conforme observa Haroche (1984), porém ainda mais, conforme a situação observada, enquanto imigrante, dado o estatuto de “estrangeiro” em meio à nacionalidade brasileira, desde o momento em que esta noção (de nacionalidade) é movimentada/conturbada por importantes acontecimentos de ordem jurídico-política, em que jogam a língua e a nacionalidade de cidadãos italianos no Brasil. Nesse contexto, o sujeito de linguagem, por ser sujeito de uma língua X e não Y, é interpelado ainda mais explicitamente como sujeito de direito por sua ligação a uma língua que para ele é “materna”, mas que nessa situação é confrontada como língua nacional de outro país. Nesses aspectos da relação entre memória discursiva e língua incide a importância de se considerarem os processos discursivos da situação analisada sob os ângulos tanto da memória “na” língua quanto da memória “da” língua, para se compreender o processo histórico de que participa o sujeito imigrante.

Certamente, a aproximação assim colocada entre as noções de memória discursiva e de memória da/na língua decorre de uma abordagem particular da língua própria ao campo da Análise de Discurso, como dissemos. Nesse sentido, Orlandi (1992:70) afirma que “é porque a história se inscreve na língua que esta significa. Daí o equívoco necessariamente constitutivo da significação que é ao mesmo tempo sistema e acontecimento”. Em *La langue introuvable*, F. Gadet e M. Pêcheux trabalham também nesta perspectiva, não tomando o objeto língua como um dado, mas tornando visíveis os modos de constituição da língua como objeto da Linguística, sempre na contraposição de um núcleo (sistema) às suas margens (equívoco, *witz*, erro) relacionando essa constituição à configuração das línguas nacionais. É, assim, a partir de uma consideração enquanto “*base material* dos processos discursivos”, como propõe Pêcheux (1990d), processos em que joga a história na/da língua, que o objeto *língua* se deixa compreender em outras dimensões.

Como podemos notar, o estatuto da noção de memória, enquanto memória discursiva, expande-se para além do domínio da formulação/enunciação das relações intradiscursivas que os dizeres entretêm entre si, conforme as demonstrações de Courtine.

Enquanto “modo de existência histórica do enunciado”, a memória discursiva pode ser compreendida então em uma analogia com o próprio conceito de *formação discursiva*. É a compreensão a que chega Courtine, a partir do estudo das particularidades da relação entre um enunciado e o seu “campo associado”. “Queremos ressaltar”, diz o autor, “a existência de uma FD [formação discursiva] como ‘memória discursiva’”¹⁴.

Essa analogia nos parece presente também nas reflexões posteriores de P. Achard (1984) e de M. Pêcheux (1984)¹⁵ sobre o papel da memória nas construções discursivas, do modo como segue.

P. Achard, partindo de considerações sobre o *implícito* na linguagem, observa fundamentalmente que não se trata aí de algo da ordem do “realmente-já-ouvido”, da memorização, e que portanto a explicitação do implícito não é necessária *a priori* na compreensão do texto, pois “o implícito trabalha (...) sobre a base de um imaginário que o representa memorizado”. Disso decorre sua observação de que “a memória não restitui frases escutadas no passado mas julgamentos de verossimilhança sobre o que é reconstituído pelas operações de paráfrases”. Essas operações são consideradas pelo autor presas a regularidades, que repousam sobre um jogo de forças. É engendrando paráfrases que a regularização estrutura a ocorrência, situando-as dentro de séries razoáveis, julgadas possíveis. “O que desempenha nessa hipótese o papel de memória discursiva”, diz o autor, “são as valorizações diferentes”. As paráfrases entretêm desse modo relações reguladas com o “atestado” (no implícito), o não-dito, o pré-construído. Ao nosso ver, essas observações se coadunam à definição acima apresentada de formação discursiva, como um padrão de referências semânticas que determinam aquilo que pode e deve ser dito a partir de uma dada posição em uma dada conjuntura.

Assim também M. Pêcheux (1984) se atém à observação de que a questão do papel da memória “lev[a] a abordar as condições (mecanismos, processos...) nas quais um acontecimento histórico (um elemento histórico descontínuo e exterior) é susceptível de vir a se inscrever na

¹⁴ Cf. Courtine, *op. cit.* p. 53.

continuidade interna, no *espaço potencial de coerência próprio a uma memória*". Adiante, o autor retoma "a questão da memória"

como estruturação de materialidade discursiva complexa, entendida em uma dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os implícitos (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível" (Pêcheux, 1984).

Nessa mesma perspectiva, que estamos considerando, da analogia entre formação discursiva e memória discursiva, Pêcheux (1990) vai se referir ainda à "*existência de um corpo sócio-histórico de traços discursivos que constituem o espaço da memória*". Assim, como se pode notar, as noções de memória e de formação discursiva passam a funcionar juntas, de modo geral, na consideração das sistematicidades ideológico-discursivas.

Há que se considerar que, ao lado deste aspecto da memória discursiva que é análogo à formação discursiva, o autor considera, com P. Achard, um outro aspecto, introduzido junto com a noção de *acontecimento*:

a regularização discursiva, que tende a formar a lei da série do legível, é sempre suscetível de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória: a memória tende a absorver o acontecimento, como uma série matemática prolonga-se conjecturando o termo seguinte em vista do começo da série, mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar essa 'regularização' (idem).

Assim, trabalhando o acontecimento como irrupção do novo na formação/memória discursiva, o autor vai chamar a atenção para o fato de que

uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bodas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório e necessariamente um espaço móvel, de divisões, disjunções, deslocamentos, réplicas, polémicas e contra-discursos (...). E o fato de que exista assim o outro interno em toda memória e, a meu ver, a marca do real histórico como remissão necessária ao outro exterior, quer dizer, ao real histórico como causa do fato de que nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior (idem)

Neste nosso estudo, mantemos, de um modo geral, a analogia entre as noções de *formação discursiva* e de *memória discursiva*, quando elas se encaixam formando uma só idéia em relação ao discurso, como funcionamento, no interdiscurso, de regularidades discursivas inscritas em um lugar de fala específico. Contudo, conforme o contexto e a especificidade do objeto de estudo a ser ressaltada, essas noções nem sempre se recobrem. Elas se diferenciam às vezes ao

¹⁵ Falamos desses dois autores e desses seus trabalhos conjuntamente por tratar-se de um debate que os reúne em torno do mesmo tema e nos quais há diálogos e retomadas mútuas. Utilizamos em ambos os textos a tradução de J. H. Nunes, a ser publicada pela Editora Pontes.

remeter à dimensão geral do funcionamento da “memória do dizer” como interdiscurso¹⁶, e à dimensão da memória específica de uma região particular de sentidos, ligada a um determinado lugar de fala.

Por outro lado, a noção de *formação discursiva*, pensada nos termos acima apresentados, se ressalta ainda em seu estatuto de estrutura, ligada à noção de *posição discursiva* na relação de forças das formações entre si. Para ressaltar esse aspecto, mantemos no texto a noção de formação discursiva. Já a noção de *memória discursiva*, podendo significar como formação discursiva, ressaltará outras vezes aspectos da memória do dizer que vão além da sua dimensão estrutural, no sentido em que passamos a expor adiante.

O contexto em que o tema da memória – que se encontrava em funcionamento desde o início – passa a ser *formulado* mais explicitamente como tal, coincide, segundo D. Maldidier¹⁷, com um momento em que interpretações “fixistas” do conceito de *formação discursiva* encontram o seu limite, debatendo-se em torno da impossibilidade do seu fechamento, levando assim ao aparecimento da idéia de “fronteira que se desloca” em função dos jogos ideológicos.

A visibilidade, que ganha terreno então, de que essa noção extrapola um estruturalismo estrito, coloca claramente a importância de considerar, ao lado da idéia de estrutura, aquela de deslocamento/movimento. Isto faz com que se coloque, lado a lado com a estrutura, a noção de tempo, dada a sua relação intrínseca com a de movimento.

Courtine (1981) aponta essa relação, embora de maneira um tanto breve, ao especificar os diversos tipos de formulações (repetições) que podem vir a ser consideradas em um *corpus* de análise. De um modo geral, o autor faz trabalhar uma certa concepção de tempo que, claramente relacionada à memória, se mantém entretanto mais propriamente vinculada à História. Nessa abordagem, à qual permanece ligado Courtine, consideram-se os períodos, épocas, eras, etc., de acordo com significações menos ou mais duradouras, em termos de *tempo curto* e *tempo longo*. Estas são categorias segundo as quais um “acontecimento discursivo” pode ser considerado, para Courtine, enquanto aquilo que irrompe como diferença no discurso, interceptando a cadeia da repetição. Um *tempo curto* apresenta-se, segundo o autor, “na medida dos indivíduos, da vida cotidiana, de nossas ilusões, de nossas tomadas rápidas de consciência – o tempo por excelência

¹⁶ Cf. Orlandi, 1996:75.

¹⁷ Cf. Maldidier, 1990, pp. 69-70.

do cronista, do jornalista”¹⁸. Mas um acontecimento, considera o autor, também pode “dar testemunho de movimentos muito profundos”, e ligar-se “a um tempo muito maior do que a sua própria duração”: um tempo que, “extensível ao infinito”, liga-se “a toda uma cadeia de acontecimentos, de realidades subjacentes, e impossíveis, parece, de se separarem desde então umas das outras”¹⁹. Desse modo, considerando os dois níveis distintos em que uma formação discursiva pode ser considerada e descrita (aquele da *formação/constituição* na história e aquele da *formulação/enunciação* ao nível da repetição), Courtine se limita a observar, no que diz respeito ao tempo, que “os objetos que chamamos ‘enunciados’, na formação dos quais se constitui o saber próprio a uma FD [formação discursiva], existem no *tempo longo de uma memória*, enquanto as “formulações” são tomadas no *tempo curto da atualidade de uma enunciação*”²⁰.

Essa abordagem, conduzida de maneira produtiva no trabalho de Courtine, onde permanece ligada à História, é diferente de uma consideração do tempo que o leve a passar pelo crivo da *linguagem* enquanto uma materialidade específica, em que ele, o tempo, só comparece como *efeito de sentido* de linguagem, como elemento da ordem da significação, sem garantia de qualquer exterioridade ontológica. O tempo será assim considerado, em um dado momento de nosso trabalho, quando nos deparamos com a presença do sentido do tempo em noções como as de “sentidos passados” e “língua de antigamente”; com minúcias excessivas, talvez, sem as quais entretanto não se tornariam visíveis conseqüências últimas da subordinação do “tempo” à materialidade específica da língua.

Entretanto, o que estamos querendo enfatizar com essas considerações sobre o tempo neste momento é que é o próprio estudo da *repetição*, concernente ao espaço da *formação discursiva*, que remete à noção de *tempo*, como um dos aspectos particulares da própria formação discursiva. Isto porque a idéia de *tempo* encontra na de *movimento* o seu princípio básico de constituição. Não se pode falar em tempo sem falar em movimento, desde os princípios físicos mais básicos, estrita e “concretamente” falando, que tomam parte na sua formação (a medida conforme um pêndulo de relógio, o movimento do sol...), até os termos mais “abstratos” caros à Filosofia (o tempo como *medida do espaço percorrido*, em Aristóteles, o tempo como *categoria*

¹⁸ Cf. Courtine, *op. cit.*, p. 52 (citando Braudel).

¹⁹ *Idem*.

²⁰ Cf. Courtine, *op. cit.*, p. 53.

do espírito que apreende o movimento, em Kant, *o tempo criador do movimento*, em Bergson, *o tempo-movimento e o tempo aberto* em Deleuze)²¹.

Se em geral a noção de movimento fundamenta aquela de tempo, no plano do discurso não é diferente. Considerar a repetição, enquanto o que permanece, na relação com o tempo, leva à possibilidade de pensar no deslocamento e no movimento em sua relação com a estrutura. Porque o movimento supõe, em sua constituição, a noção de *espaço* enquanto elemento de referência, como base para a medida. O elemento estável fornece a condição de observação do movimento, assim como a possibilidade de medida do deslocamento em um determinado espaço. Assim é possível pensar no movimento dos sentidos (enunciados transformados) em sua relação com a memória discursiva, considerando esta enquanto elemento constante, repetido (um ponto de permanência, um parâmetro de referência) que atua na possibilidade de se dar uma *significação deslocada*.

Ao lado do papel da polissemia, E. Orlandi (1990:177) observa que o recurso ao *mesmo* sempre é necessário para a significação: “Para que uma palavra faça sentido é preciso que ela já tenha sentido. Essa impressão do significar deriva do interdiscurso – o domínio da memória discursiva, aquele que sustenta o dizer na extratificação de formulações já feitas, mas ‘esquecidas’, e que vão construindo uma história dos sentidos” (cf. Orlandi, 1990:71). Remetendo essa mesma necessidade ao domínio da formação discursiva, M. Pêcheux diz que “o ‘sentido’ de uma sequência só é materialmente concebível na medida em que se concebe esta sequência como pertencendo necessariamente a esta ou àquela formação discursiva” (Pêcheux, 1990d:169). Assim, sem o retorno do mesmo, que permite uma espécie de anteparo para o dizer, na relação com um campo de significação reconhecível, têm-se na linguagem não mais uma significação deslocada, porém uma multiplicidade de sentidos sem parâmetros de referência, no (des)limite onde não mais atua o princípio da significação como eixo de referências da memória discursiva.

Por esse funcionamento, a importância de trabalhar a(s) memória(s) discursiva(s) com que se identificam os grupos sociais, em uma forma social como a nossa, reside, ao nosso ver, não no sentido mais corriqueiro que remete à conservação do passado, à preservação como tal de uma certa “memória-lembrança”, seja no sentido “individual” ou enquanto “patrimônio cultural” de

²¹ B. Piettre (1997) sintetiza os modos de compreensão da relação entre o tempo e o movimento na Filosofia. P. Pál

uma coletividade²², mas justamente na possibilidade de compreender como se dá o deslocamento, para que se possa socialmente, institucionalmente, operacionalizá-lo, onde e quando convém. Porque, em termos das práticas sociais, é sempre o trabalho com o material discursivo (memória) “que estava” que torna possível que o “novo” se inscreva, que faz com que aquilo “que chega”, o diferente, possa se processar enquanto material discursivo. Isso é diferente das formas de intervenção social que se relacionam com a alteridade propondo (impondo) a diferença no interior do mesmo de um modo abrupto (qualquer que seja a qualidade da “diferença” proposta), acarretando rupturas violentas, às vezes letais, a partir das quais, nada permanecendo do “mesmo”, não mais se dê a possibilidade da significação, não mais funcione uma “memória” discursiva²³. Nesse sentido, o trabalho com/sobre a(s) memória(s) discursiva(s) nos parece um modo especial de trabalho com a alteridade, de “encaixe” do elemento diferente no interior de certa regularidade estrutural, por móvel que seja. Esse nos parece um trabalho viável quando se quer que as alteridades contraditórias que a história – como na história brasileira – colocadas face-a-face não permaneçam em uma “diferença incomensurável entre máquinas discursivas” (cf. Pêcheux, 1990c), nem tampouco se descolem do real sob a forma de um “*patwork* heteróclito” reunindo “não importa o quê” (cf. Pêcheux, 1990b), em uma multiplicidade sem fundos e nem centro de referência.

Nisto nos importa particularmente a analogia com a idéia de movimento relacionada ao tempo, como continuidade-rotação, porque possibilita sustentar a idéia de um centro necessário de gravitação em torno do qual os movimentos/deslocamentos de sentido se produzem, tendo por condição certos pontos de ancoragem. Só assim os espaços de significação podem se reunir em fluidez simbólica, nisto que se chama às vezes de processamento dos sentidos, de elaboração, que formam “espaços *potenciais* de coerência em relação aos sentidos”, ligados aos lugares de fala dos sujeitos na história: identificações, filiações de sentidos, memórias; por lacunares que sejam, mas que impulsionem na direção do movimento, da alteridade e não do fechamento.

Pelbar (1998) fala dessa relação particularmente na obra de Deleuze.

²² Embora estes apresentem um certo valor no conjunto do trabalho com a memória discursiva constitutiva, como “textos de memória” que levam à *formulação* de aspectos da memória discursiva constitutiva, como se verá no terceiro capítulo.

²³ Isso nos faz pensar, de modo geral, na frequência e na facilidade com que, na situação de (i)migração, no que ela ultrapassa o mero deslocamento físico, nos desterramentos, exílios, expatriações, expulsões, expurgos, fugas... o sujeito perde, literalmente, a possibilidade de significar, seja em meio ao excesso, seja em meio à contradição dos sentidos que lhe advêm incessantemente de variadas direções. Na situação de imigração analisada, não foram raras as vezes em que nos deparamos com fatos e narrativas relacionados à loucura.

Diversas áreas de conhecimento se referem ao trabalho sobre a/com a memória em dimensões diferentes, sob ângulos distintos enquanto fenômeno próprio ao sujeito, em sentido amplo, tal como a memória da arquitetura, do espaço, do cheiro, da cor, do sabor²⁴, do sofrimento físico²⁵ etc., como elementos que constituem a base de identificações de um sujeito, de um grupo, uma cidade, um país. A fim de esclarecer alguns aspectos da análise que desenvolvemos, gostaríamos de nos referir a dois tópicos relacionados a esses trabalhos a partir dos quais também desencadeou-se a nossa reflexão, embora na já na distância que nos permite tomá-los como aspectos propriamente discursivos, relacionados não à memória da arquitetura, da cor etc., mas à memória da língua.

Um deles consiste da distinção entre a “memória-hábito” e a “memória-lembrança”²⁶. A memória como hábito é compreendida como consistindo de “esquemas de que o corpo se vale automaticamente na sua ação sobre as coisas”. É a “memória dos mecanismos motores”. Esse tipo de memória é adquirido pelo esforço da atenção e pela *repetição* de gestos ou palavras. Desenvolvido através das exigências da socialização, consiste de um exercício que, retomado até a *fixação*, transforma-se em um hábito, fazendo parte, assim, do “nosso adestramento cultural”²⁷. Por outro lado, a memória enquanto lembrança é considerada como algo que se dá independentemente do hábito, isolada, singular, como uma espécie de “ressurreição do passado”. A imagem-lembrança “refere-se a uma situação definida, individualizada, ao passo que a memória-hábito já se incorporou às práticas do dia-a-dia. A memória-hábito parece fazer um só todo com a percepção do presente”²⁸. Tal distinção entre o hábito e a lembrança serve, em trabalhos como os referidos acima, a especulações em torno da relação entre as chamadas “atividade mental” e *ação* (atividade física) do indivíduo²⁹.

Para nós, entretanto, do lado da preocupação com a produção de linguagem enquanto discurso, a distinção entre o hábito e a lembrança, pensando a memória – e considerando a analogia mencionada acima entre memória discursiva e formação discursiva – leva a re-

²⁴ Cf. E. Bosi, 1994.

²⁵ M. Pollak (1992) trabalha sobre a produção da memória em sujeitos remanescentes dos campos de concentração nazistas. Retomaremos adiante sua reflexão

²⁶ Cf. Bosi, 1994: 47-49

²⁷ Idem.

²⁸ Ibidem.

²⁹ No trabalho de Bosi, por exemplo, a distinção se coloca como suporte para a discussão sobre a atividade de *lembrar*, mais própria aos velhos em uma formação social como a nossa, e à atividade *física* (*ação*) do trabalho, mais comum na “idade produtiva”.

considerar, tornando a compreender, o discernimento que faz Pêcheux (1990d e 1988), fundamental em sua obra, entre o *domínio constitutivo* do discurso e do sujeito – aqui, da memória – e o domínio da sua *formulação*. Podemos relacionar o “hábito” à instância da *constituição* do discurso, e a lembrança à instância da *formulação*, enquanto um modo de objetificação de aspectos da memória que é constitutiva. Conforme Pêcheux (1990d:164) o domínio *constitutivo* do discurso é considerado em “regiões *não* ou *pré*-lingüísticas”, em que atuam as formações ideológicas que determinam a formação discursiva e que têm na base lingüística a materialização desses aspectos ideológicos, imaginários. Já o domínio da *formulação* do discurso, justamente enquanto base material na qual se dão os processos discursivo-ideológicos, dirão respeito, nesta perspectiva, aos elementos *dizíveis* da memória discursiva. Esses elementos são, de um lado, os mecanismos sintáticos, enquanto “*modos de organização (próprio a uma determinada língua) dos traços das referências enunciativas*”, e de outro lado, os processos de enunciação, estes entendidos como

uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que têm por característica colocar o “dito” e em consequência rejeitar o ‘não-dito’. A enunciação equivale pois a colocar fronteiras entre o que é ‘selecionado’ e tornado preciso aos poucos (através do que se constitui o ‘universo do discurso’), e o que é rejeitado. Desse modo se acha, pois, desenhado num espaço vazio o campo de “tudo o que teria sido possível ao sujeito dizer (mas que não diz)”, ou o campo de ‘tudo a que se opõe o que o sujeito disse (cf. Pêcheux, 1990d:176).

Em um momento específico no decorrer da reflexão, trabalhando com o caráter de *representação imaginária da memória constitutiva*, observamos detidamente essas duas instâncias do processo de produção do discurso (constituição/formulação), não exatamente cada uma em si mesma, isolada, mas quanto ao seu modo de relação entre si: relação entre o que *constitui* o sujeito do discurso e o modo como ele *representa* (ou não) discursivamente aquilo ou parte daquilo que o constitui.

Na situação estudada, em relação à memória da língua dos imigrantes italianos presente em sua prática de linguagem, é a língua que nos leva a observar que a memória não é somente produto de uma representação, memória representada. A alocação específica de certos aspectos “do passado” no interior de uma dada “lógica narrativa” faz de uma memória discursiva que ela seja representada a partir de determinadas formações discursivas. Contudo, quando observamos a língua como base material dos processos de significação, nota-se que não é tudo de uma dada

memória histórica de um povo que pode ser representado. Há algo da história na língua que não alcança ser representado pelo sujeito que fala (n)essa língua.

Retomaremos essa relação entre as instâncias representada e constitutiva naquilo que ela tem de histórico, no sentido observado por Pêcheux, de que “uma formação discursiva é constituída-margeada pelo que lhe é exterior, logo *por aquilo que aí é estritamente não-formulável, já que a determina*” (Pêcheux, 1990d:177, sublinhado pelo autor).

Podemos assim considerar, na relação entre memória constitutiva e memória representada, aquilo que se chama em geral de “memória social”. Mariani (1998:34) fala da memória social como resultante de um processo histórico de

disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos, sendo que, como resultado do processo, ocorre a predominância de uma de tais interpretações e um (às vezes aparente) esquecimento das demais. Naturaliza-se, assim, um sentido “comum” à sociedade, ou, em outras palavras, mantém-se imaginariamente o fio de uma lógica narrativa (cf. Mariani, 1988:34).

A autora lembra que na memória social se encontra “a garantia de um efeito imaginário de continuidade entre as épocas, ou, em outras palavras, a manutenção de uma narrativa coerente para uma formação social em função da reprodução/projeção dos sentidos “hegemônicos”. Mas tal linearidade, ela diz, “embora projete imaginariamente uma “realidade” em que as relações de poder contraditórias e censuras aparecem domesticadas, é constituída por lacunas – as interpretações silenciadas – e por deslocamentos inerentes ao próprio ato da repetição” (idem).

Nesta perspectiva podemos pensar na importância da *formulação* dos aspectos apagados (mas constitutivos) da memória discursiva no conjunto dos processos histórico-discursivos, no sentido de que a formulação, enquanto um “gesto” produzido pelo dizer, produz uma mexida no estatuto daquilo que é constitutivo, da memória constitutiva. Isso ocorre na medida em que a *formulação* de outras interpretações possíveis (mas apagadas) permite que a sociedade/o sujeito que formula saia de sob a determinação da lógica narrativa que produz as evidências da memória social oficial. Neste sentido, aquilo que é estritamente não-formulável em um momento dado pode deixar de sê-lo em outro, ao ser conduzido à visibilidade, ou melhor, ao dizível, tornando dito o não-dito. Não estamos dizendo que todo “não-dito” possa vir a ser dito, porque à medida que os sentidos se formulam em dizer, haverá sempre algo mais atuando como não formulável, como a base constitutiva que torna possível esse dizer. Estamos dizendo que o sujeito formula os sentidos que o constituem na medida em que tem acesso aos sentidos das condições históricas

que apagaram do dizível uma parte constitutiva da memória histórica que o constitui. A própria materialidade lingüística pode sempre atestar algo dessa materialidade histórica, mesmo que não se trate exatamente de uma *formulação* no sentido que a estamos tomando aqui. Este processo supõe um trabalho com a memória discursiva, uma relação entre formulações, entre as diferentes memórias discursivas, entre os saberes que estavam constituindo um discurso e aqueles “outros” que chegam desestabilizando esse discurso na medida em que outras memórias discursivas nele intervêm.

Neste sentido, consideramos importante que o sujeito/a sociedade possa *formular discursivamente* a memória que os *constitui historicamente*, relacionando-a à interpretação institucionalizada, na medida em que possam obter palavras a partir do lugar de fala em que se configura sua memória discursiva, relacionando-a a outras.

Nesse sentido, a memória tem funcionamentos múltiplos no jogo de forças entre as interpretações e os discursos que provêm de variados lugares no interior desse jogo. Por um lado, o trabalho narrativo da memória, na perspectiva do estabelecimento de uma memória oficial a ser narrada, em detrimento de outras, funciona, como observa Mariani (1998:39), “na direção de neutralizar o heterogêneo (seu aspecto coercitivo), naturalizando as relações sócio-históricas e literalizando os sentidos (seu funcionamento ideológico) com a manutenção de um universo lógico de enunciados (coesos e coerentes)”. Por outro lado, quando há outras narrativas constituindo sujeitos, a memória funciona sob a forma da resistência e da possibilidade do dizer outro, trabalhando os espaços às vezes menos logicamente estáveis, não centrais, como o espaço discursivo da oralidade e do domínio privado (no interior da família e de comunidades laterais), conforme a situação que trabalhamos.

Assim, quando se pensa na importância da formulação das memórias discursivas apagadas, diferente da idéia de *resgate da memória*, que a suporia já-lá, já significada, está-se falando da possibilidade de sua *produção/formulação discursiva*. Desde então, toda formulação da memória, enquanto “passado” ou enquanto “lembrança” que seja – estes seriam apenas os aspectos mais palpáveis da memória, em suas diversas formas discursivas, como a literatura de retrospecto/reminiscência, as crônicas familiares, a historiografia local de municípios colonizados por imigrantes, as listas de nomes, as coletâneas de canções, enfim, tudo isso a que se pode chamar, um tanto tautologicamente, de “textos de memória” - parece adquirir um lugar significativo no funcionamento mais geral da memória discursiva constitutiva de uma formação

social, não tanto enquanto produto, mas como processo de significação. Formular, nessa perspectiva, significa dar estatuto de discurso (de real) aos sentidos, que, apagados, não foram ou não são contemplados como possíveis no conjunto do dizível. Significa acolher esses sentidos que, embora sem lugar, não deixam de funcionar de modo constitutivo.

Sobre as possibilidades de formular/dizer aquilo que constitui o sujeito pela história, dado o jogo das formações discursivas, podemos considerar as observações de M. Pollak (1992), em um trabalho sobre a (im)possibilidade de produção/formulação da memória por sujeitos remanescentes de campos de concentração nazistas. Trata-se de uma situação em que toda a memória histórica socialmente disponível não comporta, para formulação, elementos discursivos que possam dizer sentidos a esses sujeitos. Formular, neste caso, seria sempre diminuir. Não há formulação possível, já que a história não dispõe de parâmetro de interpretação para o que aí consta como memória constitutiva. Neste caso, nem mesmo seria próprio o termo “memória *discursiva*”, embora se possa relacionar a essa ausência de formulação um princípio fundamental da linguagem: “Toda atividade de linguagem necessita da estabilidade destes pontos de ancoragem para o sujeito; se esta estabilidade falha, há um abalo na própria estrutura do sujeito e na atividade de linguagem” (cf. Pêcheux, 1990d:174). Essa região faz parte mais claramente de contextos não normais de produção de linguagem, no sentido de extrema regulação/impossibilidade da linguagem, em relação às quais a significação só pode ser pensada na sua contraparte constitutiva, materializada no silêncio, conforme a reflexão de Orlandi (1992), como silêncio constitutivo, que “não remete ao dito, ele se mantém como tal, ele permanece silêncio e significa” (p. 68).

O papel atribuído à formulação da memória-lembrança, ou da “memória do passado” (Robin, 1995) adquire, portanto, um valor maior quando se tratam de memórias discursivas remanescentes de processos históricos impregnados de silenciamento, como é também o caso na situação que consideramos. Nesse sentido, a formulação (lembrança, reminiscência, retrospecto...) , ao remexer no estatuto do que é constitutivo enquanto memória, pode ser considerada como algo que vai além de um mero dizer nostálgico sobre o passado. Formular, neste sentido, significa tomar a palavra de um outro lado daquele em que a história, por seus processos discursivos, permitiu dizer. Assim, a natureza da formulação, em tais contextos, no trabalho com a *falta histórica constitutiva* produzida com o silenciamento pode ser pensada como uma contraparte desse mesmo silenciamento.

Neste sentido, estudar o silenciamento local da interdição da língua dos imigrantes não significa, como poderia parecer à primeira vista, manifestar um desejo de que ele não se tivesse produzido na história. Na perspectiva da reflexão de Orlandi (1992) sobre o *silêncio constitutivo que rege os processos de significação*, esse estudo significa uma identificação e uma descrição da “*historicidade da construção discursiva*” (idem) segundo a qual o sujeito em estudo – as suas identificações com a língua e a memória discursiva relativas à imigração italiana – se produzem junto ao processo de sua inscrição em um lugar discursivo na história brasileira, da sua constituição em sujeito, portanto, a partir dessa construção discursiva.

Ainda nesse sentido, gostaríamos de esclarecer que o fato de se trazer à tona uma região de sentidos e/ou uma língua/materialidade lingüística que não tiveram lugar nos enunciados que definiram (pelo menos publicamente) a constituição desse sujeito imigrante como brasileiro não quer pôr em relevo o aspecto da ‘falta’ dessa língua e dessa discursividade em tal configuração, como ausência, como algo a que o sujeito em questão tenha direito, no sentido de uma restituição. O que se visa é compreender o modo como essa ‘falta’ trabalha por um outro lado, enquanto elemento significativo, presente, na configuração do sujeito e na língua que ele fala. Trata-se de buscar compreender o modo como esse ‘algo que falta’, embora ausente, *está*, na constituição do sujeito, a fazer sentido - como uma boina de Clémentis.

Acreditamos que a compreensão desses aspectos particulares da relação entre sujeito e língua, entre língua nacional e língua materna, entre a memória constitutiva da língua e a sua representação social, na constituição do sujeito, podem contribuir para a reflexão sobre as relações com a alteridade lingüística, junto às práticas sociais (institucionais) que incidem diretamente sobre as práticas da língua, tantas que são, ao lado da necessária prática escrita de uma língua nacional, e da inscrição dos sujeitos em uma nacionalidade enquanto cidadãos, no sentido pleno do termo.

CAPÍTULO PRIMEIRO

CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

DA INTERDIÇÃO DAS LÍNGUAS DOS IMIGRANTES NO BRASIL

Distanciar-se dos sujeitos tradicionais da história e dos meios de verificação ligados a sua visibilidade, é pensar no terreno em que se turvam o próprio sentido do que é um sujeito ou um acontecimento.

J. Rancière

O silêncio, assim como a linguagem, não é transparente.

E. Orlandi

2.1. Introdução

Depois de terem sido consideradas de modo esparso desde longa data na historiografia brasileira, as diferenças da língua própria do Brasil com relação à de Portugal passam a ser alvo das primeiras apreciações sistemáticas na década de 1880¹, quando estas adquirem uma visibilidade institucional significativa junto aos acontecimentos relativos à proclamação do Império como República². Nesse contexto, o gramático João Ribeiro³ apontava, identificado com tais interesses, a presença das línguas dos imigrantes europeus, mencionando sobretudo a italiana e a alemã, cada vez mais visíveis no Brasil a partir dos primeiros sinais de intensificação do fluxo imigratório que seria depois considerado o maior da história brasileira⁴. Com um olhar propriamente brasileiro sobre a situação da língua portuguesa nesse país, o autor alertava para a possível influência dessas línguas nos rumos da língua no Brasil, caso a isto não viessem a se interpor forças contrárias.

¹ Cf. Guimarães, E. "Sinopse dos Estudos do Português no Brasil". In: *Língua e Cidadania*, 1996.

² Conferir, a este respeito, as diversas pesquisas que consideram desde essas primeiras manifestações esparsas até os estudos sistemáticos, recentemente apresentadas, entre outros, em: *L'Hiperlangue brésilienne*. S. Auroux, E. Orlandi & F. Mazière (orgs.), *Langages* no. 130, (1998); *Língua e cidadania*, E. Guimarães & E. P. Orlandi (orgs.) (1996); Puccinelli-Orlandi (1996); Tarallo (1990).

³ Cf. Ribeiro, J. *Grammatica Portuguesa* (1889:X). Trata-se da primeira referência à questão das línguas dos imigrantes que encontramos nos estudos sobre a língua no Brasil.

⁴ Os historiadores brasileiros consideram como Período do Grande Fluxo Imigratório, no contexto republicano, o que vai de 1880 a 1930. Cf. Alvim, Z., *Relatório de Translado de documentos da Europa para o Arquivo Edgar Leuenholt*. Arquivo E. L., mimeo.

Nesta primeira parte de nosso estudo estudamos as condições de produção sob as quais essas “forças contrárias” antevistas por João Ribeiro vieram a se interpor à presença e, virtualmente, à influência dessas línguas no interior da sociedade brasileira, enquanto sociedade nacional, abordando de modo central o italiano.

No longo e descontínuo processo que faz do imigrante estrangeiro do Período Republicano um sujeito brasileiro, as iniciativas oficiais para a sua nacionalização se diversificaram no tempo e no espaço, com iniciativas locais e esporádicas, até a medida decisiva que “pôs fim”, em âmbito nacional, ao que se chamava mais tarde, em um tom ideológico diverso daquele de João Ribeiro, como o “problema das línguas estrangeiras”, através de interdição jurídica explícita, acompanhada de campanhas de nacionalização, em um contexto particular, na década de 1930.

A medida administrativa com relação à(s) língua(s) realizou-se assim por meio de uma política lingüística específica, congregando as duas formas da política do silêncio⁵, seja aquela da proibição explícita da prática da língua dos imigrantes, sobretudo no exercício da língua escrita (na escola e na imprensa), seja aquela da proposição de um discurso sobre a língua, que faz com que a sociedade diga *x* para não dizer *y*. Sob a primeira forma funcionaram as leis, nos níveis nacional, estadual e municipal, ao lado da fiscalização rigorosa de seu cumprimento. Sob a segunda forma, produziu-se uma intensificação da nacionalização – já anteriormente diversas vezes ensaiada nos “núcleos de colonização estrangeira” – através da Campanha de Nacionalização do Ensino Primário.

Desde o século XIX, o debate sobre a especificidade lingüística brasileira havia funcionado como argumento de reforço à caracterização do Brasil como país autônomo política, econômica, intelectual e lingüisticamente, francamente fazendo face a Portugal⁶. Dias (1996) observa como veio dessa discursividade, por exemplo, o esforço de intelectuais e políticos brasileiros para mudar oficialmente a denominação do idioma falado no Brasil de *Lingua Portuguesa* para *Lingua Brasileira*, alteração que chegou a vigorar juridicamente no Distrito Federal em 1935, e cuja

⁵ Cf. Orlandi, *As formas do silêncio. No movimento dos sentidos*, 1992.

⁶ Cf. Orlandi, Projeto de Pesquisa “História das Idéias Lingüísticas: A Construção de Um Saber Metalingüístico e a Constituição da Língua Nacional”; Orlandi (1991); Guimarães (1996); Guimarães & Orlandi (1996); Puccinelli-Orlandi (1996) e Tarallo (1990 e 1996), entre outros.

movimentação em âmbito nacional tramitou até 1945 nas casas legislativas federais, sob a forma de projetos de lei⁷.

Ao estudar as condições históricas da interdição das línguas dos imigrantes, focalizamos mais um momento pontual em que a língua funcionou como *argumento* na discussão da autonomia do Estado Brasileiro. Dessa vez, entretanto, tal funcionamento interveio, por outro lado, na constituição de um imaginário social do país como lingüisticamente homogêneo. Envolvido em um outro contexto mundial específico, e estando desta vez concernida na discussão da autonomia não mais apenas a relação com Portugal, mas com diversas outras Nações, os anos trinta testemunharam um recuo no movimento de afirmação da identidade lingüística brasileira, em face da configuração de uma necessidade de reafirmação do Português como *língua nacional* diante dos imigrantes. Da parte de políticos e intelectuais que manifestavam vieses ideológicos nacionalistas diversos, adquiriram ênfase as concepções de *idioma pátrio* e de *língua pátria*, explicitamente abordados nesse momento como “elementos de soberania nacional”.

Os anos trinta constituíram pois mais um momento significativo em que a “questão nacional” se colocou de modo vigoroso com relação à língua, na história da sociedade brasileira. De fato, já nas primeiras leituras sobre as imediações desta década, o campo semântico do *nacional* se destaca como objeto de discurso enfatizado sob o cruzamento de variadas tomadas, a partir de diversas formações discursivas. Denominações como *Nação Brasileira*, *Estado Nacional*, *trabalhador nacional*, *Educação Nacional*, *Língua Nacional*, apresentam-se como facetas desse objeto discursivo difuso, como verdadeiros pontos de interseção entre as memórias discursivas que se tensionam na configuração de “*espaços de regularização da materialidade discursiva complexa*”⁸ com relação ao “nacional”. Ressaltadas umas e apagadas outras na superfície enunciativa dos textos da e sobre a época de 1930, a sua materialidade discursiva atesta a presença de todas atuando de fato naquilo que vai se constituir discursivamente como a memória oficial a partir da qual se dirá sobre da “Nação” brasileira.

Desvendar os pontos de interseção e de ruptura entre as formações discursivas que atuam, neste momento, na montagem das evidências sobre os sentidos de “nacional”, não constitui uma

⁷ Ao apresentar e analisar as bases enunciativas destes projetos, L. F. Dias expõe a sua tramitação em diversas instâncias administrativas nos anos de 1935 a 1945, localizando as suas primeiras tentativas em uma emenda apresentada em 1826, por José Clemente Pereira, ao Parlamento do Império Brasileiro. O projeto foi reprovado em 1945.

tarefas simples, veremos como e porquê. As ambigüidades, por exemplo, presentes nos textos que vão compondo esses sentidos, longe de se constituírem como meros embustes languageiros de pegada da nossa leitura não especializada em História, se distribuem ao longo do que notamos. Depois tratar-se de um processo discursivo particular, em que ela própria, a ambigüidade, vai se apresentando cada vez mais em seu estatuto de equívoco como matéria lingüístico-discursiva política e historicamente significativa⁹. Falamos de fatos como a posição dúbia do Presidente Vargas em relação aos mecanismos de poder associados aos países de forte nacionalismo (Itália e Alemanha), dos resultados dessa ambigüidade na condução da interdição da imigração, assim como o próprio efeito de sentido, impresso nos textos, de uma utilização retórica em acréscimo sobre a guerra, como argumento para conduzir à “integração”, já antes iniciada, dos imigrantes à sociedade nacional.

Para este estudo das condições de produção da interdição das línguas dos imigrantes, havíamos nos proposto a realizar, de boa vontade, e com a rapidez adequada, um apanhado histórico dos eventos que conduziram a ela. Entretanto, não pudemos atravessar a espessura semântica dos textos para alcançar as referências da História, para encontrá-la como “história acontecida”, sem a presença em si do próprio texto como linguagem – e isto não constitui crítica gratuita à disciplina da História, cujos métodos, interlocutores e buscas consideramos suficientemente explicitados e justificados enquanto prática, a partir de *A escrita da História*, de M. de Certeau (1975). Trata-se antes de um reconhecimento das diferentes maneiras de ler e de compreender instituídas a partir dos lugares específicos das práticas disciplinares.

Mas se os vestígios encontrados nos textos quanto ao seu interesse sobre (ou sob) os fatos da História (a presença do próprio discurso inscrito no texto) tornam irrealizável tal leitura transparente do real, quando se entrevê como nem tão óbvios os sentidos tornados evidentes ao longo da História, e, ainda, se a compreensão que obtemos dessas mesmas condições históricas a partir da nossa preocupação com a língua e o discurso, não pode, ela também, não ser equívoca com relação ao real, nem por isso deixamos contudo de guardar uma relação conseqüente com o

⁸ Cf. Pêcheux, 1984.

⁹ F. Gadet e M. Pêcheux, em *La Langue Introuvable* (1981) discutem o estatuto do equívoco, em suas diversas formas, no interior da teoria lingüística. E. Orlandi, em (1992), como em diversos outros momentos de sua obra, tem relacionado o equívoco na língua e na história. O funcionamento discursivo da ambigüidade, desde o duplo sentido até o equívoco, é também objeto de observação da Tese de Doutorado de M. C. Leandro Ferreira: “A resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso: da ambigüidade ao equívoco”. IEL, Unicamp, Campinas, 1994.

que temos como o real histórico – imaginário que seja, uma vez que o real da história não se traduz em discurso, conforme os termos em que, do lado da História, se pronunciou M. De Certeau¹⁰: *os termos antinômios do real e do discurso são irreduzíveis um ao outro*, ele diz, observando que a historiografia “tem a tarefa de articulá-los e, onde este laço não é pensável, fazer *como se* os articulasse”.

A leitura que fazemos das condições da interdição das línguas dos imigrantes preserva pois algo desse antinômio, no sentido exposto pelo autor de que “*recusar a ficção de uma metalinguagem que unifica o todo é deixar aparecer os procedimentos científicos limitados e aquilo que lhes falta do ‘real’ ao qual se referem. É evitar a ilusão, necessariamente dogmatizante, própria do discurso que pretende fazer crer que é ‘adequado’ ao real*”¹¹.

Do mesmo modo, do lado do discurso, a leitura que realizamos considera as condições de produção da interdição de uma língua não enquanto história cronológica, geográfica, em sua exterioridade em relação à linguagem, mas enquanto historicidade inscrita nos próprios textos que a executam e falam dela, através de representações imaginárias que no seu interior designam, para os protagonistas do discurso, a imagem do lugar (da posição) que eles se atribuem a si e ao *outro*, a imagem do seu lugar próprio e do lugar do *outro*. As relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações) são estabelecidas nos textos por regras de projeção próprias aos mecanismos das formações sociais. O seu modo de presença nos textos constitui um dos elementos que intervêm enquanto condições de produção desses mesmos textos, conforme M. Pêcheux (1969:82-83).

Vão nessa perspectiva, no que segue, as nossas voltas com os sentidos, através da leitura que fazemos, a partir da necessidade de trazer para o nosso os textos da História, com seus próprios sentidos, ao mesmo tempo em que nos movemos em meio a eles para situar como *significam* as condições de produção por meio das quais a língua do imigrante é interdita no real da história brasileira, através de um forte “gesto de interpretação” em relação à língua, no sentido em que E. Orlandi (1996:100) compreende tal gesto, como “caracterizado pela inscrição do sujeito (e de seu dizer) em uma posição ideológica, configurando uma região particular no interdiscurso, na memória do dizer”.

¹⁰ Cf. M. de Certeau, *A escrita da História*, 1982:11.

¹¹ Idem.

Às condições de produção desse “gesto” em relação à língua temos então apenas o acesso que os textos possibilitam. Vão nessa direção portanto os sentidos neste nosso texto, até que se possa obter não a razão última do fato (a interdição das línguas) – já não podemos nos iludir em procurá-la – mas um conjunto, não exaustivo, de enunciados que *significam* hoje, no presente, sobre as condições econômicas, políticas e educacionais circundantes a partir das quais essa interdição passou a constar como “fato” para a sociedade brasileira, ao lado dos discursos que dispuseram para a memória social outras formas de dizer apartadas da língua interdita, e que com ela passou a relacionar-se simbolicamente.

Segundo a leitura que deste modo fazemos dos sentidos da nacionalização dos imigrantes e da interdição de suas línguas, é possível reorganizá-los, como fazemos adiante, em torno de dois campos ideológicos amplos, por princípio distintos e isoláveis, mas que se confundem durante o Estado Novo. Para considerar suas formas próprias e suas intrincações, partimos de uma abordagem panorâmica em princípio organizada cronologicamente no texto, para depois nos determos nos aspectos específicos.

Podemos iniciar com a consideração que aparece em J. M. de Carvalho (1987) de que desde cedo, na implantação da República brasileira, apresentaram-se projetos políticos que produziram e divulgaram, deliberadamente, discursos que dessem *formulação* a um suposto *espírito nacional*, no sentido de produzir uma *representação* da Nação em meio à população, a fim de que se formasse, segundo o modelo republicano, a necessária identificação dessa população como pertencente a uma nação. O valor da divulgação de tais discursos sobre a Nação se deve sobretudo ao fato de ter-se instituído o Estado brasileiro, com a República, antes que se formasse uma Nação no sentido republicano do termo, como na Revolução Francesa¹². Assim, ao lado de disputas estritamente político-partidárias em torno da escolha dos “símbolos nacionais” propriamente ditos, manifestaram-se, por outro lado, diversos intelectuais a respeito das características da população que teria de identificar-se com essa Nação, dando início a toda uma discussão em torno de como era formada, de fato, essa população brasileira, de saber qual seria a

¹² Cf. Carvalho, 1990.

sua definição mais própria. Elementos como cor, raça, etnia e língua foram colocados como os pilares dessas discussões¹³.

É interessante registrar, nesse sentido, que, ao lado dos *argumentos formulados* sobre a necessidade de o Brasil favorecer a imigração européia – que de fato se intensificou nesse período – visando ao branqueamento da população, assim como à obtenção de mão de obra livre com conhecimento do trabalho agrícola, e ao povoamento das regiões de fronteiras no Sul, não se deixou de considerar e providenciar da vinda de imigrantes portugueses, a fim de que ficasse garantida a preponderância da Língua Portuguesa.

Os anos 20 representam um outro momento em que os interesses pela idéia de nação e de nacionalização se apresentam de modo contundente, contando com a participação de intelectuais liberais, que enfatizaram a valorização dos temas nacionais (cultura nacional) e o desenvolvimento educacional. Pode-se compreender, neste sentido, o fato de que no Estado de São Paulo, já em 1927 era ressaltada a necessidade do ensino e aprendizagem escolares em língua portuguesa nas áreas de imigração¹⁴. Propagava-se o desenvolvimento de regiões isoladas, a sua integração à Nação e o sentimento de nacionalidade entre a população brasileira. A esses primeiros projetos e sentidos de nacionalização foram acrescentados pouco depois outros, que levaram às medidas jurídicas do Estado Novo que interditarão as línguas dos imigrantes. A prática política de Vargas pautava-se, veremos, em uma ideologia inicialmente difusa, que foi depois cada vez mais se explicitando como fundamentada na centralização do poder em torno da figura do Presidente. Acrescentados portanto esses outros sentidos, os enunciados sobre a “nacionalização” acabam por se confundir com uma exacerbação patrioteira do elemento “nacional”, por oposição ao estrangeiro, no contexto da segunda guerra. A prática política do Estado Novo, conforme analisa E. de Decca (1981), acaba por resumir “o nacional” ao Estado, sob um modo específico, através da figura do Estado Nacional, da qual falaremos mais adiante.

Do outro lado da conclamação do Presidente à Nação em prol da unificação dos interesses de todos em torno do Estado Nacional, fosse ela em nome do desenvolvimento da Nação ou de um ideal de unidade nacional, atuava contudo de modo latente a diversidade, enquanto real face

¹³ Magalhães, em “Alemanha, mãe-pátria distante; utopia pangermanista no sul do Brasil” (Tese de Doutorado em História, IFCH, Unicamp (1993)), apresenta uma visão de conjunto das teorias da Nação discutidas com relação ao Brasil nesse contexto.

¹⁴ Mesmo antes disso, no início do século, havia Estados estudando formas de nacionalizar as áreas de imigração. Cf. Soares, 1995.

ao qual esse mesmo gesto de unificação se produzia: lutas operárias, sindicatos organizados por trabalhadores, partidos políticos, inclusive com a presença em massa de operários imigrantes, nos campos econômico, jurídico e político, e, na área da educação, diferentes grupos, culturas e línguas, onde sobretudo a presença dos imigrantes e de suas línguas - italianos, japoneses, alemães, libaneses, entre outros – desempenhavam o seu papel. Não tendo lugar na representação homogênea propagada da *Nação*¹⁵, é subrepticiamente que a diversidade vem se apresentar, portanto, como “campo associado” dos enunciados produzindo efeitos de memória local nos textos relativos ao tema. A diversidade lingüística, ligada às contradições políticas de classes se faz notar assim, pelo avesso, como uma contraparte significativa perante à qual o enunciado da *nacionalização* passa a funcionar como palavra de ordem a sustentar uma posição discursiva politicamente centralizadora e lingüisticamente homogeneizante.

Desse modo, colocava-se em cena no *interdiscurso*, sob a forma da *eficácia material do imaginário* (cf. Pêcheux, 1990e), a imagem do *Sujeito Nacional* – sinônimo, em última instância, do próprio Estado, enunciado como *a Nação*, como *sujeito histórico único*, segundo as análises de E. de Decca (op. cit.).

Com a lógica narrativa produzida a partir do lugar desse Sujeito Nacional, os outros sentidos possíveis, relacionados a valores históricos setoriais, dos quais os dos imigrantes constituem apenas um dos campos, resultaram projetados para o lado da “flutuação idiomática das oralidades regionalizantes”, externa à “razão historiográfica escriturária”, conforme os termos de M. De Certeau¹⁶.

O processo e os resultados da lógica narrativa que se institucionaliza vai significar, assim, na constituição do imigrante (italiano) como sujeito brasileiro. Conclamado já uma vez, enquanto parte da população em geral, a se perfilar enquanto membro da nação brasileira, no sentido do nacionalismo liberal, ele passa a ser visado em acréscimo a partir da Campanha de

¹⁵ Alguns autores se referem a este processo como algo que leva à formulação, no discurso de Vargas, da *Nação* como um conceito *abstrato* (cf. Araújo (1994) e Lenharo (1986)), que se poderia contrapor a uma *Nação* “real” ou “concreta”. Embora compreendamos o efeito de sentido a que se referem, preferimos falar em uma formulação homogeneizante do conceito de Nação, elevada à categoria de unicidade pelo caráter universal que adquire em tal discurso, contraposta portanto ao heterogêneo do campo social (o diverso, o múltiplo). Isto porque, considerando tal conceito como *discurso*, ele adquire uma materialidade histórica “concreta” através da eficácia imaginária que produz. Assim evitamos também o equívoco de remeter desavisadamente as diferenças (“reais”, “concretas”) do interior da Nação a uma suposta instância discursiva ausente de abstração. Em uma abordagem discursiva, o par *abstrato/concreto* é difícil de ser sustentado. Esta questão se encontra desenvolvida com mais detalhes no segundo capítulo de *Educação Popular e Linguagem*, M. O. Payer (1993), Campinas, Ed. da Unicamp.

Nacionalização do Ensino Primário, realizada em todos os “núcleos de colonização estrangeira” do território nacional, de um modo punctual. Conveniente e necessário segundo a prática do Sujeito-Estado, o processo de homogeneização lingüística e “cultural” – no sentido de apagamento da memória histórica dos imigrantes relativamente a seus lugares de origem – leva desse modo os imigrantes desse período a acelerarem a sua adaptação ao país e à língua do Brasil, enquanto alvo de técnicas precisas de nacionalização¹⁷.

A memória dos enunciados que sustentaram a nacionalização encontra-se presente entre a população na região de imigração estudada. Marcas discursivas do processo de sua integração à “sociedade nacional” podem ser observadas na materialidade da língua falada atualmente por sujeitos provenientes dos imigrantes italianos. As técnicas de nacionalização utilizadas nas campanhas serão também observadas adiante, enquanto elementos do processo da produção de tecnologia e de instrumentos lingüísticos que regulam a relação das sociedades com a(s) língua(s) (cf. Auroux, 1992).

2.2. Condições de produção da interdição das línguas dos imigrantes.

Dissemos que a interdição das línguas dos imigrantes encontrou sustentação no enunciado e na prática discursiva da nacionalização, cujos sentidos procuraremos compreender. *Compreender*, conforme a teoria do discurso, não propriamente *o sentido* do enunciado, mas *o modo como se produz* o sentido, na relação com as condições de produção desse enunciado.

A análise de discurso, que adotamos como método de trabalho, conforme a perspectiva de Pêcheux (1984:15), “não pretende se instituir em especialista da interpretação, dominando “o” sentido dos textos, mas somente construir procedimentos que expõem o olhar-leitor aos *níveis opacos da ação estratégica de um sujeito*”¹⁸. Trabalhando detidamente, por sua vez, sobre o modo como a interpretação intervém tanto na materialidade discursiva que é objeto de conhecimento quanto na natureza da “leitura” que o analista de discurso realiza, E. Orlandi observa que

¹⁶ Cf. De Certeau, op. cit., p. 10.

¹⁷ O modo como esta adaptação ocorreu para os imigrantes nos centros urbanos e nas áreas rurais merece ser avaliado, e o valor do aspecto *jurídico* nestas formas sociais deve importar para suas possíveis diferenças.

¹⁸ A ênfase do autor sobre a “ação estratégica do sujeito” assinala, no contexto do texto citado, a marcação desta expressão como um pré-construído vindo de outra área (a Psicologia) a que o autor está se opondo em sua argumentação.

a interpretação, que só é levada em conta em relação aos métodos, passa a ser considerada como um movimento no objeto, ou seja, a interpretação do analista (metodológica) tem de levar em conta o movimento da interpretação inscrita no próprio sujeito do discurso. O trabalho do analista é, em grande parte, situar (compreender) – e não refletir – o gesto de interpretação do sujeito e expor seus efeitos de sentido (Cf. Orlandi, 1996:83).

Desde então, só se pode compreender o discurso sobre a nacionalização, ainda conforme Orlandi, a partir de uma “posição que entremeia a descrição com a interpretação e que pode tornar visíveis as relações entre diferentes sentidos” (idem, p. 85). Assim, procuramos expor os sentidos dos enunciados relativos à nacionalização a partir do conjunto de discursos que podem nos aproximar das suas condições de produção, isto é, a partir do modo como os sujeitos atribuem sentidos a esses enunciados a partir de seus *lugares discursivos* na conjuntura específica em que eles se produzem, fazendo-os trabalhar no jogo tenso das *formações discursivas*. Para isso, recorreremos à polissemia dos enunciados da/sobre a nacionalização, religando-os aos *gestos de interpretação* que se instauram nas práticas que o produzem, e que ele produz. “Gestos de interpretação” são aqui compreendidos conforme o modo como E. Orlandi (1996) trabalha essa noção: M. Pêcheux, observa a autora,

“diz que gestos são atos no nível do simbólico. São exemplos: assobios, aplausos, vaias, atirar uma bomba em uma assembleia, etc. Ao utilizarmos a expressão (...) gestos de interpretação, estamos pois fazendo da leitura, e da interpretação, um ato simbólico dessa mesma natureza de intervenção no mundo” (Orlandi, 1996:83-4).

É desse modo que, a partir das leituras realizadas, vamos notar que a prática política baseada na centralização do poder, com Vargas, na década de 30, parece ter tido sustentação em argumentos que retomavam de perto os sentidos de uma falha nuclear da prática política anterior, apontada pelos intelectuais na implantação da República: a ausência, entre a população brasileira daqueles tempos, justamente, dos sentidos de *nacionalidade* (e do seu “sentimento”, portanto), ou seja, a não-constituição, na história da população brasileira até aquele momento, de uma sustentação simbólica para a idéia de *Nação*, de unidade nacional.

Pelo que se pode depreender dos discursos sobre a *nacionalização* dos e sobre os anos 30, a polissemia deste enunciado funciona portanto na *ressonância interdiscursivas*¹⁹ de questões *semânticas* sobre “a Nação” – no exato sentido em que a semântica se apresenta como ponto nodal de ligação entre a Linguística, a Filosofia e as Ciências Humanas²⁰. São questões postas

¹⁹ Cf. Serrani (1997). Por ressonância interdiscursiva a autora entende os efeitos de vibração semântica mútua entre enunciados parafrásticos.

²⁰ Cf. Pêcheux, M. (1988).

enfaticamente em circulação pelo menos a partir do estabelecimento da República no Brasil. Esta consideração requer portanto que se situem inicialmente alguns elementos das *condições de produção* da tematização de “Nação”, em sua relação com a República.

2.2.1. Nação e República

José Murilo de Carvalho (1987) aponta o estabelecimento do Estado Republicano no Brasil como obra de uma elite política, acompanhada por intelectuais inspirados na Revolução Francesa, junto a uma sociedade que não apresentava entretanto uma coesão suficiente para ser considerada um “povo” nos termos daquele que atuou na implantação da República Francesa. Deste modo, proclamada esta condição de Estado - republicano - no Brasil, não tendo os republicanos conseguido a adesão do setor pobre da população - sobretudo dos negros, que haviam acabado de ver com euforia a abolição da escravidão efetuar-se a partir do próprio Império - tiveram eles que enfrentar crises políticas e revoltas populares intensas na cidade do Rio de Janeiro, então o cenário principal dos acontecimentos políticos.

Assim, a dificuldade para bem estabelecer-se a República, no entender de seus ideólogos, era justificada em grande parte pela ausência de uma “comunidade de sentido”²¹, ou digamos, do sentido e do sentimento de *nacionalidade*, de *Nação*, entre a população brasileira - como sabemos composta por agrupamentos humanos em condições sociais diferentes entre si e com histórias específicas, apresentando-se profundas diferenças entre os grupos populares entre si e entre eles e os setores dirigentes.

Nestas circunstâncias, conforme as observações do autor, duas formas foram encontradas para fortalecer a condição republicana do Brasil de então: uma, neutralizar as forças populares que agitavam a capital da República, através do fortalecimento dos Estados (Províncias), pela via do estabelecimento da forma de República Confederada, em conformidade com uma concepção liberal descentralizante também presente entre os republicanos, à maneira americana.

É significativo, para os nossos objetivos, notar que se trata de uma forma de procurar situar a *diversidade* presente no interior da Nação, em ebulição particularmente no cenário político central, em um outro lugar, diferente daquele real em que ela se apresentava. Porque a diversidade sendo projetada para o campo de uma diversidade de/entre os Estados que atuariam

²¹ Cf. Carvalho (1990), citando B. Baczko.

no conjunto unitário da República, supriria imaginariamente a diversidade dos interesses da população que via essa República acontecendo de perto, no Rio.

A outra medida comentada por Carvalho foi a de trabalhar um imaginário (figurativo) que propagasse *um* sentido de *Nação* onde ele não existia, para uma população sem a coesão simbólica necessária – sem uma memória comum – para a consolidação de uma República no sentido da Revolução Francesa. Ganhou relevância neste sentido toda uma disputa em torno da definição dos símbolos da República Brasileira (bandeira, hino, herói nacional, etc.), junto com a sua propagação e exaltação.

Tendo sido, pois, o Estado instituído, no Brasil, sem o concurso da *Nação*, no sentido republicano do termo, e portanto anteriormente a ela²², a ausência desse referencial específico - de *Nação* - entre a população apresentava-se como uma “falha” central nessa formação política. Nessa perspectiva compreende-se como deve ter sido crucial a pergunta e as especulações sobre quem de fato seria esse povo brasileiro, da qual resultaram as diversas produções intelectuais em torno da sua identificação e definição, e que foram levadas em consideração em uma tentativa de planejamento populacional envolvendo a raça, a etnia, a distribuição geográfica e a língua.

Entretanto, o que importa reter desses fatos consiste em que é a partir de uma “falha” como essa que se define a forma de República (Confederação). Pois é justamente essa ausência de referenciais para o sentido de *Nação* para a população em geral que parece ter possibilitado que *Nação* viesse a significar de um modo particular nos discursos do Estado Novo, quando esta noção se coloca novamente no centro do discurso político de Vargas.

2.2.2. *Imigrantes (e) operários no cenário político central da Nação*

Um outro fator significativo nas condições históricas amplas que conduzem ao momento político em que se dá a interdição das línguas dos imigrantes ressalta-se nas décadas iniciais do século XX, com o início da industrialização, quando se destacam as mobilizações de operários nas organizações sindical e política, junto a greves e reivindicações de leis sociais e relativas ao trabalho nas fábricas. Elas se intensificaram a partir de 1917, com a presença de movimentos de natureza anarquista, socialista e comunista, perante uma classe industrial em ascensão econômica. Nestes movimentos atuavam, entre outros, de forma e em número significativo,

²² Cf. Carvalho, *op. cit.*

operários recentemente imigrados ao Brasil, o que não passou despercebido para as elites industrial e política.

Nesse sentido, tanto o trabalho de E. de Decca (1992) quanto o de A. Lenharo (1986) apontam o estabelecimento de uma reação anti-operária por parte das elites, impressionadas com o pronunciamento político desses imigrantes nas lutas operárias. No entender desses autores, é nesse momento que a legislação brasileira se volta para barrar a presença dos estrangeiros: em 1921 é formulada a “lei dos indesejáveis”, regulando a proibição de imigração e a expulsão de estrangeiros; em 1930, a “legislação dos dois terços”, estabelecia que dois terços da população empregada na indústria deveria ser composta por “trabalhadores nacionais”.

Lenharo (op. cit.) considera que se fazia premente ao Estado, nessas condições, uma política do trabalho, que ia se desenhando em silêncio. O autor a depreende de uma correlação com a de implantação de “colônias agrícolas *nacionais*” no interior do país, que visavam ao abastecimento urbano, entretanto sem o ônus de leis trabalhistas para os proprietários rurais. Os diferentes momentos de constituição da legislação social trabalhista foram marcados, a seu ver, por uma luta surda entre empresários e operários. Estes eram vistos como “inimigos externos” que ameaçavam a classe empresarial na medida em que introduziam nas fábricas a visão da contradição social e da oposição de classes. Deste modo, a relação *externo X interno*, isto é, *estrangeiro X nacional*, funciona, conforme o autor, como uma armadilha para o apagamento daquilo que era inadmissível para o momento: a *Nação* comportava diversidade e oposição.

Neste sentido, do ponto de vista da conjuntura interna do país, Lenharo aponta o que se pode considerar um funcionamento discursivo funcional: o de que nessa conjuntura recorreu-se à idéia de “*exterioridade*” como a “*fonte explicadora da contradição*”, que assim passa a ser localizada em uma instância *externa* à Nação, que se isenta de apresentar causas para conflitos. Quanto maior a oposição ao *externo*, nesse sentido, mais se estreita o envolvimento do indivíduo para com a *Pátria/Nação*, concebida assim como espaço de *resguardo* da “*influência alienígena*”. Nesta perspectiva, considera o historiador, o *inimigo da Nação* – o Outro, assim como a própria divisão *externo/interno* – funciona na produção de gestos totalitários que levam ao controle das diferenças sociais e dos projetos políticos diversificados.

Neste sentido, ambos os historiadores citados consideram que o Estado Nacional “*levou a sério*” a existência da luta de classes interna ao país, assim como as possibilidades reais dos operários – imigrantes em grande parte, como dissemos – nas disputas do poder central, o que

pode ser percebido, segundo os autores, pelas estratégias jurídicas de aliciamento dos operários, através da elaboração, nesse exato momento, das leis trabalhistas, bem como da demanda oficial do Sindicato Único (corporativismo em voga na Itália e na Alemanha), como uma proposta de reestruturação da classe trabalhadora em bases diferentes daquelas de sua organização “anterior”.

Em termos de discurso, o fato de o Estado Nacional ter *levado a sério* a presença do (O)utro – operários/imigrantes/grupos organizados – se expõe como fato no próprio corpo dos textos das legislações, por meio da retórica da denegação²³, ligada ao segundo eixo de formulações do “campo associado” de um enunciado, que introduz involuntariamente aquilo que ele apaga. Neste sentido ganha visibilidade a observação de Pêcheux (1975:176) segundo a qual o nível “visível” da *formulação*, na enunciação do discurso, “*tem por característica colocar o “dito” e em consequência rejeitar o “não-dito” (...) deixando desenhado num espaço vazio o campo de “tudo o que teria sido possível ao sujeito [ao texto] dizer (mas que não diz)”, ou o campo de “tudo a que se opõe o que o sujeito [o texto] disse”*”.

Em uma perspectiva semelhante de análise dos modos de submetimento das vozes dos imigrantes em outro país da América Latina, a Argentina, S. Serrani (1996:113-4) aponta diversas formas de re-aparecimento das referências apagadas ao imigrante e à sua língua. Analisando o funcionamento da frase nominal “la question de la lengua”, em relação ao espanhol rioplatense, a autora observa que tal submetimento se realiza de acordo com três modulações diferentes que participam na configuração do saber da formação discursiva oligárquica sobre a língua: primeiro, um *modo elíptico*, pela *omissão*, pela ausência de referência explícita aos imigrantes nos textos que falam sobre “a questão da língua”, na modulação que ela chama de *casticismo aristocrático*; uma outra modulação se encontra na fundamentação desse submetimento em um interesse científico que considera incorreta a língua influenciada pelos imigrantes italianos, versão que a autora chama de *casticismo academicista*. E uma terceira modulação, a do *paternalismo tolerante*, considerada se não exatamente uma *exclusão no nível da enunciação*, uma outra forma de apagamento, pela “*via de uma integração. Uma integração que se entende como um enquadramento ideológico*”²⁴.

²³ Note-se como deste modo a denegação extrapola o campo “estritamente lingüístico” e funciona na constituição do discurso e na configuração da história de um modo fundamental, enquanto “retorno do recalçado”.

²⁴ Esta forma de integração alinha-se ao que comentamos adiante como uma *integração forçada* do imigrante, condição para ele permanecer no novo território enquanto território nacional.

A consideração acima mencionada dos movimentos sindical e político dos operários/imigrantes nos acontecimentos que dão lugar à “Revolução de 1930”, pela qual Vargas chega ao Poder – e a partir de quando se formula a legislação sobre as línguas dos imigrantes e se intensifica a sua nacionalização – apresenta-se entre os historiadores com uma importância tal que tem balizado, como divisor de águas, as suas leituras em relação ao próprio “fato” dessa “Revolução”. As diferenças incidem em que alguns²⁵ restringem sua leitura das forças políticas em ação nesse contexto aos militares (tenentes) *versus* aristocracia agrária (com ou sem a participação da industrial). O que, por outro lado, apontam as outras leituras²⁶, deixa apagada a importância dos movimentos operários, sob as evidências da própria lógica narrativa do fato histórico formulada pelos “vencedores” – além de trabalhos historiográficos que, mesmo pretendendo-se críticos, não se aperceberam da importância, apagada, do operariado na construção deste fato²⁷.

O segundo desses modos mencionados de compreensão do fato, que considera o papel dos operários/imigrantes nos acontecimentos relativos à mudança política no Poder central, interessa neste nosso trabalho na medida em que introduz, com relação ao enunciado da *nacionalização* e às línguas estrangeiras, o fato de que o sujeito falante de tais línguas (o imigrante italiano operário dos centros urbanos²⁸) fosse considerado uma presença significativa na conjuntura política central. pois isto nos leva a observar uma dimensão importante da medida de interdição dessas línguas, a saber ele não incide simplesmente sobre “uma língua estrangeira”, mas sobre sujeitos e sentidos presentes de modo central na conjuntura nacional através dessa língua.

Por outro lado, todas essas considerações sobre a presença dos imigrantes italianos junto aos acontecimentos que definem a forma política do país na conjuntura de 1930 trazem à tona elementos das condições internas ao país que levam a formular-se uma perspectiva de oposição ao imigrante estrangeiro, que se alinha à perspectiva da sua nacionalização por parte dos setores

²⁵ Como a de Boris Fausto, a considerar as análises de Araújo (1994).

²⁶ Como as de E. de Decca (1992) e A. Lenharo (1986).

²⁷ Cf. E. de Decca, *op. cit.*, prefácio à 5ª. edição, 1992.

²⁸ As medidas oficiais, de alcance nacional, baseadas no valor do imigrante dos centros urbanos, resultam em um tratamento generalizado dos imigrantes de toda a Nação, independente dos seus modos diversos de inserção na sociedade nacional. Pensamos que a nacionalização pode ter produzido efeitos de sentidos diferentes, por exemplo, nas zonas rurais isoladas dos acontecimentos políticos centrais, e nos centros urbanos.

dirigentes da nação. Essa conjuntura desempenha, ao nosso ver, um papel importante ao lado das razões da nacionalização relacionadas à segunda guerra, nos anos seguintes.

2.2.3. *Nacionalismo liberal e projetos educacionais*

Ao estudar as circunstâncias em que foi interdita a língua dos imigrantes e reforçada a necessidade da nacionalização dos estrangeiros presentes no Brasil, não se pode deixar de considerar também os sentidos da nacionalização segundo os projetos educacionais dos intelectuais liberais, que tiveram vigor já desde a década de vinte, e que chegaram a participar do governo no início do mandato de Vargas, antes do Estado Novo.

Para considerar os sentidos dos enunciados sobre “o nacional” na área da Educação nesses projetos, nos baseamos no trabalho de A. M. Araújo Freire, *História da Educação Brasileira. Uma leitura crítica do analfabetismo no Brasil (1930-1945)*²⁹. A autora expõe em detalhes os seus aspectos mais significativos, não sem antes considerar o perfil do grupo da Aliança Liberal, junto ao qual G. Vargas chegou ao poder.

A autora localiza na plataforma desse grupo, através dos discursos de Vargas, os argumentos de base, de ordem econômica e social, para a nacionalização. Eram eles: o aumento de exportações e diminuição de importações para equilíbrio da balança comercial; a intensificação do uso do álcool como combustível nacional; o aumento da produção de trigo; a melhoria do aproveitamento do carvão e do algodão nacionais; um certo protecionismo aos industriais, através do projeto industrial-nacionalista que priorizava indústrias que utilizassem matéria-prima nacional, em detrimento das que manufaturavam matéria-prima importada; ênfase na necessidade de industrializar a borracha no Brasil ao invés de exportá-la como matéria-prima; protecionismo ao proletariado, através de medidas que lhe assegurassem “relativo conforto e estabilidade e o amparo nas doenças como na velhice”, entre outros³⁰.

Estas propostas, na concepção da Aliança Liberal, conduziriam a um ideal de *reconstrução e desenvolvimento nacionais*, contrapostos discursivamente a “um passado de desonestidade política e estagnação econômica”. Esse grupo propagava em suma que:

a aliança liberal é com efeito, em síntese, a mais expressiva oportunidade que já se ofereceu ao Brasil para realizar, sem abalos, sem sacrifícios, o plano de ação governamental exigido,

²⁹ Cf. Araújo Freire, A. M. (1994).

³⁰ Cf. Araújo F., *op. cit.*, pp. 119-127.

*insistentemente, não só pela maioria consciente da sua população e pelas suas tradições de cultura e patriotismo, como, também, pelo espírito do momento universal*³¹.

A partir dessa perspectiva, o Presidente conclama os brasileiros para o empreendimento de transformação social, política e econômica de que “a Nação” necessitava. Tinham portanto os liberais por princípio que “a obra da Revolução, além de ser vasta obra de transformação social, política e econômica, [seria] também, nacionalista, no bom sentido do termo”³².

Assim, conforme as análises de A. M. Araújo Freire, embora a preocupação central fosse com a economia, com destaque para a indústria nacional, o projeto nacionalista liberal previa um envolvimento do Estado com a Educação. Tanto assim que, criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública assim que Vargas foi empossado chefe do Governo Provisório, foram imediatamente tomadas medidas de reestruturação do sistema educacional, desorganizado ao longo de toda a Primeira República. Foram visados inicialmente o ensino superior, a organização do secundário e o ensino comercial.

Algumas medidas dessa reestruturação se fizeram acompanhar por análises admiráveis, sob a influência da Escola Nova, como ocorreu nas justificativas às reformas do secundário propostas pelo ministro Francisco Campos, em 1931. Nesse ano foi ainda criado um órgão consultivo para o Ministro da Educação e Saúde Pública, o Conselho Nacional de Educação, com a função de colaborar nos propósitos de elevar o nível da cultura brasileira, através de opiniões sobre assuntos técnicos e didáticos, pareceres sobre questões administrativas correlatas, colaboração no sentido de orientar e dirigir o ensino, promover e estimular iniciativas em benefício da cultura, animar atividades privadas que quisessem colaborar com o Estado nessa área, e firmar as diretrizes gerais de ensino primário, secundário, técnico e superior, entre outras³³.

As mudanças iniciais não incluíam portanto a educação primária e alfabetização. Diferentemente do que ocorre com os demais níveis de ensino, mesmo na primeira vez que o Governo Provisório legisla sobre a instrução primária, em 1931, ele o faz simplesmente para referendar uma medida que remetia à Constituição de 1834, que estabelecia ser de competência dos Governos Estaduais a responsabilidade financeira pelo Ensino Primário. Assim fazendo, o

³¹ G. Vargas, apud. Araújo, *op. cit.*:122.

³² *Idem*, p. 128.

³³ *Idem*, pp. 266-270.

Governo atribuía a essas instâncias a obrigação de empregar no mínimo 10% de sua renda para a instrução primária, permitindo que exigissem dos Municípios até 15% da arrecadação para os fins, englobados, de segurança, saúde e instrução públicas.

Mesmo em meio à discussão da educação expressa no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, em 1932, considerado um dos mais elaborados documentos da história da Educação Brasileira, conforme a autora, não houve ênfase quanto à alfabetização. Atendendo solicitação do chefe do Governo Provisório e do Ministro da Educação aos educadores reunidos na 4ª. Conferência Nacional de Educação para definir-se “o sentido pedagógico da Revolução de 1930”, o Manifesto limitou-se a destacar a importância de uma educação moderna, articulada aos aspectos econômicos, em detrimento da educação chamada “humanista”, praticada até então, sob influência religiosa. Além disso, o documento foi elaborado depois que a maioria das reformas liberais na educação já haviam sido realizadas.

Desse modo, somente na Constituição de 1934 a educação primária é contemplada de fato na legislação, ocupando pela primeira vez um Capítulo à parte em uma Constituição brasileira. Nela, o Ensino Primário passa a ser instituído pelo Estado, integral e gratuito, e de frequência obrigatória.

Ao lado disso, o Texto Constitucional apresenta a intenção de que se formulasse um plano nacional de educação para coordenar, fiscalizar e executar a educação em todos os seus graus e ramos.

Contudo, seguindo a análise dos dados apresentados por Araújo, apesar da legislação, não se apresentaram na prática resultados significativos para a educação primária, tendo a prioridade permanecido para o Ensino Secundário e Superior. A escola primária e a alfabetização, observa A. M. Araújo, “*contumaram à deriva das diminutas e ineficientes iniciativas estaduais, municipais e privadas*”.

Na Constituição de 1937, embora tenha-se modificado a burocracia do Estado, não se modificaram os princípios já expressos quanto à educação.

O que se pode observar, portanto, em suma, no conjunto dessas medidas, é a presença de um interesse na educação *nacional*, prioritária para os níveis secundário e superior, e de poucos resultados para o primário e a alfabetização.

Por outro lado, entretanto, quanto ao sentido da *nacionalização* já se pode observar desde então, nas palavras de Vargas, a preocupação com a constituição da *unidade nacional*, vinculada ao desenvolvimento da *Nação*:

*enquanto se cogitava de lançar as verdadeiras bases da instrução pública, no terreno apropriado às nossas necessidades, trabalhou-se, proficuamente, para fortalecer os vínculos da **unidade nacional**, disseminando a cultura cívica e promovendo o aperfeiçoamento dos nossos melhores valores mentais e morais*³⁴.

A ênfase cada vez maior em torno da *unidade nacional* vai aos poucos conduzir à entrada em cena nesses discursos de novos ângulos para o nacionalismo que vai conduzir então os rumos da Educação na Nação. E, pela primeira vez, com atenção especial no ensino primário, sobretudo nas regiões de imigração, a partir do Estado Novo, deflagrado em 1937 com o fechamento das Assembléias Estaduais e a intervenção nos Estados.

Coincidentemente ou não, não podemos deixar de chamar a atenção para o fato de que a atenção do Governo Federal para com o Ensino Primário é concomitante com o início das Campanhas de Nacionalização do Ensino Primário, em especial nas áreas então chamadas “de colonização estrangeira”.

2.2.4. *O nacionalismo do Estado Novo*

Se as influências dos liberais nas propostas do sistema educacional do período inicial do Governo Vargas deixaram marcas significativas em sua reestruturação técnica e jurídica, por outro lado é preciso considerar que a *forma* como o Presidente vislumbrou colocar em prática as propostas de *conteúdo nacionalizador*, e não só na área da educação, também determinava, por seu lado, os sentidos da *nacionalização*.

Tendo chegado ao Poder através das armas, em nome de uma difusa vontade popular, Vargas foi centralizando progressivamente o poder das decisões em torno de si. Pessoalmente, selecionou não somente os Ministros mas também os membros dos Conselhos Consultivos de cada um deles, de modo que as opiniões dos Conselhos Consultivos ficassem sob o poder dos primeiros; indicou os interventores para os Estados, e através deles para os Municípios; destituiu o Governo Provisório que o elegera seu Presidente; fechou as Casas Legislativas Estaduais e o Congresso Nacional, e chegou enfim ao Golpe de Estado, em 1937, quando as decisões acabaram de ficar explicitamente subordinadas à sua vontade pessoal, assim como as ações jurídico-

políticas em geral sob seu controle. Eliminados os Partidos Políticos, e sem lugar as manifestações de interesses de setores sociais diversos, as suas providências passam a se dar em torno de fazer cumprir os seus próprios projetos a qualquer custo.

Embora trabalhado de maneira completamente diferente, podemos notar nessa forma de administração um paralelismo com o início da República, quanto à relação entre o Poder Central e os Estados, face à diversidade interna à *Nação*. No final do século XIX, a tentativa de contornar a diversidade e fortalecer a unidade do Estado Republicano realizou-se através da decisão de dar à diversidade uma visibilidade nacional formal, por meio de uma ação jurídica descentralizadora: a formação da República Confederativa, com poderes distribuídos aos Estados (Províncias). Já no Estado Novo a forma jurídica adotada pelo Poder Central perante à diversidade de interesses tomou a direção oposta, pela via da centralização, que anulava assim a importância dos “particularismos dos Estados”, como dizia Vargas, tanto quanto a dos demais interesses setoriais politicamente diversos.

Contraditoriamente, tanto a centralização de Vargas quanto a descentralização republicana são enunciadas em nome da *Nação*. É por onde se pode observar que o conceito não é auto-evidente, e atende a sentidos diversos de acordo com os lugares históricos de onde os seus sentidos são atribuídos. Autodenominando-se a *Nação*, o Estado, com Getúlio, apresenta-se a si mesmo como sujeito histórico único, conforme as análises de E. de Decca (op. cit.).

Desse modo, as mudanças mencionadas na área da educação deixaram de continuar contando com visões diversificadas, de Estados e Municípios, com suas questões, dificuldades, interesses e propostas. As iniciativas locais para a adaptação dos imigrantes ao real de seu novo lugar sócio-histórico (cf. Soares, 1995) são substituídas pela Campanha de Nacionalização do Ensino em âmbito nacional, que foi conduzida, como veremos, através de um aparato jurídico-policial específico.

Com o Estado Novo, depois de 1937, introduz-se portanto na área da Educação o viés de um nacionalismo centralizador e exacerbado, justificado logo a seguir em nome da Guerra, quando uma prática nacionalista escoltada, escoteira, é conduzida, em nome do fortalecimento da unidade do *Estado Nacional*.

³⁴ Vargas (1937), apud. Araújo, op. cit., p. 339.

Nesse novo trajeto, o enunciado da *nacionalização* adquire direções de sentidos bastante diferentes daquelas das ideologias nacionalistas já emersas, como aquelas acima mencionadas com relação ao projeto dos liberais.

2.2.5. *Língua e Soberania Nacional*

Já na condição desse “Estado Nacional”, no chamado Estado Novo, Vargas instituiu, em 1938, no Ministério da Educação e Saúde, uma Comissão Nacional do Ensino Primário, encarregada, além de organizar o plano de uma campanha nacional de combate ao analfabetismo, de “*nacionalizar integralmente o ensino primário de todos os núcleos de população de origem estrangeira*”.³⁵

Através dessa medida, ganha nova dimensão a preocupação anterior com a “questão dos estrangeiros”, reforçada logo depois com uma retórica relacionada à guerra, cuja eclosão veio colocar-se como um fato que realmente conturbou a condução, muitas vezes desmedida e equivocada, em meio aos ânimos acirrados, da nacionalização dos estrangeiros. Ao lado da questão da proteção nacional, a oposição aos estrangeiros desembocou em sua exclusão indiferenciada, reunindo em um só conjunto grupos de estrangeiros alinhados ao nazi-fascismo³⁶ e de agricultores imigrantes alheios aos contextos nacional e internacional.

Desse modo, depois de terem permanecido as línguas dos (e os) imigrantes ignorados nas colônias agrícolas por mais de meio século, em uma época em que a questão do analfabetismo não havia sido minimamente colocada como preocupação do Estado, o ideal da *unidade lingüística* veio se fazer presente entre eles, ao lado da *unidade política* e da *coesão dos interesses* em torno do Estado Nacional. O interesse pela alfabetização e o ensino primário são colocados então em primeiro plano, com atenção especial para as colônias de imigrantes de todo o país. A respeito desse conjunto de orientações, encontramos da parte de G. Vargas enunciados como os que seguem:

³⁵ Idem.

³⁶ Quanto às determinações das duas guerras mundiais sobre a relação do Governo Brasileiro com a população de imigrantes, remetemos a dois trabalhos específicos esclarecedores sobre o tema: a Tese de Doutorado em História, de Marionilde D. Brepohl de Magalhães (1993) que analisa, com base em vasta documentação brasileira e alemã, as particularidades do pan-germanismo no Sul do Brasil e a relação formal de alguns grupos com o nacionalismo alemão, e a Tese de Doutorado em Lingüística, de Carmem Zink Bolognini (1996), que reflete sobre aspectos

Um país não é apenas um conglomerado de indivíduos dentro de um trecho do território, mas, principalmente, a unidade da raça, a unidade da língua, a unidade do pensamento nacional (...)

*Temos um destino a realizar. Possuímos um vasto território, temos a mesma origem racial, **falamos a mesma língua**, temos a mesma história, a mesma religião, a mesma formação social, o mesmo sentimento de unidade pátria. Precisamos trabalhar (...), fortalecer a consciência nacional (...)*

*Quando, em todos os recantos, em todas as latitudes, cada brasileiro mobilizar as suas energias no empenho decidido de formar **uma verdadeira comunidade de idioma**, de sentimentos, de interesses e de ideais, poderemos exclamar com orgulho: o Brasil é uma grande e poderosa Nação³⁷.*

Como mencionamos, nesses enunciados se introduzem, por efeitos de memória, “uma realidade” ou formulações de um campo associado (Cf. Courtine, 1981) a que eles se opõem, diferentes dos referentes discursivos que lingüisticamente afirmam (“*temos a mesma origem racial, **falamos a mesma língua**, temos a mesma história, a mesma religião*, etc.”). Ora, os estudos sobre a Nação brasileira mal haviam terminado de chamar a atenção para as diferentes origens, raças, línguas, histórias e religiões presentes no interior da população heterogênea do Brasil. O que esses enunciados prenunciam portanto não é a constatação de referentes discursivos reais que se afirmam, mas antes a manifestação de referentes nos quais se deveria acreditar, isto é, que iriam a partir de então ocupar o espaço da memória social.

Com relação à unidade da língua, merece ser ressaltada nesse sentido a atuação de Olavo Bilac nas campanhas nacionalistas, sempre na direção da exaltação da afirmação da língua nacional junto às regiões de imigrantes. Como anota C. Zink Bolognini (1996), ele “percorreu o Brasil como um dos organizadores da Liga de Defesa Nacional, que tinha como um de seus objetivos *promover o ensino da língua pátria nas escolas estrangeiras, e a criação de escolas primárias nossas, nos núcleos coloniaes*”³⁸, o que o poeta já fizera desde o contexto da primeira guerra. A autora analisa como a ocupação de Bilac com a “língua pátria” se reflete diretamente “na sua proposta de que ela fosse ensinada nas ‘escolas estrangeiras’”. Também nessa proposta se pode observar “o reconhecimento de que o que existia nos ‘núcleos coloniaes’ naquela época não era ‘nosso’ (brasileiro) e sim ‘estrangeiro’”. O esforço de Bilac, segundo essa análise, “dirigia-se no sentido de deslocar o LI [lugar de interlocução] desses estrangeiros, para que eles falassem a partir do LI definido pelo atributo de brasileiro” (idem).

relacionados ao imaginário do imigrante alemão constituído durante a Segunda Guerra, bem como suas implicações atuais nas relações entre alunos brasileiros e alemães, no contexto do ensino de línguas estrangeiras.

³⁷ Cf. Araújo F. *op. cit.* p. 204, 247 e 250, respectivamente. Grifos nossos.

³⁸ Cf Zink Bolognini (1996:81-82), citando O. Bilac, 1916: 208.

No contexto de discussões internacionais sobre a presença “de filhos da Itália e da Alemanha” na América Latina, respondendo a uma pergunta sobre a presença de núcleos estrangeiros no Brasil, G. Vargas afirma, em junho de 1939, o que sintetiza as medidas tomadas a respeito:

*A política de nacionalização que estamos praticando (...) abrange duas ordens de providências: umas, de alcance imediato, e outras cujos resultados dependem do tempo. Entre as primeiras, figuram as que concernem a um critério de selecionamento na permissão para a entrada e radicação dos elementos alienígenas que se dirigem ao nosso país. (...) Entre as medidas de efeito imediato, a mais relevante refere-se à obra da nacionalização iniciada nas escolas, em algumas regiões onde o afluxo da colonização estrangeira poderia criar, no curso do tempo, centros estranhos às pulsações da vida brasileira, pela persistência de costumes, hábitos, tradições, e modos de ser peculiares a outras raças. A língua é um nobre instrumento da soberania nacional. A sua difusão, nos grupos de maior densidade que acabo de mencionar, formará gerações de bons brasileiros, na infância e adolescência, que, até agora, aprendiam pela cartilha dos seus maiores e não conheciam outra história senão a dos seus antepassados do lado oposto do oceano ou de outras latitudes. As forças armadas, que são instituições modelarmente nacionais, estão empenhadas nesta bela obra de patriotismo e também de previdência. A entrosagem dessas medidas, aplicadas habilmente, não nos fará temer qualquer possibilidade de incrustação de perturbadoras minorias étnicas no organismo nacional*³⁹.

Como se pode notar, os diversos efeitos de sentido dos enunciados sobre a nacionalização, funcionam, nesse contexto, como o que Serrani⁴⁰ denomina de “ressonâncias interdiscursivas”, isto é, como “um efeito de vibração semântica mútua entre enunciados parafrásticos”, sem que tenham uma origem definida. Nesses efeitos se fundem sentidos da formação discursiva nacionalista do Estado Novo com aqueles dos projetos liberais. Assim, fundamentados em uma retórica bem delimitada em torno da guerra e da unidade nacional, esses enunciados sustentam-se parafrasticamente naqueles sentidos de *nacionalização* presentes na formação discursiva dos liberais.

Desse modo, se a *nacionalização* foi projetada em uma determinada direção nos projetos educacionais liberais anteriores, no contexto do Estado Novo ela já não se apresenta na mesma direção⁴¹. A evocação parafrástica dos primeiros, servindo para nuançar o teor nacionalista que tomam nos discursos do Presidente, não impede que nestes se estabeleçam os sentidos nacionalistas próprios à formação discursiva a que ele se alinhava.

³⁹ Em entrevista ao *Jornal Paris Soir*, cf. Araújo, *op. cit.*, p. 249. Grifos nossos.

⁴⁰ Cf. Serrani, S., *op. cit.*.

⁴¹ Os limites difusos entre o “mesmo” e o “diferente”, a “polissemia” e a “paráfrase”, a “reprodução” e o “deslocamento” dos sentidos constituem um tema importante na área da análise de discurso. Ver, nesse sentido, entre

O fato a ser ressaltado a partir dessa sustentação parafrástica é que, na prática da nacionalização, por parte da população entre a qual esses enunciados se fizeram ouvir e seguir, os sentidos de uns e de outros não se distinguiram. Antes se acresceram e se confundiram produtivamente, a julgar pela memória desses dizeres tal como ecoa ainda entre sujeitos provenientes dessa história. A fim de melhor explicar essa observação, vamos considerar os efeitos da memória desses enunciados nos recortes que seguem, das entrevistas realizadas durante a pesquisa.

Já na primeira entrevista da pesquisa, chamava nossa atenção o efeito de sentido produzido na ênfase particular que o entrevistado, um indivíduo que em 1938 tinha em torno de 30 anos de idade, dá à expressão “*de origem*”, em *somos “de origem” italiana*.

Entrev. – “*Os pais do senhor falavam italiano?*”

Sr. Feliciano – *Falava. Falava italiano. Que nós somos membro de origem italiana.*” (E.5, p.3).

Pela ênfase na expressão “*de origem*”, o enunciado se contrapõe, por efeito de memória, a outro, que resulta apagado, que seria “*somos membros italianos*”, que se encontra fora do campo de possibilidades do dizer, dada a projeção da memória social trabalhada oficialmente na conjuntura de trinta. Estamos querendo dizer que, pelo efeito parafrástico produzido, temos aí a memória de um enunciado como: “*não somos italianos; somos membros [da nação] de origem italiana*”. A ausência do complemento para o predicativo “membro”, nessa seqüência, nos aparece como o índice de uma “incorporação” de discurso, dando um efeito de que o sujeito fala um discurso que já ouviu, que não é “seu”. A possibilidade de inserção do complemento “da nação” para esse predicativo, por sua vez, se liga à presença da metáfora orgânica da Nação enquanto corpo, (“*somos membros*”) que, vinda do Positivismo, influenciou os discursos nacionalistas da época de 30.

Com efeito, *somos “de origem” italiana* foi o enunciado que, tendo-se tornado o único possível, repetiu-se indefinidamente, ligado a um deslocamento do lugar discursivo, funcionando como signo de identificação dessa população com “um lugar”, o seu lugar na história.

Também no recorte que segue, os sentidos da proibição da língua, (re)produzidos por um sujeito que ocupa esse lugar na história, parecem perfeitamente justificados na reunião dos

muitos outros: Orlandi (1983), (1987), (1990), (1996) e Pêcheux (1990f). Trabalhamos intensivamente com o tema também em nossa dissertação de Mestrado (Payer, 1995).

mesmos efeitos parafrásticos que interligam as duas formações discursivas, como apontamos acima.

Entrev. – *Vocês aprenderam a falar outras coisas em italiano?*

D. Iraci – *Se nós aprendimo? Eu aprendi... O Rômulo [o marido] conversava em italiano.*

Sr. Rômulo – *Ah, é! O meu pai e a minha mãe falava tudo em italiano, né! Então, cantar italiano por exemplo eu aprendi igual. Agora, foi difícil passar do italiano pro português. Foi até proibido o italiano.*

Entrev. – *Proibido?*

Sr. Rômulo – *Proibido! Em Colatina tinha a Farmácia Italiana. Aí foi obrigado trocar o nome.*

Entrev. – *O Senhor sabe por quê?*

Sr. Rômulo – *É, justamente, foi porque o... a gente ia crescendo falando italiano, então não podia. Tinha que ser /*

D. Iraci – *Português!*

Sr. Rômulo – *Português. Eu me lembro. Foi na minha época. (S1, p.2-3).*

Em um momento de conversa em que a dificuldade da mudança de língua é formulada, e chamado entretanto, repentinamente, a justificar a razão dessa necessidade/imposição – *Por quê?* –, Seu Rômulo se des-encontra com (em) os (seus) sentidos por um momento. Instante efêmero este, cuja perdição a voz trazida pela língua do Estado recobra, através da voz de D. Iraci: *Português!* Sim, o sujeito se reencontra a partir dela no já-dito que significa realmente: *“Português. Eu me lembro. Foi na minha época”*⁴².

Esta situação permite notar que a sustentação parafrástica entre os sentidos das duas formações discursivas diferentes que trabalharam no Brasil a idéia de nacionalização produziram evidências tais que, apesar da dificuldade relatada, justificaram oficialmente – por essa voz de Estado – a interdição da língua para os imigrantes.

Um olhar mais detalhado sobre os textos produzidos nessas condições permite entretanto notar já em sua materialidade discursiva as ambigüidades decorrentes dessa mútua sustentação semântica.

No texto constitucional de 1934, para tomar apenas um deles, pode-se observar uma intrincação ambígua. Uma vez de modo velado, enquanto “campo associado”, e outras vezes mais explicitamente, o texto constitucional, mesmo ao falar do papel do Estado na Educação, na perspectiva liberal, se reporta à presença do estrangeiro e à necessidade emergente da *nacionalização*. Isto se dá através de uma ambigüidade que envolve os planos do *geral* e do *particular*, em uma articulação interna densa. Por exemplo, se o texto prescreve *genericamente* a

educação como "direito de *todos*", cabendo aos Poderes Públicos proporcioná-la "*a brasileiros e estrangeiros domiciliados no País*", ele determina também, por outro lado, de maneira *específica*, que a consciência da solidariedade humana se desenvolva em um "*espírito brasileiro*" (Art. 149). Opondo-se então a "espírito estrangeiro", o enunciado "introduz", apagando, essa outra formulação. Se ele introduz a prescrição *geral* para a Nação de fixar um plano *nacional* de educação, determinando, pela primeira vez na história brasileira, o "ensino primário gratuito", ele fixa, por outro lado, a sua "frequência obrigatória", de modo a trazer à memória outros enunciados que se reportam à *frequência do estrangeiro* à escola. A ambigüidade desses textos, enquanto textos de lei, abrem as condições para que *localmente*, nas áreas de imigração, a *nacionalização* possa ser fiscalizada pontualmente através da frequência escolar, como veremos mais adiante. E, ainda, a prescrição em instância *nacional - geral* - de que nos estabelecimentos particulares o ensino fosse ministrado no *idioma pátrio*, faz ressoar interdiscursivamente a memória de línguas *estrangeiras*. Em uma direção inversa, se a *língua estrangeira* se põe como um problema nacional *particular* a uma parcela da população, esse problema *particular* parece entretanto em vias de atingir a *Nação* de um modo *geral*. Se esta possibilidade lembra a situação de guerra (ela se deflagra entretanto cinco anos mais tarde...), ela pode indicar também, na perspectiva das leituras consideradas antes, o valor "relativo" da presença dos imigrantes no cenário político nacional.

Desse modo, na adaptação do imigrante ao país, esses efeitos de sentidos nos parecem importar, na medida em que, colocando-se como mediador desta relação, o aparelho jurídico do Estado o faz naturalizando as evidências e a memória discursiva que ele mesmo produz como memória social, oficial, produzindo a necessidade de apagamento/esquecimento, no próprio sujeito, das outras memórias que o constituem como tal. Neste sentido, se a sustentação parafrástica entre os diversos sentidos da *nacionalização* obscurecia a sua enunciação nos discursos institucionais, pensamos, ela se opacifica ainda mais para a população, que teve que lidar com essa fusão entre o papel do Estado na nacionalização, na perspectiva dos liberais, e a condução autoritária dessa nacionalização, com suas bandeiras e escudos, por um outro lado.

Nesta perspectiva, podemos considerar que o sujeito (imigrante) constituído (interpelado) por esses sentidos pode ter-se opacificado também na (pela) história, por entre as várias

⁴² Agradeço a Bethânia Mariani por esta análise, possibilitada por seu olhar, pertinente, exterior à situação de

memórias discursivas e a relação com as diversas línguas que o constituíram. Ressaltaremos e desenvolveremos essa questão ao falar da relação entre as línguas e as memória do nacional e do “materno” (familiar, cultural), no capítulo segundo.

2.3. Modos de interdição das línguas dos imigrantes: a tecnologia de nacionalização

Tomando como região empírica para um estudo mais detalhado da nacionalização o Estado do Espírito Santo, nota-se que a educação primária, de cunho nacionalizante, foi cuidada de maneira minuciosa nos Municípios do Interior, nas áreas de imigração estrangeira.

Para os fins a que nos propomos, seria necessário descrever, tão brevemente quanto possível, as condições em que se encontravam nos anos 30 os imigrantes, nas regiões rurais que foram alvo da nacionalização, a fim de chamar a atenção para o fato de que, na relação com as condições de vida específicas daqueles imigrantes, a discursividade sobre a nacionalização produz efeitos de sentidos um tanto particulares.

2.3.1. A colonização dos imigrantes no meio rural.

É reconhecido na historiografia oficial que a ocupação do território no Espírito Santo só se expandiu de fato a partir da chegada dos imigrantes, que se deu com base na agricultura de pequena propriedade e de trabalho familiar, principalmente na cultura do café⁴³. Aos colonos (moradores das chamadas “colônias de imigração”, abertas em vários pontos do Estado) foram oferecidas a “baixo preço” terras virgens (matas) para cultivar e povoar, em áreas intocadas pelos portugueses, distantes da capital e das demais áreas colonizadas⁴⁴. Instalados em colônias isoladas, esses grupos ergueram na (e da) floresta as condições para a sobrevivência. Coletivamente, nas pequenas “comunidades”, além das próprias casas, construíram estradas, pontes, igrejas, e alguns hospitais.

linguagem em questão, onde minha própria voz encontra-se concernida.

⁴³ Cf. Oliveira, 1956.

⁴⁴ Inicialmente essas terras haviam permanecido em domínio da população denominada botocudos, indígenas resistentes, que recuaram para aquela região, na direção contrária ao mar, devido aos confrontos com os portugueses no litoral. A sua permanência na área, no início da ocupação portuguesa, impediu a penetração dos colonizadores. Mais tarde, quando descobertas as jazidas de ouro em Minas Gerais, a mesma faixa de floresta passou a ser mantida pelo Rei de Portugal como escudo de proteção das minas, frente às constantes investidas de outros povos pelo litoral. Medidas régias proibiram a construção de estradas ligando a Vila do litoral às minas, bem como o povoamento da região. Cf. Oliveira, *idem*.

O isolamento levou à certa duração prolongada da homogeneidade cultural, de modo que, ao longo do meio século de sobrevivência que antecederam à década de 30, mantiveram-se também as línguas dos imigrantes. Se a escola pública primária teve a escassez que observamos em todo o território nacional, até as campanhas de nacionalização, nessas comunidades, como se pode imaginar, o ensino constituía um capítulo à parte.

Segundo Soares (1995:31-2), diversas propostas específicas de educação para essa população, menos dogmáticas do que a do Estado Novo, chegaram a ser vislumbradas desde o início do século, antes portanto da Intervenção de Vargas: Gomes Cardin, Inspetor Geral do Ensino em 1908, considerou a possibilidade de abrir escolas bilingües para as regiões de imigração “*sem prejuízo da preponderância da língua nacional*”. Deocleciano Nunes de Oliveira, seu sucessor, pensava em “*estabelecer uma situação especial para os professores*” dessas regiões, de modo que eles pudessem realizar *atividades “sugestivas” da educação nacional*. Atílio Vivacqua, Secretário da Instrução em 1930, antes da intervenção de Getúlio, procurava implementar certas condições para que a nacionalização começasse a se efetuar nas regiões de imigração. Entretanto, essas propostas, segundo o autor, não chegaram a ser empreendidas de fato, ou não ressoaram de modo a se inscrever em grande escala no Estado.

O fato de que propostas como essas tenham sido formuladas nos importa na medida em que indica que a presença dos imigrantes estrangeiros no Brasil, sua língua e sua cultura, fossem assunto de preocupação do poder público antes, e independentemente, da Segunda Guerra. Essa observação reforça a leitura que fazemos de que as condições de produção da interdição dessas línguas não se esgotam na necessidade de nacionalização produzida com a guerra. Nos discursos da época, a “questão dos estrangeiros” é freqüentemente referida como uma questão antiga e recorrente.

Como se pode notar, nessa discussão sobre a instrução primária dos imigrantes, além dos sentidos já considerados de “nacional” e “nacionalização”, os termos significam em várias perspectivas discursivas, porque temos uma história de colonização (cf. Orlandi, 1990). O mesmo se pode dizer sobre a “língua nacional”, conforme o aspecto específico a ser discutido a cada vez, no interior das várias questões que podem apresentar-se a partir da perspectiva em que se colocam os olhares. Do mesmo modo, a preocupação com a “diversidade” se coloca de modo diverso em diferentes conjunturas, adquirindo sentidos contraditórios em diferentes formações discursivas. Nesse momento, especificamente em relação à situação particular que estamos

observando, pensamos nos efeitos que a nacionalização produz ao ser conduzida com força ideológica de dogma, junto a uma população envolvida com a mais elementar sobrevivência cotidiana, conforme dão testemunho tanto os “textos de memória” escritos quanto os depoimentos dos entrevistados.

Nessas condições, parece-nos significativa a prática de instrução básica desenvolvida por essa população, do ponto de vista da sua sobrevivência. Na ausência de escola, ausência considerada como algo muito natural por esses indivíduos, conforme os mesmos testemunhos, era freqüente a alfabetização e a instrução básica ser realizada pelos membros do grupo, junto aos jovens e crianças, no interior dos grupos familiares e comunitários. As experiências desse ensino às vezes se ampliavam e alcançavam um caráter comunitário, passando a funcionar “regularmente” nas salas das casas, à noite, depois do trabalho⁴⁵. No melhor dos casos, os colonos cediam o terreno e/ou a madeira, e o Estado assumia os custos para a construção da escola⁴⁶. Nessa prática era considerado um hábito comum também as crianças de uma família alternarem entre si a presença na escola, freqüentemente distante, de modo que aquelas que assistiam à aula ensinavam às outras os conteúdos aprendidos. Além de motivada pela distância física da escola, essa prática permitia assegurar o trabalho familiar na lavoura, único meio, como se disse, de sobrevivência econômica dos grupos.

Nessas condições, portanto, a “cultura” e a língua italianas predominaram nessas regiões até o final da década de 1930 e início da de 40, quando os funcionários do recenseamento (de 1940) ainda “*surpreenderam populações inteiras que ignoravam o idioma nacional*”, conforme Oliveira⁴⁷. Nas palavras de M. Diegues Jr. (1943:25): “*no recenseamento de 1940 ficou célebre o setor número sete (...) onde um agente recenseador, percorrendo uma área de 425 Km e recenseando cerca de 200 propriedades, não encontrou uma só pessoa que falasse Português*”. Conforme o autor, houve necessidade, naquela ocasião, de contratar agentes recenseadores que falassem as línguas dos imigrantes, e de intérpretes para realizar o censo.

⁴⁵ O tema é recorrente nas entrevistas com a população remanescente desta forma de ensino, concedidas em maio de 1996, que constam do *corpus* da tese.

⁴⁶ Cf. Relatório do Inspetor de Ensino de D. Bezerra Pais, manuscrito, 1933. Fundo de Educação, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

⁴⁷ Cf. Oliveira (1956); Rabelo (1939); M. Diegues Jr. (1943); Malisek (1938, Relatório de Inspeção do Ensino, Fundo de Educação, Arquivo Público do Espírito Santo) e entrevistas realizadas com a população local em março e abril de 1996.

O ensino institucional chegou a funcionar na língua dos imigrantes. Na primeira década de nosso século, um Presidente da Província fazia referência à resistência dos colonos ao ensino de Português aos filhos, tendo eles solicitado a manutenção pelo Governo de uma cadeira de língua alemã na escola local⁴⁸. No período inicial da imigração, esse fato parece não ter criado problemas, considerado o isolamento das colônias e a já mencionada desorganização na Educação durante toda a Primeira República, quando esse setor não havia se colocado sob a responsabilidade do Estado. Já em torno do final da década de 20 as observações oficiais a esse respeito passam a ser emitidas mais freqüentemente.

2.3.2. A Campanha de Nacionalização do Ensino Primário nos núcleos de colonização estrangeira

A partir de 1937, com as modificações de ordem ideológica, econômica e jurídica, das quais resulta a forma do poder político de Vargas, a situação se modifica nas regiões de imigração, que passam a ser objeto das campanhas de nacionalização. Com elas se dá a homogeneização/regulamentação lingüística dos imigrantes, através de uma tecnologia, cujas minúcias são esclarecedoras dos modos de relação entre língua e nacionalidade naquele momento. A fim de especificar essa relação, descrevemos, com um certo detalhamento, o funcionamento de algumas técnicas de nacionalização implementadas durante o Estado Novo.

Em uma tal “política de integração”, dentre as práticas atingidas pelas campanhas nacionalistas, o ensino primário foi alvo da maior atenção. O argumento para tal seleção foi o de iniciar a obra de nacionalização pela infância, para garantir no futuro as bases econômicas e ideológicas da consciência nacional.

A Campanha de Nacionalização do Ensino no Espírito Santo foi posta em ação no início do ano de 1938. Nesse ano, o Secretário de Educação e Saúde, Fernando Duarte Rabelo, redigiu um documento significativo sobre a Campanha, o “Memorial Apresentado à Comissão Nacional do Ensino Primário”⁴⁹, documento redigido depois que o Secretário se reuniu à Comissão Nacional no Rio de Janeiro, tendo sido convocado, junto aos Secretários de Educação dos Estados do Sul,

⁴⁸ Cf. Oliveira, *op. cit.*: 345; Diegues, 1943:25.

⁴⁹ Dado o valor deste documento para o tema do presente estudo, ele se encontra anexado a este texto.

para “fazer uma exposição sobre o palpitante problema da nacionalização do ensino” perante a Comissão.

Como se pode notar, o texto (em anexo) baseia-se na retórica da guerra⁵⁰, que nos parece ter sido tomada *também*, como dissemos, como um *argumento* para a sustentação da nacionalização. Ele dá uma idéia dos termos do patriotismo em vigor contrário aos estrangeiros:

Era natural, portanto, que á sombra desse indiferentismo criminoso, gerado pela transigência administrativa, medrasse e desenvolvesse a obra nefasta e desnacionalizadora dos advenas através das inúmeras escolas de cunho evidentemente estrangeiro” (p. 5).

Escolas estrangeiras funcionam no território pátrio com o fim único de ensinar aos filhos dos colonos a língua, a geografia e a história dos seus respectivos países, porque sabem os seus professores que tais conhecimentos constituem os mais fortes vínculos do cidadão para com a Pátria (p. 6, citando relatório de 1921).

... lograram essas autoridades constatar essa obra verdadeiramente criminosa contra os sagrados interesses da Pátria, apreendendo larga cópia de panfletos, avulsos, gravuras e alegorias sobre motivos estrangeiros, bem como livros didáticos e de religião, cadernos e mapas editados em língua estrangeira (p. 7).

Havemos de convir que todos esses fatos, evidentemente nocivos à grande obra de unificação nacional, demonstram o quanto temos sido ludibriados nos nossos propósitos de hospitalidade e descuidados em matéria tão relevante (p. 7).

O Memorial relata em minúcias o modo como o Secretário empreendeu o que chamou de uma “grande obra de brasilidade nesses núcleos onde grande parte das crianças nascidas sob o céu do Brasil não sabem se exprimir no idioma pátrio”, e sugere à Comissão Nacional implantá-las nos demais Estados de forte imigração. Descreve como foram postas em vigor legislações e vigilâncias particulares, nas instâncias estadual, municipais e local, inscrever as prescrições gerais e punir infratores locais no que dizia respeito as diversas medidas, inclusive em relação à língua.

Por outro lado, o decreto-lei estadual no. 9.255, de 13 de abril de 1939 interditou a realização *em língua estrangeira* não somente do ensino mas de toda “*escrituração de livros, estatutos, regulamentos, inscrições, placas, cartazes, avisos, instrução e quaisquer publicações escolares*”, além da realização de cultos religiosos nas línguas maternas dos colonos, no interior das escolas e fora delas, nas igrejas e no interior das casas. Note-se, de passagem, como também esse enunciado do texto legal, ao formular a oposição à escrituração de diversos materiais em

⁵⁰ R. Soares (1995) considera que este texto funcionou no interior de uma disputa entre as igrejas Católica e Luterana nas regiões de imigração. Nesse caso, as escolas estrangeiras a que o texto se refere seriam aquelas

língua estrangeira, traz para o discurso os lugares específicos onde essa língua estrangeira se encontra presente, enunciada, na medida em que, enquanto lei, recobre as regiões do real que pode vir incorrer a ela.

Esse decreto regulamentou as condições de funcionamento de colégios particulares, em geral coordenados pelas igrejas católica e luterana, “*enquanto pela União não [fosse] elaborado o plano nacional de ensino e traçadas as suas diretrizes*”⁵¹. O decreto estabelecia que os estabelecimentos particulares de ensino realizassem seu registro no Estado e submetessem a ele sua direção e fiscalização. Para esse registro requeriam provas de que o dirigente ou responsável fosse brasileiro, nato ou naturalizado, bem como apresentação de exemplar do estatuto ou plano anual do ensino.

Os estabelecimentos registrados deveriam observar, entre outras normas de caráter patriótico, o *ensino obrigatório da língua vernácula*, adotando para isso os livros aprovados pelo Departamento de Educação, e o ensino *somente na língua vernácula*, no pré-primário, primário e complementar.

Essa lei criava ainda uma forma de intervenção *punctual* nas escolas particulares. Por conveniência do interesse nacional, conforme diz o texto, o Secretário de Educação podia designar os professores específicos para assumir a orientação oficial da nacionalização do ensino nas escolas particulares situadas nos núcleos de população estrangeira. No Memorial, Rabelo especifica a função destes “orientadores”, que ele mesmo coloca entre aspas. A fim de permitir a eficácia da ação, ele selecionou um corpo de “orientadores” *conhecedores do idioma estrangeiro dominante na região respectiva*, os quais, uma vez submetidos a um estágio em um Grupo Modelo, segundo programa especial previamente elaborado, são designados para as escolas particulares até então regidas pelos professores estrangeiros. Cabia aos “orientadores”, na verdade, uma vez instalados nelas, dirigir as escolas.

Chama a atenção o fato de que também neste texto do decreto estadual, mais uma vez, os sentidos da *nacionalização* funcionam de modo diverso, jogando com o papel do Estado na

dirigidas por pastores luteranos, contra quem o Secretário se coloca. Ao mesmo tempo, o autor defende que recurso à Campanha de Nacionalização teria servido como meio de conseguir financiamentos para a área da Educação.

⁵¹ Registramos aqui uma questão de método importante no trabalho com o discurso, que o difere das leituras que se querem transparentes com relação ao “real”, podendo-se notar claramente como o “real” a que o texto da lei refere não coincide com o “real” exterior a esse texto, uma vez que o Plano Nacional de Educação que encontramos previsto na Constituição de 1934 parece, a considerar-se esse decreto, não ter sido elaborado até o ano de 1938.

Educação em geral e a sua interferência específica nas áreas de imigração. Isto pode ser notado por exemplo no parágrafo que trata da obrigatoriedade do ensino: “o Estado, como seu primeiro dever de assistência à infância e à juventude, *assegurar-lhes-há o ensino primário, gratuito e obrigatório*”. A ambivalência desta vez se expressa na estranha conjunção dos termos *assegurar* e *obrigatório*, que confunde os campos do *direito* e do *dever*: alguém *assegura* a outrem o que lhe é *obrigatório*. Ou, algo é ao mesmo tempo *assegurado* a alguém (como direito) e lhe é *obrigatório* (como dever). Esta contradição fica explícita ainda quando se lêem os relatórios das visitas dos inspetores às zonas rurais, comentando os conflitos em torno da *matricula ex-officio*, incumbida às autoridades escolares, de “todas as crianças analfabetas em idade escolar, existentes na ‘circunscrição’ de uma escola pública ou subvencionada”, a despeito das respectivas famílias. Estas argumentavam necessitar das crianças na lavoura. Multas em dinheiro eram aplicadas nos casos de não atendimento da família à essa matrícula.

É útil ressaltar ainda que a preponderância das línguas estrangeiras era tal que se colocava a necessidade de tradução dessas leis para os imigrantes, quando de sua divulgação nas escolas e comunidades, como registrou o Inspetor L. Malisek⁵²: *distribuí pelos colonos a lei do Ensino Obrigatório, tradução alemã, da qual junto exemplar*”. Esta situação, acrescida do fato de tratar-se de uma região de escassa circulação de material escrito, demandava portanto uma atenção especial à divulgação das leis. Em seus relatórios, vários inspetores reforçam a atenção para com esta divulgação.

Além de todos esses detalhes, elogios e menções honrosas, tanto a professores quanto a colonos, acentuavam condutas e prescreviam posturas de caráter nacionalizante, nos discursos públicos, que circulavam entre os inspetores, o Secretário, os professores e o público. Na contraparte, professores eram transferidos quando considerados inadequados para a tarefa de nacionalização nas escolas dos imigrantes⁵³.

É bem verdade que essa descrição assim apresentada dos métodos de nacionalização do estrangeiro se torna incômoda em face das várias perspectivas que se encontram em jogo produzindo efeitos de sentidos acerca do “nacional”, aí incluída a função do Estado com relação à Educação. Por outro lado, não se pode negar a evidência da força do Estado em uma situação

⁵² Cf. Relatório de inspeção, de 30.04.29. Fundo de Educação, Arquivo Público do ES.

⁵³ Cf. Relatórios de Inspectores de Ensino, 1938, Fundo de Educação, Idem.

como essa. Ela nos leva a pensar em geral – e não só na situação de imigração – na “propriedade” da atribuição do Estado, de ao mesmo tempo assegurar o ensino e torná-lo obrigatório, enquanto modo pelo qual constitui os sujeitos em cidadãos condizentes com ele, através da instrução que visa a torná-lo cidadão. Uma contradição semelhante aparece, por outro lado, toda vez que o Estado *não* assegura essa instrução. De todo modo, não vamos perder de vista que o que nos ocupa no momento é uma descrição da forma de realização da nacionalização do imigrante (italiano), pensando no modo como na história torna visível para esse sujeito que ele é membro de uma nação, através de uma administração da memória que ressalta um “gesto de interpretação” (cf. Orlandi, 1996) no mesmo momento em que apaga outros.

2.4 Considerações finais

2.4.1. *Transparência e opacidade no fato da nacionalização*

A sustentação parafrástica dos enunciados produzidos durante o Estado Novo sobre a/da nacionalização naqueles da formação discursiva liberal anterior, que culminou na interdição jurídica oficial das línguas dos imigrantes, produziu o que podemos considerar – a partir do modo como M. Pêcheux compreende o entrelaçamento dos aparelhos conceptuais, da jurisprudência e das técnicas – , “*um acontecimento de conteúdo sócio político ao mesmo tempo perfeitamente transparente e profundamente opaco*”⁵⁴, junto ao *interdiscurso* da sociedade brasileira dos anos trinta.

A transparência perfeita: a interdição dessas línguas sustenta-se em *universos discursivos de talhe estável*, “o nacional/o estrangeiro”, cujo objeto, língua nacional/estrangeira, é de *aparência lógica*, e cujo *modo de existência parece se dar independente de qualquer interpretação*⁵⁵: é evidente a necessidade da adaptação do imigrante a seu novo espaço sociopolítico; uma Nação deve ser desenvolvida, educada, ter uma identidade, um senso de unidade nacional; a um espaço sociopolítico dessa natureza é necessária coesão, para a qual pode e deve contribuir o Estado, em sua função de estruturação social; a unificação lingüística fortalece o povo que constitui esse mesmo espaço sociopolítico; a nacionalização, enfim, se fez necessária.

⁵⁴ Cf. Pêcheux, 1990b, pp. 19-20.

⁵⁵ *Idem*.

Profunda opacidade: na base de *universos discursivos de aparência instável*, o real parece existir *apenas segundo o modo pelo qual falamos de seus objetos* (idem). A fusão ambígua de sentidos transparece na sustentação opaca de diferentes perspectivas de nacionalização. Sua enunciação funciona ambigualmente, operando *como se* barrasse a diversidade, o heterogêneo do que constitui a população brasileira com suas várias memórias históricas produzidas a partir de lugares específicos no interior dessa história. Colocando-se no centro dos lugares, o Estado produz a partir unicamente de si como Nação, uma lógica narrativa que vai aparecer como auto-evidente, transparente, sustentando uma memória discursiva específica junto à sociedade, e difundindo-a na ordem da escritura. Um misto de necessidade de auto-defesa do Estado face ao contexto internacional e de uso retórico dessa necessidade resulta em um nacionalismo escoteiro, de teor dogmático, que apaga de modo quase inequívoco as memórias discursivas circundantes, dentre elas a dos imigrantes, com sua língua.

Esta, se aparecia como outra língua nacional aos olhos do Sujeito-Estado, por outro lado constituía como sujeito esse imigrante, de um determinado modo, desde o mais tenro laço com ela enquanto língua materna até a memória histórico-discursiva a que essa língua o liga. A interdição da língua indica, desta perspectiva, a interdição desse determinado modo de ser sujeito pela língua. Um modo que prolonga por um tempo relativamente longo os efeitos dessa interdição na relação dessa população com sua memória, com a língua nacional e com a sua “língua materna”, conforme melhor especificaremos adiante (no capítulo segundo).

2.4.2. O imigrante como sujeito jurídico brasileiro

Se o imaginário social assim produzido se ressalta como um lugar discursivo universalizante, a partir do qual se dá a interpelação dos sujeitos em geral para uma identificação como *nacionais*, para o imigrante em particular essa interpelação se produz duplamente. O fato de haver no Brasil uma presença significativa de imigrantes estrangeiros produziu sentidos específicos no interior do processo mais geral da nacionalização, na medida em que essa presença se colocou a interpretar, a ser administrada, a ser nacionalizada. Os fatos e os discursos produzidos no interior dessa nacionalização funcionaram, por outro lado, em uma conseqüente afirmação da língua nacional. Neste específico sentido, a situação que observamos é diferente daquelas dos Estados já constituídos que regulamentam a presença de imigrantes. Na situação em estudo, a sua presença significou no interior do próprio processo de constituição do Estado e da

consciência de nacionalidade, junto à definição dos rumos para a sociedade brasileira, uma vez que motivou, e até mesmo apressou, um determinado ordenamento discursivo da memória da Nação. Assim, se a alteridade é sempre o que leva ao estabelecimento das fronteiras junto à construção da unidade, nessa situação, além da alteridade externa, uma alteridade interna veio apresentar nesse (a esse) espaço sócio-histórico da sociedade brasileira, produzindo sentidos na configuração de sua memória social.

Isto porque, articuladas à prática da nacionalização, produziram-se o que M. Pêcheux chama de *técnicas de apreensão do real*, que são dotadas de interpretação já desde a sua concepção, e a que se acrescem sentidos a cada nível das instâncias administrativas, em sua aplicação. De acordo com o autor, a "tomada do real", ou o modo de se dar o real através dessas técnicas não é independente da burocracia, aparentemente neutra, em seu modo de "estar dada" no cotidiano, porque sua prática *desenvolve categorias que estruturam a linguagem e o pensamento, homogeneizando o real*.

Não estão distantes desse encaixe no real, no real da brasilidade, as imagens que os indivíduos que passaram por essa história de silenciamento fazem sobre si mesmos enquanto sujeitos, tanto os que assistiram com sua própria corporeidade ao aparecimento desses enunciados em sua "própria" época, ajustando-se a eles ao silenciar sua língua, ao se tornarem falantes da língua nacional, sujeitos juridicamente brasileiros, quanto aqueles outros que, em tempos posteriores, tomaram a si os sentidos da brasilidade junto ao apagamento da memória discursiva dos ancestrais, sem ter propriamente escutado os enunciados que (se) produziram (n)essa história, mas a que se filiaram de outra maneira, incorpórea, não formulada, constitutiva. Alinhando-se à memória social brasileira tal como pronunciada na escola, esses se adequam ao apagamento de aspectos da memória dos sentidos que os constituem, das marcas de uma história "outra" que insiste no entanto em apresentar-se em seu dizer, a despeito de suas consciências e até certo ponto com a bênção das vozes ancestrais em seus deslizos fonológicos e murmúrios incompreensíveis, em seu modo estranho de retornar nos sinais de uma "familiaridade" tão óbvia quanto sem lugar.

Nada desse estranhamento constrangedor entretanto era para ser ignorado, se a formulação/enunciação dessas diferentes memórias que constituíram esses sujeitos tivessem podido ser ditas, ser enunciadas claramente do lado de vozes nacionalmente autorizadas. Pensemos sobretudo na escola, cuja prática silenciou essa história, não tendo podido torná-la

dizível aos seus formantes, deixando assim de trabalhar, da mais mínima forma, a relação com a alteridade lingüística e com as memórias outras que os constituem.

A escola encontrou-se ela também, nessa forma histórica, sob a obviedade da burocracia local e cotidiana, de toda uma série de atos e requisitos em relação à língua (circulação, proibição, reafirmação do português, tradução de discursos, por um lado, mas também correção, ultracorreção, reformulação, estigmas, por outro) que deram forma empírica a uma concepção em relação à *língua*, à *língua nacional*. Estes se encontravam estritamente relacionados a tomadas de posições políticas sobre a(s) língua(s), e não menos sobre os cidadãos que as devem falar.

Do lado da teoria lingüística, essas observações reforçam a importância de se pôr em relação o conceito de *língua* e a idéia de *língua nacional*, tal como ela funciona na história específica das línguas nas sociedades, como propõem Gadet e Pêcheux (1981).

2.4.3 O silenciamento e a integração forçada do imigrante

Se a língua nacional, expressamente designada e administrada como elemento de soberania nacional, passa a comparecer enquanto um elemento a atestar a brasilidade do imigrante, é enquanto cidadão de uma nação que ele é chamado a se inscrever nessa língua. Sob as condições de produção particulares estudadas, produziu-se e ressaltou a partir dos anos 30 uma discursividade em que, por uma disjunção rígida entre o imigrante – "estrangeiro", "alienígena" – e "o nacional" (de onde o imigrante ficava excluído), resultou o que podemos considerar como uma *integração forçada* dos imigrantes desses tempos à sociedade nacional.

Uma *integração forçada* pode ser considerada como uma forma particular de *exclusão*, a depender do lugar de observação adotado – de dentro ou de fora daquilo que se integra ou se exclui – no caso em estudo, o Estado e a sociedade. Integrar e excluir constituem os pólos complementares de um mesmo movimento.

Assim, a questão que se coloca é a da *formulação* da memória que funcionará como memória social, repetida de maneira ritualizada, para a sociedade. Nessa *formulação*, o imigrante aparece como Outro, quando na verdade, olhando por um viés que desconta o contexto específico da guerra, ele pode ser visto como fazendo parte, de uma maneira mais ampla, dessa sociedade. Isto importa na medida em que o silenciamento produzido com a interdição da língua, em suas formas incisivas, imprime determinados valores de natureza jurídica à relação desse sujeito com a língua, seja com aquela que se configura para ele, nesse processo, como língua nacional, seja para

aquela outra que, presente mas devendo ser sempre silenciada, paira como um elemento perigoso que reside nele e que não pode vir à tona publicamente.

Os desdobramentos deste aspecto merecem nossa atenção no segundo capítulo, onde analisamos a presença de traços de memória da língua italiana na linguagem atual de sujeitos provenientes da história da imigração, e aspectos de sua relação, enquanto sujeito de linguagem, com as línguas presentes nessa sua história.

CAPÍTULO SEGUNDO

MEMÓRIA DA LÍNGUA

ENTRE A LÍNGUA NACIONAL E A LÍNGUA MATERNA

“...na mais anônima célula (...) um chão, um riso, uma voz ressoam incessantemente”.

C. Drummond de Andrade,
“A ilusão do migrante”.

3.1 Introdução

No capítulo anterior focalizamos a relação entre o Estado Nacional brasileiro e a língua dos imigrantes, em um momento crucial do processo de inserção destes à sociedade nacional, onde, a partir do silenciamento da língua cujas condições de produção acabamos de estudar, a língua nacional passa a funcionar como um elemento a atestar a brasilidade desses imigrantes, expressamente designada e administrada como elemento de soberania nacional. Junto ao Estado, a língua dos imigrantes foi considerada como língua nacional de outro país, nos termos de um problema de natureza étnica, e como tal foi conduzido a partir do nacionalismo então em vigor. Produziu-se então uma discursividade através da qual a disjunção entre "o estrangeiro" e "o nacional" levou a uma *integração forçada* do imigrante à sociedade nacional. Nesse processo, valores discursivos de natureza jurídica se imprimiram à relação do sujeito imigrante com o Português, enquanto este assim se configurava para ele como *língua nacional*.

Nesta parte buscamos compreender como a memória discursiva silenciada, relacionada ao lugar do sujeito proveniente da imigração¹, aí incluída a memória de sua língua, se apresenta nos

¹ A situação discursiva que segue ilustra bem o que estamos chamando de lugar de fala do imigrante, por diferença com o lugar da nacionalidade. Trata-se de um texto escrito por um velho imigrante para a comemoração dos cem anos de imigração, relatando a situação de chegada de um casal de imigrantes, depois comparando-a com a situação dos “bandeirantes”. Recortamos alguns trechos: “*Vieram da Itália (...) aportando em Benevente (...) subiram o rio Benevente de canoa até Alfredo Chaves. (...) Carregando nas costas a incipiente mudança, embrenharam-se na mata por uma picada, sempre subindo (...) até chegar aos arredores de Matilde (...). No meio da mata, no lugar que lhes coube, escolheram uma pequena área onde pretendiam, quando feita a derrubada da mata, construir a casa. (...) Encostaram a mudança no sopé de um grosso tronco de árvore (...) e ao relento dormiram a primeira noite. No dia seguinte (...) amarrou com cipós as folhas de palmito que serviram para a tapagem da cobertura,*

traços da materialidade lingüístico-discursiva de sua prática atual de linguagem. Esta é considerada tanto em relação à língua nacional e à discursividade que a acompanha na esfera pública, na escola e nos seus efeitos fora dela, nas instituições jurídicas como cartórios e órgãos governamentais, quanto em relação ao domínio privado, onde sobrevive uma relação de familiaridade (de evidência) com traços dessa memória. Esses traços lingüístico-discursivos são considerados como constitutivos da língua, do discurso e do sujeito, além das representações/verbalizações feitas sobre eles a partir da memória social.

Baliza as nossas análises um olhar que parte da prática discursiva oral, em conversas cotidianas e em rituais sociais como celebrações religiosas, visitas, momentos de retrospecto e reminiscências, em direção à ordem da escritura; à escrita da língua nacional e aos gestos de escrita (escritos) que ensaiam a inscrição dessa memória discursiva na ordem da escritura. Nessa direção procuramos compreender como essa memória discursiva presente na oralidade atua na constituição do sujeito, como ela se integra (ou não) à representação que a memória social sustenta sobre esses traços. Em outros termos, a proposta, nesta parte, é estudar as relações entre a língua nacional e a língua dos imigrantes – mais especificamente, seria dialetos do vêneto – na configuração de um lugar de sujeito que vai se constituir a partir do (des)encontro destes universos lingüístico-discursivos, em suas formações discursivas distintas, com suas materialidades próprias.

Ao colocar em relação a noção de língua nacional, tal como ela emergiu das considerações do capítulo anterior, e a presença de traços da língua dos imigrantes, considerada em relação à noção de “língua materna”, como será especificada adiante, será importante ter presentes observações como as de J. Authier² sobre o modo como a questão da “falta” – a perda do real, inerente à linguagem, que atinge o sujeito – tende a não ser considerada ao se tratar esse tema, por meio de uma ilusão/desejo de restituição de um suposto real preso à linguagem. A autora critica como ilusória a remissão recorrente da norma a algumas representações de língua apenas, assim como a remissão da sua ausência a outras – línguas míticas, imaginárias, utópicas, de origem, da infância, de uma região, etc. – como se estas pudessem escapar à falta própria à língua, na sua

suspensa e apoiada em forquilha plantadas ao redor do tronco.(...) Quantos bandeirantes dos séculos 17 e 18 se terão arranchado melhor do que os Perim?” (Zandonade, M. Reminiscências de um século (1889-1989), p. 17).

relação com o sujeito que enuncia. Neste sentido, a autora critica a criação, na literatura especializada, de diversos “mitos consoladores” que vêm responder à falha na nomeação. Em suas palavras, é possível encontrar-se um

“interminável inventário de línguas imaginárias as mais heteróclitas, mas que, no antes mítico de uma Idade de Ouro ou de um paraíso perdido da humanidade, no alhures sonhado de territórios distantes ou utópicos, no depois projetado pelos construtores de línguas artificiais, se reencontram no fato de que elas nomeiam “bem” as coisas, sem perda, sem afastamento, restituindo por aí mesmo aos sujeitos, fantasmaticamente, esta coincidência consigo mesmos que, constitutivamente, lhes interdita a sua língua real”³.

Dessa ficção é que faz parte, pois, ao seu ver, a remissão de toda norma a uma língua outra, diferente dessas que “nomeariam bem” o real.

Estas observações de Authier nos alertam para o cuidado de, ao considerar o valor jurídico que o processo de inserção dos imigrantes empresta à língua nacional, evitarmos uma oposição simplista desse valor jurídico a uma suposta espontaneidade e liberdade na língua aprendida com os pais, ou então, nesse caso, à língua oral (no caso da língua dos imigrantes). Diferente disso, o valor jurídico de que falamos remete antes ao estatuto de uma língua que, como vimos, tem a propriedade de atestar a pertinência de um sujeito a uma coletividade nacional.

Reconhecer, pois, a função compensatória dos mitos consoladores não nos conduz, entretanto, a situar no nível da fantasia todo e qualquer sentido produzido nos embates de um sujeito com as línguas que se encontram de fato presentes em sua história. Ou seja, reconhecer esta função na representação de línguas imaginadas como sem perdas não leva a desconsiderar as situações históricas e/ou individuais reais em que a relação com a língua – com as línguas – tenha se tornado complexa, situações em que a perda do real através da linguagem – esta “divisão estrutural” fundante, em outros termos – adquire nuances particulares e determinações específicas, abalos próprios, enfim. Assim consideramos a situação que estudamos, em que a inserção do sujeito migrante no português enquanto língua pública e nacional, língua oficial, língua do exercício do direito, se dá ao lado do silenciamento obrigado da outra língua, sem que este processo seja, entretanto, sempre explícito (formulado, dizível) pelo/para o sujeito.

² Seminário da Jornada de Trabalho no Laboratório de Estudos Urbanos – Labeurb (Nudecri-Unicamp) – 02 de março de 1998.

³ Authier, 1994, p. 254.

A relação entre as diferentes materialidades, a do português nacional e a dos dialetos (vênetos), inicialmente, depois a do português padrão e a do português afetado por esses dialetos, apresenta-se, na situação analisada, intermediada por cruzamentos/atravessamentos e por contradições que necessitam ser consideradas, nesta pesquisa, em termos diferentes, por um lado, daqueles que balizam a avaliação de contatos/intercâmbios interculturais entre aprendizes de língua e falantes nativos; ou seja, entre “língua materna” e língua estrangeira ou segunda língua, na prática pedagógica; e por outro lado, diferentes daqueles termos que se referem ao imigrante em um sentido geral como indivíduos ou grupos que deixam seus países para viver, esporádica ou definitivamente, em outros. Essa necessidade se deve ao fato de que essas outras situações não chegam, por suas proporções – e não só numéricas –, a afetar a dimensão da constituição de uma nacionalidade, como foi o caso da imigração italiana, ao lado de outras do contexto republicano, na formação da Nação Brasileira⁴. Nesse sentido, nem a intensa imigração japonesa para o Brasil nos meados do século XX encontra condições históricas semelhantes, passando pois ao largo da questão da configuração da nacionalidade brasileira tal como vimos ter ocorrido no contexto dos anos 30.

Por outro lado, as dimensões discursivas da linguagem chamadas de “língua materna” e de “língua nacional” não são consideradas auto-evidentes ou semelhantes em quaisquer circunstâncias. Elas apresentam aspectos que vão se tornando visíveis através do estudo das disjunções e dos entrelaçamentos das materialidades lingüístico-discursivas em questão: uma em seu valor jurídico preponderante, a ser enunciada, praticada, a outra como língua estranha à enunciação possível no interdiscurso presente na “sociedade nacional”, e impregnada, deste modo, de valores a serem silenciados, abandonados, e de uma memória discursiva a ser esquecida, a ser historicamente apagada para uma coletividade que, entretanto, manteve dela uma memória, preservando-lhe um lugar em seu saber discursivo.

Assim, a partir da observação da relação entre as duas línguas – italiano/vêneto e português – em seus diferentes modos de estar presentes, procuramos compreender o seu funcionamento na configuração do discurso e do sujeito que nele emerge, tal como se apresentam

⁴ Em *Homens sem paz – os conflitos e os bastidores da emigração italiana*, C. Ianni (1972) avalia que a emigração italiana do final do século XIX e início do XX não encontra, em confronto com a população do país, nenhum correspondente na história dos povos modernos.

na prática lingüístico-discursiva produzida a partir da situação mais ampla de imigração, no processo de transformação (*alteração*: tornar-se outro – *outro* de *outra posição discursiva*) do imigrante italiano em sujeito nacional. Nesse processo mobilizam-se sentidos e valores dos universos discursivos relativos tanto ao imigrante quanto à nacionalidade.

No conjunto, as observações desenvolvidas neste capítulo permitem expor o funcionamento da *memória da língua*: a presença constitutiva de traços de uma língua presente em sua ausência, na configuração do imigrante como uma posição no discurso.

3.2 Estereótipos do imigrante italiano

Traços de língua “estranhos” ao português são recorrentes no material gravado. Os chistes envolvendo esses traços são comuns nas conversas da população observada. Canções, expressões de certos tons emocionais (comiseração, raiva), em dialetos, caracterizam personagens das comunidades como *típicos* sujeitos italianos.

As tipologias referentes a “os italianos” têm instituído *imagens de sujeito* (o pioneiro, o imigrante...), têm fixado *objetos de referência do discurso*⁵ como intrinsecamente associados a esse sujeito, e têm também estabelecido a imagem de um *código lingüístico* aliado a esse sujeito e a esses objetos. Diversos tipos de discursos que veiculam categorias sobre “o imigrante italiano”, inscritos em nosso imaginário social a partir da história da inserção desse sujeito à sociedade nacional, engendram nas práticas de linguagem mecanismos como o clichê e a imitação⁶, os quais, postos em funcionamento no processo enunciativo de identificação/diferenciação entre sujeitos, levam determinadas particularidades lingüístico-discursivas a receberem, em muitas situações, o estatuto enunciativo que J. Authier chama de heterogeneidades *mostradas* como tais, isto é, as particularidades da língua são representadas na enunciação como heterogêneas em relação a todo o restante do dizer, que se constituiria assim como UM próprio da enunciação, como homogêneo em relação a todo o fio do discurso⁷.

⁵ Cf. M. Pêcheux, 1990e, p. 80 e ss.

⁶ R. Robin (1995), trabalhando sobre as representações da identidade judia em seu processo atual de desaparecimento, mostra como o caráter representacional da imitação, amplamente trabalhado no teatro, resulta de algum modo em um trabalho simbólico, sobretudo dos jovens, com relação a essa identidade. A “imitação” constitui portanto um campo profícuo a ser explorado nessa área. Nossas análises nesse momento se direcionam entretanto para o aspecto da constituição (não representada) dos traços da memória discursiva.

⁷ Cf. Authier, J. (1982) e (1984).

Entretanto, o fato de que estas categorias tenham-se ressaltado, no imaginário social, nos pontos visíveis de diferenciação/oposição entre discursos – como “objetos discursivos de talhe estável, logicamente estabilizados”⁸ tem resultado, ao nosso ver, em uma opacificação/apagamento de um outro funcionamento das diferenças neste campo, pelo qual os traços da memória de “outra língua” no português falado por essa população aparecem como diferenças *não marcadas*, isto é, *não-mostradas* como tais, não expostas como estranhas ao UM da língua na enunciação, mas antes como propriamente *constitutivas*, enquanto *evidências da linguagem*, como quaisquer outras, para o sujeito que as enuncia.

Tratam-se, estas últimas, de situações em que esse enunciador não se apresenta no lugar de portador (de quem está sob o domínio) de um imaginário *sobre* “o imigrante”, a partir do qual poderia manipular sua enunciação com estratégias de negociação *mostrada* com a alteridade, como aquilo mesmo que o constitui como diferente de si. São situações que escapam à representação de alteridade, e que portanto passam ao largo das tipologias sobre os imigrantes. Se em termos de enunciação, podemos apontar, no primeiro caso, conforme J. Authier, uma situação em que há representação enunciativa da heterogeneidade na língua, no segundo caso a heterogeneidade, constitutiva, não aparece representada pelo/para o sujeito da enunciação⁹.

O material discursivo resultante destas situações, sobre o qual nos interessa especialmente nos termos em nossa análise, seria, diferentemente das tipologias sobre os sujeitos que se ressaltam no imaginário social, da ordem de objetos discursivos “não logicamente estabilizados”¹⁰, e não direta ou imediatamente apreensíveis, portanto.

Entre um e outro lado destas formas de representação (ou não) de elementos lingüísticos como estranhos à homogeneidade da língua em que se enuncia, uma série de valores relativos a ela emergem, como memória dos enunciados sobre a(s) língua(s), produzidos ao longo da situação histórica específica que a(s) envolve.

⁸ Cf. Pêcheux, M. (1990b).

⁹ A não-representação da heterogeneidade constitutiva, nos termos de J. Authier (1982, 1998), nos parece ligar-se ao silenciamento da memória dos imigrantes, silenciamento que impossibilita o trabalho de negociação/comparação com outras memórias discursivas presentes no dizer. Quando esse trabalho simbólico é possível no interdiscurso, as representações em termos de alteridades podem se processar, e para além talvez dos domínios do estereótipo e da imitação, como um trabalho real dos sentidos sobre os sentidos.

¹⁰ Idem.

Para que possamos nos aproximar da situação considerada, será necessário especificar de que espécie de traços de memória da língua está-se falando. Mas um risco se apresenta, tanto em termos do método de trabalho como da exposição dos resultados. A questão que se coloca é a seguinte: como podemos expor esses traços sem produzir, a respeito da língua, do sujeito e dos objetos do discurso, o mesmo efeito de estereotipia (tipologias) que queremos trabalhar para compreender e portanto contornar? Difícil encontrar a forma, pois se tratam de traços de memória de “outra língua”, apenas em parte descritíveis, no interior de enunciados em português, e o procedimento de isolar esses traços na descrição resulta certamente em conseqüências que não poderemos nos esquivar de avaliar.

Em face da dificuldade decorrente dessa operação metodológica, decidimos realizar um esboço, realmente sem intenção de exaustividade, apenas a título de ilustração, do que estamos chamando de memória de uma “língua outra” nos traços assinaláveis no material gravado, e, depois disso, considerar as implicações dos efeitos susceptíveis na leitura dessa apresentação dos traços. Parece-nos que este percurso de trabalho envolvendo os itens 3.3 e 3.4 adiante permitirá introduzir os aspectos substanciais da relação sujeito/língua(s) sobre os quais queremos nos deter em seguida (do item 3.6 em diante).

3.3 Traços de memória da língua dos imigrantes

Consideremos então alguns traços de memória da língua (dialetos) dos imigrantes presentes no português que falam, correlacionando-os inicialmente a elementos das suas condições de produção mais imediatas, apenas no sentido de dar uma certa visualização da língua praticada atualmente pelos sujeitos de quem estamos falando. Os dados são baseados em gravações de entrevistas (10) com sujeitos de 20 a 80 anos de idade – que dividimos em três faixas de idade (20-40, 40-60 e 60-80) para eventuais efeitos de observação – situações de visitas (5), de festas de famílias com quatro gerações parentais (3) e de anotações durante a pesquisa de campo realizada em distintos momentos, entre 1993 e 1997, em municípios do Norte do Estado do Espírito Santo.

Nem seria talvez necessário insistir que, muito além da possibilidade de uma “descrição” ou “transcrição” técnica, positiva e exaustiva, dos elementos dessa memória, a presença dessa

“*lingua outra*”¹¹, desse *estranho* no português vem insidiar-se, na escuta dessa língua, nas gravações, de um modo bem mais fugaz, através de indícios muito discretos da sua materialidade, escorregadios, não apreensíveis, misteriosamente presentes, não somente mas também na voz, no ritmo, no acento - seja na duração das vogais, das sílabas, seja na marcação dos “*pés*” presentes na musicalidade das frases e dos textos, que vão nos aproximando da particularidade “*estranha*” dessa língua, nas vozes que ouvimos de nossos entrevistados nessas gravações.

Dentre as marcas *estranhas* à ordem do português que podem ser apontadas, organizamos algumas, como segue, a partir de nossa memória Lingüística, porém dando indicações do saber discursivo corrente para os elementos descritos de maneira técnica, segundo diversos “níveis de língua”.

3.3.1 *Traços sonoros*¹²

É ressaltada a semelhança com o italiano nos sons da língua praticada pela população. Dentre os sons (alofones) que ressoam como remissíveis à fonética do dialeto vêneto, podem-se encontrar:

a) sons de vogais nasais:

- A nasalização é projetada mais perto da glote (vogal “posterior”), de forma diferente do que nas demais variantes do português, em que ela ocorre mais próxima dos lábios (vogal “anterior”). Nos termos técnicos da Fonética, sua descrição seria apresentada do modo como segue:

$/\tilde{o}\eta/$ no lugar de $/\tilde{3}\ \tilde{\omega}/$ e $/\tilde{o}\eta/$

Isto é, a vogal nasal posterior (média aberta) aparece no lugar da nasal central, seguida de vogal posterior alta arredondada, como em : *geraç* $/\tilde{o}\eta/$, *irm* $/\tilde{o}\eta/$, *n* $/\tilde{o}\eta/$, *nomeaç* $/\tilde{o}\eta/$.

- A vogal nasal (\tilde{o}) é substituída por ($\tilde{ã}$) em alguns termos específicos. Ou, em termos técnicos:

$/\tilde{3}n/$ no lugar de $/\tilde{3}\ \tilde{\omega}/$.

¹¹ E. Orlandi, em “O Teatro da Identidade – A Paródia como Traço de Mistura Lingüística (Italiano/Português) (1996:114-131) reflete sobre a mistura dessas línguas na “paródia de línguas”, “no sentido em que elas se inscrevem em uma língua outra, ou melhor, que elas passam ‘ao lado de’ uma língua outra” (p. 115). Seu estudo coloca questões sobre a relação do imigrante com a língua nacional consideradas de modo constitutivo no presente trabalho.

¹² Agradeço a Angel Pino pela colaboração para uma apreciação inicial dos aspectos fonéticos deste material.

Ou seja, a nasal central média-aberta [3] no lugar da mesma seguida da posterior média-alta meio-fechada [3̃ ω̃], ou seja, sem o posterior arredondamento comum no português padrão, como em:

S/3̃n/ Sebastí/3̃n/, S/3̃n/ Bento.

- Manutenção de sons orais (a) onde nas demais variantes do português eles são nasais (ã). Ou:

/a/ no lugar de /3̃/

A oralização de sons vogais nasais, inclusive antes de outros fonemas nasais, como em:

m/a/e, Fern/a/ndo, /a/no, Giov/a/ni, gr/a/nde, qu/a/ndo/, deix/a/mo

Esses traços relativos aos sons vocálicos, peculiares em relação a outras memórias do português, são recorrentes em todas as entrevistas, desde aquelas gravadas com as pessoas mais velhas, de 60-80 anos, onde têm uma incidência acentuada, passando pela presença também marcante, embora já mais atenuada, nas falas dos indivíduos de 40-60 anos, e apresentando-se também, em traços mais diluídos, naquelas dos mais jovens, de 20-40 anos.

Certamente, essa sistematicidade inclui variações, relacionadas às condições de produção imediatas da linguagem dos indivíduos, envolvendo elementos como a sua atividade profissional, como a agricultura, o ensino, o comércio, a escolarização, o modo de vida menos ou mais urbano, etc.. Nas entrevistas com pessoas mais jovens, habitantes da capital, por exemplo, os sons que associamos aos dialetos do Vêneto estão praticamente ausentes. Nas de jovens que tiveram apenas o ensino fundamental, ocorrem ou não a depender da profissão e/ou da maior ou menor exposição à comunicação da mídia, e assim por diante.

Observamos também que dentre os traços de memória da língua dos imigrantes presentes nas entrevistas com os mais jovens, os elementos fonéticos mencionados acima são os que mais ocorrem. Os traços apresentados abaixo são mais característicos das falas das gerações mais velhas, embora também apareçam, em menor quantidade, na outra.

b) Os sons de vogais orais:

Pronúncia da vogal final (e não final) / e / no lugar de / i / usual no português oral corrente:

Ex.: padr/e/, trez/e/, cidad/e/, universidad/e/ e não padr/ i /, trez/ i /, cidad/ i /, /universidad/ i /.

A ocorrência do *e* final pode ser relacionada à desinência *e* do feminino plural de substantivos e de adjetivos no dialeto vêneto, embora não mantenha essa função.

c) As consoantes:

- /l/ - lateral alveolar em final de sílaba (som do *l* de “lata”) onde nas demais variedades do português brasileiro se pronuncia a vogal [u]:

Ex.: ca/l/culava, a/l/guma, a/l/faiate, vo/l/tar, descu/l/par, pessoa/l/, Danie/l/, principa/l/ , sendo a lateral alveolar própria do italiano.

- /ʀ/ - vibrante fricativa alveolar ou vibrante alveolar [r] (som do *r* de “garapa”) onde no português padrão se pronuncia seja a *fricativa velar* [x] (som correspondente à a grafia do ‘erre’ duplo em português), seja o *tepe* [ʀ] (som da grafia de um só ‘erre’ no português).

Ex.: /ʀ/ealmente, te/r/eno, bai/ʀ/o, /r/emédio, Fa/ʀ/oupilha, /ʀ/io, /r/eza, ga/ʀ/apa.

As vibrantes fricativa e alveolar são também, nestes ambientes fonológicos, características do italiano, e não do português

- /t/ - plosiva alveolar (/t/ de “tatu”, ou o /t/ conhecido como “tipicamente paulistano”). no lugar de africada palatoalveolar [tʃ], isto é, o t aspirado como em tx, antes de /i/

Ex.: clarine/t/i, /t/inha, Cola/t/tina, la/t/im.

A referência à marca denominada “tipicamente paulistana” não é casual. Enquanto nos dados gravados no Espírito Santo a plosiva alveolar é característica das gerações mais velhas, na capital e em algumas regiões paulistas ela se encontra visivelmente presente também entre os mais jovens, influenciando regionalmente o português dessas áreas.

- /ɣ/ constrictiva palatal (pronunciado próximo do lugar de pronúncia do *i*) pela fricativa palatal /j/:

Ex.: /ɣ/unto, igre/ɣ/a, a/ɣ/udou.

Registramos a ocorrência deste som, esporádico no *corpus* e exclusivo de falantes idosos, pela possibilidade de relacionar o seu local articulatório ao estado de *IU* no latim, que derivou para *J*. Pensamos na possibilidade de interpretar sua ocorrência como uma permanência localizada

do som neste local articulatório como anterior às línguas neo-latinas. Tendo sido elidido da língua atual da população, ocorrendo com escassez nas falas de indivíduos idosos remanescentes da imigração, parece-nos que a sua presença remete tanto ao italiano quanto ao português antigos, em seu estado anterior ao neo-latino. A história dos sujeitos que as produzem leva entretanto a relacioná-las, nessa situação, ao italiano.

3.3.2 Traços lexicais

São termos usados no cotidiano por todas as faixas etárias, como evidências da linguagem, isto é, sem serem marcados como “outros” na língua.

- Verbos: brontolar (reclamar), *cu/tʃ/ar* (abaixar-se), esbegolar (esfiapar), *po/tʃ/ar* (passar no molho), *empe/tʃ/ecar* (lambuzar), etc..
- Adjetivos: *brustolado* (queimado na chapa),
'sbrindolado (descuidado),
'sbrindolão (relaxado),
brontolão (que se queixa, reclama, fala demais por pouca coisa),
empe/tʃ/ecado (lambuzado),
'sbegolado (desfiado, desmanchado),
pêgola (apegado, agarrado),
puerinho, puereto (probrezinho, coitado), etc.
- Nomes próprios
 - Nomes de lugares: Nova Mântua, Benevente, Nova Venécia, Patrimônio do Borá...
 - Nomes de pessoas: Ernestina, Demétrio, Efigênia, Domênico, Giovanni, Joseph, Bepe, Pierina, etc., além dos sobrenomes.

Ao se atentar para a formação dos nomes, observamos de passagem alguns aspectos relacionados ao modo como a história da imigração italiana no Brasil incidiu sobre as transformações lingüísticas do sobrenome, tanto na pronúncia quanto na grafia. Nesse elemento lingüístico específico – o nome – apresentam-se fatos que tornam visível a interferência das práticas históricas da escrita (grafismo) e da oralidade na língua, junto com um cruzamento de traços lingüísticos das duas línguas.

A mexida histórica na língua, neste campo, apresenta pelo menos dois aspectos pertinentes: o primeiro é a permanência e a mudança da *língua* dos imigrantes no sobrenome, lugar lingüístico não diretamente administrado pelas medidas jurídicas do Estado. O registro escrito do nome,

elemento fundamental do funcionamento da ordem jurídica, proporciona, nesse caso, uma resistência da língua no sobrenome, aspecto do real (da língua) onde a administração da língua pouco pôde intervir, dada a relação desse real com o da individuação, conforme a configuração jurídica ocidental. O trabalho silencioso dos escreventes, os funcionários de cartórios, registrou, sem o saber, as mudanças que a língua, no sobrenome, foi apresentando de modo gradual na passagem de um lado ao outro do mundo, de sujeito italiano a brasileiro, de escrito (às vezes) a oral, e novamente de oral a escrito. Ao mesmo tempo, o registro que altera, desavisadamente, o nome, no documento, também interfere por sua vez na língua, à medida em que inscreve, por escrito, e na escrita, uma determinada alteração oral. Falamos de nomes que aparecem no *corpus* como Mazziolli>Manzoli; Pezzin>Peccin>Pecin; Orletti>Orlete, etc.. Nesse sentido mencionaríamos ainda o fato observado em um documento de registro pessoal, cujo nome, escrito, é formado pelo sistema latino de declinações, vindo a ser alterado no português oral: alguém conhecido na comunidade como “Ernesta Pecin”, tem no registro o nome “Pecinia Ernesta”. Vem à tona neste fato uma curiosa alteração lingüística entre o latim e o português brasileiro, oral. Isso indica a não linearidade histórica das alterações da língua. Por outro lado, a situação desses registros (escritos) de nomes em italiano, ao lado da denominação oral, em português, do mesmo indivíduo, nos leva a notar claramente como é duplo o sujeito denominado, não havendo possibilidade de escolher entre um *ou* outro: o nome é um *e* outro, simultaneamente. Há nesta situação um duplo lingüístico-discursivo funcionando na própria nomeação do indivíduo enquanto real. Um duplo que, não de outro modo, o identifica.

O segundo aspecto a observar é que a permanência da língua, no sobrenome, aparece como um fato que leva o imigrante a uma relação de identificação particular com esse elemento, como um lugar de identificação publicamente possível com a língua materna e com os valores a ela associados no contexto de seu desaparecimento. No sentido em que notamos ocorrer entre a população, esse funcionamento não tem nada em comum com a relação com o nome enquanto *status*. Ter-se ia antes a configuração de uma marca de identificação histórica, em que se associa um nome a um percurso histórico do qual restam atualmente, na forma predominante do discurso

público (oficial, jurídico, escolar, da mídia, etc.) poucos indícios, escassas possibilidades de identificação com a memória discursiva da imigração¹³.

- Nomes comuns

patrimônio (vilarejo),
canônica (casa da igreja, ao lado desta)
boleba (bola de gude)
nené (neném, bebê)
bambino (anjinho, neném)
fabricheiro (produtor de artefatos religiosos nas canônicas) etc.

- Traços lexicais em expressões

- Nomes e expressões encontrados nas falas cotidianas e em imitações: *cônsolo* (cônsul), *ma, sará?* (mas, será?), *perche* (porque), *ma perche?*

- Em xingamentos: *porco can, maledeto*; inclusive na forma da *blasfêmia* (isto é, com palavras sagradas, xingamento típico da Europa Central, sobretudo da Itália): *sacramenta, sacranon de l'óstrega, Dio maledeto*. Expressões desse tipo foram registradas, na pesquisa de campo, inclusive na fala de uma criança de cinco anos de idade, na forma infantil de linguagem: *sacamenta!*.

- Em exclamações: *mamma mia!, ma será o benedeto / maledeto! Ma será o binidito!*

Em outras expressões:

- *Varda, varda lá, varda quá, vard'elo(a) lá, vard'elo(a) quá, etc.*
- (por *olhe só!, olhe lá, veja isto, olha ele aqui!...*):

Ex: “Z: Você não tem barriga não. Vê eu!
G: Ah, não tenho não! *Varda se não tenho!*” (S5, p.2).

- *Quá* (por *quê!, que nada!, qual nada!*) (interjeição).

Ex.: “*Quá!* Eu vou vender meu terreno e vou-m’embora pra Vitória também!” (E4, p. 3).

- *Eco lá* (por *é isto, veja isto, olha!*). (Anotações).

- /iʃ/ó - (de /iʃ/lo é: *isto é*). (Anotações).

- Em expressões de “neologismo oral”- *Qualé* (pelo pronome indefinido *qual*)

Ex: “E: Hoje veio o filho do Joaquim Bertoldi lá em casa.
A: Do Joaquim Bertoldi? *Qualé?*” (S5, p. 3)

¹³ Os discursos sobre a globalização, que recentemente parecem fazer levantar o tema, não atingem de modo significativo a questão da memória tal como a compreendemos, porque trazem à cena antes elementos relacionados a outro espaço (Itália) do que à memória própria dos imigrantes no Brasil.

Esse tipo de alteração parece derivado da expressão interrogativa “*qual'é'ello?*” do dialeto, observada em outras passagens do *corpus*, como em:

“...Aí eu falei: padre, vostro nome, *qual'é'ello?*” (E5, p6).

Considere-se que a pronúncia do *l*, em *qual*, já apontada por sua ocorrência como lateral alveolar (*l* de *lata*) e não como vocálica [u] ([kuau]) favore a contração com a vogal seguinte *é*.

O mesmo ocorrem em *comé*, que substitui a conjunção explicativa *como*, e que resulta da junção de *como* + *é*:

“Você me explica *comé* que eu tenho que fazer amanhã” (E5, p.6) ¹⁴.

3.3.3 Traços morfo-sintáticos

- Ausência do morfema [s] em final de termos não verbais, portanto não indicativos de plural, enquanto a ausência do /s/ é mais comum no português em termos verbais.

Ex.: <i>ma</i> /θ/	por <i>mai</i> /s/,
<i>Linhare</i> /θ/	por <i>Linhare</i> /s/,
<i>óculu</i> /θ/	por <i>óculu</i> /s/...
<i>Aristide</i> /θ/	por <i>Aristide</i> /s/
<i>Alfredo Chave</i> /θ/	por <i>Alfredo Chave</i> /s/
<i>Clóve</i> /θ/	por <i>Clóve</i> /s/
<i>ante</i> /θ	por <i>ante</i> /s/
<i>Carlo</i> /θ/	por <i>Carlo</i> /s/.

- Junção de radicais e morfemas envolvendo elementos das duas línguas, na formação de vocábulos.

Em *puerinho*, tem-se o morfema de diminutivo do português, *inho*, junto ao radical *puer*, presente também em *puereto* – variante do italiano *povereto*.

De uma criança de 10 anos ouvimos o termo *cinzolenta* substituindo o nome da cor *cinza* ou *cinzenta*. Se as “invenções” envolvendo a língua são comuns para as crianças, como parte da sua aprendizagem, os elementos “inventados” derivam de domínios de discursos com os quais ela convive, conforme mostram trabalhos da área de Psicolinguística, como o de Lemos (s/d).

¹⁴ Descrições exaustivas de aspectos dialetais do italiano presentes entre descendentes de imigrantes, em abordagens diferentes da que adotamos, e que comentaremos adiante, podem ser encontradas por exemplo em: *Dicionário do dialeto vêneto sul-rio-grandense/português*, de Alberto Vitor Stawinski (Porto Alegre, ESTEF e Caxias do Sul, EDUCS, 1987) e Frosi, V. M. & Mioranza, C., *Dialetos italianos, um perfil lingüístico dos italo-brasileiros do Nordeste do Rio Grande do Sul* (Caxias do Sul, EDUCS, 1983).

O acréscimo do elemento – *ol* – é encontrado também, entre a população adulta, em um certo sentido lúdico, em termos como *negolócio* (por *negócio*) e *esfregolar* (por esfregar), em

- “*Hoje eu fui pra Colatina e comprei uns negolócio pra mim*”, e

- “*Ainda não lavei a roupa, só dei uma esfregolada*”. (anotações)

O elemento – *ol* – consta no léxico dialetal, em termos como *brontolar*, *esbegolado*, *esbrindolado* e *brustolado*, como vimos. Podemos pois observar que o acréscimo deste elemento do dialeto a termos do português, produz o lúdico na significação ao desinstalar a morfologia própria desta língua.

Essa relação com a língua é possibilitada, como se sabe, a partir das dimensões do equívoco, da *lalangue* (na compreensão lacaniana), da língua materna, do humor, da poesia, que são dimensões que prendem o sujeito à língua de um modo constitutivo, fundamental e não apenas representado.

Ainda quanto à morfologia, observamos também que alguns nomes referentes a lugares do Sul do Espírito Santo, falados por sujeitos que migraram do Sul para o Norte do Estado na metade do século, se mantêm atualmente no Norte com uma morfologia de traços mais aproximados ao italiano, como em *Pedregulho*, que no Sul modificou-se na direção de caracteres morfológicos próprios do Português: *Pedragulha*. Trata-se de uma descontinuidade na transformação da língua ligada aos trajetos grupais.

Este fato, assim como aquele mencionado do nome próprio com declinação latina, podem ser tomados como índices de maior visibilidade, embora esporádicos, de um processo comum na língua: ao passar pelas transformações históricas, ela não se “renova” por completo, isto é, de modo linear, mas traz, de maneira dispersa, fragmentos de estados mais antigos, como em “camadas arqueológicas”¹⁵. A transformação não é pois apenas progressiva; ela se apresenta também de maneira bem menos linear.

Quanto aos traços sintáticos da heterogeneidade lingüística presente no *corpus*, consideraremos a função dos pronomes demonstrativos – *aquela(a)* –, indefinidos – *alguém* e *um* – e pessoais – *ele(a)*.

Ex.: (a) - “A concha era... bom, *aquela* esqueci”. (E3, p. 3).

¹⁵ Agradeço à Profa. Cláudia G. de Lemos pela observação que levou a uma melhor compreensão deste aspecto, durante o exame de Qualificação na Área de Psicolinguística.

(b) - “O dinheiro que faziam era daquele café, e agora ficou sem *aquele*. (E7, p. 11).

(c) - “ A: O Djalma me pareceu lá em casa.

E: Ah! *Aquele* veio aqui também”. (S2, p.3).

Em português corrente seria comum, numa seqüência como (a), ao invés da anáfora com *aquela*, encontrar-se a retomada do sintagma *a concha*, ou a anáfora com *ela*. E, em (b) e (c), a substituição anafórica seria esperada com o pronome pessoal *ele*. Contudo, nestas seqüências, o demonstrativo *aquele(a)* aparece substituindo seja o sintagma nominal (*a concha*), seja o pronome pessoal *ele(a)*. A presença do demonstrativo neste ambiente sintático substituindo o pronome pessoal pode ser interpretada como uma marca da memória de “*quello(a)*”, do italiano.

Esta alteração sintática pode ainda ser relacionada à ocorrência, em algumas regiões de imigração italiana do Estado de São Paulo, da construção peculiar “*aquele um*”, substituindo “*aquele*”, como em “*Você viu aquele um que apareceu lá ontem?*”. Nesta construção, o elemento “*um*” pode ser pensado como algo que viria suprir um certo vago referencial produzido pela ocorrência de “*aquele*” em tal ambiente sintático, por uma operação de acréscimo determinativo ao demonstrativo, o que resulta em uma construção atípica em português.

Notamos também a substituição incomum do pronome indefinido “*alguém*” por “*um*”. Ex.:

- “Quando eu escutava *um* falar assim com um colega (...). (E3, p. 11)

- “Talvez que as cabra não vai compensar eu trazer *aquele* leite delas, mas eu tô talvez ajudando a salvar a vida de *um*”. (E3, p. 19).

A estes elementos do domínio morfo-sintático, acrescentaríamos como estranhas ao português as preposições que ocorrem em seqüências como

- “Ela que então ficou *no* Liberdade [nome de vila] dando aula”. (E1, p. 3).

- “Nasci *de* setembro” (E1, p. 9).

Onde *no* e *de* ocorrem no lugar de *em*, próprias do português¹⁶.

Todos os elementos apontados acima, com relação aos diversos aspectos da língua, da fonologia à sintaxe¹⁷, indicam a presença de traços de *memória da língua* dos imigrantes no português oral atual da população em estudo.

¹⁶ Embora se assemelhem a dados de crianças aprendendo a língua, convém esclarecer que se tratam de produções de adultos. A ocorrência de *no* em seqüências como a primeira apontada acima encontra-se também presente nas entrevistas de paulistanos idosos na obra *Lembrança de Velhos* de E. Bosi, onde é considerada como “italianismo”.

Esses elementos colocam questões acerca dos limites de um sistema lingüístico, no seu ponto de intersecção com as margens. Eles levam a perguntar como se pode determinar o ponto exato onde se separam os elementos das línguas aí presentes.

O conceito de sistema, em seu modo de configuração na teoria lingüística, segundo Gadet e Pêcheux (1981), é estruturalmente constituído na contra-face das margens, do erro, do equívoco da língua. Estes são sempre postergados na reflexão lingüística para dar lugar ao sistema. Nesta mesma perspectiva, os trabalhos de E. Orlandi (1990, 1996) e Puccinelli-Orlandi (1996) apresentam observações que nos levam a considerar a historicidade na língua. Além da reflexão mencionada sobre a *mistura de línguas* e a *indistinção na língua*, a autora, refletindo sobre “*que língua nós apagamos para ter uma língua nacional (o português)? De que língua (ou línguas) foi necessário nos distanciarmos historicamente para termos uma língua portuguesa*”, explicita duas concepções ou *imagens* de língua *atravessadas pelo político*¹⁸: a língua imaginária e a língua fluida.

A língua imaginária é aquela que os analistas fixam com suas sistematizações e a língua fluida é aquela que não se deixa imobilizar nas redes dos sistemas e das fórmulas. A língua fluida – língua-movimento, mudança contínua – pode ser observada quando se focaliza a história dos processos discursivos que constituem as formas dos sentidos da linguagem no seu contexto. Do seu lado, os modelos de sistematizações, fundados nos estudos lingüísticos (gramaticais), produzem suas obras, objetos-ficção não contextualizados, que nós chamamos línguas imaginárias; línguas-sistemas, normas, coerções, línguas-instituições, a-históricas (Orlandi, 1990:74-75).

Nessa direção, podemos portanto considerar os elementos mencionados estranhos ao português deslocando-os de sua não-coincidência com o sistema para abordá-los na ordem da memória discursiva da língua, da historicidade inscrita na língua, considerando a língua em seu estatuto de discurso.

3.4 Conseqüências metodológicas da apresentação dos traços de memória de “outra” língua

A descrição que acabamos de esboçar evoca, certamente, para a língua e o sujeito que a fala, algumas das imagens típicas como antes mencionado, mesmo que a descrição tenha se

¹⁷ Bickerton (1975) considera que a morfossintaxe, mais do que o léxico e a fonologia, constitui um índice elementar da mudança da língua. Ela constitui um dos últimos aspectos a serem adquiridos em uma língua estrangeira, e por conseqüência o último a ser esquecido com relação àquela primeira língua em que se inscreve o sujeito. Enquanto a importação lexical e/ou a manutenção fonológica são fenômenos mais comuns no contato entre as línguas, a alteração sintática constitui um índice consistente de influência de uma língua sobre outra.

¹⁸ Cf. Orlandi, 1990:74 e 157.

limitado aos elementos pontuais focalizados, de modo que se mantenha o máximo possível a presença do português.

O fato de que as categorias típicas sejam evocadas, mesmo em presença de um mínimo de elementos da memória da “língua outra”, nos leva a pensar nos resultados dos procedimentos de descrição e registro (classificação) em grande escala de traços dessa natureza, sob as categorias de *dialetos* (ou *regionalismos*). Este procedimento leva a produzir imagens de língua e de sujeito tais como *dialeto vêneto sul-riograndense*, “perfil lingüístico dos *italo-brasileiros do nordeste do Estado X*”, etc.. Assim, esse procedimento leva à distinção entre uma língua e um sujeito de língua portuguesa, e uma outra língua e outro sujeito que lhe seriam estranhos. Por esta operação, aparentemente sem maiores conseqüências, se instituem certas imagens de sujeito, como a de *italo-brasileiro* contraposta a de *brasileiro*, que acabam por figurar no domínio dos objetos discursivos pré-fixados, a partir de onde serão enunciados como elementos *pré-construídos*¹⁹ na linguagem.

Ora, tanto o mecanismo de produção textual do *pré-construído* quanto a produção discursiva dos objetos de referência a partir do procedimento que acabamos de mencionar baseiam-se na ilusão referencial da linguagem, ilusão fundamental que sustenta no homem a relação entre o mundo (empírico) e o pensamento (linguagem: as evidências, a representação do mundo). E para os nossos propósitos, importa observar esta semelhança na medida em que, como no mecanismo do pré-construído, a produção dessas imagens (de língua e de sujeito) se sustenta na manutenção de um dos elementos constitutivos do par (brasileiro x italiano) na ordem *empírica*, enquanto apenas o outro elemento vai constar no domínio *simbólico*, o da *língua*. Deste modo, o elemento de brasilidade, “*sul-riograndense*”, que torna possível o recorte que introduz o objeto discursivo “*dialeto vêneto sul-riograndense*”, não se encontra simbolizado *enquanto língua* na descrição do dialeto; ele é apontado apenas como um local geográfico onde o “*dialeto vêneto*” seria praticado. Dito de outro modo, se algum elemento de brasilidade é representado nessa figura do imigrante-estrangeiro, “*italo-brasileiro*”, etc., ele o é apenas enquanto elemento territorial, e não já simbolizado como elemento constitutivo da língua em descrição e do sujeito que nela aparece, numa “*representação topológica*”.

¹⁹ Cf. P. Henry (1990)

Uma “simbolização do espaço” (cf. Mondada, 1989) diferente da que se manifesta no procedimento de descrição mencionado nos parece de fundamental importância para se estudar a representação da língua na situação de imigração, por sua relação com o *lugar*. Melman (1992:61-2) faz uma referência interessante à relação entre *terra* e *língua materna*: “*existe aí*”, ele diz, “*uma confusão concernente às nossas relações com o que chamamos lugar. Temos a necessidade de uma representação do lugar que seja topográfica e não mais somente topológica. Esta é, sem dúvida, uma das fraquezas do imaginário: a de não poder pensar o lugar senão em sua representação topográfica*”. Explicando a diferença desses modos de representação do lugar, ele lembra o significado da terra prometida na história dos hebreus, em que “*havia a promessa, que foi feita, de uma terra onde a expressão da religião viria se confundir com a expressão de um poder político manifesto*”. Foi por isso, a seu ver, que os hebreus puderam representar o lugar dessa forma, topologicamente: “*eles puderam levar consigo o lugar, levá-lo na sua errância, e parece mesmo que nunca foi, e é, tão bem conservado como na dispersão*”.

A simbolização espacial que falta em relação ao modo mencionado de considerar a língua seria pois da ordem dessa topologia de que fala o autor, em que o lugar, enquanto condições de produção da língua, possa ser “representado” de modo fundamentalmente entranhado à significação. Reencontramos aqui o valor dessas condições de produção, em que a *situação objetiva* se reintroduz no discurso para significar enquanto uma *situação representada*.

O problema da interferência da representação espacial na produção da língua já se colocou como questão no trabalho em que Orlandi (1996) analisa a produção da paródia de línguas pensando os imigrantes no Brasil. Consideramos, nesse sentido, que a mobilidade espacial produz e requer, enquanto condição de produção do discurso, mobilizações também na representação dessas condições²⁰, fora do que não se dá o encaixe necessário que estamos querendo apontar da língua no lugar.

Por esta via, somos levados a constatar, nas descrições e nas concepções de língua e dialeto que mantêm de um dos elementos na ordem empírica, uma certa continuidade na disjunção do lugar de *brasileiros* e de *imigrantes europeus*. Se, dadas as alterações históricas do país, a divisão já não se apresenta nos termos do nacional *versus* estrangeiro, o seu funcionamento

²⁰ No artigo “Retrospecção e Estereotipia – Imagens Urbanas sobre o Campo” (1995), desenvolvemos este aspecto com relação à situação do migrante brasileiro, que deixa o meio rural para habitar a cidade.

discursivo agora a recoloca em termos de legítimos descendentes de europeus *versus* brasileiros autênticos, ou ainda, em uma contra-face sua, *versus* genuínos caipiras, em uma versão acentuada no Estado de São Paulo, em decorrência do desenvolvimento urbano-industrial, cuja ideologia contrasta com regiões do interior do Estado e com outros Estados.

A sustentação de uma nova divisão entre o brasileiro e o “outro”, baseia-se, por outro lado, em uma concepção imanente de sujeito: uma vez imigrante, sempre imigrante... E não é – pelo menos não é sempre – deste modo que os fatos se dão no domínio da representação das situações. Inclusive na representação do lugar histórico-discursivo.

Essas observações sobre o papel da representação de lugar na relação entre a língua e o sujeito colocam portanto a necessidade de um deslocamento no modo de olhar para o objeto de estudo em questão (o sujeito, a língua, a sua relação, quanto ao imigrante), deslocamento que produz por consequência um objeto de observação também distinto do produzido no procedimento mencionado. Ele consiste fundamentalmente, ao nosso ver, em considerar o sujeito da prática de linguagem em questão enquanto *não dissociado do seu lugar histórico de sujeito brasileiro*; nem como mais, nem como menos do que isto. Ou seja, nem sob o imaginário que institui um imigrante-europeu, nem sob o que constitui um brasileiro *sui generis*, um imigrante-caipira, um brasileiro “menor”.

A representação do lugar, nesse caso pelo viés da relação com a língua, funciona, como dissemos, de modo estrutural na constituição do sujeito .

3.4 Deslocamento teórico-metodológico

No domínio discursivo, as consequências desse deslocamento metodológico, entendido enquanto o que E. Orlandi chama de “gesto de interpretação”²¹, implicam no modo de considerar o sujeito de linguagem, pois a língua, a linguagem, o discurso, a significação, são elementos da ordem do que inscreve no sujeito a possibilidade e o direito de ser e de se dizer, – inclusive em um novo lugar. Já não falamos agora, como no início, do direito constituído e expresso em letra, mas do valor desses elementos da linguagem na própria constituição histórico-política do sujeito

²¹ Orlandi (1996) trabalha a noção de “gesto de interpretação” também com relação à sua presença nas ciências, sobretudo as humanas e sociais.

enquanto sujeito nacional, e, gostaríamos de dizer, enquanto cidadão – sujeito de expressão que realiza práticas históricas fundamentais através da linguagem.

Neste sentido, se é necessário, para a compreensão da prática lingüístico-discursiva, situar as especificidades lingüísticas de parcelas da população em relação à língua portuguesa, enquanto língua nacional – essa advinda da imigração, mas também tantas outras – pensamos que resultará produtivo observar os modos de relação do sujeito de enunciação com a(s) língua(s) que se encontra(m) em sua história, uma vez que essa relação importa no processo de constituição desse sujeito.

Veremos como as demarcações discursivas, por meio da língua, em termos de identidades/alteridades, desempenham seu papel, sistematicamente, em tal processo. O ato inicialmente mencionado de regulamentar a língua em uma sociedade não funciona, afinal, de outro modo senão como uma intervenção do Estado na relação do falante com a(s) língua(s), e com a linguagem, através dos valores nela(s) inscritos e daqueles dela(s) apagados. É por onde os efeitos dessa relação, impressa a partir do “exterior” (história), retornam sobre o sujeito, levando-o a reconhecer certos “objetos de relação” como língua materna, língua nacional, língua a ser praticada, a ser calada, enfim, como língua na qual ele *pode* (ou não) e *deve* (ou não) *dizer*. É, assim, a língua, posta como metáfora de uma formação discursiva, porque se constitui como a sua base material.

Assim, antes de legitimar a imagem de certos “códigos de comunicação” tais como língua familiar, língua formal, etc. , convém que se coloquem em causa os processos históricos pelos quais eles se produzem e se sustentam.

Em meio ao questionamento sobre o estatuto dos elementos apontados como traços de memória de uma “língua outra” estranhos à ordem do português propriamente dito, e uma vez considerada inadequada para nosso objetivo a sua categorização em termos de dialeto regional, relacionaremos esses elementos, considerando-os enquanto elementos de memória da língua, à noção de língua materna, para introduzir em nosso trabalho duas ordens de considerações.

A primeira é que o trabalho com essa noção apresenta-se como uma possibilidade de explorar os traços mencionados a partir de uma abordagem nos leva além do nível da representação da língua onde funcionam categorias como as de dialeto regional, língua formal, língua familiar, etc.. Essa noção possibilita atingir por um viés específico, através de um trabalho

com a alteridade lingüística presente no jogo entre a língua primeira do imigrante e a língua nacional, a instância em que se alcança a mútua constituição do sujeito e da língua, no sentido presente na obra de Orlandi, de que “a língua e o sujeito se constituem ao mesmo tempo”, de que “ao significar o sujeito se significa”.

A outra é a possibilidade de, a partir de um deslocamento na noção de língua materna, enquanto memória da língua, abordar, conforme nos parece adequado na situação em estudo, a representação de “língua familiar”, deslocando-a da oposição à língua formal, através de uma relação específica com a noção de língua materna dos sujeitos provenientes da imigração enquanto uma materialidade lingüística distinta do português. O “familiar”, nessa situação, vai se apresentar como algo mais do que uma forma – “tensa” ou “distensa” – pela qual o sujeito se coloca na/pela linguagem: trata-se de um lugar de alojamento da memória da língua que foi apagada na memória social; lugar onde se realizam as “oralidades regionalizantes” afastadas da racionalidade escriturária (Certeau, 1982) por um processo histórico específico.

3.6 Sujeito e língua, entre o nacional e o “cultural”

Entre a população entrevistada, há indivíduos cuja freqüência à escola, na época das campanhas de nacionalização, não ultrapassou três ou quatro anos de curso primário²². Perguntamo-nos o que pode representar, em termos de mudança de hábitos lingüísticos e de representação, quatro anos de aprendizagem de português, escrito, na escola, para uma população rural, com uma prática de linguagem de base oral, e portanto com formalidades lingüísticas distintas daquelas da normatização da instituição escolar.

A partir da tecnologia de nacionalização implementada nas zonas de colonização estrangeira, como vimos, o processo de transformação do imigrante em sujeito plenamente constituído na língua nacional não se completa, como se poderia prever²³, com a Campanha de

²² É o caso de todos os entrevistados com idade entre 60 e 80 anos que freqüentaram escolas primárias entre os anos de 1925 e 1945.

²³ E de fato a Campanha o previu, ao prescrever, em seu programa, o início do processo de nacionalização pela infância, para que o futuro encontrasse gerações de bons brasileiros: “*A língua é um nobre instrumento de soberania nacional. A sua difusão, nos grupos de maior densidade que acabo de mencionar [de colonização estrangeira] formará gerações de bons brasileiros, na infância e adolescência*” (G. Vargas, em Araújo, A. M. F., *op. cit.*, p. 249).

Nacionalização. Esta apenas desencadearia um processo de cuja incompletude encontramos vestígios no sujeito que fala hoje, cerca de sessenta/setenta anos depois.

A partir de um *recorte* - isto é, de *um fragmento discursivo que reúne linguagem-e-situação*²⁴, baseado na relação entre sujeito e língua, podemos notar como se dá o funcionamento discursivo do português como língua nacional para o sujeito, na sua relação com a língua materna.

O primeiro trecho (1) desse recorte já permite notarmos certas *formalidades* do juridismo cotidiano²⁵ na relação com a(s) língua(s). É importante observar desde o início que é diante de uma conversa sobre falar português/falar italiano que a entrevistada, D. Teresa, narra a situação que segue, que envolve aspectos da relação entre sogra e genro, a partir de seus lugares discursivos²⁶.

(1) *O dia que ele [o genro] juntou com a Bila, enton veio com outro. Enton ele chegou aí, eu comecei a conversá com ele, faláaa. Enton ele falô: Ma você fala ton bem! Então eu falei non, falei, deixa eu sentá na sua beira prá eu te explicá como foi os meus estudo. Falei ó, quando foi prá escooola, falei, com a idade de oito ano (...) Aí depois, nós ia na escooola, a vovó brigava, né, porque nós chegava em caaasa e falava em brasileiro, e ela não entendia naaada, a vovó, né? Enton ia na escola e não sabia se falava italiano com a vovó, enton ficou/ nem sei falá certo em brasileiro nem em italiano (D. Teresa, Situação 3, p. 5).*

Do ritual que o *falar* constitui no momento em que o par (sogra/genro) se encontra no limiar da relação entre o ser *de fora* e *de dentro* da rede – distinção significativa para esses sujeitos, como veremos –, o *falar* acaba por se tornar o próprio objeto do discurso (*falar bem*), como tema que possibilita o engajamento na conversa. Depois, ao dizer sobre o que lhe parece tê-la constituído como alguém que *não fala certo*, a sogra parece romper a formalidade da situação falando “de si”, além do ato de aproximação performado em “*deixa eu sentar na sua beira para eu te explicar*”. Porém ela parece recolocar a formalidade à medida que esse *falar de si* pode constituir-se também como um alerta, no contexto (à maneira de *saiba quem sou eu / quem somos nós... de quem você se aproxima*). Nesse momento introduz-se a discursividade em torno da constituição do sujeito como capaz para falar (*falar bem, não saber falar certo*). Nessa constituição vem significar o fato de ter havido duas línguas na história desse sujeito. Essa

²⁴ Cf. Orlandi, E. P. “Segmentar ou Recortar”. Série Estudos, no. 10. Uberaba, 1984, p. 9-26.

²⁵ *Juridismo* aqui remete ao conceito de *sujeito de direito* em funcionamento na linguagem, tal como exposto em C. Haroche (1984) *Fazer dizer, querer dizer*. São Paulo, Hucitec. O tema das incidências do juridismo nas relações linguageiras cotidianas encontra-se desenvolvido em *O desafio de dizer não*, de S. Lagazzi (Ed. Pontes, 1988).

situação discursiva não nos parece outra, enfim, senão a de uma introdução do gênero, pela sogra, em uma discursividade grupal específica, que ela supõe desconhecida por ele.

Contudo, os meandros de *formalidade* e de *familiaridade* na relação com o elemento *de fora*, em relação à língua, apenas nos permitem chegar ao aspecto central do recorte. Ele diz respeito ao eixo fundamental em torno do qual se constitui a especificidade desse sujeito imigrante como sujeito de linguagem, especificidade particularmente complexa, dado que assim se mostra também a rede das relações interdiscursivas a partir das quais se configuram as imagens relacionados aos elementos do discurso²⁷: a imagem do locutor, a imagem do interlocutor, a imagem do objeto do discurso (referente), bem como, convém acrescentar neste caso, a imagem do “código da comunicação”, a língua falada por esse sujeito.

O recorte mostra bem como a representação da língua italiana está ligada ao valor da figura da avó, enquanto a do português relaciona-se à escola. Isto configura um desmembramento na imagem da língua, enquanto linguagem. Por esse desmembramento nos valores associados às línguas e às figuras que dão suporte à filiação de sentidos, a linguagem como um todo se cinde, para um sujeito que se encontra igualmente submetido aos valores, tal como historicamente produzidos, para cada uma dessas línguas, conforme as memórias discursivas ligadas a elas.

Encontram-nos aqui portanto diante de uma situação diferente daquelas em que a “língua materna” se confunde com a língua nacional²⁸, e isto vem significar no conjunto de nossa pesquisa na medida em que a cisão na linguagem, tal como acima explicitada, se produz ao mesmo tempo como uma cisão no sujeito de linguagem²⁹, uma vez que, conforme a perspectiva teórica que adotamos, o sujeito se constitui como tal pela linguagem. Situado entre duas línguas nas quais poderia(?) inscrever-se de modo fundamental³⁰, a sua “linguagem” deixa-o a desejar – uma *completude* – em termos de sua constituição como sujeito formalmente/juridicamente capaz para

²⁶ Encontram-se assinalados na transcrição alguns elementos fonéticos (os mais ressaltados), que remetem à memória da língua italiana, tal como descritos anteriormente. Vogal grafada de modo repetido (*aaa, iii*) indica o alongamento do fonema.

²⁷ Conforme a apresentação do esquema de comunicação de Jakobson reinterpretada por Pêcheux (1990e).

²⁸ Estamos nos referindo por exemplo à situação de ensino de segunda língua em que é freqüente a língua materna se confundir com a língua nacional, como observa S. Serrani (1997b:68). Também Calligaris (1996) apresenta aspectos importantes sobre situações em que não há tal coincidência.

²⁹ Vemos essa especificidade quanto à linguagem do sujeito imigrante ser confirmada também na obra de Melmam (1992).

³⁰ Cf. Orlandi, 1996, p. 114, 121, 122.

se expressar. Dito de outro modo, importa nessa situação o fato de que a duplicidade de línguas presentes na história de linguagem desse sujeito opere interferindo nas imagens que ele faz de si enquanto falante, e que interfere também na dimensão de sujeito jurídico da linguagem.

Para uma melhor compreensão do eixo central desse funcionamento, enquanto algo fundamental na relação desses sujeitos com a linguagem e a(s) língua(s), são necessárias algumas considerações sobre aspectos mais específicos, como a função da língua materna e o seu funcionamento na memória discursiva, por um lado, e sobre a relação entre as noções de cultura e de nacionalidade, relacionadas às condições de produção da linguagem, por outro lado.

As considerações sobre a língua materna, a partir de abordagens que a deslocam de discursos que a situam no lado das línguas regionais e da infância (como “oralidades regionalizantes”) ao relacioná-la à constituição fundamental do sujeito de linguagem, nos levam a compreender o funcionamento da língua materna especificamente quanto à situação de análise, decorrente da imigração.

Já as formulações que trazemos sobre as noções de cultura e de nacionalidade tornam possível recolocar essas noções em termos de memórias discursivas, desnaturalizando os valores simbólicos dos grupos como antropologicamente inatos para re-significá-los enquanto lugares discursivos, em termos de valores simbólicos resultantes da história, neste caso, especificamente relacionados aos lugares de fala do “nacional” e do que tem sido chamado de “local” – sem pretender entretanto que esses diferentes lugares de fala não signifiquem diferentemente na história da constituição dos sujeitos e de uma nação.

3.6.1 *Da língua materna*

A partir de uma concepção de língua condizente com aquela trabalhada na Análise de Discurso, que considera que o sujeito e o sentido – pela língua – se constituem ao mesmo tempo, diversos trabalhos nas áreas da aquisição de linguagem e ensino de línguas estrangeiras vêm considerando a *língua materna*, contraposta à *segunda língua* ou *língua estrangeira* a ser adquirida pelo aluno, como tendo uma função (diferente da língua a ser aprendida) de estruturação simbólica fundamental do sujeito, e como sendo “convocada” de um modo específico na aprendizagem da segunda língua (cf. Serrani 1997b, Revuz, 1998). Porque enquanto *linguagem*,

diz Revuz, a “*chamada língua materna*” se encontra “*nas bases mesmas da estruturação psíquica*”, “*ao mesmo tempo como instrumento e matéria dessa estruturação*”.

Nessa perspectiva, Serrani (1997b) ressalta que a língua materna *não é* (necessariamente) *aquela falada pela mãe*. Trata-se de uma *linguagem*, “*essa língua chamada materna*”. É importante enfatizar essa possibilidade de a função de língua materna, enquanto “instrumento da estruturação simbólica”, não se confundir com a língua falada pela mãe – a “matéria” dessa estruturação.

A consideração de S. Serrani nos dá base para observar dois outros aspectos que importam para o nosso trabalho. Primeiro, o de que não é certo que na situação de imigração que analisamos a função de língua materna seja exercida por *uma língua apenas*, no sentido de uma língua constituída (português ou italiano). Essa observação tem maior visibilidade em relação aos primeiros tempos que seguem à imigração propriamente dita, quando de fato as duas línguas funcionam na prática de linguagem do imigrante com ocorrência equiparada (igual presença das duas línguas). Mas ela não deixa de incidir também sobre a situação atual, cujo estado de interferência apresentamos no início deste capítulo.

Uma conseqüência dessa observação é que essa função estruturante, que é exercida pela língua no sujeito, e neste caso específico pela língua materna dos descendentes de imigrantes, se constitui de materialidades de duas línguas, em sua intersecção. Esta hipótese de que mais de uma língua possa atuar conjuntamente na função de língua materna é considerada também por M. F. P. de Castro (1998).

O desmembramento entre a função de estruturação e a materialidade da língua materna permite observar outro aspecto. Considerando o percurso dos sentidos e das línguas nas disputas ao longo da história, a “matéria” da língua materna pode não ser a mesma em dois tempos, X e Y, e mesmo assim a língua do primeiro momento X funciona na constituição do sujeito de linguagem no tempo Y, enquanto memória da língua. O estágio de língua anterior deixa seu lugar na constituição do sujeito que fala atualmente, não mais tanto como estrutura da língua, mas enquanto memória, enquanto memória discursiva da língua (não dos sentidos e dizeres a ela vinculados mas da sua própria feição/sonoridade), dos seus traços associados à convivência com o

“materno”, em um sentido expandido de convivência com toda a comunidade que se identifica com essa língua³¹. Essa memória não é tangível; ela é constitutiva³².

Dada a história de silenciamento por que passa a relação desses sujeitos com a sua língua de origem, a memória dessa língua para a qual se conserva um lugar (vazio) que a distingue das demais línguas estrangeiras pode estar vinculado à experiência do apagamento obrigado das identificações com essa materialidade lingüístico-discursiva, que se encontra ligada à rede de filiações familiares/comunitárias. Nesse sentido, pode-se pensar que o apagamento continua funcionando como apagamento dessa memória, ligado ao filtro dos discursos sobre a língua nesse domínio, no contexto de adequação progressiva dos imigrantes ao português

Nesse sentido consideramos interessante pensar a questão da “familiaridade” da língua, contraposta não mais à mera formalidade, mas à língua que convém ao sujeito falar no domínio público, isto é, na esfera consensual da nacionalidade. A língua familiar apresenta, na situação de imigração, um estatuto particular, pois ela aí significa, mais do que uma mera emocionalidade na prática de linguagem (a tensão ou distensão no falar), como um campo discursivo que funciona como um reduto de sentidos que não convém saírem a público.

De acordo com o que acabamos de expor, conforme a situação estudada, o materno constitui mais uma das memórias discursivas presentes na língua, assim como a da nacionalidade, nisto que se considera como a língua nacional, ao lado de outras ainda que possam vir aí funcionar. Assim, de um modo mais geral, para além das materialidades distintas, não consideramos o materno e o nacional como línguas independentes, mas como dimensões da linguagem em relação às quais funcionam diferentes memórias discursivas, distintas discursividades

3.6.2 Cultura e Nacionalidade

Ao lado disso, para compreender a dimensão da inscrição do sujeito na linguagem como um todo em que funciona a presença de duas línguas, importa, como dissemos, considerar a

³¹ No material que analisamos observa-se inclusive a referência à figura da avó como tão (senão mais) significativa como a da mãe, no que diz respeito à presença de uma língua estranha, como elemento que se coloca no interior dessa relação.

³² Para a compreensão desse aspecto é necessário considerar a sensibilidade lingüística em patamares aguçados. J. Kristeva (1992), por exemplo, questiona a necessidade/possibilidade do luto relacionado à perda da língua inicial pelo sujeito.

relação entre as instâncias que se têm chamado geralmente de “cultural”, quando se trata da memória dos imigrantes, e de “nacional”, enquanto instâncias ligadas às condições de produção da linguagem, e enquanto instâncias inseridas na rede das memórias do dizer (interdiscurso) que constituem a base da produção de linguagem. Considerar desse modo essas instâncias significa desmontar um certo modo “empiricista” de compreender “o cultural” e “o nacional” tomados nas evidências produzidas na história que envolve a constituição da Nação. Significa compreender os sentidos ligados a essas instâncias como inscritos em memórias discursivas específicas, enquanto formações discursivas no interior das quais os sujeitos se encontram situados em lugares históricos.

Abreviando essa questão tal como se nos apresenta, partiremos da caracterização de certos aspectos simbólicos do sujeito na situação de imigração tal se encontra em C. Calligaris (1993:16-17) e Melman (1992). O primeiro autor coloca que *a estrutura simbólica* – que é pautada na língua (materna), como foi apontado – “*não deixa de ser tomada numa rede maior, cultural, que é privilegiadamente a rede que uma história nacional organiza*”, porque o valor do pai – que significa nessa estruturação em função da filiação de sentidos – “*se ilustra de alguma maneira na rede social, que também é privilegiadamente nacional*”. A partir dessa consideração, o autor compreende a situação do imigrante do seguinte modo: “*o movimento migratório supõe um passo fora da filiação. O sujeito que emigra se situa como Outro relativamente à sua própria filiação, e como Outro vai se encontrar situado relativamente à filiação que demanda ao país onde vai se instalar*”³³.

Assim, considerando a situação em que não há coincidência entre a língua materna de um sujeito e aquela que ele deve falar como língua nacional, a relação entre o “singular” da rede que constitui o sujeito (o cultural/local) e a “rede maior” em que ela é tomada (nacional) será muito menos linear – se podemos dizer assim – do que quando há esta coincidência, quando a rede de valores significantes pode fluir de “instrumento” a “matéria” sem mudar de “língua”, sem passar de uma materialidade a outra.

Nessa perspectiva, C. Melman (1992) vai qualificar como extremamente complexa a estruturação do sujeito em face dessa situação, em função um batimento nos valores da figura paterna, entre o *pai real* (representado pela figura do “pai nacional”) e o *pai simbólico* (o de

origem). O duplo pertencimento impede, ao seu ver, que a função paterna se organize simbolicamente: “*em uma situação onde efetivamente a dimensão simbólica não é reconhecida, é ignorada, não há lugar para a instância terceira. A relação é facilmente dual. Não se consegue fazer injeções de simbólico*” (op. cit.:107).

A questão que se coloca para esses autores a partir da situação tal como acima descrita é a de procurar meios para a possibilidade dessa simbolização da figura paterna, na forma de uma instância terceira, isto é, de uma forma de representação dessa figura que escape a essa dualidade.

De nossa parte, queremos considerar a situação tal como acima descrita, em que não há coincidência entre a língua materna e a nacional, à luz das considerações apresentadas sobre a *memória discursiva*, conforme os objetivos de nosso trabalho. Nesses termos, entendemos que a relação entre o “*singular*” (pensado enquanto o local) e o “*maior*” (o nacional) se complexifica em decorrência da não identificação entre as *memórias discursivas* ligadas aos distintos *lugares de fala* a partir dos quais o imigrante é interpelado enquanto sujeito. Pois os sentidos produzidos em sua história (“local”), a partir de seu lugar discursivo específico, lhe dão a proporção da universalidade do dizer, ao mesmo tempo em que uma outra proporção de universalidade lhe vem a partir daqueles sentidos pelos quais se organiza (fala) a história nacional.

Sendo portanto distintos os lugares de fala, com suas diferentes razões de universalidade, a partir das quais os sentidos (não) se organizam para o sujeito, o valor do pai (avó), enquanto valor de filiação dos sentidos, tende então a se desdobrar, porque esse valor pode ser representado ora em relação à rede social organizada a partir do lugar do imigrante, ora em relação àquela estruturada pela história nacional.

Por outro lado, esses valores se apresentam de maneira conflituosa quando não são representados “ora” como um “ora” como outro, mas em situações em que há batimento, em que interpelam simultaneamente o sujeito, igualmente preso às memórias discursivas de ambos os lugares.

Dada essa caracterização da situação quanto às memórias discursivas em jogo, consideramos importante avaliar o aspecto da língua familiar e da memória discursiva a ela relacionada, redimensionados em termos de que o domínio da linguagem familiar, nessa situação,

³³ Calligaris, in Melman, op. cit.: p. 75.

diz respeito a uma esfera discursiva outra do que a da nacionalidade. Isto não somente como uma linguagem privada oposta à pública, mas como relativa a um *campo discursivo* específico.

De fato, em nosso consenso social em termos de discurso, o espaço das crônicas e das memórias familiares é o espaço discursivo disponível para a memória da imigração. Um certo discurso sobre a família (que não coincide com discurso “moralista” sobre família), dão forma aos sentidos ligados à memória histórica da imigração. Em geral, não sabemos falar sobre essa memória história fora dos parâmetros da memória familiar. Fora, portanto, de um discurso privado. Como resultado das formas de inserção do imigrante à sociedade nacional, esse espaço discursivo enforma a memória histórica da imigração.

É neste sentido que vemos valor no modo de organização entre a discursividade predominante sobre o imigrante, referida no primeiro capítulo, sustentada a partir do lugar da sociedade nacional, que sobredetermina (“sem considerar”), através de uma metáfora espacial, sob as figuras do “local” ou do “regional”, a discursividade produzida a partir de outro lugar específico de discurso.

Diferente disso seria um ordenamento discursivo que, mesmo nos espaços públicos, considerasse o lugar, a memória discursiva específica do imigrante, o que poderia dar lugar a uma *instância terceira*, no sentido de dar a essa memória também um lugar de existência mais abrangente, forma do silenciamento, tornando possível que essa memória atuasse abertamente na organização discursiva do dizer, a partir das disputas entre memórias discursivas.

3.7. Da prática de linguagem

Como se pode notar, é denso simbolicamente o processo de constituição do imigrante como sujeito nacional brasileiro, baseado, como apontamos, em um silenciamento que levou à ausência de formulações histórico-discursivas que contemplassem o real da imigração, para além dos estereótipos. Uma vez tendo havido na história a sub-partição mencionada dos valores relacionados à autoridade, à língua, ao lugar do sujeito, parece-nos que ela encontra-se ainda presente em valores incorporados na rede das filiações históricas nesse campo. Um dos lugares em que se observam conseqüências dessa sub-partição é a própria relação do sujeito com a sua linguagem.

A relação do imigrante com a linguagem, estruturalmente intermediada pela presença e pelas imagens de duas línguas, pode ser observada em diversas marcas linguístico-discursivas de sua prática de linguagem, dentre as quais enumeramos algumas que se apresentam de maneira sistemática no material de análise.

- a) uma *retração na prática de linguagem*, que pode ser pensada como resultante de um conflito de base entre *calar e falar*;
- b) um *desfocamento nos elementos do discurso*, efeito da suspensão da ilusão de realidade do pensamento pela linguagem, que pode ser pensado como produzido a partir do conflito sobre *o quê falar* (qual referente?, qual objeto do discurso?) ou *como falar* (em que língua?);
- c) um *desdobramento na imagem do interlocutor*, que se pode considerar como produzido a partir de uma incerteza a respeito do interlocutor, de *com quem ele fala*, e
- d) *Uma diluição dos contornos do sujeito e da língua*, como resultantes do processo de desmontagem de um certo modo de ser sujeito e de dizer sua língua, para tornar-se outro.

Especificamos adiante esses traços a partir de algumas situações de linguagem.

3.7.1 *Retração da prática de linguagem*

As situações discursivas que envolvem as duas línguas apresentam um embate constantemente formulado com a diferença. Segmentam-se sistematicamente entre *idênticos e diferentes* o sujeito, os sentidos e a língua: *a pessoa diferente, a visita, a pessoa de fora, a pessoa estranha, o português, os brasileiros...*, que formam par com *em casa, nós, a gente, os companheiros, etc.*. Para melhor especificar esse aspecto, vamos acompanhar esses embates nos relatos de D. Iraci e D. Maria.

(2) *Ela [a sogra] sentia a maior dificuldade em falar português igual'a nós. Quando a gente ia lá, enton ela, tadiiinha, ela gostava de conversar muito, mas quando chegava uma pessoa mais assim... difereente, que ela tinha vergonha, enton ela quase non conversava, que ela não sabiiia conversá português, só conversava italiano. E por final eu falei assim: ô vovó, comigo pode conversá do jeito que a senhora conversa italiano mesmo que eu entendo tudo. Eu só não sei falá, ma eu entendo tudo.* (D. Iraci, Sit. 1, p.3).

(3) *Eles [os pais] falava mais italiano. Nós fomo criado com a lingua italiana mesmo. (...) E [estudamos] Português, né. Que fomo aprendendo, ali fomo aprendendo falar português, porque nós falava tudo italiano, que a nossa mae ensinô falá/ nossa, era tuuudo, tuuudo italiano. Eu não sei como meus dois irmon mais velho foro estudá, né. E a gente / sabia falá e nós não né, ia na lingua da maae, maae e papai. (...) Era tuuudo italiano que falava. Muitas vez chegava uma pessoa, uma visiüita assim, né, uma pessoa de fooora, assim, estraanha, a gente falava/*

ficava assim... "Meu Deus, não sei como a *mamae*..." / (fala baixo) e a *mamae* falava em português! (...) A nossa mãe, ela ficava conversando com as pessoas assim, nós ficava: "Meu Deus, não sei como a *mamãe* fica / entende eles falá, né, (fala baixo) e conversa com eles". Parece assim que/ de sentir vergooonha, sabe, uma coisa assim, né? Ai *enton* quando eles saía, aí perguntava à *mamae* o quê que eles tinha falado, o quê que eles falavam, coisa assim. Assim. Mas nós falava tudo /perguntava à *mamae* alguma coisa assim, que as pessoas vinha fazer pergunta assim à gente, gostava de falar português com a gente, que a gente não sabia... A gente não sabia o quê que era, *enton* perguntava à *mamae* será/ "Mamãe é o quê essa palavra, que a pessoa perguntou, mas eu *non* soube respondê, não entendi o quê que é?". (...) Então a gente *custaaava* se entendê, né. *Ma* depois vinha, né, a gente entendia. *Ma jáaa* depois de *casaaada*, né, depois". (D. Maria, E1, pp. 1, 3, 4).

Notamos que diante do Outro, da outra língua, mediante o que esse sujeito se acha (potencialmente) *alterado* em relação à imagem de si, de sua língua, da realidade dos objetos do mundo, como apontam os entrevistados, ele *não conversa...*, *não entende...*, *não responde...*, *não sabe o que é...* (do que se trata), *não entende a língua que o outro fala...*, *não fala a língua que o outro entende...*, *custa a se entender...*, *não sabe...*". Tamanha impossibilidade de *dizer*, *entender*, *saber*, em uma situação (imigração) onde não é da língua que se trata – à maneira da sala de aula –, deve ter impresso o seu significado para o sujeito de linguagem, de modo a estabelecer-se uma relação estreita entre *não falar a língua nacional e não falar*.

É isso o que nos parece estar na base de um recuo em sua produção de língua(gem). Não é difícil entender porquê. Exposto ao real do Outro, o sujeito recua para a sua própria língua. Como vimos, segundo Orlandi (1990:177), o recurso ao *mesmo* sempre é necessário para significar, pois "para que [o] discurso tenha *um* sentido é preciso que ele *já* tenha sentido". Nesse caso específico, o recurso ao mesmo, normal em todo dizer porque ele tem memória, pela língua, se coloca como uma dificuldade, porque ele se dá na direção de uma materialidade lingüística que já não é possível enunciar, pois que é estrangeira no território nacional. Daí a reclusão do sujeito em um universo de comunicação (universo lingüístico-discursivo) que já não é possível existir socialmente ("publicamente"), naqueles termos mencionados de uma rede única de valores relativos, do singular ao maior que é nacional.

Por outro lado, diversamente, encontramos situações discursivas em que o imigrante busca manter os seus valores na rede, ao procurar desconstruir o real da linguagem assim instituído. Isto pode se dar por uma resistência do elemento "diferente", como na ironia e no riso, tal como é indicado no trecho (4) que segue,

(4) *A mae da minha mae, ela ficava brava por caso de trocar a language. Enton ela chamava sabe o quê? Potacho! (...) Inventaram o potacho, agora! (risos de todos). (...) Potacho é igual'a dizê 'uma banana podre' (risos). Uma coisa que era difícil pros brasileiro entendê. Enton potacho é uma palavra que era uma coisa que não valia nada. Uma coisa... igual'um lixo, uma coisa à toa. Enton era potacho (risos). (...) Quando alguém conversava em português com ela, ela falava: "Ah! Agora inventaro o potacho!" (Sr. Rômulo Sit. 1, 3-4)³⁴.*

Também nota-se essa resistência, entre a população mais jovem, na recusa de falar a língua “correta”, como se nota pelo relato da professora:

(5) *Professora: ... Quando eu estudava eu continuava falando (...) como eu tinha aprendido, né? Só que depois que eu comecei a trabalhar, a dar aula, aí mudou um pouco porque aí você tem que/ principalmente professor de Português, ele tem que tentar usar, né, as palavras certas, de maneira certa, assim. Só que os alunos não aceita muito também não (risos). Eles fala assim que se falar as palavras certas os outros ficam rindo, achando que é metido.*

Entrevist.: *Metido?*

Professora.: *- Então muitas pessoas continuam falando como aprenderam, a palavra errada.*

Entrevist.: *Mesmo sabendo/*

Professora.: *- Mesmo sabendo como é a palavra certa.” (E 10, p. 7).*

Notamos nessa situação uma identificação pela língua, que é da mesma ordem da identificação pelo discurso, isto é, a filiação a uma memória linguístico-discursiva e não a outra, ligada a uma concepção de universalidade da língua relacionada à formação discursiva em que se inscrevem de maneira mais forte esses sujeitos, mesmo em sendo alunos.

Uma outra característica da prática de linguagem do imigrante, que entendemos se dar sobre a base da inscrição mencionada entre as duas línguas, é um desfocamento dos elementos do discurso.

3.7.2 *Desfocamento dos elementos do discurso*

Enquanto na ironia é a relação do sujeito com o real da linguagem que parece ser posta em suspenso, agora é a relação linguagem/mundo³⁵, tal como constituída pela língua, que aparece abalada.

Em termos da inscrição do sujeito na língua, este aspecto diz respeito ao fato de que ela se dá sempre como inscrição em alguma discursividade da língua em questão. E como a discursividade do imigrante não pode permanecer em prática na sociedade nacional, a relação

³⁴ No *Dicionário Vêneto Sul-rio-grandense*, de A. V. Stavinski, encontra-se a definição seguinte: “Potácio, s. m. mixórdia, mistela, droga, serviço à-toa”.

³⁵ Esta é uma suspensão recorrente nas situações de bilingüismo. Ver também a este respeito os trabalhos citados de S. Serrani (1997) e de C. Melman (1992).

entre a língua e o mundo (referente) torna-se rarefeita. O trecho abaixo não esgota o alcance dessa rarefação, mas pode esclarecer esse aspecto, a partir do modo como se dá a nomeação “patrimônio”, termo não encontrado em dicionários brasileiros com o sentido de “vilarejo”, como é recorrente no *corpus*.

(6) Entrevistador: - *E a senhora estudou? (...) Era onde, Dona Maria? (...)*

D. Maria: - *Eu sei que lá o/ o/ o/ a cidadezinha que era lá, eis falava patrimôônio, agora não sei... eu acho que é... é Frutera. (...) Lá de Cachoeiro, talvez, assim, né? Péra aí, Frutera non, Vargem Alta. (...) É, que tinha Vargem Alta, tinha Frutera, né, que eis falava lá, e tinha o Córgo do Ouro. Mas os meus irmon, ia estudá no Patrimônio, eis fala/ eu sei que lá eis falava patrimôônio, não sei se é porque sabe, assim... é o bairro, né? Como assim a gente assim bota uma vendiinha, um comercioziinho, uma coisa assim, aí tem a igrejeja, porque aonde nós morava non tinha igrejeja, non tinha cemitéerio nem nada, era tudo lá. Enton, eu sei que falava patrimônio, agora não sei, né, que cóorrego que era...” (Entrevista 1, p. 2-3).*

A multiplicidade (desigual) das nomeações em uma e outra língua produz no texto o efeito de suspensão do vínculo entre a linguagem e o mundo, à medida em que o objeto do discurso escapa a uma nomeação já estabelecida, não se fixando em uma ou em outra língua. Note-se que quando *bairro* vêm substituir a nomeação *patrimônio*, o referente visado se esvai, uma vez que não há correspondência discursiva das nomeações entre si, e nem delas com o real a nomear. Assim, o objeto de referência resulta suspenso, e a sua procura na outra língua (discursividade) passa a tomar o lugar do próprio objeto do discurso, constituindo-se assim nesse objeto.

3.7.3 *Desdobramento na imagem do interlocutor*

Se “a nomeação é falha na produção da linguagem”, como aponta Authier³⁶, é também mediante a imagem do interlocutor que ela falha, enquanto imagem de alguém que conhece ou não a língua na qual se dá a nomeação, isto é, enquanto imagem de um interlocutor que seja de dentro ou de fora da língua (da discursividade), com o qual haja ou não identificação lingüístico-discursiva.

Para exemplificar este aspecto, retomamos o mesmo trecho (6) acima, para notar que se torna necessário, para o locutor, explicar ao seu interlocutor o sentido de *patrimônio*,

³⁶ Sobre a falha na nomeação, ver particularmente o artigo de Authier (1994) “Falta do dizer, dizer da falta. As palavras do silêncio”.

constituindo-o assim como um interlocutor que não conhece a sua língua, que não se inscreve na mesma discursividade.

Dois outros elementos podem ser apontados como indicativos do desdobramento na imagem do interlocutor: Um, os comentários sobre a compreensão da língua, como aquele onde ocorrera o termo *potacho*:

(7) “Sr. Rômulo: (...) *Então ela chamava sabe o quê? Potacho!* (...) *Inventaram o potacho, agora!*’
(*risos de todos*).

Entrevist.: *E o que é potacho?*

Sr. Rômulo: (...) *Potacho é igual’a dizê ‘uma banana podre’* (risos) (...)

Esse pessoal mais antigo, todo mundo assim sabe o que é potacho. Se você vai conversar com eles, não precisa explicar, todo mundo sabe.” (Sr. Rômulo, situação 1, p. 4).

O outro elemento é a presença da tradução a cada vez que um enunciado é produzido em italiano ou em dialeto, indicando quando o sujeito reconhece ou não o seu interlocutor como pertencendo ao seu grupo de identificação discursiva em termos de língua. O aspecto da tradução será retomado no capítulo três com um enfoque um pouco diferente, guardando entretanto essa característica de produzir uma passagem entre uma discursividade e outra.

3.7.4 *Diluições do sujeito e da língua no processo de tornar-se outro*

Nesse nível do real em que se encontra o sujeito imigrante, em que os elementos da prática discursiva funcionam não somente como oposições mas como desfocamentos, enquanto efeitos ligados à múltipla inscrição nas diversas materialidades da linguagem, pode-se visualizar de um modo um tanto opaco, na sua linguagem, instantes de uma *diluição do sujeito*, em seu movimento de ir e vir de um lugar a outro da linguagem, ou em que se monta de modo incipiente um outro lugar – não se podendo vislumbrar exatamente do que se trata – para produzir sentidos. Em meio às diferentes memórias de línguas fundamentalmente constitutivas, como inscrever-se em uma linguagem límpida que não carregue de um lado ao outro os ruídos da dissolução dos lugares que são dados a esse sujeito ocupar?

A manifestação dessa opacidade, por outro lado, em termos de método de análise, é justamente o que nos tem permitido caracterizar determinado lugar discursivo como aquele que cabe a esse “sujeito imigrante”, no real de sua história. Ao lado da diluição do lugar, funciona no discurso também uma *diluição da língua*, da língua enquanto sistema lingüístico fechado em suas regras, dada a participação de mais de uma materialidade lingüística no material simbólico que o

constitui. Por essa diluição se introduz o material discursivo que consideramos característico desse sujeito, como efeito da junção contraditória das distintas materialidades discursivas presentes na história. Se não se trata de “uma língua”, una e discreta, tem-se aí a materialidade de uma memória discursiva da língua, que apresenta em seus traços os índices da historicidade nela inscrita.

3.8. Considerações finais

As observações desenvolvidas neste capítulo nos levam a compreender de um modo particular a memória da língua do imigrante funcionando, na atualidade, entre brasileiros provenientes da história da imigração. Não do lado da lembrança de um objeto discursivo já passado, reificado, imagem cristalizada de um código lingüístico particular, situado, diríamos mesmo, no lugar que lhe destina a história da sociedade nacional, como objeto para museus e arquivos. Trata-se de uma memória viva na língua e no discurso, constitutiva desses sujeitos, inclusive nas gerações mais jovens.

Essa memória funciona, conforme notamos, não sob a forma de uma *instrução* regulamentada – esta é reservada ao português – mas sob outra forma de inscrição na prática da língua, particular. Ela não constitui, de modo hegemônico, uma língua praticada nas produções empíricas da língua, mas funciona por meio das significações que se produzem na escuta dessa língua, que, se não deve ser falada, não deixa entretanto de guardar um lugar na constituição do sujeito de linguagem³⁷.

Por outro lado, as observações desenvolvidas acima sobre as relações entre a língua materna/familiar e o português, nessa situação de imigração, permitem pensar ainda a língua nacional – à maneira da língua materna tal como foi abordada – não mais apenas como uma “língua empírica” específica – um sistema lingüístico particular – mas como uma dimensão da linguagem na qual operam os valores que uma língua particular (o português, neste caso) adquire a partir da produção e da circulação de uma discursividade nacional sobre a língua a ser falada em uma nação, venha esta discursividade da administração jurídico-política de um Estado Nacional ou da Academia e da Escola, quando seguem a primeira.

³⁷ Em um sentido aproximado, Melman (op. cit.) fala de uma diferença entre “saber” uma língua e “conhecer” uma língua. Sabe-se a língua materna e se conhecem as outras línguas.

A noção de língua nacional assim compreendida apresenta ainda uma especificidade com relação à de língua materna ou familiar. Como se pôde notar nas análises, a língua materna, no sentido de língua constitutiva, pode chegar a se formar a partir de mais de uma materialidade lingüística, como ocorre na situação de imigração. Já a língua nacional, por seu lado, têm se constituído, historicamente, de sistemas lingüísticos específicos, particulares, não misturados, e até mesmo fiscalizados³⁸ para esse fim, uma vez que a defesa da língua (enquanto língua de uma nação) tem funcionado, na história recente dos Estados Nacionais, como fator de defesa da soberania nacional e de identidade dessa Nação.

No intervalo entre estas dimensões da língua encontra-se o que Orlandi tem compreendido como a língua brasileira³⁹, nem só como língua nacional, nem apenas como língua materna, porém do lado de uma conjunção contraditória das várias línguas que vieram a se fazer presentes no trabalho da história na língua, em solo brasileiro, no território da brasilidade.

Entre os elementos históricos que funcionam no processo das identificações com a língua, pode-se pensar que a atribuição do caráter de regulamentação à língua nacional, diferente do que à língua materna (familiar) – à qual se atribui o caráter de espontaneidade – encontra fundamentações históricas que a desvelam como algo mais irredutível do que uma simples ilusão subjetiva que faz separar entre a boa língua da infância, e uma outra, má porque regrada, remetida à escola e à língua professada por ela. Pois se a relação do falante-cidadão com a língua nacional pode ser pensada como uma das dimensões da relação entre o sujeito e a linguagem, por outro lado o domínio de uma língua (saber a língua), nesta perspectiva, não está dissociado do domínio do discurso (saber o discurso) sobre a língua. O domínio desse saber discursivo, por sua vez, não se produz fora de uma injunção a uma língua, enquanto injunção a uma discursividade, determinadas ambas pela relação que a sociedade estabelece com as línguas que se encontram em sua história.

Neste sentido, a relação do sujeito com *a língua*, com *uma língua*, não se restringe também, certamente, a uma relação com seu desenho formal (*quadrillage*) específico, fora de uma experiência histórica que lhe permita representar/significar esse desenho.

³⁸ J. Horta Nunes (1992) fala sobre a proximidade entre a norma lingüística e a prova (exame) sobre a língua, relacionando-as à “prova” na prática jurídica (de inocência, de culpa, etc.). Cf. Horta Nunes, J. “Aspectos da Forma Histórica do Leitor Brasileiro”. In *A leitura e os leitores*. E. Pontes, Campinas, 1998.

Para finalizar essa parte, queremos retornar à preocupação apresentada inicialmente em relação à formação, no imaginário social, das figuras típicas relacionadas ao imigrante, que funcionam no discurso sob a forma do estereótipo.

Orlandi (1988:230) aponta no funcionamento do estereótipo (a incorporação do discurso), em contextos de contato intercultural, que “alguma coisa vaza” em relação aos sentidos, que algo se mostra “na espreita”, “à espera”, como um “a mais” de linguagem a vir tomar lugar e forma. Enquanto ausência exposta na linguagem, enquanto potencialidade, pode-se pensar neste elemento nos termos (complicados) do que seria o lugar de uma “voz própria”, lugar no entanto vazio; lugar, neste caso, da consideração de sentidos produzidos a partir de um lugar que contemple a experiência do imigrante, que dê formulação aos sentidos que esse sujeito tem como seus.

O estereótipo manifesta uma relação especial, seja do nacional, seja do imigrante, com o material discursivo, sob o modo da ausência/carência/possibilidade do trabalho simbólico na organização dos discursos, não no sentido do que “falta”, conforme quer o discurso pedagógico (escolar), mas no sentido do que “está para ser”, do lugar vazio a ser “injetado de simbólico”.

As categorias típicas podem então ser pensadas como resultado da mencionada relação estrutural *dual* entre os lugares discursivos, cada um ligado a uma única formação discursiva, enquanto posição fechada - do “imigrante” ou do “nacional”. E o que escapa a este modo de relação, sob a forma do “a mais”, indica na verdade que há mais de uma formação discursiva ligada de modo constitutivo à fala desse sujeito. A figura típica (e a própria formação discursiva quando se mostra fechada) funciona então como a ponta de um *iceberg*, foco visível de oposições discursivas de um material que, em um outro nível (submerso), estaria mais opacificado, misturado.

Mostrar a multiplicidade de lugares a que se liga a linguagem do sujeito imigrante, neste sentido, dando visibilidade a ela, significa dar lugar, no discurso, ao emaranhado simbólico do material discursivo presente na história da imigração. Significa acenar para a possibilidade de constituição de *instância terceira*, mais propícia ao sujeito imigrante, de onde poderá falar – não apenas calar – um sujeito que traz essa história. Significa ainda acenar para um meio de lidar, a partir desse lugar, não com a necessidade das duas línguas – esta seria uma outra questão –, mas com a cisão, na linguagem e no sujeito, que a presença delas produz.

³⁹ Puccinelli-Orlandi, E. (1996) “La Langue Brésilienne”. LINX: *Du Dire et Du Discours*.

O produto lingüístico – a produções linguajeiras – que emergem desta situação pode então fundamentalmente ser considerado como um *produto da história*. Esta compreensão nos leva a um deslocamento com relação à noção de *erro*, ideologicamente produtivo e estruturalmente constituído, conforme Gadet e Pêcheux (1981) enquanto a margem na contraposição da qual se constitui o núcleo, o sistema lingüístico, trabalhado na relação com as línguas nacionais⁴⁰. Por esta via podem ser potencializadas formas de acesso dos imigrantes - os italianos, mas também muitos outros, tantos que somos – à língua nacional, menos violentas do que as que têm se dado em nossa história.

⁴⁰ Sobre a noção de sistema lingüístico como estruturada ao lado das noções de erro, barbarismo e margem da língua, bem como sobre as pré-condições da ciência da linguagem e sua coincidência com o desenvolvimento dos Estados Nacionais, remetemos ao trabalho de Gadet e Pêcheux, *La langue introuvable*, 1981, Maspero, Paris.

CAPÍTULO TERCEIRO

**MEMÓRIA DISCURSIVA DOS IMIGRANTES:
DA CONSTITUIÇÃO À REPRESENTAÇÃO**

Há quatro séculos a historiografia ocidental se define como o corte que separa o passado do presente: ela honra os mortos mas encerra-os num túmulo.

Michel de Certeau
A escrita da História.

4.1 Introdução

Conforme o que estudamos nos capítulos anteriores, aquilo que se toma em geral como pertencendo ao domínio da oralidade (“língua oral”, “memória oral dos imigrantes”), abordado de modo diferente das tomadas que o supõem como uma modalidade brotada da própria “natureza” da linguagem, se expõe, nos termos considerados, como concernente a uma instância que se produz, também ela, no interior de uma ordem histórica. A oralidade de que se fala é historicamente produzida. Dada a política lingüística que administrou a diversidade de línguas no processo de instauração da língua nacional junto aos imigrantes, em sua integração à sociedade nacional, produziu-se, na história e, por ela, no sujeito, uma cisão entre as ordens do enunciável por escrito na escola e do oral como margem do dizer, enquanto lugar de alojamento do que restou não enunciável naquela primeira instância. A cisão assim produzida legitimou-se no processo de nacionalização sob a forma da justificativa formulada pelo Estado.

Em seguida, foram apontados, na materialidade lingüística da língua atual produzida em um contexto decorrente da imigração, elementos que dão visibilidade ao fato de que o oral – a memória lingüístico-discursiva oral que restou não enunciável na ordem da escritura – funciona de modo a intervir de fato, se não de direito, na constituição lingüístico-discursiva do sujeito, a despeito do seu apagamento no exercício da forma histórica própria ao sujeito nacional, inclusive na prática da educação escolar. A memória discursiva relativa ao imigrante e à imigração, inscrita na língua, encontra-se, desde então, muito mais presente na prática discursiva oral do que naquelas moldadas conforme os parâmetros da escritura escolar.

A abordagem dessa memória discursiva, já estudada na estrutura da língua, será expandida, neste capítulo, para outros aspectos da materialidade discursiva, a fim de observarmos o modo como a formação discursiva (memória discursiva específica) ligada à imigração se relaciona, de um modo mais geral, com o interdiscurso (a memória mais ampla do dizer) da formação social, isto é, com o “todo complexo com dominante das formações discursivas”.

O processo de temporalização do discurso mostrou-se significativo na configuração dessa relação, de modo que a expansão mencionada é feita com base em uma observação sistemática dos mecanismos enunciativos do tempo (o tempo verbal e a dêixis temporal), que dão sustentação material aos efeitos de sentidos ligados à temporalização.

Esses mecanismos são observados em textos que se configuram especialmente como *discursos sobre o passado*, e que funcionam na prática de linguagem, de modo mais flagrante do que outros, como “textos de memória”, isto é, como textos através dos quais o passado vem se recolocar em cena enquanto discurso no e para o presente, tal como acontece nas crônicas familiares e nas narrativas grupais que circulam no interior das famílias e das comunidades, como formas de retrospectão, reminiscências, lembranças, mas também como parte constitutiva das conversas cotidianas. Dessas narrativas participam por exemplo, conforme as gravações e a observação de outros materiais de linguagem: aquelas sobre a colonização/ocupação feita pelos imigrantes, casos e contos sobre episódios dessa experiência, notadamente sobre a relação com as matas (caça, animais ferozes, derrubadas), com o trabalho e com vizinhos, sobre migrações internas curtas de subgrupos no interior do Estado; narrativas genealógicas e histórias de gerações anteriores; além da historiografia chamada local.

A observação dos mecanismos do tempo em tal material nos leva a perceber relações significativas, por um lado entre a memória discursiva específica e os efeitos de temporalidade na produção dos sentidos, e por outro lado, entre a memória discursiva específica e o interdiscurso. A partir da análise dos modos pelos quais as noções de memória discursiva e de temporalidade se articulam na produção do sentido, ganha importância nuclear no conjunto dessas relações o processo discursivo por meio do qual se organiza a relação dessa região de sentidos que se chama em geral de “memória da imigração”, freqüente nos textos, com o interdiscurso (a memória do dizer) através do ordenamento discursivo baseado na categoria discursiva de *passado*.

A compreensão desse ordenamento discursivo supõe a distinção teórica feita por E. Orlandi (1996, 1998) entre as noções de *organização* e de *ordem* no domínio do discurso. Considerando a *forma material* da língua em sua relação com a materialidade da história, a autora propõe “*distinguir entre ordem e organização, sendo a ordem do domínio do simbólico (a sistematicidade sujeita a equívoco), na relação com o real, enquanto a organização refere ao empírico e ao imaginário (o arranjo das unidades)*”¹. conforme a autora, “*uma vez que a análise de discurso visa a compreensão do real do sentido*”, o “*objetivo não é pois apenas o de descrever a organização da discursividade (...) mas sim o de compreender sua ordem*”². Desse modo, em termos metodológicos, consideramos, com a autora, que “*ultrapassando (...) a organização (regra, sistematicidade) podemos chegar à ordem (funcionamento, falha) da língua e da história (equívoco, interpretação)*”³.

Assim, no que segue, a noção de organização é considerada em relação ao modo como os mecanismos do tempo tornam possível organizar imaginariamente, na superfície discursiva dos textos, as formas lingüísticas e o campo discursivo relativo à imigração – a saber, como um campo circunscrito ao domínio do “passado” – ao passo que, quando se considera a *ordem* discursiva, os sentidos relativos à memória da imigração se apresentam funcionando não só no domínio do passado mas também no domínio (presente) da *constituição* do discurso e do sujeito. Considerando-se a ordem do discurso, a memória discursiva da imigração funciona portanto além do domínio da *organização imaginária*, em que se dá uma representação dos sentidos relativos a essa memória como passados. Ela funciona na constituição do sujeito, para além dessa sua representação.

Assim, como partes que integram esse funcionamento discursivo, abordamos, por um lado, o modo pelo qual a representação do tempo atua na organização imaginária da discursividade do imigrante como uma discursividade circunscrita ao “passado”. E, por outro lado, apontamos uma multidimensionalidade temporal no domínio da constituição dos sentidos, para além dessa organização imaginária.

¹ Cf. Orlandi, E., 1998:1.

² Idem.

³ Cf. Orlandi, E., 1996: 47.

Em ambos os domínios, a produção dos sentidos relacionados à memória da imigração são considerados, como dissemos, a partir da produção dos efeitos de sentido do tempo no discurso, em suas diversas formas de enredamento. Especificamente, os efeitos de sentido organizados enquanto *representação* da memória discursiva dos imigrantes *como passado* se apresentam como a base de toda uma produção discursiva, a que nos referimos antes como “textos de memória”. Ao mesmo tempo, é nesses textos que adquire maior visibilidade tal representação da memória discursiva do imigrante italiano como “passado”.

Por outro lado, no interior da prática discursiva observada, esses textos, realizados sob as formas discursivas da retrospecção, rememoração, lembrança ou reminiscência, apresentam o interesse de funcionar para a população como produções de linguagem que tornam possível aos sujeitos *formular discursivamente o seu passado*, interesse cujo alcance só poderá ser avaliado mais adiante, no quadro geral do funcionamento discursivo da representação da temporalidade⁴ na relação com a memória discursiva.

Já quando se trata do enredamento dos efeitos de temporalidade relacionados ao domínio da *constituição dos sentidos*, para além da representação, desvelam-se aspectos dessa memória não mais como imaginária, mas enquanto base da “regularização da materialidade discursiva complexa”, enquanto “a condição do legível com relação ao próprio legível” (cf. Pêcheux, 1984). Esse domínio de sentidos pode ser entrevisto quando traços semânticos relativos à memória discursiva da imigração irrompem – fora do ordenamento discursivo que os circunscreve ao passado – enquanto evidências atuais do tempo presente, isto é, como evidências de linguagem nas quais o sujeito se encontra imerso, e que o constituem como sujeito do discurso.

A representação da memória da imigração como passado, assim estruturada de forma marcadamente visível nos textos de memória, é considerada portanto, a partir do estudo desse segundo aspecto, como um efeito imaginário. E, como tal, passível de ser desregulada pelo equívoco, pelo real dos sentidos, uma vez que aquela representação de passado não comporta inteiramente os aspectos lingüísticos e discursivos relacionados ao imigrante.

É preciso que se considere, entretanto, que esses modos distintos (real/imaginário) de relação entre memória discursiva e temporalidade são demarcados em nosso texto como

parâmetros para a exposição do processo discursivo que visamos apontar; porque, de fato, a memória discursiva, conforme vimos em Pêcheux (1984), não se deixa prender em definitivo em parâmetros imóveis. No material de análise, é de modo flexível que os sentidos se desenrolam conforme esses parâmetros. Materialmente, se buscado definitivamente em grades fixas, esse ordenamento simbólico-temporal se romperia no cruzamento dos fios que permitem assim dizer sobre essa ligação entre o discurso e o tempo.

Os fatos de linguagem regulares no *corpus*, interligados pelo aspecto da temporalidade, que constituíram na análise o ponto de partida para a consideração do tempo no processo discursivo mencionado foram os seguintes: um primeiro conjunto de elementos ligados ao tempo consiste da reincidência de uma representação discursiva dos traços de língua e dos campos semânticos relativos à memória dos imigrantes como um domínio de língua e de sentidos *passados, antigos, ultrapassados, de antigamente, dos velhos, etc.*

Até certo ponto, essa representação se dá como representação meta-enunciativa de uma *alteridade temporal*, conforme palavras de Authier (1998), – à maneira de: “X” (*palavra em dialeto*), *como se falava antigamente*. Entretanto, no material analisado esse modo meta-enunciativo constitui apenas uma das formas que a representação dos sentidos e dos traços de memória da língua “de outro tempo” adquire no discurso. Enquanto representação discursiva, esta materializa-se sob diversos outros modos, em face dos quais a meta-enunciação, que se apresenta como a “pista” mais visível dessa representação, torna-se débil, e a representação de tal língua e de tais sentidos se configura como o domínio de uma alteridade temporal em um sentido mais incisivo.

Trata-se portanto da representação da região de sentidos e dos traços de memória da língua referente aos imigrantes italianos, que estão “presentes” de modo constitutivo na produção de linguagem, como uma alteridade temporal, como circunscritos ao passado,

O outro fato, em que se baseiam as considerações sobre o aspecto da multidimensionalidade temporal discursiva no domínio constitutivo dos sentidos, localiza-se no mecanismo enunciativo da *comparação* (ao lado da *correlação* e da *tradução* como pequenas variações) entre as alteridades temporais constituídas no discurso.

⁴ M. Zoppi-Fontana (1998) trabalhando também com o aspecto da memória representada, analisa materiais de

Não sendo esses fatos de linguagem auto evidentes, mas configurados a partir de uma determinada leitura, o trabalho de análise se faz acompanhar por algumas considerações necessárias para tornar compreensível essa sua leitura à luz de uma abordagem discursiva.

De modo geral, observamos então, neste capítulo, os modos como esses fatos se produzem no interior do processo discursivo pelo qual as regiões de sentido (e conseqüentemente os sujeitos que falam por elas) se configuram, se dispersam, se movem ou permanecem presos aos parâmetros da organização discursiva já constituídos na história; como se reproduzem enunciados “já-lá” e como se atualizam os sentidos de uma memória discursiva específica, ante às mudanças do real que engendram novos objetos de discurso, a serem simbolizados junto àquela memória. De que maneira se produz, enfim, materialmente, no discurso, a relação da memória com o esquecimento, por um lado, e com a repetição e o deslocamento, por outro, nesse conjunto particular de sentidos e de lugares de sujeitos.

Com o estudo das formas de produção dos efeitos de sentido da temporalidade no discurso, baseado nas análises específicas, passamos a compreender teoricamente, neste capítulo, como a representação do tempo funciona como um elemento no interior do trabalho simbólico de regularização da materialidade discursiva complexa, no espaço entre a memória discursiva relativa à imigração e o interdiscurso enquanto memória do dizer presente de uma maneira mais geral na sociedade.

4.2. Representação da memória discursiva como alteridade temporal

Dada uma certa representação, linear, da temporalidade, o tempo na significação faz de um sentido que ele se torne imaginariamente passado, simplesmente, ou radicalmente obsoleto, em sua relação com os outros. Se consideramos, entretanto, que *passado* e *obsoleto* podem funcionar como categorizações que interpretam o sentido, através do engendramento de uma relação representada com o tempo, então a temporalidade, significada, pode ser pensada como um fator que funciona na relação de uma memória de sentidos específica (memória da imigração) com o interdiscurso, na estruturação do processo discursivo que conduz uma dada

natureza discursiva diferentes e efeitos de sentidos específicos, no discurso político de Alfonsín, na Argentina.

sociedade/grupo/sujeito à regularização dos sentidos. O tempo funciona na materialização de um determinado ordenamento da significação.

A fim de desenvolver tal dimensão discursiva da temporalidade tal como ela funciona no processo discursivo observado a partir do *corpus* de análise, retomamos brevemente algumas formulações da Lingüística a respeito do tempo na língua, considerando-as até o ponto em que encontrem o seu limite para a exploração do fato da representação (categorização) meta-discursiva como *passado*, de sentidos relativos à memória discursiva da imigração. A partir desse limite introduziremos outras abordagens que possam levar a uma compreensão satisfatória da temporalidade no domínio discursivo.

Partindo da concepção do tempo quando estudado sob o prisma na língua, com algumas considerações sobre o modo como se configura a *dimensão temporal* enquanto princípio de significação instituído como tal através de mecanismos lingüísticos pontuais de facção do tempo, veremos como é específica a temporalidade própria à linguagem. Ela difere daquelas que trabalham o tempo enquanto fato natural, exterior à linguagem. A noção de “tempo natural”, que aparece em Le Goff, por exemplo, compreenderia *o tempo cíclico do movimento da lua ou do sol, do ciclo das estações, da alternância do dia e da noite, do qual o calendário é instrumento de domesticação, isto é, de esforço das sociedades humanas para transformá-lo num tempo linear escandido por grupos: horas, semanas, anos, eras...*⁵. Talvez nem fosse necessário ir tão ao oposto para lembrar que as evidências sobre o tempo, fundadas pela língua, constituem a base de nossas representações cotidianas do passado. Para trabalhar com a montagem das evidências sobre o tempo, tais como elas funcionam no processo discursivo que queremos apontar, consideramos necessário entretanto lidar inicialmente com essa oposição, a fim de nos conduzirmos aos termos que nos permitirão operar com certa mobilidade, isto é, sem estarmos presos às nossas evidências naturais sobre o tempo, nas considerações posteriores sobre a situação discursiva em análise.

Com E. Benveniste (1968) coloca-se a possibilidade de considerar inicialmente a especificidade da abordagem do tempo na linguagem, através das suas observações sobre o que ele chama de *sistemas* (ou *planos*) *temporais* da enunciação: *o plano da história* e *o plano do discurso*, que o autor descreve do modo como segue:

⁵ Cf. J. Le Goff, 1994: 12-13.

“A enunciação histórica (...) caracteriza a narrativa dos acontecimentos passados (...). Trata-se da apresentação dos fatos sobrevividos a um certo momento do tempo, sem nenhuma intervenção do locutor na narrativa. Para que possam ser registrados como se tendo produzido, esses fatos devem pertencer ao passado. Sem dúvida, seria melhor dizer: desde que são registrados e enunciados numa expressão temporal histórica estão caracterizados como passados” (Benveniste, 1968: 262).

A partir dessa observação, o autor vai concluir que *a intenção histórica constitui realmente uma das grandes funções da língua: imprime-lhe a sua temporalidade específica* (idem).

Sobre o *plano do discurso*, Benveniste, fundamentalmente, observa que *cada vez que no seio de uma narrativa histórica aparece um discurso, quando o historiador, por exemplo, reproduz as palavras de uma personagem ou intervém, ele próprio, para julgar os acontecimentos referidos, se passa a outro sistema temporal, o do discurso* (op. cit.: 267).

Além da natureza da configuração do tempo na linguagem como um tempo próprio, conforme o demonstra bem esse desdobramento de planos, queremos ressaltar, com o autor, uma outra característica particular dessa propriedade da linguagem: a possibilidade de *mobilidade* do enunciador entre os planos temporais: “*o próprio da linguagem, ele diz, consiste em permitir essas transferências instantâneas*” de um plano temporal ao outro.

Os sistemas ou planos da enunciação observados por Benveniste, demonstrados através do elemento verbal, podem ser considerados ainda para além dos aspectos lingüísticos tecnicamente apreensíveis na enunciação, uma vez que eles podem configurar-se assim (como planos temporais distintos) mesmo de maneira independente do tempo verbal conjugado no texto, e uma vez que, por outro lado, sob uma mesma forma temporal verbal podem constituir-se planos distintos se considerada a sua relação com outros elementos da enunciação, como a *persona do discurso* e a *dêixis espacial*.

As considerações de Jakobson (1974) a respeito do tempo na linguagem é que podem ser localizadas como incidindo justamente sobre esse aspecto particular que acabamos de referir, da relação temporal dos dois planos da enunciação entre si em um texto, através do mecanismo lingüístico da sua marcação na estrutura do verbo. Ao examinar, a seu modo, por sua vez, os diferentes planos da enunciação, que ele considera em termos de *processo do enunciado*, isto é, “*do discurso em si, e sua temática, a matéria relatada*” (que estaria do lado do plano da enunciação histórica em Benveniste), e de *processo da enunciação* como “*o fato em si, e qualquer e cada um de seus participantes, seja ativo ou passivo*” (algo da ordem do plano do

discurso em Benveniste), Jakobson vai especificar que o tempo verbal, justamente, *caracteriza o fato relatado com referência ao fato discursivo*. De modo que, ele aponta, o pretérito, por exemplo, *informa que o fato relatado é anterior ao fato discursivo*. (op. cit.: 312-314).

A partir desse discernimento entre os planos da temporalidade na enunciação, que se pode sintetizar como concernindo, um, ao “conteúdo” e ao “cenário” enunciados – narrados, relatados – e o outro, aos aspectos relativos ao fato da enunciação propriamente – da narração, do relato –, passamos a considerar então os fatos da ordem do primeiro conjunto acima apontado como sistemático no *corpus*, que materializa a remissão dos traços referentes à memória dos imigrantes a um plano temporal *anterior* ao plano da enunciação, e que nos conduz ao aspecto da representação imaginária da memória da imigração tal como historicamente organizada.

O recorte de análise apresentado na seqüência (1) abaixo apresenta diversos aspectos remissíveis à memória dos imigrantes. O que queremos ressaltar nesse momento entretanto é o aspecto discursivo da temporalidade. O trecho introduz-se em uma conversa espontânea⁶ em grupo, quando D. Iraci diz que ficou emocionada com o fato de que o locutor da festa (dos Mariani) – um rapaz ao microfone – se referia aos seus avós nos termos em que se falava antigamente: *o nono e a nona*.

- (1) **D. Iraci:** – (...) E lá na festa, então ele falava assim: / geralmente hoje o pessoal fala o vovô ou a vovó, né? Então ele falava "o nono".
- Sr. Rômulo:** – "O nono". Pegou aquele costume da casa. "O nono" e "a nona".
- D. Iraci:** – Igual que a gente falava antigamente.
- Célia:** – Mas é mesmo, né, antigamente todo mundo era: "o nono Mariani" e "a nona Mariani".
- D. Iraci:** – Pois é, que naquela época a geração era só aquilo, agora hoje mudou tudo.
- Célia:** – "A vovó". Hoje é "a vovó".
- D. Iraci:** – "A vovó", "vovozinha". / (silêncio)
- Pesquisadora:** – Por quê, qual é a diferença de falar "nono e nona" e "vovô e vovó"?
- D. Iraci:** – Eu acho que é o sistema da linguagem.
- Sr. Rômulo:** (Simultaneamente) – É a mesma coisa, mas pelo costume de um falar "o nono", pra aquela família fica "o nono". E já onde fala "o vovô", como eu no caso, ficou "vovô". Tudo os menino fala "o vovô". (...) Chama de vovô. E nós, na nossa época, chamava "o nono".
- Célia:** – Sabe que é uma palavra até mais gostosa de falar! "O nono!" (Riso).
- D. Iraci:** – "O nono"! (Riso). Eu custei acostumar falar vovô e vovó. Eu achava assim que falar vovô e vovó era assim essa gente da cidade, que estudou, que então... aprendeu melhor, né?

⁶ Trata-se de uma situação de conversa informal entre vizinhos, não proporcionada pela pesquisa (a não ser, obviamente, a partir do momento em que nela intervenho).

- Sr. Rômulo:** – É diferente. "O nono" é mais italiano.
D. Iraci: – Então, na nossa época, que a gente era bem... dos italiano antigo, né. Então ficava "o nono" (S1, p1).

A seqüência que nos chama inicialmente a atenção com relação ao tempo e o discurso é “*ele falava ‘X’ (...) igual que a gente falava antigamente*”. Um aspecto inicial a ser considerado é que essa seqüência é estruturada em discurso relatado, e a respeito desta estrutura Benveniste (op. cit.:267) limita-se a observar que se trata de um tipo de enunciação muito particular, em que *o discurso é referido em termos de acontecimento, e transposto para o plano histórico*, constituindo assim o discurso indireto, estrutura discursiva sobre a qual o autor comenta que *as regras dessa transposição implicam problemas*, e que portanto ele a deixará fora das suas análises.

Sem tais análises por parte do autor, consideraremos, para a compreensão das especificações dessa seqüência à luz da dimensão temporal, alguns elementos do discurso que podem nos levar à questão da temporalidade e do discurso que buscamos compreender. Notamos desde já que essa compreensão requer que se observe:

- a) a possibilidade da coincidência de tempos verbais (neste caso, o pretérito, tanto em “*ele falava ‘o nono’*” quanto em “*a gente falava ‘X’ antigamente*”) entre os diferentes planos do discurso, ao mesmo tempo em que seriam outras as marcas enunciativas a fornecerem a chave da configuração dos planos, como a *déixis* da pessoa do discurso (*a gente, ele, -se...*); e
- b) uma ancoragem mútua entre as categorias de tempo e de espaço, uma vez que a expressão que se consideraria sintaticamente referencializada como espacial (“*lá na festa*”), funciona, nessa seqüência, com valor temporal, considerada ao lado das demais expressões temporais – “*hoje*” e “*antigamente*”. Os planos da enunciação constituiriam, desse modo, uma referência temporal tríplice, envolvendo os tempos de *antigamente X lá na festa X hoje*. Assim, vemos que na estrutura do discurso relatado acrescenta-se um tempo a mais com relação à estrutura convencional (não relatada).

Tomando então a seqüência de base apontada (*ele falava ‘X’ (...) igual que a gente falava antigamente*), temos uma enunciação que se desdobra nos diferentes planos temporais, envolvendo aquele que concerne ao locutor da festa e à sua ação (*ele falava X lá na festa*), e o plano em que se inscreve o enunciador (na terceira pessoa, “a gente”) e a sua ação (*a gente falava*

X antigamente), além daquele outro relativo ao ato de relatar a seqüência. A coincidência do tempo verbal (pretérito imperfeito – *falava*) não impede, como dissemos, que a enunciação se desdobre em planos distintos, pois a organização dessa última se sustenta na relação do tempo com a *dêixis* espacial.

Considerando os planos temporais acima descritos, sintetizaremos então os efeitos de sentido a serem ressaltados com esse recorte através de uma paráfrase reunindo os diversos planos temporais introduzidos nas seqüências acima, que permite notar claramente qual é o fato de discurso em questão: *enquanto todo mundo hoje diz 'X', lá na festa ele dizia 'Y', como a gente dizia antigamente*.

Essa paráfrase nos dá uma visibilidade do modo como os planos temporais se organizam através da correlação entre os sentidos, isto é, entre o modo como “*se*” *fala hoje* e aquele como “*se*” *falava antigamente*.

O fato de significação que assim se ressalta é, portanto, o de que os sentidos encontram de fato nesses/por esses planos temporais um determinado ordenamento discursivo, de tal modo que, por este recurso da linguagem, os traços da memória discursiva vão se representar, no *corpus*, sistematicamente, no plano de uma temporalidade discursiva anterior ao plano da enunciação. Isto se dá não raramente através de expressões temporais como “antigamente”, “na nossa época”, “naquele tempo”, etc

Com a paráfrase acima considerada podemos observar também como a organização discursiva entre o modo como se fala hoje e aquele como se falava antigamente pode vir a ser rompida: pois é justamente o rompimento dessa organização temporal dos sentidos – e, note-se, rompimento que se dá por meio de uma voz pública, “amplificada”, na festa – que produz o acontecimento que é objeto do discurso nesse recorte.

As conseqüências do rompimento dessa organização serão consideradas no próximo item. Neste momento, o aspecto do processo de significação com que nos deffrontamos é o de que o mecanismo de configuração do tempo na linguagem possibilita esse ordenamento discursivo que estabelece uma fronteira imaginária entre sentidos *passados* e sentidos *presentes*.

Tal ordenamento pode ser considerado a partir de diversas implicações junto ao processo discursivo de base a ser observado. Ele pode ser observado por exemplo, como envolvendo o mecanismo que constitui a própria base de uma formulação discursiva do passado, em um sentido

elementar, por mais imaginária que se possa considerar a representação que a perpassa. Desse modo, consideramos necessário examinar inicialmente alguns modos e efeitos locais desse aspecto imaginário da representação do passado, a fim de atingir, pouco a pouco, as implicações mais abrangentes desse processo.

4.2.1 *A formulação discursiva do passado*

Dentre os aspectos que a representação da memória discursiva da imigração como passado envolve, podemos localizar então a mais elementar possibilidade de *formulação discursiva do passado*, como fazendo parte do discurso e do sujeito envolvidos nesse processo.

Nos textos de memória, a formulação que dá lugar a essa representação é conjugada sistematicamente em tempos verbais apropriados à representação de sentidos ligados à formação discursiva dos imigrantes como “absolutamente” já transcorridos, estabelecendo fronteiras nítidas dos sentidos “do passado” (“sentidos passados”), e os do presente.

Em muitas passagens do *corpus* podemos notar que essa formulação/representação dos traços da memória discursiva relacionada à imigração como passada se realiza, na enunciação, como uma travessia bem realizada na linguagem, através das “transferências instantâneas” do sujeito enunciativo, como diz Benveniste, de um plano temporal a outro da enunciação, entre o que ele chama de plano do discurso e da história. São essas transferências entre os planos temporais, de fato, a condição para que se configurem na linguagem o mais elementar efeito de sentido da temporalidade no discurso.

Tal formulação do passado se apresenta em modulações discursivas as mais diversas, direta ou indiretamente ligadas à memória da imigração, através de mecanismos que configuram seja, o efeito de uma lembrança individual ou de um grupo, de um tempo mais remoto ou mais próximo, com maior ou menor clareza quanto aos sentidos de um tempo passado, etc..

No trecho seguinte, a passagem entre o plano do enunciado (narrado) e o da enunciação é realizada/representada sem maiores entraves ou obscurecimentos:

(2) Sr. Feliciano – *Aconteceu numa ocasião que nós fomos celebrar, um padre foi celebrar uma missa em São Jon do Tiradente, na igreja de Nossa Senhora da Penha. Aonde foi um tal de padre Daniel (...) A primeira missa que ele celebrou, foi celebrar lá. E a cantoria que foi lá foi a nossa, daqui de Bananalzinho. Chegando lá, o padre apoiou-se no animal, que não tinha estrada de caro, só dava mesmo a cavalo. Então... ele encostou na beira do animal e ficou lá, quieto. Ai eu cheguei, eu tinha intimidade com o padre, e falei com ele. Eu falei “padre”, eu falei, “vamos entrar pra dentro?” Ele olhou pra mim... “no só, no só, no só...” ele começou a falar. Ai eu entendi que ele não entendia nada em português, né? Ai eu pedi a ele (...) eu falei: “padre, vostro*

nome, *qual'é'elo?*” Ai ele falou “é Daniel”. Ai ele falou comigo – ele me tratava de “o senhor”, quer dizer “vu”, que quer dizer senhor, né. “E vu”, ele falou, “che italian?” Ai eu falei: “eu não sou italiano, *ma capisso un poco italiano*”. Ai então ele falou comigo: “*varda: sta sera*”, que quer dizer hoje de tarde, “você não vai na igreja”, “*no standa a l'in chiesa, sta quá con mi*”, quer dizer, “fica aqui comigo”, “e me explique *com'é que l' é la/ la/ la/ la/ le costume de quá*”, quer dizer, “você me explica comé que eu tenho que fazer amanhã”. Ai eu fiquei com ele na casa do Jon Brunoro. Ele falava, eu falava, no evangelho por exemplo no dia seguinte, ele fala em italiano / em latim, e eu ensinava a ele em português, e daí foi tomando nota. (...) Quando foi na hora da missa ele falou comigo: “*vu ste rete mi, eh*”, quer dizer “você fica perto de mim na hora do sermão”. Quando deu na/ terminou a missa, foi tudo muito bem. Então... eu pedi ao povo que eis não areparasse non, porque o padre era italiano, não sabia conversar em português, mas que eis não areparasse não. (...) No final da missa (...) ele tinha o evangelho na mon, e falou com a moça que tomava conta da igreja: “*tra lá*”, ele falava com ela, “*tra lá*”. E ela ficou encabulada, não sabia: “*tra lá*”! Ele queria dizer: “*leva esse livro pra lá*”, né, mas não sabia explicar, ai ele falava “*tra lá, tra lá*”. Ai ela não sabia o que tinha que fazer. Ai eu falei com ele: “*padre Daniel, “tra lá” não, leva esse livro lá*” (rindo). (E5, p6-7)

A produção do texto e dos sentidos relativos ao passado, no conjunto da entrevista desse sujeito (Sr. Feliciano), a exemplo desse trecho, pode ser tomada como um padrão de realização sem entraves das transferências instantâneas entre os planos temporais do enunciado e da enunciação.

Conforme o recorte (2), vemos que a transferência entre esses planos temporais tem como base o mecanismo da tradução do dialeto italiano para o português, que é também uma “tradução” da língua em que transcorreria a conversa no plano do enunciado para a língua em que transcorre a conversa no plano da enunciação. Podemos observar que, ainda que a transferência instantânea entre os planos requiera essa transferência também entre as diferentes materialidades lingüísticas (línguas), a organização temporal dos sentidos se mantém sistemática ao longo delas.

Enquanto repetição do enunciado nas diferentes materialidades lingüísticas, a transferência entre os planos temporais do passado e do presente, acima observados pontualmente na enunciação, pode ser considerada de uma maneira mais ampla como a possibilidade de uma travessia entre esses planos do passado e do presente, se pensada conforme a sua relação com os processos metafóricos, tal como essa relação é formulada por Orlandi (1996), que a observa como uma relação constitutiva da interpretação:

M. Pêcheux (1969) vai chamar de efeito metafórico o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual entre x e y, lembrando que esse ‘deslizamento de sentido’ entre x e y é constitutivo do sentido designado por x e y. (...) A metáfora, não vista como desvio mas como transferência (Pêcheux, 1975), é assim constitutiva do sentido (Orlandi, 1992:80).

A autora conduz ainda a relação entre transferência e efeito metafórico para o pensar o funcionamento das línguas, enquanto línguas naturais:

Como esse efeito é característico das línguas naturais, por oposição aos códigos e às línguas artificiais, podemos considerar que não há sentido sem essa possibilidade de deslize, e, pois, sem interpretação. O que nos leva a colocar a interpretação como constitutiva da própria língua (natural) (idem),

acrescentando adiante que “a interpretação é constitutiva do sujeito e do sentido” (p. 83).

A partir dessas considerações, podemos notar, em relação à situação acima ilustrada de realização das transferências instantâneas pontuais entre os planos temporais do enunciado e da enunciação – enquanto planos representados como passado e presente – que essas transferências, supondo uma passagem instantânea entre uma língua A e uma língua B, realizam, enquanto efeito metafórico, uma passagem instantânea entre as discursividades a que se ligam essas línguas.

Como o efeito metafórico está tanto na língua quanto no sujeito e no sentido (discurso), resulta que a transferência assim efetuada, na situação observada, se constitui como efeito metafórico “bem sucedido” no sentido de que se encontra realizado de acordo com a organização temporal tal como representada no ordenamento discursivo que arremessa os sentidos ligados à memória dos imigrantes para uma região discursiva fora dos sentidos presentes, constitutivos do sujeito. Mas a transferência instantânea entre os planos temporais – tanto em sua realização enunciativa pontual quanto na passagem entre as discursividades – nem sempre é assim (tão) organizada, conforme veremos adiante.

Por enquanto, para permanecer um pouco mais no terreno da organização temporal/discursiva assim representada, observaremos que também é freqüente no *corpus* a modulação textual da representação temporal, ligada à lembrança de um “eu”, tomar a forma de uma lembrança mais imediata, enunciada, via de regra, com base na expressão-fórmula “*eu (me) lembro que...*, seguida de *eu a gente X*” (contendo X um verbo no passado), como nos trechos (3) e (4) que seguem.

(3) *Eu lembro que tinha uma farinha, papai trabalhava numa farinha e a gente gostava quando era época de fazer farinha, né? Curtia aquilo, saía aquela farinha torradinha de lá. É, eu lembro também assim que a gente ajudava o papai na roça, mas eu não gostava de ir na roça, eu ficava em casa fazendo o serviço pra ela. Eu lembro que eu era pequenininha, botava uma cadeira perto do fogão pra fazer polenta* (E 10, p. 2).

(4) *...os pais da gente não deixava a gente sair longe, pra pescar (...) Então a gente... pescava perto. Como den'da mata era um lugar que quase ninguém entrava pra pescar, tinha mais peixe, ali dentro da mata. Que aonde o rio corria no meio das pastagem, né, aqui pra baixo, é / era mais pescado, então tinha menos peixe. Até porque den'da mata os peixe criavam mais tamém, né? Por isso, eu me lembro, minha nossa senhora [rápido] por isso que eu / eu fiz aqueles pesqueiro que eu tenho lá em casa. Porque eu me lembro daquilo sempre.* (E 3, p. 2).

A produção de lembranças imediatas, conforme lembra R. Robin (1995), servem aos mais diversos fins ideológicos. Em relação a um único tema, elas podem ser formuladas a partir de formações discursivas diversas, e quando se trata da memória sobre a imigração, como sabemos, isso não é diferente.

O que queremos ressaltar, entretanto, com relação à situação observada, é que o mecanismo da produção discursiva sobre o passado abre no dizer a possibilidade de uma *formulação discursiva* daquela região de sentidos ligadas ao lugar do imigrante, que mostramos ter sido apagada na memória social, conforme a história de silenciamento desse lugar discursivo junto aos discursos públicos, em que tem lugar de destaque a escola.

Nesse sentido, chama-nos a atenção o fato mesmo dessa *formulação discursiva*, enquanto passado que seja. Ela é abundante no *corpus* nas produções orais, como temos mostrado com insistência, em uma larga escala de “textos de memória” da imigração. Mas ela também comparece em certos “gestos de escrita” locais que no entanto não chegam a se inscrever (senão talvez em dias muito recentes) como escritura. São crônicas, narrativas, memórias publicadas, sim, mas sempre em edições particulares, e de circulação restrita.

A administração dessa formulação discursiva do passado guarda uma relação com a formação de “arquivos” locais. Eles têm sido administrados como um certo modo de “registro” da memória ligado ao apagamento, a um esquecimento consentido, nos termos em que a isto se refere R. Robin (1995:214): *não se pode conservar tudo. Se em princípio tudo pode ser registrado em arquivos, arquivar é na verdade uma forma de esquecer. Conserva-se para não se ter de lembrar, coloca-se no depósito.*

O que se produz nessa direção é uma memória no sentido de arquivo, distinta de memória constitutiva, tal como considerada em Orlandi (1996), que distingue:

a) a memória institucionalizada, ou seja, o arquivo, o trabalho social de interpretação em que se distingue quem tem e quem não tem direito a ela; e b) a memória constitutiva, ou seja, o interdiscurso, o trabalho histórico da constituição da interpretação (o dizível, o repetível, o saber discursivo) (Orlandi (1996:67-8).

Assim, o modo de administração da memória inscrito no modelo de registro em arquivo tal como mencionado acaba por produzir certas representação da memória. Dentre elas, a memória como objeto discursivo mais próprio dos museus, ultrapassada (como ultra-passada), apartada de sua dimensão constitutiva, presente.

4.2.2 O passado ultra-passado

Esse constitui então um segundo aspecto observado com relação à formulação da memória discursiva específica dos imigrantes. Trata-se de um modo de lançar os sentidos relativos a esse campo para o domínio de um tempo/discurso “ultra-passado”, representado como passado distante, interpretado como obsoleto. Esse domínio está já muito próximo do *esquecimento*, tanto no sentido de um desconhecimento por absoluta falta de acesso à alguma representatividade dessa memória, quanto no sentido de desconhecimento (*méconnaissance*) por imersão no apagamento produzido historicamente. Ambos resultam em um não-reconhecimento, no sujeito, da memória discursiva constitutiva dos imigrantes como dizendo respeito a si próprio. São resultados do apagamento (abandono) de sentidos que, a partir do interdiscurso, já não interpelam historicamente o indivíduo em sujeito, ou seja, de outro modo, que o interpelam a partir de uma representação já administrada dessa memória, que atua nas excansões temporais da História. E que faz com que se apresentem situações discursivas como esta:

(5) Criança: - *A vovó fala “caro”, “tera”...*

Tia: - *E por que ela fala assim?*

Criança: - *Ah... é porque ela é velha.* (Anotações)

Conforme se pode observar nos enunciados, como este, que dão forma a tal representação, ocorre uma transposição dos sentidos antes representados na enunciação como concernentes ao domínio do tempo (passado) para o domínio da avaliação, *adjetivação*: o verbo se mantém então no presente (*a vovó “fala” ‘X’*), sendo que é o adjetivo agora que categoriza os traços da alteridade constitutiva do imigrante, para a criança neste caso, como *antigos, velhos...* num passo teríamos antiquados. Essa representação projeta os traços de “outro” que ainda habitam o sujeito imigrante (o velho) para o domínio de uma alteridade representada⁷ então como imprópria para ser assimilada por este “outro” sujeito, a criança de escola, identificada com a memória discursiva mais propriamente concernente à brasilidade.

Mas se, por um lado, a formulação discursiva do passado apresenta esses aspectos de conexões com o imaginário que hierarquiza o passado e o presente, ligado à administração social da memória, por outro lado, essa formulação pode também ser considerada em uma outra direção,

como vai nos apontar De Certeau (1982): *pela relação com o passado as sociedades humanas se produzem como outras.*

As sociedades humana se distinguem do passado por representá-lo, em um desdobramento simbólico que lhes permite sair de sob as suas evidências. Esse aspecto envolve o domínio constitutivo e não mais apenas da representação da memória, e será trabalhado mais adiante.

4.2.3 Comparação, correlação... a tradução do passado

Outra sistematicidade presente ao longo do *corpus*, relacionada ao processo de produção de efeitos de sentidos da temporalidade no discurso é o mecanismo da *comparação* entre diferentes temporalidades/discursividades, do qual participa a *tradução*, sob um modo específico, e a *correlação*, como uma variedade da comparação.

De modo geral, a característica mais comum da comparação é que sua ocorrência, em situações de produção oral de linguagem, demarca na discursividade uma relação entre sujeitos inscritos em diferentes lugares de fala, através de imagens atribuídas a lugares mais específicos no interior do lugar que apontamos como próprio do imigrante na história, tais como as imagens do lugar dos mais novos e dos mais velhos, de quem conhece e de quem não conhece o dialeto, de quem freqüentou a escola e/ou se distanciou desse lugar discursivo, de quem não a freqüentou e/ou mantém menos ou mais o saber prático relativo aos imigrantes, etc.. Embora a comparação seja um traço marcante no discurso oral nesse meio, ela não é entretanto exclusiva da produção discursiva oral, apresentando-se também com regularidade e com certa especificidade nos textos escritos sobre a memória dos imigrantes.

Tivemos oportunidade de apontar a *tradução* como um elemento que caracteriza a prática de linguagem dos sujeitos envolvidos na pesquisa, quando indicamos, por meio dela, um desdobramento na imagem que o sujeito do discurso faz de seu interlocutor. Ela foi observada também, acima, funcionando como a base das transferências instantâneas do enunciador entre os planos temporais do enunciado e da enunciação (recorte 2).

Notaremos agora que os funcionamentos da tradução apontados antes não se encontram desvinculados dos efeitos que observados nesta parte, mais explicitamente considerados em

⁷ Apesar da representação manifestada em seu dizer, essa criança apresenta, entretanto, na materialidade de seu dizer, marcas do “r” próprio da avó, se não mais nos ambientes do “r” vibrante duplo, (no português “carro” e

relação ao seu funcionamento enquanto tradução, na configuração das diferentes temporalidades, onde ela funciona como o índice de uma formulação inicial da diferença entre distintas discursividades. Inicial porque, a partir de elementos mínimos da materialidade discursiva, são traduzidos de uma língua (dialeto) para outra: palavras, frases, expressões, provérbios, etc., ao passo que nas unidades maiores de discurso realiza-se, correlativamente à tradução, uma “transposição” de natureza semelhante entre temporalidades, porém enunciada de formas diferentes, seja por meio da *correlação* ou da *comparação* entre as alteridades temporais.

Assim como a tradução, a correlação e a comparação entre as diferentes temporalidades se formulam, ao mesmo tempo, como uma colocação lado a lado dos termos das distintas discursividades em jogo no interdiscurso; talvez a correlação com menor, e a comparação com maior presença de julgamentos, como o de verossimilhança e de adequação do discurso.

A comparação se estabelece sobretudo marcada por expressões temporais como *naquela época* e *naquele tempo* + *verbo no passado* versus *hoje em dia*, *agora* e *hoje* + *verbo no presente*. Diferente da lembrança enunciada na forma da primeira pessoa, como vimos acima, essa modulação textual da memória discursiva dos imigrantes relaciona à organização dos sentidos em passados e presentes mais explicitamente ligados a campos semânticos concernentes a uma coletividade, às pessoas no plural – em formas de indeterminação do sujeito ou nas formas do plural (“nós”/“eles”) – , portanto a modos de enunciação que remetem de maneira mais visível à universalidade dos sentidos produzida a partir da memória discursiva em questão.

Na seqüência (5) abaixo, a supressão sintática do sujeito, ligada à temporalidade, constitui apenas um índice dessa universalidade (*naquela época* () *chamava de mamãe também* [à sogra]):

(5) *Célia*: ... *Ai mamãe chegou na beira / que naquela época chamava de “mãe” também, né?, chegou na beira da nona, prá mãe do papai, e falou:*

- *Mamãe, o quê que nós vamos fazer pra almoçar?*

- *“Vai lá na ‘cutina’, faz uma bacia de bolinho”. Pra almoçar! Imagina quem tá trabalhando na roça, comer uma bacia de bolinho! Ai ela falou assim:*

- *Mas mamãe, tem carne lá na despensa, que eu vi que tem, tem feijão...*

- *“Ah, vá lá, faz o que você quiser!” /*

D. Iraci: - *“Faça o que te voi!” /*

Célia: / - *“... de hoje em diante, você toma conta da cozinha”. Só que ela falou em italiano, ela quis dizer isso, só que eu não sei falar. (E8, p3).*

“terra”) como a avó, pelo menos na vibração do “r” único, como em “garapa”.

Em face de tais marcas (pronominais de plural ou de indeterminação) que universalizam o dizer, as expressões temporais mencionadas indicam uma demarcação mais geral da alteridade temporal como alteridade discursiva.

Demarcada essa alteridade em diversos domínios discursivos, o domínio de uma *língua outra*, de uma língua de outros tempos, apresenta, nas formulações da memória discursiva dos imigrantes como aparecem no *corpus*, uma recorrência que merece ser enfatizada. Essa demarcação funciona como o índice das diferentes formações discursivas que jogam no trabalho da memória do dizer. Ela atesta a presença da alteridade lingüística no interdiscurso, em um “jogo de forças memoriais”⁸, trabalhando assim na “regularização da materialidade discursiva complexa” (cf. Pêcheux, 1984).

As formas desse jogo de forças se diversificam.

A forma do “retorno meta-enunciativo” configura essa alteridade da língua como um modo *outro* de dizer, como um discurso *outro* (cf. Authier, 1992), apenas sob um modo enunciativo padrão de demarcação dessa alteridade. Assim as expressões “como diziam”, “como se diz”, etc. (conforme as seqüências de (6) a (9) abaixo) funcionam atualmente na produção do discurso delimitando como uma língua/um modo de dizer *outro* aquele dos imigrantes italianos.

(6) *Naquele tempo ainda existia o costume da boa vizinhança: uns visitavam os outros. Foi a vez da família Magro conhecer os novos vizinhos. Visitar os patrícios, como os italianos diziam*⁹.

(7) *E lá depois tinha a cozinha, eles falavam a canônica, né? Tinha uma parte que era escola, e uma era a canônica pros padre, eles falavam a canônica, naquele tempo. Então tinha a cozinha...* (E6, p5).

Enquanto em (6) a referência aos imigrantes é nomeada, explícita, em (7) a alteridade temporal-discursiva permanece não nomeada, sob o modo discursivamente indeterminado (“*eles falavam X*”). Esse modo, no sentido comentado acima, constitui um índice de universalização dos sentidos, do dizer, como em *falava-se X* naquele tempo; sendo que *X*, nesta seqüência, constitui um termo do (dialeto) italiano, no sentido de que não consta no saber acadêmico (em dicionários) como léxico do português.

⁸ Cf. Foucault, em Robin (1995).

⁹ Maria Natividade Magro Moreira, *Retalhos de vidas*. Guaçuí, ES, Ed. Luciane. M. de Oliveira, 1997. Pp 15, 19 e 21.

Contudo, mesmo em seqüências onde *X* não apresenta esta específica característica lingüística de ser um elemento de uma ou outra língua (natural), na forma da demarcação da alteridade em um modo *outro* de dizer, o elemento *X* encontrar-se ainda relacionado à memória lingüística do sujeito imigrante de uma maneira menos restrita, enquanto prática discursiva. Nas seqüências abaixo, a memória discursiva funciona, enquanto “domínio associado” do enunciado¹⁰, pondo em cena, no apagamento, o discurso a que se opõe, de que se diferencia, que comenta, etc. Assim, a seqüência

(8) *A casa era de piso de tábua ou madeira, como se diz hoje. A cozinha era de piso de terra batida*¹¹.

produz, como efeito de memória, outras “formulações”, outras “realidades”¹², outros saberes (presentes no intradiscurso desse texto) como:

- a) “a casa já não era (como a outra) de terra batida, mas de piso de tábua (ou madeira)”.
- b) “o que hoje, em uma formação discursiva *X*, mais moderna, se chama de ‘piso de madeira’, antigamente ‘se’ (os italianos) chamava(m) de piso de tábua”;

Em (9), o contexto da entrevista em que realizamos o recorte trata da escola da época do entrevistado (nas proximidades de 1930).

(9) *Pegava uma caneta na mão pra escrever, a caneta era.../ era/ era/ eles não dava uma caneta! Agora tem as caneta/ era um... os mais pobre comprava as / as/ as pena, que falava, as peninha, enfiava elas num/ num/ num talozim de/ dessa nesga. Enfiava ela assim, e vinha os vidro de tinta (...) então a gente colocava tinta na canetinha e puxava ela, e a gente ia escrevendo, quando acabou de secar, molhava ela outra vez. (E2, p1).*

A configuração da alteridade do dizer em relação ao tempo se constitui portanto de uma formulação da diferença entre práticas discursivas diversas, inseridas em distintas práticas sociais. A comparação produzida nessa meta-enunciação coloca em cena portanto, sob a forma do “domínio associado”, alteridades de discursos e de práticas tais como “falava-‘se’ ‘pena’ antigamente, hoje não ‘se’ fala mais ‘pena’”; “usava-‘se’ pena antigamente, hoje não ‘se’ usa mais pena”; “falava-se/usava-se ‘pena’, hoje ‘se’ fala/usa ‘caneta’”.

¹⁰ Conforme Courtine, 1981, tal como exposto na parte relativa à orientação teórica desta pesquisa quanto ao conceito de memória discursiva.

¹¹ Idem à nota 9.

¹² Idem à nota 9.

Insistimos em enfatizar a ocorrência do pronome indeterminador nessa seqüência porque, remetendo à universalização do dizer, ela funciona na demarcação da alteridade no domínio temporal sob a forma da representação de um dizer outro, que entendemos como relacionado à discursividade relativa à prática histórico-discursiva do imigrante, como uma discursividade passada.

Diversas outras formas lingüístico-enunciativas apresentam um funcionamento semelhante com relação a essa representação da alteridade, vinculadas não exatamente à diferença de línguas (línguas naturais), mas à das discursividade, através de explicações de termos e de práticas discursivas não usuais, considerados assim do lado da temporalidade/discursividade *passada*.

Assim ocorre as sentenças explicativas, as encaixadas e as introduzidas por *que* respectivamente, como em (10):

(10) “No quarto do casal havia uma *tarimba*, uma espécie de cama rústica muito usada pelos antigos que não possuíam camas com cabeceiras e pés acima do colchão. (...)”

“Ainda tinha no quarto (...) duas *canastras*, que são malas forradas de couro. (...)”

“Fora da casa, bem perto da porta da cozinha, tinha uma bica d’água cristalina, com um coxo, que nada mais era que um tanque, só que cortado na madeira.”¹³,

além de explicações/traduições entre parênteses e da conjunção “ou”, como possibilidade de alternar o modo de dizer, como em (11)

(11) (...) A cozinha também é bem maior que a primeira e tem piso de *tábua (madeira)*. (...) Da cozinha para o *terreiro (ou quintal)*... (...)

Na frente da casa tem um *alpendre (varanda)* com uma escada do lado¹⁴.

A explicações das palavras “outras”, de uma linguagem *outra*, pode ser compreendida, portanto, ao modo do mecanismo da tradução, como dissemos, como uma forma inicial, mínima, da explicitação de um universo simbólico-discursivo outro.

Entretanto, na perspectiva desse mesmo funcionamento discursivo, ao lado de tais elementos lingüístico-enunciativos que indicam traços de uma prática *outra* de linguagem, assim apenas sugerida, minimamente indiciada, vamos notar que se introduzem elementos discursivos que indicam mais diretamente a presença de uma *formulação* explícita dos *saberes outros*, de diversas ordens (“hábitos”, “costumes”), inscritos na prática discursiva relacionada ao imigrante, como se notam nas seqüências abaixo.

¹³ Idem.

(12) D. Ernestina - (...) *E enton a mamee colocava, ensinava a gente colocar a cinza na água, e a gente fervia, né, e depois deixava assentar aquela cinza, e pegava aquela água p'a gente ferver a roupa. Ó, ma limpava a roupa! Depois, de noite, a gente colocava no orvalho, assim, na graminha, e de manha a genti enxaguava aquela roupa. Era assim, tuda limpinha, as roupa de roça.*

Cunhada: - *Hoje é sabão em pó, e naquela época era isso que se fazia, imagina!*

D. Ernestina - *É. Era isso que se fazia! Nem existia, nem existia sabão naquele tempo, né?*

Cunhada: - *Não existia, é. Falava la/ la/ como que era, em italiano que nós falava?*

D. Ernestina: - *A lice, a lice (?)*

Cunhada: - *A lice, fazer a lice. Lavar a roupa.*

D. Ernestina: - *A sua mae tamém fazia, né? (E6-p7)*

(13) D. Ernestina: - (...) *A casa do papai (...), o papai que serou as taba. Serava as taba assim de.../*

Cunhada: - *Serrou tudo! De serra, os caibro... / (simultâneo)*

D. Ernestina: - *de sera (simultâneo)*

Cunhada: - *Primeiro ia tirar na mata, né?*

D. Ernestina: - *É.*

Cunhada: - *É, tirar o pau. Lavrava a tora, botava no estaleiro, ali serrava. Depois que contratava um carapina pra vim fazer. Nossa, as madeira era tudo serrada pelos braço deles, com uma serra.*

D. Ernestina - *É. Tudo assim. Esses troço assim! Fazia o estaleiro, né? E ficava em dois serando, um embaixo, puxava, e um encima.*

Cunhada: - *O ditia inteiro: zãp, zãp... Quando chegava de tarde, não güentava mais. Agora vai lá, bota/ com o moto-serra, bota uma fita, com pouco tempo... (E6. p10)*

Essas seqüências indicam uma variação entre o que estamos apontando como uma *comparação* entre diferentes temporalidades (*naquele tempo X hoje*), em que há comentários sobre a diferença apontada, como em (12) (“*Imagina!*”; “*Era isso que se fazia!*”), e como uma *correlação* entre essas temporalidades, como em (13), em que não aparece, explicitamente, comentários que avaliam as temporalidades/discursividades.

Assim, a comparação entre as diferentes temporalidades/discursividades, em suas diversas formas, tal como observadas acima, apresenta o interesse de expor um funcionamento discursivo através do qual se colocam lado a lado as discursividades assim configuradas como referentes a tempos distintos.

Comparadas são, desse modo, tanto as temporalidades quanto as discursividades. Um sintomas desse funcionamento materializa-se em uma alteração mínima entre as expressões *naquela época e daquela época*. Como em

Hoje é sabão em pó, e naquela época era isso que se fazia, imagina!
Eles falavam a canônica naquele tempo

¹⁴ Idem.

X

Onde as crianças de hoje tem muito conforto, nós daquela época não tinha conforto, porque eu venho de uma família pobre.

Ah! Mas eu sei que a vida daquela época era difícil porque existia muita pobreza, a geração italiana da imigração, né, era muito pobre.

Hoje em dia as menina quer ficar andando com o rapaz abraçado, mas nós não, nós ficava com as próprias menina de braço dado, andando pra lá e pra cá. Hoje dá vontade de rir daquela época. (E8, p. 1,2)

Enquanto a primeira formulação, com base em “em” + *outro tempo*, incide mais sobre a caracterização do tempo como *outro*, a segunda, baseada em “de” + *outro tempo*, enfatiza como *outro* o sujeito, uma posição-sujeito, caracterizada como *outra*.

Todos esses meandros do funcionamento da comparação nos levam a notar que ela consiste de uma forma pela qual se *formulam* discursivamente os sentidos do/no “passado”. *Formular*, nesses termos, constitui um modo elementar de se produzir uma distinção, na representação dos tempos e dos discursos, entre o presente e o passado, entre o enunciável e o obsoleto.

Mas *formular*, *dizer*, *enunciar* sentidos relativos ao campo da memória dos imigrantes, pensado enquanto campo discursivo silenciado, não enunciado nos espaços dizíveis da memória social, nos parece também uma forma de produzir outros efeitos na prática discursiva, outros “gestos” enquanto “atos no domínio do simbólico” (cf. Orlandi, 1992). Com efeito, nesse mesmo gesto, o funcionamento da comparação, ao acionar a *formulação* da memória discursiva representada de um modo elementar como uma alteridade temporal passada, tange a memória discursiva constitutiva desse sujeito, em um domínio que vai além da representação da discursividade/temporalidade *outra*.

De fato, ao *formular*, ao dizer sobre *o passado*, isto é, sobre os sentidos passados para um sujeito, facilmente se rompe a organização imaginária que separa sentidos presentes e passados. O ordenamento discursivo escapa então a esses termos, e o sujeito resvala do “plano do enunciado”, isto é, da representação imaginária da memória discursiva relativa ao imigrante como pertencendo ao domínio do passado e irrompe na materialidade do “plano da enunciação”, portanto como memória constitutiva do dizer, atual, como a própria base real do ordenamento dos sentidos.

Assim, não por acaso, a comparação é mencionada por P. Achard (1984) ao abordar a relação entre a memória e a produção discursiva do sentido, deslocando o estatuto da memória do

domínio da *memorização* (do “realmente já ouvido”), para considerá-la com relação ao domínio das regras discursivas (parafrásticas) que tornam possível a regularização dos sentidos, em termos de julgamentos de verossimilhança sobre o que é reconstituído pelas operações de paráfrases no interior de uma memória discursiva, como vimos com relação ao conceito de memória. O que se acrescenta nesse momento, com o autor, é que, na “dialética entre a repetição e a regularização”, a *comparação* é apontada (ao lado dos *deslocamentos* e das *relações contextuais*) como uma forma de repetição que supõe, para se estabelecer, procedimentos envolvidos por regras que tornam a regularização possível, através da propriedade das operações de paráfrase.

Nos recortes estudados, no estabelecimento da distinção entre os tempos e os discursos, as paráfrases introduzem substituições na ordem da temporalidade e da prática discursiva, em domínios semânticos que podem ser considerados “idênticos”, porém entre diferentes formações discursivas. Assim podemos considerar os elementos das comparações observadas, conforme os recortes (13) e (14):

	Memórias discursivas	
	“antigamente”	“atualmente”
Domínios semânticos	Cinza + sereno	Sabão em pó
	Serrar com os braços	Serrar com moto-serra

Desse modo, os efeitos de sentidos produzidos nas operações de paráfrase que o dizer sobre os “sentidos passados” coloca em funcionamento, fazem da comparação um jogo entre certos elementos da “mesma” ordem, isto é, do mesmo domínio semântico (“cinza” – “sabão em pó”, “serrar com os braços” – “serrar com moto-serra”) e entre elementos de ordens diferentes. Mais do que simplesmente atualizar sentidos, a comparação não deixa de expor uma disparidade entre as práticas. Ao torná-la visível, o sujeito não deixa de demarcar o seu lugar no discurso, dando a ele visibilidade no interdiscurso.

Assim, ao considerarmos a questão da produção da temporalidade nesse outro domínio, constitutivo, da memória do dizer, notamos que o funcionamento da comparação envolve aspectos que dão margem a uma virada de página, levando-nos a uma outra dimensão da relação entre a temporalidade e a memória discursiva: a da multitemporalidade que envolve o dizer, para além da representação temporal até aqui considerada.

4.3 Multidimensionalidade temporal dos sentidos

4.3.1 Para além das fronteiras do tempo

No contexto dos dizeres observados sobre o passado nos textos de memória, configuram-se meta-enunciativamente como *dizeres outros* também aqueles que, fora da representação desse *dizer outro* como passado, reafirmam na própria atualidade do dizer a diferença que o seu dizer configura.

(14) Entrevistadora: Vocês trabalhavam em quê, lá em Marilândia?

D. Maria: Com roça, né? (...) Depois que o Eustásio enton, como lá em Marilândia, trabalhava na tenda, assim, que é *tenda que fala*. E ele tá até agora, né? (E1, p6)¹⁵.

A explicação acrescida ao dizer (“*que é tenda que fala*”) indica, pelo domínio associado do dizer, que o sujeito sabe que “não é tenda que se fala”. No entanto, esse modo de dizer, marcado como um modo *outro*, não evidente por si mesmo, não vai ser representado, como nos recortes anteriores, como uma alteridade discursiva temporal, como um modo passado de dizer. Ela se mantém como uma *alteridade mostrada* no presente, e sob a forma da supressão sintática do sujeito, que produz, como vimos, o efeito de universalização do dizer.

Para além do ordenamento entre “passado” e “presente” que a representação meta-discursiva permite organizar no discurso, os sentidos relativos à uma dada memória discursiva escapam à formulação que os demarca como “pertencendo” ao domínio da alteridade de uma ordem temporal. Tudo se passa como se eles resvassem do plano temporal do enunciado para o da enunciação, irrompendo assim na outra margem da fronteira dos planos temporais, desorganizando-os em termos de sentidos passados e presentes, restituindo assim a igualdade de sua relação com o interdiscurso.

Nas formulações da lembrança individual imediata, não é necessário ir longe para notar estes efeitos:

(15) Como den'da mata era um lugar que quase ninguém entrava pra pescar, tinha mais peixe (...). Por isso, eu me lembro, minha nossa senhora [rápido] por isso que eu / eu fiz aqueles pesqueiro que eu tenho lá em casa. Porque eu me lembro daquilo sempre, me parece que aquilo não pode / não posso esquecer mais daquilo não. Então a gente ia pescar, aquilo pra mim / na minha infância, a coisa que eu mais / a coisa que eu mais me lembro até hoje é isso daí (...) não tinha aquele monte de

¹⁵ A ausência de uma correlação entre *tenda* e outro termo que lhe corresponda, ao modo dos recortes anteriores, pode ser interpretada como um pressuposto no funcionamento da memória discursiva: D. Maria sabe que seu interlocutor conhece o trabalho do Sr. Eustásio, em uma pequena oficina mecânica de bicicletas.

peixe, nem você via o peixe dentro da mata, só via aquela pocinha, era um rio, um riozinho raso que tinha. (...) Mas pra gente que / que não era acostumado a pescar, quando pegava três-quatro peixes, ou cinco, era o bastante (...). Então tinha vez que a gente bota o anzol e vinha o peixe junto, que apareceu, e pegar! (E3, p. 2-3)

A representação do plano de uma temporalidade perfeitamente transcorrida, do enunciado (*era, entrava, ia tinha, via...*) vai se aproximando aos poucos do plano de uma temporalidade menos remota, ainda no plano do enunciado (*fiz*), até a transferência “cega” do enunciador para o plano temporal da enunciação. A partir da conexão apontada entre os sentidos nos quais se pautam as suas ações mais remotas e aquelas mais imediatas (“*minha nossa senhora, por isso que eu fiz aqueles pesqueiros que eu tenho lá em casa*”), desfaz-se o ordenamento dos planos temporais. Os sentidos eclodem numa abertura textual funda, ao mesmo tempo, em muitos tempos. Sentidos do passado e do presente se fundem. O enunciador vem ao “presente”, o sujeito vai ao “passado”. A instância da administração temporal da enunciação desaparece, culminando em uma junção dos tempos em que o próprio senso da temporalidade desaparece: *e pegar!*

A observação dessa possibilidade de ruptura no ordenamento discursivo temporal, do próprio desaparecimento do tempo, pensada na dimensão mais ampla da relação entre os distintos discursos e os seus efeitos de temporalidade constituídos nos textos de memória nos leva a perguntar pelo valor discursivo desse ordenamento ele próprio, em seu funcionamento junto à estruturação dos sentidos com relação ao interdiscurso.

A partir dessa pergunta, procuramos rastrear então o que a montagem discursiva da representação dos sentidos referentes à imigração como concernentes à temporalidade passada introduz no domínio discursivo, não mais enquanto “temporalidade designada” (o passado, o presente), mas enquanto *designata*, a própria montagem de uma temporalidade a designar os sentidos¹⁶.

Considerar esta questão equivale, inicialmente, a dar valor à opacidade do termo “anterior”, na formulação citada de Jakobson: *o pretérito informa que o fato relatado é “anterior” ao fato discursivo*. É preciso investir na espessura semântica que faz obstáculo nesse termo, para que se abra à nossa leitura a evidência suposta: o que quer dizer, em se tratando de

¹⁶ E. de Decca (1992) aponta uma montagem discursiva de natureza semelhante, no modo como um determinado segmento social (a força política do operariado dos anos 30) passa a ser considerado como fora do cenário político ao ser enunciado como passado, como vencido.

discurso, que um fato significado seja *anterior* a outro fato significado? Apesar da acuidade dessa observação quanto ao modo como se estruturam os planos temporais entre si para a formação do sentido do tempo na enunciação, notamos que resta indicada neste termo, “anterior” – importante porque condensa justamente a natureza da relação entre os planos temporais – uma ancoragem ontológica para a noção de tempo, postergada em sua análise lingüística, enquanto uma anterioridade garantida alhures, em uma dimensão alheia à língua.

Incômodo semelhante nos vem com o termo “pertencer”, na leitura do texto de Benveniste: “*para que possam ser registrados como se tendo produzido, esses fatos devem “pertencer” ao passado.* Podemos pensar, em relação aos traços de memória discursiva estudados, no que significa dizer que eles *pertencem* ao passado. Ora, não há como circunscrever tal pertencimento ao passado fora da própria produção da significação. Consideremos que o próprio autor desse mesmo enunciado prossegue, na apuração de sua observação, sem garantia alguma, no plano ontológico, do que seja o passado, quando pondera que “*sem dúvida, seria melhor dizer: desde que são registrados e enunciados numa expressão temporal histórica estão caracterizados como passados*”. Queremos ressaltar essa inversão, significativa: não é o tempo que caracterizaria a expressão histórica do passado, mas sim a linguagem que caracteriza o sentido do tempo enquanto passado.

Retorna, desse modo, o peso heurístico da especificidade da natureza do tempo na linguagem, a saber, que o próprio do tempo de que se trata é de ser um tempo significado, representado, e não “anterior” ou “exterior” à linguagem. Trata-se de uma temporalidade que é, portanto, efeito da linguagem.

Na situação observada, então, o passado funciona na referência não simplesmente a um tempo ontológico perfeitamente transcorrido, mas a uma região do interdiscurso (a memória dos imigrantes) na qual os sentidos figuram, mas figuram *como se* não tivessem um estatuto de atualidade, de memória constitutiva.

Entretanto, se aceitamos essa constatação, como dizer do tempo transcorrido no sentido da História em relação a essa significação, isto é, como conduzir de modo apropriado a articulação, necessária, entre o efeito de sentido na linguagem e o real da história?

Considerando a especificidade da dimensão material do tempo da linguagem, pelo desdobramento dos planos temporais na enunciação, é necessário ampliar a compreensão do

tempo na relação com o domínio do discurso. Neste sentido, a partir de uma compreensão da relação do discurso com o real, fundamentada em M. Pêcheux, que dá a base de nossa leitura, vamos encontrar apoio em M. de Certeau (1982), que, guardando com propriedade suficiente, ao nosso ver, o lugar da instância discursiva na História, aplica-se diretamente a um trabalho com o tempo, dando, ao nosso ver, a densidade devida às conseqüências da observação da linguagem na compreensão da História. Esse apoio amplia a possibilidade de se encontrarem relações proficuas entre a língua, o discurso, a temporalidade e a história, a partir de suas considerações sobre o processo de escritura da História.

4.3.2 O tempo, a escrita, a História

Em um primeiro raciocínio, o autor vai tomar a relação entre os planos temporais da enunciação em uma direção inversa àquela trabalhada por Jakobson, ao apontar uma dependência do “plano da enunciação” com relação ao “do enunciado” na narrativa historiográfica. Esta *coloca um tempo das coisas como um contraponto e a condição de um tempo discursivo (o discurso “avança” mais ou menos rápido, conforme ele se retarde ou se precipite)*. É na mediação com esse *tempo referencial* que o plano discursivo *pode condensar ou estender seu próprio tempo, produzir efeitos de sentido, redistribuir e codificar a uniformidade do tempo que corre* (cf. Certeau, op. cit.: 96).

A partir disso, o autor aponta as operações que essa plasticidade do tempo no discurso propicia ao trabalho do historiador enquanto alguém que *fala a partir de um determinado lugar* com relação às coisas que narra. “*O serviço que a remissão a este tempo referencial presta à historiografia pode ser encarado sob diversos aspectos*”, ele diz, e dentre esses aspectos encontra-se nada menos do que a possibilidade de *“tornar compatíveis os contrários”*. E é no “exemplo simples” que o autor vai dar dessa última operação que podemos encontrar, mais do que em outros lugares, o vigor e a clareza da dissensão da temporalidade pelo discurso.

O “*exemplo simples: pode-se dizer ‘o tempo está bom ou ‘o tempo não está bom’*. Estas duas proposições não podem ser enunciadas ao mesmo tempo, mas apenas uma ou outra. Por outro lado, se se introduz a diferença de tempo, de maneira a transformar as duas proposições em ‘ontem o tempo estava bom’ e ‘hoje não está’, torna-se legítimo manter uma e outra” (idem).

Considerar desse modo o mecanismo do tempo no discurso leva à compreensão de que, do outro lado da representação como passado dos sentidos referentes à imigração, no domínio não

somente da formulação, mas da constituição dos sentidos e do sujeito que aí fala, abre-se, no próprio discurso, espaço para a linguagem trabalhar a multiplicidade contraditória dos discursos, que é real na história. A diversidade dos discursos não caberia “com coerência” em um único plano temporal. Mas ela adquire espaço no fato de que a enunciação se desdobre em mais de um plano para os sentidos. Note-se que, deste modo, os planos “das significações”, no sentido de “conteúdos”, tanto do enunciado quanto da enunciação, que se apresentam ao sujeito como campos distintos de sentidos, relativos ao passado e ao presente, cedem espaço ante o fato da materialidade da linguagem, que reúne em si a possibilidade da abertura desses distintos planos de significação.

Assim, por outro lado, a memória discursiva de que nos fala Pêcheux (1984) coloca-se como a condição que dá base inclusive para a própria regularização discursiva referente ao passado, sob o modo como apresentamos mais acima, no sentido de que o plano do enunciado, em que se apresentam os sentidos “passados”, é ainda parte da enunciação, da materialização dos sentidos na linguagem. *Dizer sobre o passado, enunciar no passado*, nesta perspectiva, é ainda uma forma pela qual o sujeito está naqueles sentidos que a enunciação circunscreve ao passado, é ainda mantê-los no quadro presente da produção de linguagem.

O conjunto dessas observações nos remete, certamente, à concepção de *passado*, de *tempo*, à questão da cronologia e da própria concepção de História, enfim, a partir da relação entre o sentido e o real.

Através de uma reflexão densa sobre a epistemologia da História, o mesmo M. de Certeau (idem) vai nos levar a pensar, nessa perspectiva, que “*a produção do passado é um processo pelo qual as sociedades humanas se produzem como outras*” – processo em que se engaja-se, no seu entender, o empreendimento da História. A sua face predominante na sociedade ocidental leva o autor a observar que “*o discurso sobre o passado tem por estatuto ser o discurso do morto*” (op. cit.: 56).

Enquanto processo de “*produção de uma sociedade humana como outra*” é que o autor aponta a relação dessa sociedade com o seu passado como uma ruptura, pensada, no caso dessa sociedade, como *fim*, como *morte*. Porque a cronologia aí presente, ele explica, “*se compõe de períodos (...) entre os quais se indica sempre a decisão de ser outro ou de não ser mais o que havia sido até então*” (p. 16). E cada tempo “novo”, por sua vez, “*deu lugar a um discurso que*

considera 'morto' aquilo que o precedeu, recebendo um 'passado' já marcado pelas rupturas anteriores.

A crítica do autor a este tipo de historiografia – crítica que incorporamos seja com relação à representação de passado presente nos textos de memória da ordem do arquivo, seja em relação à historiografia tal como ela se instituiu na administração da memória discursiva relativa à imigração em nosso imaginário social – incide, fundamentalmente, em que a ruptura, o corte, é ao mesmo tempo “o postulado da interpretação (que se constrói a partir de um presente) e seu objeto (as divisões organizam as representações a serem reinterpretadas)” (idem).

Esse empreendimento da historiografia é especificado de um modo instigante:

No passado, do qual se distingue, [o corte] faz uma triagem entre o que pode ser 'compreendido' e o que deve ser esquecido para obter a representação de uma inteligibilidade presente. Porém, aquilo que esta nova compreensão do passado considera como não pertinente – dejetos criados pela seleção dos materiais, permanece negligenciado por uma explicação – apesar de tudo retorna nas franjas do discurso ou nas suas falhas: 'resistências', 'sobrevivências' ou atrasos perturbam, discretamente, a perfeita ordenação de um 'progresso' ou de um sistema de interpretação. São lapsos na sintaxe construída pela lei de um lugar. Representam aí o retorno de um recalçado, quer dizer, daquilo que num momento dado se tornou impensável para que uma identidade nova se tornasse pensável (idem).

Como um outro modo de compreender o passado, diferente deste acima descrito, o autor se refere às condições, na Índia por exemplo, em que “as novas formas não expulsaram as antigas (...). O que existe é o empilhamento estratificado (...): A marcha do tempo não tem mais necessidade de se certificar pelo distanciamento de 'passados'. (...) Pelo contrário, um 'processo de coexistência e de reabsorção' é o 'fato cardeal' da história”¹⁷.

Comentando assim o modo como diversas outras civilizações se relacionam com o passado, o autor traz à tona “heranças de orelhas” (“*lovantsofinā*”) e “memórias da boca” (“*tadidivava*”), como para os Merina de Madagascar, para mostrar como

muito ao contrário de ser[em] um ob-jeto deixado para trás a fim de que um presente autônomo se torne possível, [são] um tesouro situado no centro da sociedade que é o seu memorial, um alimento destinado a manducação e à memorização. A história é o privilégio (tantara) que é necessário recordar para não esquecer-se a si próprio. Ela situa o povo no centro dele mesmo, estendendo-o de um passado a um futuro”¹⁸ (idem).

¹⁷ Citando Lois Dumont, *La Civilisation indienne et nous*, In A. Colin, Cahiers des Annales, 1964, p. 31-54: *Le problème de l'histoire*.

¹⁸ Citando Alain Delivré, *Interprétation d'une tradition orale. Histoire des rois d'Amerina*, Paris, tese na Sorbonne, 1967, sobretudo a 2a. parte: “*Structure de la pensée ancienne et sens de l'histoire*”, p. 143-227.

Esse modo de relação com o passado, ressalva o autor, não tem nada de comum com aquele – “próximo apenas na aparência”, mas na verdade “de origem etnográfica e/ou museográfica diferentes” – que “*dissociando a atualidade e a tradição, impondo, pois, a ruptura entre um presente e um passado*”, apenas inverte os termos da relação ocidental com o tempo, definindo a identidade por um retorno ao que o autor chama metaforicamente de uma “negritude” passada ou marginalizada. Trata-se, a sua, de uma reflexão mais diretamente ligada à relação da escrita da história com o passado:

No ocidente, o grupo (ou indivíduo) se robustece com aquilo que exclui (é a criação de um lugar próprio) e encontra sua segurança na confissão que extrai de um dominado (assim se constitui o saber de/sobre o outro, ou ciência humana). (...) Efetivamente, a escrita substitui as representações tradicionais que autorizavam o presente por um trabalho representativo que articula num mesmo espaço a ausência e a produção. Na sua forma mais elementar, escrever é construir uma frase percorrendo um lugar supostamente em branco, a página. Mas a atividade que re-começa a partir de um tempo novo separado dos antigos, e que se encarrega da construção de uma razão neste presente, não é ela a historiografia? (op. cit.: 16-17).

Esse parâmetro de relação da sociedade com o tempo, que ganha uma expressão material sintética na forma da escrita da história pela relação com o passado enquanto cisão, sobretudo em uma situação em que essa cisão se acresce de um processo de silenciamento, leva a formulação oral dos sentidos pelas populações a restar à margem do dizer, na ordem do obsoleto, do sem sentido, do indizível. Essa razão historiográfica impede pois a possibilidade de formulação dos sentidos constitutivos de um grupo social se formularem aberta e publicamente, como o domínio “do seu passado”, para relançá-los àquele não apenas da alteridade, que teria ainda o estatuto considerável em uma relação par a par, mas dos sentidos fora do tempo, fora da rota de *progressão* que essa razão supõe – ela é também a da modernidade, conforme lembra J. Rancière (1994). Domínio do extemporâneo, do a-histórico, portanto.

J. Rancière, por sua vez, assim descreve o esquema do tempo suposto na ordem dessa escrita da história:

O primeiro esquema é o do desenvolvimento e do progresso que vai das atividades as mais simples ao sistema de atividades as mais complexas e da maior lentidão à maior rapidez. (...) Bem embaixo, o mundo da repetição, o das “soluções vindas da noite dos tempos”, do fechamento estreito em um círculo de possibilidades quase imutáveis; o tempo dos vencidos, dos “homens pouco lúcidos”, materialmente e intelectualmente incapazes de se lançarem para transpor estes limites estreitos do possível. Acima, o tempo “vivo e tagarela” das mudanças sobre o qual vai construir-se um terceiro tempo, o tempo dos vencedores, do capitalismo gerador de um mercado e de uma história em escala mundial. Este movimento do mais atrasado para o mais avançado, do mais lento para o mais vivo, do mais simples e do mais obtuso para o mais complexo e o mais racionalmente organizado está de

acordo com a teleologia espontânea da modernidade. Mas ele define também um modelo de racionalidade científica, aquele segundo o qual a anatomia do homem é "a chave da anatomia do macaco" (op. cit.: 87).

Nesta ordem da escrita da história, critica o autor, *o caminho da maior lentidão para a maior rapidez é o da inteligibilidade que se perde. Ele não vai do mais simples ao mais complexo mas do mais profundo ao mais superficial* (p. 88).

Este é também um aspecto que consta das preocupações da História Nova, a considerar as palavras de J. Ranciere (1994), que sintetizam os efeitos do apagamento de sentidos pelas crônicas temporais do passado:

Tudo verdade, com efeito, lá onde desaparecem as distinções de tempo (...). A intemporalidade da máxima (...) não é simplesmente interconector cômodo dos tempos do discurso e dos tempos do relato. Ela é, bem mais profundamente, a neutralização da aparência do passado. (...) A aparência de passado atinge o que é dito não-verdade: incerteza, morte, inessencialidade (op. cit.: 57-58).

A invenção de um relato novo, na expectativa do autor, suporia um *deslizamento dos tempos e das pessoas no presente do sentido*.

Nessa perspectiva, a margem do oral, assim, não é simplesmente da ordem da forma, enquanto instrumento de produção dos sentidos; ela é do domínio do discurso. Porque é, ela também, tanto quanto a escrita, definida por uma relação com um *lugar*. Compreendemos assim a oralidade como algo da ordem de uma alteridade produzida no engenho da classificação, esta que manifesta, por seu lado, uma certa forma de relação com o outro: o outro lugar, os sentidos produzidos a partir de outro lugar, e que se dá ainda, entretanto, segundo critérios da memória de significações a partir da qual o modo de relação com o outro se organiza em uma história que é também a história de uma sociedade nacional.

4.4. Finalizando: memória constitutiva e memória representada do sujeito imigrante

No campo que observamos, os sentidos se apresentam produzidos na tensão da relação das forças memoriais entre si e com a temporalidade. Seja quando se regularizam em espaços potenciais de coerência, em uma memória discursiva retrospectiva, como aquela que formula discursivamente o passado; seja enquanto condição de base da regularização do dizer, na atualidade aberta dos sentidos, em seu presente, o que dá uma configuração à memória dos sentidos em termos de *formação discursiva*; ou seja, ainda, quando, na fragmentação da

representação do tempo, os sentidos se desordenam em labirintos onde a coerência não é mais pensável.

Fora das fronteiras fixas a demarcarem essas modulações da memória, a questão de fundo colocada a partir das análises constitui, ao nosso ver, a da representação do passado, nos termos do que significa, para um sujeito, para um povo, para uma sociedade, *formular discursivamente* seu passado.

Acima de tudo, como vimos, formular discursivamente o passado significa um processo que introduz a possibilidade de uma sociedade representar-se como outra em relação a si mesma, ao longo do processo sócio-histórico.

Nos termos do discurso, ao representar-se como outro formulando discursivamente o passado, não são mais somente os traços daquele “outro-imigrante-italiano” que dão as indicações do lugar de fala do sujeito configurado no texto. O lugar então é outro, e ganha contorno a partir de um centro de significação assentado entre os espaços – fugidios – da brasilidade. Nesse sentido o trabalho da formulação do passado indica um modo através do qual o sujeito que aí fala se funde à memória brasileira, ao mesmo tempo em que se distingue dos outros lugares de memórias presentes nesse mesmo espaço, assim desigualmente homogêneo.

Representar-se como outro significa também a possibilidade de formular para fazer constar, no arquivo, como passado, um certo campo de significação até então não exposto a esse fim, não formulado enquanto tal para uma sociedade. É dar a conhecer os saberes, a linguagem e os sentidos mais subterrâneos que constituem a coesão do(s) grupo(s).

Dar a conhecer pode não significar, contudo, entregar. Ao formular um domínio de saber – como passado, que seja, mesmo que esse domínio possa não se circunscrever completamente assim – a sociedade formula/representa para si.

Embora essa formulação, como toda formulação, se dá, como linguagem possível, a partir de um *lugar* – a própria memória discursiva –, formular supõe uma mexida no estatuto daquilo que é representado e daquilo que é constitutivo, mexida que projeta o sujeito para outra instância na ordem de seu saber constitutivo.

Neste sentido, formular é dizer (algo) do que o sujeito já sabe; é pro-jetar (jogar para a frente) algo de um saber que é submerso (ou a que se encontra submetido), não-dito, para o campo do visível, do dizível, do formulável. O que só pode ser feito uma vez que haja essa outra

espécie de saber constitutivo, invisível, ligado a um lugar na história, indizível porque não é do domínio do formulável, porque não se trata do “efetivamente ouvido/dito”.

Por outro lado, se a formulação pode ser pensada como a possibilidade de descartar sentidos circunscritos ao passado, como arquivo que se deposita para poder dele esquecer, esse descarte também não se encontra desvinculado do descarte da memória discursiva no domínio da história, da história nacional. Do lado da administração dos sentidos nos espaços da memória social, o Estado pré-define a forma do sujeito pela relação que torna possível com as memórias discursivas, e a razão da escrita historiográfica a sanciona. P. Achard e M. Pêcheux (1984) mostram como à memória diz respeito um “jogo de força de fechamento do sentido”, que “designa o sentido como limite”: a partir dele, a força. Nesse sentido, o “passado” se encontra às vezes de fato enquadrado pela razão que o comenta e o explica.

Como conseqüências de cunho mais teórico dessa nossa observação da representação do passado, o estudo do ordenamento discursivo por meio do sentido do tempo, através de suas formas diversas de enunciação das discursividades temporalizadas, nos leva à compreensão da categoria do tempo como um elemento importante do trabalho simbólico de regularização da materialidade discursiva complexa, no espaço entre a memória discursiva produzida a partir de um lugar no interdiscurso, como memória do dizer. Porque, de fato, a montagem das representações discursivas relacionadas ao tempo se mostram pertinentes para observar o processo discursivo histórico que dá conta do enquadramento dos sentidos “passados” pelo jogo de forças de fechamento, quando destinam prateleiras de arquivos como único lugar possível para esses sentidos, enquanto eles se mantêm no real.

A comparação entre as discursividades temporalizadas, tal como a observamos, indica também que o desenrolar dos sentidos através da formulação do passado não é apenas retroativo, é também progressivo. A correlação muda, sem comentários, entre os discursos, atesta essa abertura “para trás e para frente”, na própria materialidade da formulação. Desse modo, se *comparar* diferentes discursividades indica que o sujeito está com os sentidos do “passado” no quadro presente da significação, indica também a possibilidade de movimentar esses sentidos. Porque a comparação restabelece, no real do discurso, pela materialidade discursiva, os sentidos que a enunciação permite circunscrever ao passado; ao mesmo tempo, desloca esses sentidos ao

colocá-los em correlação com outros de natureza “semelhante”, embora concernentes a formações discursivas distintas.

A imagem desse deslocamento pode ser a de uma roldana fazendo engatar, em suas engrenagens, o sentido e o tempo no real. No jogo entre o mesmo e o diferente, que é próprio da paráfrase (cf. Orlandi, 1992), a comparação permite que uma substituição possa se dar entre domínios semânticos “idênticos”, porém em diferentes formações discursivas.

A comparação que permite essa substituição parafrástica é portanto de natureza também metafórica: ela restabelece o *mesmo* de uma memória discursiva pela repetição, demarcando seu lugar, mas introduz também, pela relação com os dizeres da atualidade, uma “perturbação nessa memória discursiva”, no sentido do estabelecimento das fronteiras e da sua continuidade. Ela introduz domínios semânticos semelhantes nas distintas formações discursivas. A considerar as observações de P. Achard e M. Pêcheux (1984), a comparação, nesses termos, apresenta algo de comum com o acontecimento: *essa regularização discursiva (...), é sempre susceptível de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória (...). O acontecimento discursivo novo, provocando interrupção, pode desmanchar essa “regularização”, e produzir retrospectivamente uma outra base de compreensão, pode desmascarar o aparecimento de uma nova base de compreensão “que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento; o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior”.*

A própria idéia de *repetição* resulta assim afetada pelo trabalho de *regularização* dos sentidos, da materialidade discursiva complexa, conforme os autores. Porque, como diz Achard (op. cit.), *se situamos a memória do lado, não da repetição, mas da regularização, então ela se situaria entre o histórico e o lingüístico, na sua suspensão [da memória] em vista de um jogo de força do fechamento.* Esse jogo, considera o autor, é suportado pelas relações de forma no dizer, *mas estas são apenas o suporte dele, nunca estão isoladas. Elas estão eventualmente envolvidas em relações de imagens e inseridas em práticas.*

Nesse sentido, ainda os desdobramentos do funcionamento da repetição, tal como trabalhados por Orlandi (1996:70-71), enquanto “repetição empírica” (“*exercício mnemônico que não historiciza*”); “repetição formal” (“*técnica de produzir frases, exercício gramatical que também não historiciza*”) e “repetição histórica” (“*a que inscreve o dizer no repetível enquanto*

memória discursiva, saber discursivo”), assim como a reflexão da autora sobre o funcionamento do *mesmo* e do *diferente* nos efeitos metafóricos que produzem “deslizamentos de sentidos” (cf. Orlandi, 1996:80-81), mostram que a repetição não se restringe à reiteração do *mesmo*, e isso tem conseqüências para o modo como estamos considerando a memória discursiva.

Pensando a repetição com relação à memória discursiva do sujeito imigrante, dadas as observações sobre os mecanismos da comparação, podemos considerar essa repetição conforme as palavras de M. Pêcheux (1984): *sob o mesmo da materialidade da palavra abre-se então o jogo da metáfora, como outra possibilidade de articulação discursiva (...) Uma espécie de repetição vertical, em que a própria memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase.*

É o que se encontra no lugar onde se pressente a incompletude, a falta de continuidade da memória, onde entra o *outro*, manifestada nas reticências da comparação entre discursividades distintas, quando se dá sob a forma de uma correlação muda (como no recorte 13): temos aí uma memória que se depara não só com outras, como sua fronteira, mas com os seus próprios desencaixes, seus deslimites, enfim, que se esburaca e se perfura antes de se desdobrar...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

E o fato de que exista assim o outro interno em toda memória é, a meu ver, a marca do real histórico como remissão necessária ao outro exterior, quer dizer, ao real histórico como causa do fato de que nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior.

M. Pêcheux

As línguas estrangeiras introduzidas no Brasil pelos imigrantes, dada a especificidade da materialidade que constitui uma língua, ao mesmo tempo em que configuravam a memória e a base de identificação dos sujeitos imigrantes em seu novo espaço sócio-histórico, também os configuravam/expunham como “não-nacionais”, enquanto sujeitos a se inscreverem na nova sociedade nacional que se formava e que tinham sido chamados a compor.

Visto sob este aspecto, o modo como as línguas dos imigrantes se colocam como questão face à nacionalidade brasileira difere daqueles sob os quais já tinha sido providenciada a administração de outras línguas no Brasil (africanas e indígenas). Tendo sido os imigrantes introduzidos voluntariamente pelo Estado como homens/trabalhadores livres, suas línguas se apresentam com uma força considerável, ao lado da presença dos próprios imigrantes, na sociedade brasileira, ao longo de toda a Primeira República. Essas línguas estrangeiras são consideradas, de um modo esparso e amplo, como uma questão a ser solucionada pela administração do novo espaço sócio-político em configuração, enquanto dele previa-se fazer parte um povo minimamente coeso ao ponto de poder configurar uma sociedade nacional, segundo as concepções de Nação discutidas no momento.

A “questão das línguas estrangeiras”, observada, mencionada, comentada há muito tempo, desde o início do grande fluxo migratório, ganha entretanto o estatuto de um problema nacional quando eclodem conflitos em torno da nacionalidade. A questão, que havia sido objeto de atenção oficial por volta de 1917 no Sul do Brasil (cf. Magalhães, 1993), é considerada também nas campanhas liberais de nacionalização durante a década de 20. Mas é na conjuntura do Estado Novo, em condições sob muitos aspectos especiais, que o tratamento dado pelo Estado às línguas dos imigrantes não deixa dúvidas para a memória social quanto à necessidade da nacionalização das populações estrangeiras no país.

O modo como as línguas estrangeiras se colocam como presença a ser administrada no processo de configuração da Nação Brasileira conduz à consideração de que essa presença,

silenciada através da afirmação da língua nacional, teve um papel estruturante, de relevo mais fundamental do que fazem crer as narrativas da memória oficial.

A língua, cujo exercício prático (con)funde as concepções de língua natural e de língua nacional, é então tratada como objeto privilegiado da nacionalização dos imigrantes, em campanhas realizadas, através dos meios próprios do Estado, de formas as mais autoritárias, sob o regime ditatorial do Estado Novo. Na perspectiva do Estado, o que a censura das línguas estrangeiras interdita é algo que se lhe apresenta como outras línguas nacionais, contrapostas ao Português como língua do Estado brasileiro. Ele interdita, assim, conseqüentemente, a expressão, por essas línguas, de uma nacionalidade outra (suposta ou não) por parte do sujeito imigrante.

Em termos do processo simbólico-discursivo, o silenciamento de tais línguas se faz, na contraparte constitutiva do mesmo gesto, seja pela enunciação de outra língua, que deve substituir aquela silenciada, seja pela disponibilização de uma razão (discursividade) que justifica socialmente tal substituição. Essa razão funciona como justificativa no processo de construção histórica de um certo poder dizer, que distribui as evidências sobre a Nação, a nacionalidade, a língua, o sujeito nacional, fazendo circular argumentos sobre a necessidade de unidade lingüística da Nação brasileira.

De tal justificativa participa, na situação estudada, uma razão historicamente considerada como uma razão última, enquanto razão de guerra. Funcionando como parte das condições jurídico-políticas que culminam na interdição das línguas estrangeiras, essa razão apresenta-se como inquestionável. Seu funcionamento na memória social estabelece como dispensável a idéia de ir além dela a fim de compreender a interdição das línguas estrangeiras. Sob essa razão poder-se-ia considerar como não razoável perguntar pelo destino que teriam encontrado as línguas dos imigrantes no Brasil, fora do episódio bélico envolvendo países de origem dos imigrantes, em grande parte presentes há cerca de meio século no país. O evento de ordem maior, por uma equívoca coincidência histórica, funciona como a “força contrária que veio se interpor às línguas dos imigrantes”, cuja previsão já era enunciada, entretanto, desde 1887, por parte de personagens entendidos em língua e preocupados com a política lingüística no Brasil. Além dele, de fato, conforme procuramos mostrar, diversos outros fatores interferiram na produção da nacionalização dos imigrantes, já iniciada antes e independentemente do contexto da guerra.

Dada a disputa das forças memoriais, no processo de construção histórica do poder dizer sobre a nação e a língua, considerando não somente a perspectiva do Estado mas também outros

lugares discursivos produzidos tanto na própria língua quanto na relação da sociedade com ela, compreendemos que o controle da língua pelo Estado tange diretamente o controle do modo de constituição dos sujeitos (formas de subjetivação). Porque, fundamentalmente, “o sujeito e o sentido se constituem ao mesmo tempo” (cf. Orlandi, 1996), através da língua. Enquanto materialidade simbólica, a língua estrutura como tal o sujeito de linguagem.

A interdição de uma língua não deixa de funcionar, portanto, como interdição de um certo modo de constituição do sujeito por essa língua. Conseqüentemente, ela funciona como silenciamento da memória histórico-discursiva presente nela (língua). O silenciamento de uma língua e da memória nela inscrita apagam, desse modo, elementos que não são apenas do domínio do formulável – no sentido de que uma língua é pronunciável, dizível –, mas que são da ordem do que é fundamentalmente constitutivo de um sujeito, de uma sociedade, enquanto memória histórica.

A relação entre o silenciamento da língua e a constituição do sujeito se dá sob modos particulares, segundo as formas pelas quais funciona o apagamento na história. Na situação considerada, a administração da língua enquanto parte de uma nacionalidade leva à cisão entre os conteúdos e formas enunciáveis por escrito e aqueles enunciáveis na oralidade. A substituição das línguas, a sua velocidade e as suas formas se dão de maneiras diferentes nas ordens da escritura e da oralidade. O sujeito que participa desse processo continua por um tempo relativamente longo a constituir-se como sujeito de linguagem com a participação de uma língua que, oficialmente interdita, continua a funcionar nele enquanto memória, sob um modo constitutivo. A língua pode ser pensada, nesse sentido, como a boina de Clémentis... traços que permanecem daquilo que foi apagado, seu vestígio.

Essa situação expõe, como vimos, um funcionamento da língua, na oralidade, que ultrapassa as dimensões da espontaneidade e da naturalidade geralmente consideradas opostas à artificialidade da escrita, associada a regras, bem como da afetividade projetada na língua materna, do lado familiar, por oposição à racionalidade daquela praticada no universo da escritura escolar. A situação estampa o funcionamento da historicidade que produz ela própria a dimensão do “oral” da língua e do discurso, através de um jogo de forças memoriais que determina o que pode e deve situar-se na ordem da escritura ou permanecer fora de seus espaços, na prática oral de linguagem. Produzida a memória discursiva oral como espaço simbólico onde se situa o que é historicamente apartado da ordem do enunciável por escrito, o seu funcionamento não se

constitui, entretanto, em uma formação social como a brasileira, como de importância menor. Para que os elementos dessa oralidade possam ser compreendidos como estruturantes na ordem do discurso, é necessário que sua abordagem seja capaz de não reduzi-los ao estatuto de método ou de material empírico nas pesquisas (memória oral, história oral, modalidade oral, língua oral etc.). Sob esse estatuto, seríamos levados a reafirmar a oralidade no lugar “natural” das suas evidências, historicamente produzidas enquanto “oralidades regionalizantes”. Sob as evidências da racionalidade escriturária, sem considerar as razões que se configuram em outros lugares discursivos, enquanto lugares históricos de sujeito, não se pode ir longe nas considerações da oralidade.

Da interferência fundamental da interdição da língua na constituição do sujeito de linguagem decorre, historicamente, uma situação complexa no que diz respeito à relação entre o sujeito e a(s) língua(s) que o constituem como tal. Dela resulta uma divisão, de aparência óbvia, na linguagem que habita esse sujeito, entre certas formas de língua (discursos) praticáveis apenas no âmbito da oralidade, que têm lugar na esfera privada, ou na vida pública apenas no âmbito das “comunidades locais”.

Considerando essa situação, assim historicamente produzida, segundo os efeitos que se realizam no sujeito, observamos que nele se inscreve tanto a materialidade e a dimensão da língua “materna”, adquirida no grupo de origem, quanto aquelas da língua nacional, enquanto língua do Estado, em que, como imigrante, o sujeito deve inscrever-se. O esquecimento da primeira se dá na medida de sua inscrição progressiva na segunda, ao longo da história. Para isso, deve apagar-se no/para o sujeito a parcela de “estrangeiro” que habita seu dizer.

O fato mesmo da interdição da língua; o silenciamento, que a acompanha, da memória discursiva dos imigrantes; a língua e a discursividade contra-propostas como enunciação possível no âmbito da nacionalidade – enquanto uma das ordens constitutivas do modo de ser sujeito (forma-sujeito) em uma formação social como a nossa – produz uma representação de língua e de sujeito que interpreta de um certo modo, como alteridade (ultra)passada, os traços da memória discursiva da língua dos imigrantes. Submetido à representação assim historicamente produzida, o próprio sujeito (imigrante) que fala no discurso a partir desse lugar (da história nacional) reproduz (e se reproduz) nas evidências dessa representação. Quando alcançam assim o domínio da representação a partir do lugar da nacionalidade, os traços de memória da língua, ainda presentes na atualidade, são categorizados como elementos de uma língua, uma discursividade,

uma memória “Outra” – embora seja ela tão familiar – que deve ser apagada, silenciada, esquecida, para que a forma do enunciável mais apropriada à nacionalidade tome cada vez mais lugar no dizer(-se) do sujeito.

Não é sempre, entretanto, que os traços de memória da língua e da discursividade produzidas a partir daquele “outro lado” da memória histórica alcançam no sujeito o estatuto de representação. Longe dele, fora das formas da alteridade mostrada, interpretada, reconhecida, esses traços muitas vezes se apresentam ao sujeito, em seu dizer, sob o modo para ele transparente de estar na linguagem. Nessa língua, no dizer, nele próprio, nenhuma “alteridade” é então ouvida (representada). O sujeito imigrante encontra-se dessa forma “submetido” (isto é, constituído, sem representação) aos traços da memória discursiva da língua que lhe são constitutivos.

Quando submerso dessa maneira a uma memória constitutiva que não é representada, isto é, que não é reconhecida como tal, sobretudo porque no domínio do público é apagada de seu estatuto de constituição (não há lugar para essa representação na memória discursiva nacional); ou ainda quando o sujeito atinge alguma representação desses traços constitutivos – já que nem sempre as regiões de constituição e de representação se distinguem tão nitidamente – parece subsistir um estranhamento do sujeito em relação a seu próprio dizer. Estranhamento que vem do fato de que nele habitam traços de uma familiaridade lingüístico-discursiva que é preciso ocultar, apagar: uma familiaridade estranha. Efeitos contraditórios, uma vez que os traços de “estrangeiro” que devem ser apagados, constituem, ao mesmo tempo, o que há de mais “familiar” na língua.

Assim, familiares por historicamente constitutivos, os traços de memória devem desaparecer no mesmo momento em que, por constitutivos, irrompem na linguagem involuntariamente, estranhamente. Há algo de constitutivo, no sujeito que diz, que deveria permanecer na zona (significativa) da memória esquecida, do não-dito. Nesta direção, estranho e familiar coincidem, se aproximam. Estranha-se – e assim não se cria identificação mas se deixa sem lugar – aquilo que há de mais familiar, de mais conhecido na língua, e que deveria dela desaparecer.

Como dissemos, são efeitos, no sujeito, da contradição histórica da disputa sobre a(s) língua(s), por uma dupla relação do sujeito, de um grupo social, com a linguagem (as línguas) e com a história, a partir dos lugares diversos de discurso que jogam na constituição desse

sujeito/grupo. Dada a divisão social entre a memória do público e do privado na relação com a linguagem, esses efeitos emergem no dizer *como se fossem* ligados à esfera do mais privado, impronunciável, do mais “íntimo” – noção que se produz na história por uma estreita relação entre o dizível e o não-dizível (sendo que esse último acaba sendo tomado/produzido socialmente como “indizível”, “inefável”, portanto “íntimo”¹ – quando na verdade são efeitos produzidos pela/na história. História ampla, coletiva, social, nacional, no interior da qual se formam as histórias dos indivíduos nela inseridos: os sujeitos.

A representação preponderante da memória lingüístico-discursiva ligada à história dos imigrantes, no interdiscurso atual da sociedade brasileira, entretanto, é a que consiste em alojá-la em um espaço discursivo interpretado como lugar dos sentidos passados.

Para essa interpretação concorre a lógica historiográfica (ocidental) que se encontra baseada na disjunção seqüencial de tempos sociais (passado e presente) e, conseqüentemente, em uma sucessão que lineariza as memórias discursivas e seus sentidos, hierarquizando-os em termos de sentidos enunciáveis no presente e aqueles definitivamente ultrapassados, que supostamente não constariam como atualmente constitutivos da memória. Na montagem discursiva que resulta desse processo, os sentidos, os enunciados e a língua relacionados à memória da imigração se encontram representados segundo o estatuto de uma alteridade discursiva de ordem temporal. Eles se dão à representação como língua, dizeres, valores e saberes de um tempo outro, de uma outra discursividade, portanto de um outro sujeito (outra posição sujeito do discurso).

Diversos funcionamentos da ordem do simbólico se processam a partir da representação dessa discursividade segundo o estatuto de alteridade temporal. Fundamentalmente, no domínio da constituição dos sentidos, essa representação se encontra na base do processo discursivo através do qual a sociedade que é sujeito dessa representação se produz como outra em relação a si mesma, por tornar-se objeto dela. Por meio desse processo, como em um jogo de espelhos, a produção discursiva de uma sociedade sobre aquilo que ela representa como passado, como a sua própria alteridade temporal, reflete imagens que ela passa a fazer de si mesma, enquanto imagens de seu presente: a representação do passado interfere na representação do presente, e vice-versa.

Onde a representação do passado se produz desta maneira, encontram-se desdobramentos em relação ao lugar discursivo de onde uma sociedade fala, ao longo do processo histórico. Esse

¹ Cf. Haroche, 1984.

desdobramento se constitui também como uma atualização, no tempo, da linguagem própria ao lugar (posição) discursiva dos imigrantes. Conseqüentemente, esse desdobramento produz deslocamentos em relação à língua e ao lugar de discurso, no caso que analisamos, ao longo da adaptação do sujeito imigrante à sociedade nacional. Com esta observação se atinge uma questão nuclear do processo discursivo ali presente, que diz respeito à importância, que daí resulta, de uma sociedade poder formular discursivamente o seu passado, enquanto parte da memória que a constitui. Formulação que não nos parece ter tido lugar, dado o apagamento da memória discursiva dos imigrantes na memória nacional brasileira. A formulação discursiva, neste sentido, se coloca como uma contraparte do silenciamento na história de uma sociedade.

Além disso, porque a representação da memória discursiva dos imigrantes como alteridade temporal permite à sociedade que é sujeito da representação tornar-se diferente de si mesma, produz-se um processo de objetificação da memória constitutiva desses imigrantes. Esse processo se produz de modos diversos, que se ligam à memória à medida que colocam em funcionamento no discurso o processo de esquecimento, como contraparte constitutiva da memória.

Um dos modos dessa objetificação consiste da reificação da memória. Esta se realiza quando os objetos discursivos produzidos enquanto representação da memória se apresentam sob a forma de objetos de arquivo, mas de “arquivo morto”. Nesse modo de relação do sujeito com a representação da memória entra em funcionamento sobretudo o aspecto da lembrança, enquanto projeção, em imagens, de elementos particulares, localizáveis, da memória discursiva. Se tudo é impossível lembrar, se a totalidade dos sentidos produzidos ao longo da história não pode ser retida como memória (como lembrança), o arquivo funciona como uma região discursiva onde se deposita aquilo que é necessário esquecer para que a memória continue funcionando como tal. Assim depositados, esses elementos podem ser “recuperados”, “resgatados”, e na maior parte das vezes o são de forma reificadora (folclórica) cujo estatuto representacional se assemelha ao teatral, ao típico, ao estereótipo, aos aspectos imediatamente apreensíveis e meramente formuláveis (declamáveis, memoráveis, discursos *pret-à-porter*) dessa memória. Reificada, a memória discursiva se estagna. Serve como argumento, sob o modo “representacional” de funcionamento do discurso na sociedade.

De um modo diverso, a objetificação da memória, na produção discursiva do passado, pode tornar possível que as diferentes discursividades se *formulem*, colocando-se lado a lado;

produzindo comparações entre saberes, acentuando disparidades, confrontando práticas, atualizando sentidos, parafraseando-se. Todo um processo de confrontação (de comparação, de tradução, de correlação) entre discursividades distintas, representadas como diferentes temporalidades, se dá sobre a base da *formulação* discursiva das diferenças entre as práticas memoriais em disputa no interdiscurso.

A *formulação discursiva* do passado materializa-se, de um modo fundamental, através do mecanismo da dissensão temporal que a linguagem comporta. Na prática discursiva observada, a formulação das diferenças inscritas nas memórias discursivas se produz marcadamente através do exercício da memória proporcionado por “textos de memória” isto é, textos (orais e escritos) em que a “representação” da memória discursiva como passado se constitui como o objeto privilegiado do discurso. Esse modo de objetificação, diferentemente do anterior, que reifica, é vivificante, porque impulsiona a produção discursiva à medida que move o sujeito a partir de identificações históricas reais.

A produção do passado realizada através dos “textos de memória” – cujo processo discursivo na sociedade em questão, tem sido, ao nosso ver, de valor maior do que seu produto – participa de um modo especial do desdobramento através do qual a memória discursiva representada como passado dá lugar aos sentidos “do presente”, no processo permanente de regularização da materialidade discursiva complexa que participa desse presente. A produção discursiva do passado, constitui-se portanto como apenas um dos modos de trabalho da/com a memória discursiva da imigração, que constitui os sujeitos no presente de seus discursos.

Pelo funcionamento exposto do trabalho simbólico entre a representação e a constituição da memória discursiva, vimos que a relação entre esses domínios funciona para além da representação dos traços de memória dos imigrantes como passado. A memória discursiva dos imigrantes tem lugar atual na configuração de seu discurso, de um modo fundamental, não apenas representado, mas constitutivo do sujeito. À presença da memória nesse domínio temos acesso por meio de traços da materialidade lingüístico-discursiva, encontrados fora do alcance da representação, funcionando como evidências de linguagem – como nos traços de “outra” língua não marcados como traços de alteridade – e também nas rupturas produzidas na materialidade textual do discurso, tal como o rompimento do fio da temporalidade representada como passado, na cadeia discursiva.

Os flagrantes da memória lingüístico-discursiva dos imigrantes na constituição do discurso, na prática discursiva estudada, levam à consideração de que essa memória funciona, para além do ordenamento discursivo que a circunscreve a uma representação do passado, em uma multidimensionalidade temporal significativa, que envolve os diferentes planos de representação/formulação. Por eles, o sujeito do discurso vai ao passado, isto é, constitui-se como sujeito a partir do discurso dito como passado) no mesmo momento e pelo mesmo gesto em que o presente daqueles sentidos ditos passados irrompe em seu dizer. Isto leva a compreender que o vaivém entre um domínio e outro, entre “passado” e “presente”, encontrados nos “traços da memória histórica tomados no jogo da língua”, testemunham um trabalho simbólico contínuo entre essas instâncias, não isoladas uma da outra, mas envolvidas ambas nas roldanas do tempo que movem os sentidos das memórias discursivas no real da história.

Isso é o bom de ser partido ao meio: entender de cada pessoa e coisa no mundo a tristeza que cada um e cada uma sente pela própria incompletude. Eu era inteiro e não entendia, e me movia surdo e incomunicável entre as dores e feridas disseminadas por todos os lados, lá onde, inteiro, alguém ousa acreditar menos. Não só eu (...) sou um ser dividido e desarraigado, mas você também, e todos. Mas, agora, tenho uma fraternidade que antes, inteiro, não conhecia: aquela com todas as mutilações e as faltas do mundo. Se vier comigo, (...) vai aprender a sofrer com os males de cada um e a tratar dos seus tratando dos deles.

I. Calvino, *Il visconde dimezzatto*.

RÉSUMÉ

Le sujet de la recherche est la mémoire discursive oral – y comprise la langue – tel qu'elle est produite dans le langage des sujets qui ont immigrés vers le Brésil au début de la République. L'*Estado Novo* a intervenu aux années 30 sur le processus de nationalisation, en interdisant officiellement la pratique de la langue maternelle des immigrants. L'Etat a amené une campagne de nationalisation dans les régions de colonisation étrangère, par laquelle le Portugais a été diffusé comme la langue nationale, surtout par l'enseignement au premier cycle. Cependant, la fréquentation obligée à école n'a pas du tout effacé la langue des immigrants dans les régions où la pratique du langage est fondamentalement oral. Les traces de la mémoire des dialectes italiens – en tant que mémoire discursive – sont actuellement rencontrés sur l'structure du Portugais y parlé. Le rapport du sujet avec ces traces est traversé par l'image de la langue interdite: ils constituent le sujet du langage au même temps qu'ils sont tenus comme ceux qui doivent être effacés, parce que la langue portugaise interpelle juridiquement le sujet dès qu'elle est comprise comme la langue propre à son statut de citoyen. Cette contradiction, produite au coeur de l'histoire et qui est manifestée dans le discours du sujet, amène à un décalage entre la mémoire discursive de l'immigration en tant que mémoire constitutive et en tant que mémoire représentée, dans la mesure où le sujet représente ces traces de la langue (discours) des immigrants comme étant donné dans le domaine du "passé" pendant que ces traces sont constitutifs de sa langue (discours) dans le temps du "présent" même. Ce décalage s'accorde bien avec la représentation de cette histoire que l'historiographie mis en scène dans la société comme dans l'école, en produisant un effacement sur le fait d'avoir plus qu'une langue (donc d'une mémoire discursive) présent à la constitution historique du sujet. Il résulte de ce fait l'importance pour le sujet immigrant d'avoir des possibilités de formuler discursivement son passé: quand il dit le passé à travers les "textes de mémoire", il sort du *silenciamento* produit dans l'histoire pour prendre sa place sur sa représentation. Il s'agit d'un processus discursif par lequel le sujet, comme la société, devient un(e) *autre*, différent de soi-même. Cependant, quand la mémoire discursive des immigrants représentée comme une altérité temporelle se casse, à cause des résistances qui font des ruptures sur le fil du discours, le sujet reste alors exposé, dans la langue même, à des multiples dimensions temporelles du sens qu'habitent son dire.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Achard, P. et al. (dirs.) - **Histoire et Linguistique**. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de L'Homme, 1984.
- Araújo F., A. M. - "História da Educação Brasileira. Uma Interpretação Crítica do Analfabetismo no Brasil (1930-1945)". Tese de Doutorado, inédito. Departamento de Educação, PUC/SP, 1994.
- Auroux, S. - **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.
- Auroux, S.; Orlandi, E. P. & Mazière, F. (orgs.) - **L'hyperlangue brésilienne**. *Langages*, no. 130. Paris: Larousse. 1998.
- Authier-Revuz, J. - "Falta do Dizer, Dizer da Falta. As Palavras do Silêncio". In **Gestos de leitura**. E. Orlandi (org.). Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- _____. "Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours". **DRLAV**, 26: *Parole multiple - aspect rhétorique, logique, énonciatif et dialogique*. Paris: Centre de Recherche de l'Université de Paris VIII e do ERA, CNRS 964, 1992.
- _____. **Palavras Incertas. As não-coincidências do dizer**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998.
- Benveniste, É. - "As Relações de Tempo no Verbo Francês". In **Problemas de Lingüística Geral I**. 2a. ed., Campinas: Ed. Pontes e Editora da Unicamp, 1988.
- Bickerton, D. - "Problems in the description of creole systems". In **Dynamics of a Creole System** Londres Cambridge University Press, 1975.
- Bosi, E. - **Memória e sociedade, lembrança de velhos**. 3a. ed.. São Paulo: Companhia das Letras, 1994
- Calligaris, C. - **Hello Brasil! Notas de um psicanalista francês viajando ao Brasil**. 4ª. Edição. São Paulo Ed Escuta, 1996.
- Carvalho, José Murilo de - **A formação das almas. O imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. **Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- Castro, M. F. P. de. - "Língua Materna: Palavra e Silêncio na Aquisição da Linguagem". In **Silêncios e luzes. Sobre a experiência psíquica do vazio e da forma**. Luiz Carlos Uchôa Junqueira Filho (org.), pp. 247-257. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.
- Certeau, M. de - **A escrita da História**. Trad. M. de L. Menezes. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- Courtine, J. -J. - "La Toque de Clémentis. Remarques sur la Mèmoire et l'Oubli dans l'Énonciation du Discours Politique". In **Le discours psychanalytique**, 1986.

- _____. "Quelques Problèmes Théoriques et Méthodologiques en Analyse du Discours, à Propos du Discours Communiste Adressé aux Chrétines". **Langages**, 62. Paris: Ed. Larousse, 1881.
- Decca, E. de - **1930 - O silêncio dos vencidos. Memória, história e revolução**. 5ª. Ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1992.
- Dias, L. F. - **Os sentidos do idioma nacional. As bases enunciativas do nacionalismo lingüístico no Brasil**. Campinas: Pontes, 1996.
- Diegues J. M. - "Influências estrangeiras no Espírito Santo". **Revista do Brasil**, Ano VI, 3a. fase, n°. 55. Rio de Janeiro: 1943.
- Ferreira, M. C. L. - "A Resistência da Língua nos Limites da Sintaxe e do Discurso: da Ambigüidade ao Equívoco". Tese de Doutorado. Campinas: IEL, Unicamp, 1994.
- Freud, S. - "O Estranho". In **Obras Completas**. São Paulo: Ed. Imago, 1969.
- Gadet, F. & Hak, T. (orgs.) - **Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethania S. Mariani et al. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.
- Gadet, F. & Pêcheux, M. - **La langue introuvable**. Paris: Maspero, 1981.
- Goff, J. Le - **História e memória**. 3a. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1994
- Guimarães, E. & Orlandi E. (orgs.) - **Língua e cidadania. O Português no Brasil**. Campinas: Pontes, 1996.
- Guimarães, E & Orlandi, E. "Língua e Identidade". In **Língua e cidadania. O Português no Brasil**. E. Guimarães, & Orlandi, E. (orgs.) Campinas: Pontes, 1996.
- Guimarães, E.- "Sinopse dos Estudos do Português no Brasil. A Gramatização Brasileira". In **Língua e cidadania. O Português no Brasil**. E. Guimarães, & Orlandi E. (orgs.). Campinas: Pontes, 1996.
- Harroche, C. - **Fazer dizer, querer dizer**. São Paulo: Hucitec, 1984.
- Henry, P. - "Construções Relativas e Articulações Discursivas. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, No. 19. Campinas: IEL, Unicamp, 1990.
- Ianni, C. - **Homens sem paz. Os conflitos e os bastidores da emigração italiana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- Jakobson, R. - "Commutadores, categorías verbales y verbo russo". In **Ensayos de Linguística General**. Barcelona: Ed. Seix Barral S. A., 1974.
- Kristeva, J. - "En Deuil d'une Langue?" **Autrement**, no. 128, pp. 27-36. 1992.
- Lagazzi, S. - **O desafio de dizer não**. Campinas: Ed. Pontes, 1988.
- Lemos, C. - "Sobre Aquisição de Linguagem e seu Dilema (Pecado) Original". **Boletim da ABRALIN**, no. 3, p. 97-125. 1982.
- Lenharo, A. - **Sacralização da política**. Campinas: Ed. da Unicamp/Papirus, 1986.

- Magalhães, M. D. B. de - "Alemanha, Mãe-pátria Distante. Utopia Pangermanista no Sul do Brasil" - Tese de Doutorado em História. Unicamp, IFCH, 1993.
- Maldidier, D. - "Relire Michel Pêcheux Aujourd'hui". In **L'inquiétude du discours**. Paris: Editions des Cendres, 1990.
- Mariani, B. - **O PCB e a imprensa. Os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Ed. da Unicamp, 1998.
- Melman, C. - **Imigrantes: Incidências subjetivas das mudanças de língua e país**. São Paulo: Ed. Escuta, 1992.
- Mondada, L. - "L'espace Pris au Piège". In B. Hanck (ed.), **L'Espace**. Lausanne: Payot, 1989.
- Nunes, J. H. - "Aspectos da Forma Histórica do Leitor Brasileiro". In **A leitura e os leitores**. Eni P. Orlandi (org.). Campinas: Pontes, 1998.
- Oliveira, José Teixeira de - **História do Estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.
- Orlandi, E. P. - "Segmentar ou Recortar". Uberaba: Faculdades Integradas de Uberaba, **Série Estudos**, no. 10., 1984.
- _____. "Discurso, Significação, Brasilidade". Projeto de Pesquisa. IEL, Unicamp, 1987.
- _____. "A Incompletude do Sujeito. E Quando o Outro Somos Nós?". In **Sujeito e texto**. São Paulo: Série Cadernos PUC (EDUC), 1988.
- _____. **Terra à vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo**. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.
- _____. **As formas do silêncio. No movimento dos sentidos**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.
- _____. "História das Idéias lingüísticas. A Construção de um Saber Metalingüístico e a Constituição da Língua Nacional". Projeto de Pesquisa. IEL, Unicamp - Paris VII. 1994.
- _____. **Interpretação. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996.
- _____. **A linguagem e seu funcionamento. As formas do discurso**. 4ª Ed. Campinas: Pontes, 1996(b).
- _____. "A Língua, o Saber e a História". **Anais do XI Congresso da ANPOL**. João Pessoa, PB, 1996(c).
- _____. "N/Os Limites da Cidade". Exposição na Iª. Jornada Científica Saber Urbano e Linguagem. Labeurb, Unicamp, 26/08/1998.
- Orlandi, E. P. (org.) - **A leitura e os leitores**. Campinas: Pontes, 1988(b).
- Pál Pelbart, P. - **O tempo não-reconciliado**. São Paulo: Ed. Perspectiva & Fapesp, 1998.
- Payer, M. O. - **Educação popular e linguagem. Reprodução, confrontos e deslocamentos de sentidos**. 2ª ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995.
- _____. "Retrospecção e Estereotipia. Imagens Urbanas sobre o Campo". **Rua**, no. 2, Campinas: Nudecri-Unicamp, 1995.

- Pêcheux, M. - "Rôle de la Mémoire". **Histoire et Linguistique**. P. Achard et. al. (dir). Paris, Éditions de la Maison des Sciences de L'Homme, 1984.
- _____. "Sur les Contextes Épistemologiques de l'Analyse du Discours". **Mots**, 9, 1984(b)
- _____. **Semântica e Discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, Ed. da Unicamp, 1988.
- _____. "Lecture et Mémoire: Projet de Recherche". In D. Maldidier, **L'inquietud du discours**. Paris: Éditions des Cendres, 1990.
- _____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Ed. Pontes, 1990(b).
- _____. "A Análise de Discurso: Três Épocas". In F. Gadet e t. Hak (orgs.) **Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethania S. Mariani et al. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990(c) .
- _____. "A propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e Perspectivas". In F. Gadet e t. Hak (orgs.) **Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethania S. Mariani et al. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990(d).
- _____. "Análise Automática do discurso". In F. Gadet e t. Hak (orgs.) **Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethania S. Mariani et al. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990(e).
- _____. "Delimitações, Inversões, Deslocamentos". Trad. J. H. Nunes. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, No. 19. Campinas: IEL, Unicamp, 1990(f).
- Pietre, B. - **A Filosofia e a ciência do tempo**. Bauru: Ed. Edusc, 1997.
- Pollak, M. - "Memória e Identidade Social". **Revista de Estudos Históricos**, Vol. 5, no. 10. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1992.
- Puccinelli-Orlandi, E. - "La Langue Brésilienne. Des Effets de la Colonisation sur la Langue". **LINX: Du Dire et Du Discours**. Paris: 1996.
- Rancière, J. - **Os nomes da História: ensaio de poética do saber**. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994.
- Revuz, C. - "A Língua Estrangeira, entre o Desejo de um Outro Lugar e o Risco do Exílio". In **Linguagem e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado**. Inês Signorini (org.). Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1988.
- Ribeiro, J. - **Grammatica portugueza**. 3a. e 44a. edições. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1889.
- Robin, R. - "Le Cheval Blanc de Lénine ou L'Histoire Autre". In **Le naufrage du siècle**. Paris: Ed. Berg International e Montréal: XYZ, 1995.
- Serrani, S. - **A linguagem na pesquisa sociocultural**. 2ª. Ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.
- _____. "Formações Discursivas e Processos Identificatórios na Aquisição de Línguas". **Revista D.E.L.T.A.**, Vol. 13, No. I. São Paulo, 1997b.

- Soares, R. - "Spini nei Fiori. A 'Nacionalização' das Escolas dos Imigrantes do Espírito Santo no Período Vargas". Trabalho de Curso do Doutorado em Educação, USP. São Paulo: 1995.
- Tarallo, F. - "Diagnosticando uma Gramática Brasileira: O Português d'Aquém e d'Além-Mar ao Final do Século XIX". In **Língua e cidadania. O Português do Brasil**. E. Guimarães e E. Orlandi (orgs.). Campinas: Pontes, 1996.
- _____. **Tempos Lingüísticos. Itinerário Histórico da Língua Portuguesa**. São Paulo: Ed. Ática, 1990.
- Zink Bolognini, C. - "Ideologia e Poder no Estudo da Historicidade em Relações de Contato entre Brasileiros e Alemães". Tese de Doutorado. Campinas: IEL, Unicamp, 1996.
- Zoppi-Fontana, M. - **Cidadãos modernos. Discurso e representação política**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Chiara, A. M. de R. - "Leitura e Memória". **Caderno de Leitura**. Vol. 1. PROLER . pp 67-78. Rio de Janeiro, 1994.
- Campos, C. M. - "O Uso da língua: Reelaborações Feitas pelas Populações do Sul do Brasil acerca do Projeto Nacionalizador (Santa Catarina 1930-1945). Projeto de Pesquisa de Doutorado em História. IFCH, Unicamp, 1993.
- Frosi, V. M. & Mioranza, C. - **Dialetos italianos, um perfil lingüístico dos ítalo-brasileiros do Nordeste do Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: EDUCS, 1983.
- Gallo, S. L. - **Discurso da escrita e ensino**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.
- Guimarães, E. - "Enunciação e Processos de Designação". IEL, Unicamp, Inédito. 1994.
- Lemos, C. - "Los procesos metafóricos y metonímicos como mecanismos de câmbio". **Substractum**, 1, p. 121-35, 1992.
- Orlandi, E. - **Discurso e Leitura**. São Paulo: Cortez ; Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.
- Samuel, Raphael. - "Documentação, História local e História oral". **Revista Brasileira de História**, V. 9, no. 19, pp. 219-243. São Paulo: 1990.

DOCUMENTOS

- Decreto-lei Estadual no. 9.255 de 13 de abril de 1938.
- Constituições do Brasil: de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967 e suas alterações. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1986.
- Lazzaro, A.; Coutinho, G. A. & Franceschetto, C. - **Lembranças camponesas. A tradição oral dos descendentes de italianos em Venda Nova do Imigrante**. Vitória: UFES; Venda Nova, Prefeitura Municipal. 1992.

- Moreira, M. N. M. - **Retalhos de vidas**. Guaçuí, ES: Luciane M. de Oliveira (ed). 1997.
- Rabelo, F. D. - **O Problema da nacionalização do ensino no Estado do Espírito Santo**. Memorial apresentado à Comissão Nacional do Ensino Primário pelo secretário da Educação e Saúde Dr. Fernando Duarte Rabelo. Vitória: Gráfica do Estado, 1939.
- Ribeiro, L. da R. - **Contribuição à história da imigração italiana no município de Colatina**. Vitória, Ed. do autor, 1996.
- Stawinsky, A. V. - **Dicionário do dialeto vênето sul-rio-grandense/português**. Porto Alegre: ESTEF; Caxias do Sul: EDUCS. 1987.
- Zandonadi, M. - **Reminiscências de um século (1889-1989). Fatos e contos de uma imigração italiana**. Venda Nova: Ed. Salesiana, 1989.

ANEXO¹

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

**O PROBLEMA
DA NACIONALISAÇÃO
DO ENSINO NO ESTADO
DO ESPIRITO SANTO**

MEMORIAL apresentado á COMIS-
SÃO NACIONAL DO ENSINO PRIMARIO
Pelo Secretario da Educação e Saúde
Dr. Fernando Duarte Rabelo.

(Publicação a cargo do Serviço e Extensão,
Divulgação e Intercambio Cultural)

IMPrensa OFICIAL

¹ Documento publicado pela Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo no ano de 1939, catalogado no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo sob o número 370.98152, E77p, 1939, Ex. 2. Na presente reprodução foram mantidos os caracteres ortográficos originais do documento.

“Exmos. Srs. Membros da Comissão Nacional do Ensino Primario”.

Em cumprimento á honrosa solicitação dessa Colenda Comissão, feita logo após a minha exposição oral sobre a situação do ensino nos nucleos de colonização estrangeira, no Espírito Santo, venho apresentar a VV Exas. este sucinto memorial no qual dou conta do que se há feito no Estado para resolver esse momentoso problema.

- I -

COLONISAÇÃO ESTRANGEIRA NO ESPIRITO SANTO

Não existem documentos verídicos sobre a época precisa em que o elemento alienígena começou a obra de colonização no Espírito Santo. O ato a esse respeito mais antigo, segundo o testemunho de Cezar Augusto Marques (Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico da Provincia do Espírito Santo) – é a ordem do Governo Central ao Presidente Gabriel Getulio Monteiro de Mendonça, em 26 de de abril de 1830 para que “se destinassem terras de agricultura a 400 colonos de Bremen que deviam ir para a Provincia”. Esse primeiro nucleo foi efetivamente encaminhado para “as margens da Estrada que por Itaúba, comunica a Provincia com Minas Gerais”, conforme testemunho daquele autor. A necessidade de se obter braços para a lavoura incipiente, num territorio ainda mal povoado, aumentava, porém, dia a dia. Por outro lado a terra moça e dadivosa acenava aos aventureiros com um futuro promissor. As suas condições mesológicas propiciavam possibilidades de aclimatação de nucelos (sic) mais densos em regiões feracícimas onde a natureza sem par tudo prometia. “De todas as provincias do Norte, escreveu o engenheiro H. C. Da Costa Alves, – é a do Espírito Santo a mais propria para o estabelecimento de grandes nucleos coloniais. Tendo apenas 20 a 25 léguas de largura todos os seus pontos acham-se proximos do litoral, onde, além dos magníficos portos de Vitória e Rio Dôce encontram-se ainda os de Itapemirim, Piúma, Santa Cruz e São Matêus, onde fazem barra os rios dos mesmos nomes cuja navegação para o interior póde ser utilizada. Acresce a isto ser ainda o territorio quasi todo devoluto sendo proverbial a uberdade do sólo. O clima identico ao da provincia do Rio de Janeiro é temperado e proprio dos emigrantes do sul da

Europa. Nas grandes serras do centro, encontra-se magníficas situações onde, como em Petropolis, Terezopolis e Nova Friburgo, o clima é quasi europêu”. (Dic. His. E Geogr. Cit.)

- II -

Data de 1840 a penetração de correntes imigratórias estrangeiras mais ou menos densas, por iniciativa do poder publico no território do Estado. Alemães, pomeranos, lituanos, flamengos e austriacos constituíram a primeira corrente imigratória mais importante, espraiando-se pelas fertilíssimas regiões de ameno clima onde hoje se acham os municipios de “*Domingos Martins*” de que a Colonia “Santa Izabel”, fundada em 1847 foi o nucleo mais antigo, “*Cachoeiro de Santa Leopoldina*”, onde a colonia de “Santa Maria”, iniciada em 1875, passou a constituir em pouco tempo o mais forte nucleo de raça germanica, cujos costumes, nivel cultural e acentuada tendencia de expansão pan-germanista o inolvidável Graça Aranha, logrou retratar em magicas pinceladas nas paginas indeléveis de “Chanaan”; “*Rio Novo*”, cuja colonia do mesmo nome foi fundada em 1855 por uma sociedade particular; “Afonso Claudio”; Baixo Guandú”, cujo nucleo colonial de “Guandú” pouco prosperou então, em virtude da resistencia e ataque dos indios botocudos, instalados no norte do Rio Dôce; “*Itaguassú*” e “*Linhares*” (atual Colatina). Em 1874 o então Presidente da Província – Domingos Monteiro Peixoto, Barão de São Domingos, autorizou por contrato com Pedro Casa Grande a entrada dos primeiros colonos austriacos no fértil Vale do Rio Dôce, na Fazenda “Descanso”, situada então entre Linhares e a Lagoa Juparanã. A corrente italiana afluindo posteriormente em grandes lévas, penetrou os municipios de “*Santa Terêsa*”, com a fundação dos nucleos coloniais “*Antonio Prado*” e “Bocaiúva”, em 1875, constituindo esse municipio, atualmente, o mais denso nucleo de população de procedencia italiana; *Castêlo, Rio Novo, São Pedro de Itabapoana* (atual João Pessôa) e *Colatina*, abrigam ainda importantes aglomerados humanos dessa raça. As correntes polonêsas mais importantes começaram a entrar em 1927 para cá. O seu mais forte nucleo é o de Aguiá Branca, no extremo norte do Vale do Rio Dôce, onde, no momento, se empenha numa gigantesca obra de desbravamento daqueles fertis rincões capichabas.

- III -

O fatôr religioso, antes que qualquer outro, foi o elemento preponderante na coordenação das atividades espirituais, políticas e educativas desses aglomerados de

procedencia estrangeira. Como consequencia de um inteligente trabalho de catequese, em torno da pessoa do pastôr em regra estrangeiro sem nenhum apêgo á terra nem amôr ás suas mais caras tradições, congregavam-se os colonos, individuos na sua maioria de baixo nivel cultural, constituindo-se por isso mesmo, dóceis instrumentos de expansão alienígena e desnacionalisação. Não seria de surpreender, assim, que esses mentôres espirituais vinculados pelo nascimento e pelo coração a outras patrias, atuando desabusadamente dentro de propicio clima, se transformassem, logo depois, graças á politica faciosa, em influentes chefes politicos ou lugares tenentes dos chefes locais, sem cuja aquiescencia ao tempo da chamada Republica Velha não se podia nomear uma professora publica ou obter sequer para ela, quando nomeada, uma hospedagem no local. A transigencia evidentemente nociva aos mais sagrados interesses da Patria, consultava então ao interesse da politica partidaria, no apoio eleitoral dispensado á facção dominante. O regime de plena liberdade em materia educativa, que êsses nucleos alienigenas desfrutavam, era, pois, um corolario do clima creado pela propria negligencia do poder pubico (sic) jungido ás injunções politicas. Era natural, portanto, que á sombra desse indiferentismo criminoso, gerado pela transigência administrativa, medrasse e desenvolvesse a obra nefasta e desnacionalisadora dos advenas através das inumeras escolas de cunho evidentemente estrangeiro avultando dentre elas, principalmente, as mantidas pelas Comunidades Luteranas subordinadas ao Sinodo de Berlim. Debuxa esse quadro, com côres ainda bem atenuadas, o então Secretario da Instrução, na seguinte passagem do seu Relatorio publicado no ano de 1924: “As escolas elementares estrangeiras são uma lastima; a maioria dos professores alia a uma incompetência desanimadora, uma grosseria e brutalidade revoltantes. Rarissimas são as exceções a esta regra. Temos municipios, especialmente os de Santa Leopoldina, Santa Izabel e Santa Tereza, onde as escolas estrangeiras, quasi todas dirigidas por alemães, causam mais dano que os peiores males reunidos. O seu corpo docente é alemão; os seus livros e cadernos de exercícos escolares tratam de assuntos estranhos ao nosso meio; a decoração de suas parêdes de aula, e ate mesmo os quadros que ornarn as suas salas, são todos calcados em motivos alemães: – nada ali se vê de brasileiro. A lingua usada, tanto em aula como no recreio, é a alemã e – o que sempre acontece – o ensino da lingua portugueza é entregue á direção de um professor alemão, que muito mal a fala e quasi sempre procura explicar-se em lingua se sua nacionalidade. Percorram-se essas escolas e se não encontrará uma bandeira nacional, um quadro de um brasileiro notavel, nem motivos nacionais que recordem á infancia que ali se educa, que ela se prepara para viver no Brasil e colaborar com os brasileiros na luta pela vida. A atmosfera que ali se respira é alemã; a creança que ali entra, embora

nascida no Brasil, dali sai alemã no coração e no espirito. O alemão, como se vê, tem profunda aversão pelas nossas escolas. Naqueles municípios as temos em número elevado, todavia, quasi todas com uma matricula muito abaixo da exigida por lei, entretanto, proximas a muitas das nossas escolas existem as dirigidas pro professores alemães, com frequencia elevadissima. Tudo temos empregado para conseguirmos chamá-los aos nossos collegios, dos recursos de que podemos lançar mãos já usamos, mas nada conseguimos ainda. Alguns dos nossos professores, que se acham na direção de escolas naqueles municípios, para se conservarem, vêm-se forçados a aprender a lingua alemã, unico processo que encontram para conseguir a aproximação dessa colonia”. No Relatorio que em 1921 apresentei ao então Secretario da Educação, relativo ás minhas atividades como Inspetor Escolar, assim me manifestei a respeito da obra de desnacionalização realizada por essas escolas: “Escolas estrangeiras funcionam no territorio pátrio com o fim único de ensinar aos filhos dos colonos a lingua, a geografia e a historia de seus respectivos países, porque sabem os seus professores que tais conhecimentos constituem os mais fortes vinculos do cidadão para com a Pátria. Zonas encontrei eu em minha viagem onde a lingua dominante é, ora a italiana, ora a alemã, não sabendo as crianças nascidas sob o céu do Brasil uma palavra sequer de português. Visitando a escola alemã do lugar denominado “25 de Julho”, no municipio de Santa Terêza, tive mais uma oportunidade de assistir a um desses espetaculos que muito me impressionaram. Dos dezenove alunos presentes, apenas uns quatro se exprimiam em português. Os restantes, ao serem por mim arguidos fixaram-me olhares interrogadores por não me compreenderem. O livro usado em classe era escrito em lingua alemã. Diante dessa irregularidade achei de bom alvitre intimar o respectivo professor a fazer o ensino da lingua pátria. Essa escola, entretanto, é subvencionada pelo municipio de Santa Tereza, o que é simplesmente ridiculo e impatriotico. A disposição que prescreve aos collegios particulares o ensino obrigatorio da lingua portuguesa encontra nas escolas estrangeiras o seu ludíbrio e ineficácia, zombando ainda os seus professores do nosso otimismo e ingenuidade em materia de patriotismo. Faz-se mistér, pois, que o Poder Publico tome medidas mais energicas afim de com melhor e mais diréta ingerencia nesses estabelecimentos possa tornar o ensino primario obrigatorio uma realidade. Não poderão, de fôrma alguma, esses collegios abroquelar-se na liberdade de ensino, pois que esta não quer dizer abdicação por parte do Estado de zelar pela instrução popular. Ele intervem no caso ocurrente para afirmar com o peso de sua autoridade de pessoa juridica que aquele que reclama essa liberdade não tem a prerrogativa de explorar a infancia, prejudicando os interesses do país com o concurso de sua ignorancia e indiferença; É, pois, em beneficio da nova geração que se ergue, da

Patria que se engracede, do povir que nos aguarda, que reclamo a atenção de V. Exa. Para essas escolas que muita vês só tem de nacional o sólo sobre que se assentam”.

- IV -

Dos nucleos estrangeiros situados no territorio do Estado têm sido realmente os alemães, pomeranos e lituanos os menos acessiveis a um trabaho de assimilação.

Um inquerito feito por intérmio das autoridades escolares veio evidenciar que a obra de infiltração alienígena através do campo propicio da escola, estava realmente mais adiantada do que na verdade era de supor.

Em varias escolas regidas por estrangeiros, especialmente alemães, lograram essas autoridades constatar essa obra verdadeiramente criminosa contra os sagrados interesses da Patria, apreendendo larga cópia de panfletos, avulsos, gravuras e alegorias sobre motivos estrangeiros, bem como livros didaticos e de religião, cadernos e mapas editados em lingua estrangeira.

A Secretaria da Educação e Saude está de posse de documentos comprobatórios dessa afirmação, dentre eles mapas impressos do centro do Espirito Santo e zona leste fronteira, de Minas Gerais, com as respectivas legendas em lingua estrangeira e abundancia de detalhes quanto á localização das matrizes e filiais das comunidades luteranas onde ha, ordinariamente, uma escola regida por estrangeiro, com o registro de accidentes geograficos, ferrovias, rodovias e até caminhos vicinais que ligam os pequenos nucleos no mapa indicados.

Na escola particular de Santa Maria distrito de Jequitibá, no municipio de Santa Leopoldina, funcionanndo sob responsabilidade de uma dessas comunidades, apreenderam tambem as autoridades do ensino farta documentação comprobatoria da obra de desnacionalisação que ali fazia desabusadamente o pastor local.

Para illustração desse relatorio juntamos em apenso algumas peças dessa documentanção.

Havemos de convir que toddos esses fatos, evidentemente nocivos á grande obra de unificação nacional, demonstram o quanto temos sido ludibriados nos nossos propositos de hospitalidade e descuidados em materia tão relevante.

Conhecida a magnitude do problema, a Secretaria da Educação e Saude deliberou em começo do anode 1938, enfrentá-lo, promovendo uma intensa campanha de nacionalisação em todos os nucleos de população de origem estrangeira. Para esse fim, foi baixado o Decreto n. 9.255, de 13 de abril daquele ano, o qual prescreveu sábias e severas medidas ten-

dentes a alcançar o escôpo visado no mais curto prazo. Além de estabelecer medidas recomendáveis a um seguro processo de seleção dos que se dispuzessem a ministrar o ensino particular, consubstanciou-se aquele ato administrativo uma série de providencias tendentes a realizar uma grande obra de brasilidade nesses nucleos, onde grande parte das crianças nascidas sob o céu do Brasil não sabem se exprimir no idioma pátrio.

Em dois ou tres nucleos por mim percorridos, em 1938, tive ocasião de constatar essa dura realidade.

A campanha iniciada vigorosamente, sem esmorecimentos, dentro dos moldes traçados, observado, não obstante, um criterio de prudencia e catequese, começou a produzir, desde logo, os mais satisfatorios resultados.

Afim de permitir uma atuação mais eficiente, a Secretaria da Educação e Saude selecionou um corpo de “orientadores” conhecedores do idioma estrangeiro dominante na região num Grupo Modelo, segundo programa especial elaborado previamente, são designados para as escolas particulares até então regidas por professores estrangeiros.

De igual modo os professores diplomados, ambientados em nucleos de colonização estrangeira têm sempre preferencia para o provimento dessas mesmas escolas.

Na falta desses professores são designados “auxiliares do ensino rural”, recrutados de preferencia na “circunscrição escolar” do municipio e préviamente submetidos a uma prova de verificação de sua pacacidade e a um estágio em Grupo da Capital, segundo um programa especial.

O idioma estrangeiro foi inteiramente banido das escolas primarias e complementares. O culto civico á Patria e á Bandeira foi instituido com carater obrigatorio em todos os estabelecimentos. em cujas fachadas tremula todas as quintas-feiras o pavilhão nacional hasteado perante todas as classes no inicio do periodo letivo e baixado, á tarde, com solenes demonstrações civicas ao cantico dos Hinos Nacional e á Bandeira. Para fazer interessar os elementos estranhos ao meio escolar, nesse culto, contribuindo, ao mesmo tempo, para a formação de uma consciencia civica nas camadas do povo, determinei em Resulução, que todos os festejos escolares e demonstrações civicas tivessem um carater publico, realizados, sempre que possivel, em ambiente externo ao edificio escolar.

Os quadros murais, alegorias e motivos estrangeiros foram nessas escolas substituidos por outros de cunho eminentemente brasileiro. Nesse particular temos recebido o auxilio de varias alegorias e gravuras sobre motivos civicos editadas pelo bem organi-

zado Gabinete Litografico do Estado maior do Exercito. O Almirantado tem nos auxiliado igualmente nesse particular. Esse material tem sido distribuido profusamente a todas as escolas do interior do Estado, principalmente entre as situadas em nucleos de colonisação estrangeira. Seria interessante que o auxilio dessas valiosas alegorias pudesse ser dispensado em maior escala a todas as escolas do Pais situadas em nucleos estrangeiros.

Tem sido um elemento de grande valor no êxito da campanha de nacionalisação a nossa magnifica organizaçao de cinema, orientada pelo Serviço de Educaçao pelo Radio e Cinema Escolares.

Através dessa organizaçao, levamos aos mais distantes rincões do Estado, onde quer que haja um nucleo a nacionalisar a documentaçao cinematografica do que é o Brasil Novo na afirmaçao da vitalidade das suas forçao armadas, através os desfiles, festas de juramento á Bandeira, monumentos, festas escolares e quaisquer outros acontecimentos filmados ou exibidos por aquele Serviço.

Mesmo nos lugares onde não existe iluminaçao eletrica é o programa levado a efeito visto possuir a organizaçao do Cinema geradores equipados em veiculo a motor.

Por intermédio de um conjunto de som radio-eletrico, são igualmente ensinadas as musicas dos hinos nacional e á bandeira e independencia, cançoes e marchas escolares.

Ordinariamente o festival cinematografico é, nesses nucleos, realizado fóra do recinto da escola, com a presençao de todos os escolares, afim de interessar o elemento adulto.

Como é natural esses festivais marcam um acontecimento, atraindo inumeras familias de colonos que chegam a caminhadas de alguns quilômetros para assisti-los. Por essa ocasião o professor ou o orientador faz uma breve exposiçao sobre o motivo civico, focalizando, principalmente, em linguagem excessível, a missao da escola quanto a formaçao civica no meio social em que a se acha e salientando a personalidade dos grandes vultos do Estado Novo e do seu fundador o eminente presidente Getulio Vargas.

Nos nucleos de densa populaçao escolar creou a Secretaria da Educaçao e Saude, Grupos Escolares Rurais com um curso de 3 anos, compreendendo atividades ruralistas do campo e da lavoura, sendo o ensino técnico orientado por agronomo nos campos de experimentaçao dos mesmos Grupos.

Procurando atender ainda as necessidades dos colonos quanto a utilizaçao dos filhos nos trabalhos da lavoura, fez a Secretaria da Educaçao e Saude coincidir o periodo de férias em três periodos anuais com a epoca das colheitas e das ceremonias do cul-

to por eles professado. Essa medida tem produzido na pratica satisfatorios resultados.

- V -

É mistér assinalar que grandes tropêços temos encontrado na pratica das medidas indispensaveis a uma campanha nacionalisadora de larga envergadura. Da ação demolidora arrogante e desabusada, passaram os agentes das ideologia estrangeiras e os pastôres daquelas comunidades á obra de resistencia passiva, de sabotagem ladina e subrepticia, mais perigosa, por isso que escapa quasi sempre á vigilancia das autoridades.

Dispondo de grande autoridade moral sobre os “aderentes” da comunidade, os referidos pastôres são os mais ativos agentes dessa *resistencia branca* manifestada sob varios aspétos principalmente na recusa de instalações para as professoras e para as escolas, na omissão da obrigação da matricula; na diminuição da frequencia, etc.

Pregando frequentemente, em língua alemã, não é raro procurarem incutir no espírito dos colonos a desconfiança na ação das autoridades e a prevenção contra a obra da escola publica.

- VI -

Os aglomerados estrangeiros, ao contrario do que acontece nos Estados do Sul, estão no Espirito Santo disseminados em pequenas “*colonias*”, pelos distritos dos seus varios municipios. Com exceção do municipio de Domingos Martins, cuja antiga colonia de Santa Izabel fundada em 1847, é habitada por nucleos alemães e pomeranos, nenhuma outra “*séde*” de municipio é habitada por nucleos importantes de estrangeiros. Daí o fáto de se acharem quasi todas as escolas regidas por estrangeiros fóra dessas *sédes* e disseminadas aqui e acolá onde quer que haja um nucleo mais ou menos denso de colonos estrangeiros. Focalizamos esse aspéto para observar que o problema da instalação material da escola publica nesses nucleos é agravado pela falta de predio adequado, por isso que a quasi totalidade, senão a totalidade das casas e casebres existentes em tais nucleos, além de não satisfazerem aos requisitos pedagogicos, são de propriedade de estrangeiros sujeitos como dissemos á influencia do pastôr local.

Constitue rara exceção obter o Governo uma instalação para suas escolas em tais nucleos, mesmo em predios deficientes. Por isso ocorre frequentemente a necessidade de pleitear junto ás comunidades a instalação da escola publica na propria séde da igreja luterana o que evidentemente não é aconselhavel.

- 8 -

Para que o êxito da campanha nacionalisadora já tão promissoramente iniciada não fique comprometida por esse aspéto do problema, de inadiável solução, encarecemos o urgente amparo do Govreno (sic) Federal, mediante a concessão de auxilio para a construção de edificios escolares com capacidade pedagogica suficiente em todos os nucleos estrangeiros de população escolar mais densa. Temos no momento necessidade de prédios para a instalação imediata de trinta (30) Grupos Rurais e cinquenta (50) escolas isoladas, de vez que o Estado já instalou como lhe foi possível as demais escolas. Aliás, esse auxilio já nos foi prometido pela Ilustre Comissão Nacional do Ensino Primario e pelo próprio Ministro da Educação e Saude, S. Exa., sr. dr. Gustavo Capanema, quando fomos convocados, com os demais Secretarios da Educação dos Estados sulinos para fazer uma exposição sobre o palpitante problema da nacionalisação do ensino perante a douta Comissão referida.

Estamos certos de que o Exmo. Sr. Ministro e a Ilustre Comissão patrocinarão o deferimento dessa justa pretensão, considerando que o Estado do Rio Grande do Sul já recebeu para o mesmo fim, neste exercicio, o auxilio de dois mil contos de réis, com a promessa de novo auxilio de tres mil contos no proximo exercicio financeiro, como noticiou a imprensa da Capital da Republica e a daquele progressista Estado.

- VII -

Concluindo, entendemos que, sem embargo de um plano geral preestabelecido pela Colenda Nacional Comissão do Ensino Primario, o problema da nacionalisação do ensino ha de ter *soluções locais*, de vez que varios dos seus aspétos diferem pelo menos entre os estados sulinos e os do norte, com referencia ao Espirito Santo.

Muitas medidas de ordem geral já foram quasi que simultaneamente adotadas pelos governos dos Estados interessados.

Não obstante, entendemos, data venia, que como complemento a essas medidas, poderiam ser ainda examinadas as seguintes sugestões, que apresentamos apenas com o desejo de colaborar com os eméritos Membros da referida Comissão:

a) – Evitar-se, tanto quanto possível, fechar, desde logo, a escola particular orientada pelos estrangeiros ou comunidades, abrindo dissidio com os seus metores. Assim é aconselhavel introduzir em tais escolas o “orientador” oficial que será na pratica virtualmente o responsavel pela sua direção. A esse respeito dispõe o decreto estadual n. 9.255, de 1938:

“Por conveniencia do interesse nacional poderá o Secretario dos Negocios da Educação e Saude designar professores dos quadro do magisterio publico para assumirem a orientação oficial tendente á nacionalisação do ensino nas escolas particulares situadas em nucleos de populações estrangeiras sem quaisquer onus para esses estabelecimentos.”

A pratica dessa medida tem produzido no Espirito Santo bons resultados, pois nunca entramos por iniciativa propria em conflito com aqueles mentôres, afim de poupar-nos as dificuldades decorrentes de uma resistencia passiva da parte deles.

b) – A formação de um corpo de “orientadores” oficiais, de preferencia conhecedores de idiomas ou dialétos estrangeiros falados nos nucleos visados, recrutados mesmo entre elementos estranhos ao magistério. Esses “orientadores”, serão submetidos previamente a um estágio num curso de emergencia, segundo programa elaborado de acordo com as diretrizes preconizadas pela politica educacional do Estado Autoritário. Poder-se-á alegar, em desfavor dessa medida, que a formação pedagogica incipiente desse “orientador”, quando recrutado fóra do magisterio não oferecerá garantias de uma orientação condizente com o espirito da escola renovada. Mas entre dois males é de se preferir, sem duvida, o menor.

c) – Imprimir-se-á escola de nucleo estrangeiro o carater de centro de irradiação nacionalista, dinamizando, se assim podemos nos exprimir, as suas atividades no sentido da formação da consciencia civica dos alunos e da população rural. Assim as suas atividades deverão se caracterizar particularmente por um programa de festejos e demonstraões civicas em que se deve procurar interessar os colonos de procedencia estrangeira ou não.

d) – Criar-se o Grupo Escolar Rural, á guisa de escola, de adaptação profissional, em todo o nucleo estrangeiro em que a população escolar fôr superior a 90 alunos. Esse Grupo observará um programa especial em que se incluam atividades ruralistas e pratica intensiva em campo de demonstração experimental de lavoura.

e) – Instituir-se o Cinema Escolar como colaborador eficiente do movimento de nacionalisação, particularmente, da formação da consciencia civica dos alunos, mediante a instituição de programas selecionados, em que seja possivel mostrar-lhes a palpitante existencia dos orgão de defesa da patria, com a exibição das grandes paradas militares, manobras navais, juramentos á Bandeira, festejos civicos, monumentos nacionais, e, em geral, quais-

quer aspétos ou documentações que falem das imensas reservas civicas, morais e materiais da nossa Patria. Essa formação civica ha de ser plasmada com a observancia dessa orientação inspirada nas realidades da hora presente. O futuro cidadão, ao lado do seu revigoroamento físico e do seu preparo cultural, ha de possuir uma mentalidade energica para saber encarar a paz como um bem necessario, aceitando, porém, a luta quando o seu sacrificio fôr mister á defesa dos nossos brios, da integridade de um territorio que abriga nos seus 8.500.000 quilometros quadrados quasi 50 milhões de brasileiros e as mais cubiçadas materias primas do mundo. A pregação do espirito combativo, de luta, de sacrificio, de renuncia, ha de substituir, nas nossas escolas, áquele exclusivo espirito pacifista que acabava por inocular na alma da mocidade a tibieza, a mistica das atitudes contemplativas do conformado, sempre predisposto a aceitar a solução dos fatos consumados.

f) – Fazer coincidir os periodos de férias escolares com os das atividades da lavoura por ocasião das colheitas e com os das ceremonias do culto dominante no nucleo. Em regra a vida do colono rural estrangeiro, se orienta por um aproveitamento das atividades uteis de todos os individuos da familia. Todos têm na “colonia” a sua tarefa predeterminada. A mulher, além dos encargos domesticos emparelha com o homem nos trabalhos do campo. Os menores são quasi sempre utilizados em outros mistéres compativeis, como levar á “roça” a alimentação, cuidar da vigilancia da casa, dos irmãos menores, etc. Na época das colheitas, são ainda ocupados em outros serviços do campo. O colono estrangeiro, salva uma ou outra exceção, não tem ainda formada a mentalidade para receber nenhuma restrição a obra da escola. Assim é natural que por ocasião das colheitas subtraiam o menor á escola para utilizá-lo na lavoura. Por essa época é habitual ficarem quasi desertas as nossas escolas rurais, especialmente as situadas em nucleos de colonisação estrangeira. O recurso é instituir a coincidencia das férias com o periodo das colheitas. Nos nucleos luteranos, um novo periodo de férias é concedido em dezembro, para que tenham lugar as ceremonias do Natal. Igual concessão é feita durante toda a Semana Santa, sem incluir os “dias santos”, comumente guardados nos lugarejos do interior, os quais são igualmente respeitados pela escola.

g) – Instituir-se o ensino religioso nos termos do artigo 130 da Constituição, sómente na lingua vernacula, investindo-se a qualquer autoridade estadual ou municipal ou o professor publico da atribuição de fiscalizá-lo. É comum, particularmente entre pastores luteranos, a burla ás medidas nacionalisa-

doras, de vez que no recinto das suas igrejas ou das suas casas, ministram êles o ensino religioso em lingua estrangeira adotando mesmo livros editados nessa lingua.

h) – Proibir-se toda e qualquer pratica religiosa em lingua estrangeira, afim de impedir a inevitavel burla aos objetivos da lei.

i) – Instituir-se na lei de registro civil de nascimento, sanções severas contra a sua omissão, de vez que em regra o colono estrangeiro é avesso ao cumprimento dessa lei.

j) – Introduzir-se em todos os programas das escolas e Grupos Rurais, a obrigatoriedade do ensinamento de noções suscintas sobre a obrigatoriedade do serviço militar e dos registros publicos de nascimentos, casamentos e obitos, bem como noções ligeiras sobre o casamento civil, seus efeitos para a mulher e a próle. No Curso de Férias que no fim do ano p.p. e o começo deste ano, instituímos para os “auxiliares do ensino rural”, introduzimos essa sugestão, ministrando às cursistas essas breves noções. Os resultados obtidos vêm sendo bastante satisfatórios.

K) – Instituir-se uma eficiente regulamentação do ensino obrigatorio, tornando passíveis de sanção penal, os que burlarem a lei respectiva, mediante procedimento do Ministerio Publico.

l) – Assistencia permanente do Governo Federal em auxílios materiais, principalmente para a aquisição de predios e material escolar.

- VIII -

São estas, em suma, as nossas desvaliosas sugestões e considerações em torno do momentoso problema.

Estamos certos, não obstante, que a cultura, o descortino e a experiencia dos Ilustres Membros da Comissão Nacional do Ensino primario saberão provêr eficientemente sobre a materia em debate.

(a) *Fernando Duarte Rabelo*
Secretário da Educação e Saúde